

No Coração do Pantanal:

Assentados na Lama e na Areia

As Contradições entre os Projetos do Estado
e dos Assentados no Assentamento Taquaral - MS

**Universidade Estadual de Mato
Grosso do Sul**

Reitor

Gilberto José de Arruda

Vice-Reitor

Adilson Crepalde

**Pró-reitora de Extensão, Cultura
e Assuntos Comunitários**

Beatriz dos Santos Landa

Chefe da Divisão de Publicações

Silvana Aparecida Lucato Moretti

Conselho Editorial da UEMS

*Agnaldo dos Santos Holanda Lopes,
Alaíde Pereira Japecanga Aredes,
Beatriz dos Santos Landa, Elaine
Aparecida Mye Takamatu Watanabe,
Laércio Alves de Carvalho, Sérgio
Choiti Yamazaki, Sidnei Eduardo
Lima Junior, Wilson do Prado, Yzel
Rondon Suárez*

**Universidade Federal da
Grande Dourados**

Reitor

Damião Duque de Farias

Vice-Reitor

Wedson Desidério Fernandes

COED

Coordenador Editorial da UFGD

Edvaldo César Moretti

Técnico de Apoio

Givaldo Ramos da Silva Filho

Conselho Editorial da UFGD

*Adáuto de Oliveira Souza
Lisandra Pereira Lamoso
Reinaldo dos Santos
Rita de Cássia Pacheco Limberti
Wedson Desidério Fernandes
Fábio Edir dos Santos Costa*



Alzira Salete Menegat

No Coração do Pantanal:
Assentados na Lama e na Areia
As Contradições entre os Projetos do Estado
e dos Assentados no Assentamento Taquaral - MS

Editora UEMS / Editora UFGD
Dourados/MS
2009

Direitos reservados a

Editora UEMS

Rodovia Dourados-Itahum, km 12
Cidade Universitária – Bloco B
Caixa Postal 351 – CEP 79804-970
Dourados - MS
Fone: (67) 3411 9112
editorauems@uems.br
www.uems.br/proec/editora

Editora UFGD

Rua João Rosa Goes, 1761
Vila Progresso
Caixa Postal 322
CEP 79825-070
Dourados - MS
Fone: (67) 3411 3622
editora@ufgd.edu.br
www.ufgd.edu.br

Capa

Wendel Alves Senatore

*Foto maior: foto de lote no Taquaral (imagem produzida pela autora, durante a pesquisa).
Foto menor: sorteio dos lotes do Taquaral (imagem cedida pela Comissão Pastoral da Terra/Corumbá).*

Revisão

Luiza Mello Vasconcelos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UEMS.

Menegat, Alzira Salete

No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as
contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no
assentamento Taquaral-MS / Alzira Salete Menegat. – Dourados, MS:
UEMS/UFGD, 2009.

196p.; 22 cm.

Bibliografia

ISBN 978-85-99880-12-8

1. Assentamentos rurais – Taquaral-MS. 2. Agrovilas rurais. 3.
Políticas de assentamento. 4. Divisão de espaço. I UEMS/UFGD. II
Título.

CDD. 20. ed. 333.318171

Agradecimentos

Agradeço às mulheres e aos homens assentados no Projeto de Assentamento Taquaral, que dentro de sua árdua jornada de trabalho aceitaram participar desta pesquisa, o que tornou possível o presente estudo. Suas histórias me mostraram que viver é maravilhoso e conflituoso e que sempre é possível a reconstrução de sonhos e de projetos mesmo quando os terrenos são movediços.

Nessa caminhada, contei com Ana Laura, filha gerada durante a trajetória da pesquisa, que, em seu silêncio, seu choro, suas primeiras palavras e hoje em sua “língua solta” de quem já é uma pequena-grande amiga, deu um novo sentido à minha vida e a esta etapa. Em seu aprendizado das pequenas coisas cotidianas, como andar, falar, comer e se vestir e hoje usar batom, tem me mostrado que nelas se iniciam as grandes conquistas da vida.

A meus pais, João Menegat e Anastácia Menegat, pessoas da terra com grossos e duros calos nas mãos, que me ensinaram que a terra pode ser o lugar de reprodução da vida.

As longas conversas que mantive com a Professora Doutora Teresinha D’Aquino, orientadora paciente que aceitou o desafio de participar do presente trabalho, foram fundamentais para o encaminhamento e entendimento de todo o processo de pesquisa, tornando-a, por isso mesmo, co-participante desta produção.

Os recursos viabilizados pela CAPES, por meio de bolsa de estudos, criaram condições para a realização desta pesquisa. Conteí, ainda, com a valiosa contribuição da Professora Doutora Rosana Cristina Zanellato Santos, que contribuiu com a correção formal do texto.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	11
<i>Prefácio</i>	13
<i>Assentamento Taquaral: as Muitas Contradições na Formação de um Novo Lugar</i>	17
O percurso da pesquisa no Assentamento Taquaral.....	22
O caminho metodológico	26
A estrutura do trabalho.....	29
Capítulo I	
<i>O Espaço Rural Sul-Mato-Grossense e a Construção do Taquaral: Um Breve Olhar</i>	31
As mudanças no espaço agrário de Mato Grosso do Sul.....	33
O movimento dos trabalhadores para a implantação de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul	42
Corumbá e a formação de assentamentos no santuário do latifúndio	47
Assentamento Taquaral: o novo lugar	55
Capítulo II	
<i>Os Novos Personagens do Taquaral e Suas Trajetórias: A Construção da Identidade do Assentado na Luta pela Terra</i>	67
O percurso trilhado pelas famílias assentadas no Taquaral.....	69
As marcas de uma difícil trajetória.....	83
Os acampamentos: espaços de solidariedade e esperança de uma vida melhor.....	87
A organização associativa das trabalhadoras e dos trabalhadores	91
A assistência técnica e fomentos	97

Capítulo III

Desencantamento na Construção dos Diferentes

Projetos no Novo Espaço de Assentamento: A

Negociação do Espaço e a Geração da Recusa 107

A estrutura das agrovilas, segundo o Estado..... 109

O olhar dos assentados sobre o projeto das agrovilas: a primeira contradição..... 114

Descompasso entre o projeto dos assentados e projeto do Estado 123

Capítulo IV

Taquaral: Expressão de Recusa, de Encanto, de

Desencanto e de Esperança..... 135

O projeto do Estado para o Assentamento Taquaral e a inadequação das terras 138

O contentamento com o novo lugar..... 143

O despontar do processo de desesperança: a segunda contradição..... 145

A desesperança nas terras do Taquaral: o assentamento na lama e na areia 149

Fincando raízes em terreno arenoso 157

A reelaboração do projeto inicial como condição para o enraizamento..... 160

O trabalho das mulheres: outro elo para a permanência no assentamento 166

Os Múltiplos Olhares do Movimento da Vida na

Construção do Taquaral..... 177

Referências 183

Apresentação

Este trabalho é resultado de tese de doutorado, defendida no ano de 2003, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, *campus* de Araraquara e que teve por objetivo estudar o Assentamento Taquaral, situado no município de Corumbá/MS, no que concerne às contradições entre o projeto de construção do assentamento e do novo modo de vida, sob a ótica do Estado e das famílias assentadas.

Essas contradições, que se evidenciaram ao longo do processo de demarcação dos lotes, da seleção das famílias e do assentamento, referem-se à organização do espaço, em especial à exigência da moradia nas agrovilas, e à concepção do modo de vida a ser construído na nova terra, e têm como pano de fundo a inadequação das terras escolhidas pelo Estado para o assentamento de famílias de agricultores modernos, com experiência em agricultura tecnificada.

Usando a metodologia da história oral, calcada em história de vida e depoimentos, a pesquisa permitiu resgatar a trajetória das famílias, os projetos para a nova vida na terra e o processo de reenraizamento.

Com a pesquisa, observamos que houve a recusa pelo projeto do Estado, com base em lotes de moradia nas agrovilas, mas ocorreu uma profunda mudança cultural e mesmo identitária: boa parte dos assentados, que na chegada ao Taquaral eram agricultores, tornaram-se pastores, numa estratégia que viabilizou a permanência no lote. Assentados na lama e na areia, mediante a mudança de atividade produtiva e da participação essencial das mulheres para a realização do projeto familiar, os trabalhadores constroem o Taquaral, o que demonstra que o modo de vida na nova terra resulta de um diálogo entre os sonhos, os projetos iniciais e a realidade vivenciada cotidianamente no assentamento.

Isso ocorre num embate em que estão em jogo não só a viabilização do assentamento, mas também a sobrevivência da reprodução familiar e os interesses dos outros personagens presentes na cena do assentamento, em especial o Estado.

É necessário esclarecermos que do trabalho de tese de doutorado para o presente livro, suprimimos a primeira parte dela, na qual analisamos

teoricamente a formação de assentamentos rurais na realidade brasileira. Retiramos, ainda, todas as imagens (mapas e fotografias), mantendo as demais partes no formato original; somente atualizamos alguns dados, como, por exemplo, o número de assentamentos criados em Mato Grosso do Sul, e de famílias beneficiadas com lotes de terras nesses novos lugares. Por isso, em virtude do tempo que separa o período da realização da pesquisa para a construção da tese e a data da publicação desta obra, algumas informações já não representam a realidade.

Alzira Salete Menegat

Prefácio

Migrante gaúcha, em busca de novo local para fincar raízes, a pesquisadora Alzira Salete Menegat chega ao Mato Grosso do Sul em 1987, onde se identifica com aqueles que, como ela, têm sua identidade marcada pelo modo de vida ligado à campesinidade. Filha de pequenos colonos no estado do Rio Grande do Sul, viveu a relação de afetividade e cumplicidade do homem com a terra-mãe, participando do plantio, capinando a terra, efetuando colheitas e participando dos medos e alegrias inerentes à vida em relação estreita com a terra.

Como extensionista rural, acompanha o dia-a-dia dos trabalhadores e trabalhadoras assentados no estado do Mato Grosso do Sul em seus esforços para construir a vida no novo lugar, garantindo a produção e a reprodução do lote e da família. Assim nasce sua pesquisa, apresentada como Tese de Doutorado à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, sob nossa orientação.

Reunindo de forma rara a competência e a emoção, dedica-se a ouvir atentamente as falas dos assentados, percorre suas memórias e reconstrói a trajetória de luta antes e depois da chegada ao assentamento escolhido, o Taquaral. Pesquisa documentos em busca das concepções, projetos e ações dos outros atores envolvidos na construção do assentamento, como os agentes do Estado e da Igreja, por meio da CPT.

Intriga-a, sobretudo, a luta dos assentados para permanecer naquela terra: assentados na lama e na areia, no coração do Pantanal, os homens e mulheres partilham com a pesquisadora os seus temores e as suas interpretações sobre o sucesso/insucesso do seu projeto de vida. Desvendam juntos as motivações do Estado, ao assentá-los naquele solo em que é quase impossível “fincar raízes”: “limpar” o meio urbano da incômoda presença dos demandantes por terras acampados nas praças das diversas cidades. Desvendam juntos as razões da aceitação e da recusa aos projetos do Estado, que não coincidem com os seus projetos: querendo ser agricultores, são assentados em terras impróprias para o cultivo e historicamente dedicadas à pecuária extensiva; querendo viver em seus lotes, como produtores familiares, são forçados a aceitar a moradia nas agrovilas. É assim que a Autora passa a compreender o espaço do assentamento como um instrumento político, em que se situam diversos sentidos, ideologias,

produção cultural e manipulações por parte da classe dominante e do Estado. E é assim que resgata os valores culturais dos assentados, elementos fundamentais na desarticulação do espaço criado pelo Estado.

Dando voz a pessoas como o senhor Antonio, a pesquisadora alcança as zonas de silêncio que compõem a memória:

A senhora está vendo essa cicatriz aqui (mostra uma cicatriz grande em seu braço)? Essa eu ganhei quando a polícia despejou o nosso acampamento lá da praça do município de Novo Mundo, que foi o primeiro lugar que nós acampamos quando voltamos do Paraguai. Nós acampamos na praça e o prefeito não gostou e mandou que a polícia expulsasse a gente de lá... Era tanto soldado com arma grande, dando borrachada na gente que ninguém teve tempo nem de ajuntar as tralhas... Foi uma luta que começou muito antes da gente vir para Corumbá, que se a gente contar, muitos não vão acreditar... Por isso que a gente conta as coisas que a gente lembra mais, mas tem coisas que a gente não lembra porque esquece. Também tem coisas que não gosta nem de lembrar, porque foi tanto sofrimento que só quem estava nos acampamentos é que sabe o que passa...

Penetrando na fala de outros assentados, como o senhor Vitor, a pesquisadora acompanha os vários momentos da história de lutas dos assentados: a luta pela terra e, após o assentamento, a luta pela permanência no lote e a redefinição dos projetos iniciais como garantia de reconstrução de sua identidade de homem rural:

Eu sempre trabalhei e sempre gostei de trabalhar com lavoura, porque ela é a vida de gente. Eu fui do Paraná para o Paraguai com o objetivo da lavoura e voltei de lá para o Brasil com esse objetivo. Voltamos para morar no Brasil da gente, para morar na roça e assim acabamos no Taquaral. Aqui no primeiro ano de plantio a coisa até que deslanchou, parecia que o Taquaral ia ser tudo o que as famílias queriam. Mas sem demora começaram a surgir as dificuldades. O pessoal começou a fazer lavoura porque a origem dos parceiros que aqui foram assentados era da lavoura e queriam produzir. Só que foi indo nessa insistência com a lavoura e ela não dava o que a gente esperava. Então, o que tivemos que fazer foi começar a pensar em outra coisa que não mais a lavoura...

Sintetizando as múltiplas contradições envolvidas na luta por terras, no assentamento e na nova vida na terra, a pesquisadora traz outra fala do senhor Vitor:

Essa terra daqui não dá para plantar lavoura, que a lavoura não vai bem, mas se hoje deixarmos esse lote da gente, vamos ter que ir para acampamento

novamente. Então, se eu fizer isso, eu vou passar a minha vida inteira contando o que eu tinha e já não tenho mais. Se hoje eu falo da minha vida no Paraguai e das terras de lá, amanhã você pode me encontrar em um acampamento e eu vou contar a história de quando eu tinha um lote no Taquaral. Então, não era isso que a gente queria e não é isso que a gente quer. Nós não queremos contar a história do que tínhamos, mas do que conquistamos e ainda temos hoje. Por isso que eu não saio daqui, porque aqui eu tiro para o meu sustento e de toda a minha família. Não dá para ficar rico e nem para plantar lavoura, que é o que gostamos de fazer, mas dá para viver com a família sem passar fome.

Graças à sua empatia com os entrevistados e à sua intimidade com o tema, a Autora emprega habilmente a história oral e traz, neste livro, uma importante contribuição aos estudos sobre os assentamentos rurais. Filia-se ao grupo de pesquisadores da UNESP que, desde 1986, dedica-se a percorrer junto com os demandantes por terra hoje assentados, os passos da luta e os caminhos da chegada à terra e da construção da nova vida.

Este livro apresenta ainda grande relevância para a história regional e deve tornar-se referência necessária para conhecer uma face meio oculta do estado de Mato Grosso do Sul: a luta do pequeno produtor assentado nas terras do Pantanal.

Teresinha D'Aquino
Lins/SP, 12 de novembro de 2005

Assentamento Taquaral: as Muitas Contradições na Formação de um Novo Lugar

Aqui no Taquaral tem diversos companheiros que estão caçando um lugar bom para viver, com terra boa para plantar. Eu já falei para eles que esse lugar não existe mais, e se existe, tem dono, está cercado. Acho que lugar melhor e com mais facilidade só existe lá pela Suíça, nesses países em que as rendas são bem distribuídas, bem administradas e não se explora tanto o pobre. Está certo que lá o povo também trabalha, mas vive com maior facilidade, comodidade do que aqui no Brasil. O trabalhador desses países vive melhor porque lá tem governo, boa administração e melhor distribuição de rendas. Aqui no Brasil é diferente, é um país rico, bom, mas o povo, para viver, tem que trabalhar e trabalhar dobrado. Aqui se a gente facilitar acaba passando miséria (OTAVIANO. 72 anos. Assentado no Taquaral).

Assentamento Taquaral: as muitas contradições na formação de um novo lugar

Este trabalho direciona-se para o entendimento das contradições existentes entre a prática do Estado e os interesses dos assentados, surgidas no decorrer do assentamento de famílias no Projeto Taquaral, instalado no ano de 1989, no município de Corumbá, estado de Mato Grosso do Sul.

O Estado, por intermédio do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, instalou naquele assentamento, uma infraestrutura baseada em agrovilas rurais destinadas à moradia de famílias assentadas. No total da área do Taquaral foram parcialmente instaladas três agrovilas, divididas em pequenos lotes, de quatro mil metros quadrados cada (quase 0,5 hectares – ha), distribuídos pelas ruas das agrovilas. Assim, os assentados beneficiados com lotes de terra passaram a ter direito a dois lotes: um de tamanho menor, localizado na área de uma das três agrovilas, que por suas proporções destinava-se unicamente à moradia da família e à criação de pequenos animais, e que doravante denominaremos “lote de moradia”; o outro lote, de tamanho maior, em torno de 16 ha, localizado ao longo do projeto e próximo à área de uma das agrovilas, destinava-se ao desenvolvimento de atividades agrícolas, por nós denominado “lote de produção”. Com o sistema de agrovilas, as famílias deveriam percorrer uma distância que varia entre 1 e 6 km, deslocando-se diariamente da agrovila para o lote de produção. Hoje, no espaço para a instalação das agrovilas, encontram-se terras ociosas, em virtude da preferência pela estrutura familiar, organizada no lote de produção, que tiveram a maioria dos 394 assentados.

No ano de 1989, quando as famílias ainda estavam acampadas em área comunitária à espera da desapropriação e divisão da área, nos primeiros contatos que tivemos, percebemos que não desejavam viver em agrovilas. Por isso sentimos a necessidade, em um primeiro momento de nosso trabalho, de investigar o que moveu essas famílias a assentarem-se no lote de produção e não no lote de moradia na agrovila.

Diversas foram as indagações que nortearam inicialmente esta pesquisa, dentre elas levantamos a hipótese de as famílias relacionarem a construção da casa no lote de produção ao modo de vida anterior, adotado como referência

e modelo na chegada à nova terra. Outro motivo da recusa da moradia na agrovila parece ter sido a demora na construção da infra-estrutura.

Interessou-nos, ainda, observar se a tentativa de imposição desse modelo pelo Estado de alguma forma significou para as famílias limitação à sua liberdade de decidir sobre a organização da vida e da moradia, enfim, a liberdade para construir o “seu lugar”.¹ O lote de moradia, muito pequeno, impossibilitava conjugar o espaço da produção e da reprodução, o espaço da atividade produtiva e da vida familiar.

Temos como hipótese que a separação entre público-privado é típica do meio urbano, onde o trabalho assalariado fora de casa leva à separação entre as duas jornadas. No meio rural ela é artificial, pois o espaço e o modo de vida tendem a ser construídos de forma a conjugar o trabalho produtivo e reprodutivo. Por isso acreditamos que as famílias viram nas agrovilas impostas pelo Estado, um rompimento com seu projeto de vida e é nessa separação que acreditamos residir a raiz da recusa, uma vez que procuravam estabelecer em um único lugar uma espécie de junção entre tempo de trabalho e tempo de vida, sendo o tempo e o espaço da produção e da reprodução contínuos.

As famílias do Taquaral desejavam um estilo de vida que permitisse a combinação do conjunto indicado por Woortmann (1990), casa-quintal-trabalho, em que a produção e a reprodução familiar ocorressem ao mesmo tempo e no mesmo espaço, valores cultivados por aqueles que têm seu modo de vida ligado à campesinidade.²

Por isso acreditamos que no Taquaral confrontaram-se os dois desejos que nos são indicados por D’Aquino (1994b): de um lado, aquele demandado pelo querer dos assentados, calcado na contigüidade entre espaço de produção e de reprodução da família, de vida, portanto, e de outro, o projeto pensado e aplicado pelo Estado, tendo as agrovilas como ponto referencial da infra-estrutura no assentamento.

No entanto, com o desenrolar da pesquisa, outros conflitos entre a postura do Estado, por meio de seus agentes e suas práticas no Taquaral, e os interesses dos assentados foram sendo observados, o que nos fez ampliar as indagações de nossa pesquisa. Passamos a questionar, também, quais foram os verdadeiros fatores determinantes na destinação das terras do Taquaral para o assentamento de famílias demandantes por terra.

Procuramos apreender ainda os princípios que regeram a prática dos agentes do Estado, ao conceber o assentamento Taquaral, se o interesse esteve

1 Entendemos *lugar* na concepção de D’Aquino: “um lugar mítico, construído como local de moradia, de criação-recriação da sociabilidade, objeto de trabalho e meio de vida” (1997a, p. 30).

2 O termo é de Klaas Woortmann (1990), que indica o indivíduo portador de elementos ligados à cultura camponesa.

voltado às necessidades das famílias demandantes por terra ou à necessidade premente do Estado de apaziguar conflitos. No processo de implantação de assentamentos ficam evidentes as contradições e as dificuldades do próprio Estado em desapropriar áreas destinadas a criar novos espaços.

Cabe indagar também se as características geográficas da terra, sua aptidão agrícola e o regime de chuvas foram levados em consideração ao se proceder ao assentamento das famílias. Por último, sentimos a necessidade de investigar o tratamento dado pelo Estado à séria questão ecológica, posta quando se assenta famílias de tradição agrícola moderna em terras de lama e de areia como as do Taquaral.

Nossa hipótese é a de que a história de vida dos demandantes por terra, suas tradições e seus interesses, não foram levados em consideração pelos agentes do Estado, como, aliás, sempre acontece, no momento de escolher a terra para seu assentamento.

Diante das sérias contradições observadas, entre a prática dos agentes do Estado e os interesses dos assentados, sentimos a necessidade de ampliar o âmbito de nossa pesquisa, que, inicialmente, seria dedicada à recusa ao projeto de agrovilas do Estado. As observações de pesquisa permitem afirmar que há várias contradições entre o projeto do Estado e o projeto dos assentados na implantação do Projeto de Assentamento Taquaral.

As contradições presentes revelam a dinâmica da construção do novo modo de vida, que coloca novas contradições e exige novas respostas e até mesmo rupturas com projetos formulados enquanto os trabalhadores, hoje assentados, apenas sonhavam por terra, ou enquanto se colocavam como demandantes.

Acreditamos que, ao evidenciarmos a situação dos trabalhadores da terra na produção de seus espaços no assentamento definitivo, ofereceremos subsídios para as instituições envolvidas com os assentamentos, levando-as, quem sabe, a pensá-los a partir do agente direto – o assentado. Tendo como ponto de partida os desejos dos pequenos produtores assentados, os novos lugares ganharão características de espaços onde se assegurem situações de vida digna aos seus beneficiários.

Com esta pesquisa, procuramos também preencher lacunas científicas, já que constatamos que são poucos os estudos em Mato Grosso do Sul que permitem conhecer as questões referentes à formação de novos espaços e quanto às condições reais de vida das famílias que fazem parte dos assentamentos de reforma agrária.³

3 Destacamos os trabalhos de Fabrini (1995), Souza (1992 e 1997) e Farias (1997 e 2002).

O percurso da pesquisa no Assentamento Taquaral

Durante os contatos feitos no encaminhamento da pesquisa em Corumbá, realizados junto às diversas instituições de apoio ao assentamento e aos jornais daquela cidade, pudemos perceber o quanto o processo de pesquisa é instigante e cheio de significados, especialmente se o trabalho em questão encontra-se voltado para assentamentos rurais. Ainda hoje, os assentamentos são vistos pelo viés de uma discussão polêmica e até mesmo preconceituosa. Tratar de assentamento significa tratar de mudanças muitas vezes pouco esclarecidas ou carregadas de significados produzidos e retransmitidos, quer pelo Estado, quer pela classe dominante, que procuram informar a opinião pública conforme as políticas que lhes são mais favoráveis. Esse fato acaba por esconder a verdadeira importância de se efetivar medidas concretas em relação a mudanças agrárias. Por isso o projeto de reforma agrária brasileiro apresenta um significado maior de reforma do que realmente de efetivação de mudanças no espaço rural.

O espaço de assentamento na realidade brasileira tem conhecido pequenas reestruturações, conseguidas a duras penas por meio da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais organizados, que têm usado o modo “formiguinha”, baseado no avanço/recuo, mas sempre em contínua caminhada, na tentativa de alcançar alguma mudança.

Notamos que o discurso conservador do governo, ao se referir à questão de terras no Brasil, tem feito com que a opinião pública acabe, por vezes, por reproduzi-lo e conceber os assentamentos com base na fórmula “conta-gotas”, sem defender uma política mais efetiva que vise realmente redimensionar o espaço rural brasileiro.

Consideramos a pesquisa em assentamentos uma fascinante empreitada, assumida, geralmente, por aquelas pessoas que mantêm vínculos com o espaço rural, ou ainda por aquelas que mesmo não possuindo esses vínculos, são movidas por dúvidas no que se refere às relações que compõem e estruturam esse universo. O processo de pesquisa em assentamentos nos traz diversos (contra)tempos: de alegrias, pelo sucesso nas investigações; de muitas idas e voltas a um mesmo lugar; de cansaço e mesmo até de desânimo; de tristeza, pelos discursos contrários; de novas descobertas e, especialmente, um tempo de conhecimento de novos personagens, não só os assentados, mas também aqueles personagens que falam dos assentados.

Se durante o processo de pesquisa percebemos alguns olhares negativos sobre os assentamentos, produzidos, por vezes pelos mediadores, isto se desfez

quando procuramos os assentados. As longas conversas que mantivemos com mulheres e com homens assentados no Taquaral, apesar das agruras enfrentadas em seus cotidianos, representaram os momentos mais gratificantes da pesquisa de campo. Nessas conversas, como veremos ao longo deste trabalho, os assentados expuseram diferentes imagens: de luta, de migração, de *perambulação*⁴ por diferentes lugares, de busca por terra e especialmente de esperança na vinda de dias melhores que mudassem o cotidiano vivido.

Foram momentos especiais da pesquisa, especialmente para quem, como nós, que possui raízes na terra: por meio dessas conversas, retornamos ao mundo rural e a todo o processo que envolve esse espaço de trabalho, de produção e de vida.⁵ Ouvir as histórias dos assentados nos fez transpor os limites de tempo e de espaço e acompanhar o caminho que cada um percorreu.⁶

Em busca de informações que nos permitissem melhor entender a forma como foi organizado o Assentamento Taquaral, empreendemos também a busca e a consulta de documentos inscritos no INCRA, nas associações dos trabalhadores do Taquaral, no Sindicato Rural e nos jornais de Corumbá.

No INCRA, agência de Corumbá, órgão que interage diretamente com as famílias desde o princípio do assentamento, coletamos dados referentes à implantação do assentamento, à quantidade de famílias instaladas, ao processo de seleção, à origem das famílias e outras informações pertinentes ao tema pesquisado. Nas associações existentes no Taquaral, buscamos informações que nos permitissem perceber a organização dos assentados e assim observar sua influência no pós-assentamento. No Sindicato Rural, buscamos verificar sua atuação junto aos assentados, especialmente no que diz respeito às ações

4 Este é um termo usado por Martins (1991) para mostrar a situação de indefinição e de descaço em relação àquelas famílias que se encontram excluídas do processo agrícola.

5 É necessário elucidarmos que o interesse no aprofundamento da discussão referente à composição do espaço rural brasileiro, decorreu também das referências que construímos ao longo de nossa vida em contato com a terra. Essas referências têm suas raízes em nossa infância, uma vez que como filha de “pequenos colonos” instalados na e vivendo da terra até os dias de hoje, no Estado do Rio Grande do Sul, vivenciamos e participamos desde cedo da relação de afetividade e de cumplicidade que se estabelece entre o homem e a terra. Em nossa infância e adolescência, participamos, juntamente com os demais membros da família, dos trabalhos diários da roça, realizando plantios, capinando a terra, efetuando colheitas, torcendo ora para que as chuvas parassem, ora para que elas viessem, pois de seu ciclo regular dependiam as boas colheitas. Com elas havia a garantia do pagamento das prestações referentes à compra da terra junto aos bancos o que preservava o direito a nossos pais de continuarem trabalhando e vivendo nela. Era um trabalho árduo e que naquela época dependia exclusivamente da força da família e dos animais para as atividades de arar e de transportar produtos, com o uso de uma tecnologia rudimentar, baseada em instrumentos como o arado, o carro de boi, as enxadas, as foices e principalmente a força de homens, mulheres e crianças. Essa realidade nos fez vivenciar tempos difíceis e de muito trabalho, ouvindo de nossos pais histórias de tempos ainda mais difíceis, sempre tendo a terra como centro de identidade e de reprodução da vida.

6 Acreditamos que o processo de pesquisa normalmente ultrapassa as dimensões previamente estabelecidas, tornando-se parte de nossas vidas.

atualmente desempenhadas. Estivemos também em dois jornais, *O Momento* e o *Diário da Manhã*, que foram os jornais que, quando da implantação do assentamento, acompanharam todo o processo que levou à formação do Taquaral. Como o jornal *O Momento* não mantém um arquivo dos números publicados, pudemos contar somente com as notícias publicadas pelo *Diário da Manhã*.

Nossa pesquisa foi realizada entre os anos de 1999 e 2001, cumprindo um percurso de três etapas: a primeira ocorreu nos meses de janeiro e de fevereiro de 1999, quando partimos para campo, a fim de verificar a maneira como estava organizado o Assentamento Taquaral. Como já conhecíamos a realidade daquele assentamento, nesse retorno buscávamos avaliar o que mudara.

Na segunda etapa de pesquisa no Taquaral, que ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2000, buscamos realizar nosso trabalho de pesquisa junto aos trabalhadores e às trabalhadoras daquele projeto. A terceira visita deu-se nos meses de setembro a dezembro de 2001, com o objetivo de contactar as instituições de apoio ao assentamento, para apreender a ação dos mediadores na formação do assentamento e na situação atual do Taquaral.

Durante todo o processo de pesquisa, fomos contemplados com a boa receptividade por parte das famílias contactadas e das instituições de apoio envolvidas. Notamos que mesmo em sua árdua jornada de trabalho, encontraram tempo para conversarmos e, muitas vezes, mostraram-se até agradecidas por estarmos desenvolvendo um trabalho que mostraria a história de suas vidas e a difícil situação vivida no Taquaral. Outras vezes, pediam desculpas pela sua “conversa errada” de pessoas do campo, com pouca instrução escolar.

O processo de escolha dos assentados a entrevistar considerou a diversificação quanto a: gênero, localização do lote, participação ou não nas decisões, dentre outras condições. Em face de nosso objeto de pesquisa, selecionamos os detentores da posse de lotes desde a instalação do assentamento e, não, pessoas agregadas na área ou aquelas que se tornaram proprietárias em um momento posterior à instalação do assentamento, em virtude delas não terem participado da decisão pela implantação das agrovilas. Procuramos ouvir pessoas que eram consideradas líderes na ocasião da implantação do projeto, quando se definiu o sistema de agrovilas, e as que hoje são tidas como líderes no assentamento. Outro critério foi ouvir as histórias tanto de pessoas que moram em lotes de produção como daquelas que moram nos lotes de moradia nas agrovilas, diversificados também quanto à sua dispersão na área do assentamento que envolve as três agrovilas. Essa preocupação se deu em

razão da existência de diferenças na qualidade do solo na área do assentamento, fato que pode ter interferido na decisão dos assentados de morar ou não nos lotes de moradias nas agrovilas. Como hoje são apenas seis as famílias que residem nas agrovilas, decidimos ouvir todas; quanto aos demais informantes, eles residem em lotes de produção.

Nosso roteiro de trabalho foi o seguinte: inicialmente fazíamos uma visita à propriedade, para um primeiro contacto, a fim de explicarmos nosso trabalho. Dias depois, retornávamos ao lote para registrar a história de vida dos residentes. Fazíamos também visitas periódicas nos dias das feiras maiores (às quartas e aos domingos), ocasiões em que pudemos observar a venda de produtos. Para a realização de nosso trabalho, organizamo-nos da seguinte maneira: durante a semana, entrevistávamos homens e mulheres que trabalhavam somente em seus lotes, quer em atividades da roça, quer da casa. Os domingos foram reservados, na parte da manhã, para a ida à feira; na parte da tarde, partíamos para o assentamento, com a finalidade de contactar as pessoas que trabalhavam nas feiras e aquelas que trabalhavam no assalariamento doméstico urbano.

O contacto prévio garantiu o acesso aos vários locais em que se desenvolvem as atividades dos assentados. Nas casas, observamos a realidade vivida por homens e mulheres, suas atribulações e as relações estabelecidas nos diferentes espaços. Nas feiras livres, em que parte das famílias, especialmente as mulheres comercializam produtos oriundos de seus lotes, observamos o quanto esse trabalho é exaustivo, realizado sob um sol escaldante. No entanto, pudemos observar que se constitui num espaço significativo, onde o trabalho se amalgama com o lúdico, num momento de descontração nas manifestações de sociabilização. Tal como na feira, a roça aparece e é revelada nas falas com igual força, mostrando o significado que a terra tem na vida de mulheres e homens.

Importantes foram também outras oportunidades de encontro, quer conversando nas casas das famílias, quer atendendo ao convite que às vezes nos faziam para almoçar, ou ainda na hora do cafezinho, “agrado obrigatório” que recebemos em todas as casas visitadas.

O fato de termos um conhecimento prévio do Assentamento Taquaral⁷ facilitou nossa inserção e compreensão do modo de vida daquelas famílias. Como

7 Atuamos na área como extensionista rural na antiga Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – EMPAER, hoje Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul – IDATERRA, onde desenvolvemos diversos trabalhos, dentre eles, o fomento a convênios entre as famílias e as instituições governamentais durante o período de 1987 a 1993.

técnica, tivemos a oportunidade de acompanhar o dia-a-dia dos trabalhadores e das trabalhadoras inseridos no Taquaral. No retorno ao Assentamento, não mais como membro da EMPAER, mas desta feita para a realização da pesquisa de Doutorado, comprovamos que o conhecimento prévio do pesquisador facilita a aceitação do trabalho de pesquisa e também o envolvimento dos assentados. As pessoas consideradas conhecidas e identificadas com seu modo de vida estão mais aptas a merecerem sua confiança.⁸ Esse conhecimento nos ajudou no estabelecimento dos contatos e na compreensão de certas expressões ou maneiras de falar utilizadas pelas pessoas da região.

Durante o trabalho de coleta, além dos contatos com as famílias, entrevistamos também um técnico do INCRA, dois agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dois técnicos do IDATERRA, as instituições que participaram mais ativamente da implantação do assentamento e ainda hoje atuam na assistência às famílias do Taquaral, para verificar qual foi a participação das famílias e do Estado na organização das agrovilas.

O caminho metodológico

Considerando a natureza subjetiva das questões envolvidas neste estudo, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, porque contempla a apreensão e o tratamento dos aspectos por nós priorizados, assegurando uma compreensão e interpretação criteriosa da realidade. É uma metodologia que possibilita ao pesquisador chegar mais próximo da realidade do objeto estudado, não se voltando unicamente para o aparente, mas também para o *indizível*,⁹ como nos indica Queiroz (1987). Em muitos casos, o *indizível* traz à tona muito mais do que o dito ou do que se apresenta aos nossos olhos.

Buscamos a percepção da construção dos espaços no Taquaral com base na história das famílias lá instaladas. Para isso optamos por fazer uso da história oral, uma vez que, como observa Demartini (1994), existem inúmeras vantagens no trabalho com essa perspectiva, dentre elas, o fato de o pesquisador

8 Nosso trabalho prévio como extensionista criou expectativas e, algumas vezes, criou confusões na mente do assentado, que em vez de responder o que estava sendo perguntado, punha-se a fazer queixas, críticas ou solicitações. Para dirimir essa confusão, procuramos, durante o processo de pesquisa, esclarecer aos assentados as diferenças existentes entre nosso trabalho anterior, para aquele que nos levava novamente ao assentamento, evitando que criassem expectativas de que poderíamos trazer benefícios imediatos.

9 O *indizível* de que nos fala Queiroz (1987), presente nas emoções (esfregar de mãos, sorrisos soltos, choros, silêncios etc.) se encerra nos relatos. Nesses casos, observamos que o *indizível* tem significado fundamental no processo de pesquisa, podendo ser visto, por um lado, como uma comprovação do que está sendo narrado, e, por outro, como um complemento importante da fala de quem está sendo ouvido.

e o entrevistado poder realizar a construção de documentos. No momento em que o pesquisador elege os informantes da história, bem como os relatos que pretende estudar, construirá documentos partindo das pessoas e das visões que pretende trabalhar.

Tomamos o cuidado de nos aproximar da realidade dos assentados, tentando estabelecer pontos de contacto entre a memória individual e a memória coletiva, uma vez que, como observa Pollak (1989), são exatamente esses pontos de contato que tornam possível a reconstrução das lembranças sobre uma base comum. Por isso, em suas formulações, Pollak (1992) vislumbra a memória como um elemento construído pelo sentimento individual e pelo sentimento coletivo, podendo servir de fonte para a reconstrução do perfil de uma pessoa ou de um grupo. Por via da história oral, podemos estabelecer uma outra história, construída com base nas lembranças vividas, sejam elas individuais ou coletivas, e que normalmente não são consideradas pela história oficial.

Para recuperar o sentido da recusa pelas agrovilas e as contradições existentes entre a prática do Estado e os interesses dos assentados, pareceu-nos fundamental recorrer a estudos que analisam a construção do espaço. Nesse sentido, as reflexões de Lefebvre (1976) foram de grande valia, pois, para ele, o espaço deve ser pensado com base na premissa do espaço vivido. Nessa concepção, todo o espaço é construído, produzido, projetado. O espaço encontra-se ligado à prática social, o que o torna social. E por se referir ao vivido, ele não é neutro, nem puro, sendo um produto da sociedade, engendrado pelas relações estabelecidas entre os homens.

O espaço é visto por Lefebvre como um instrumento político, passível de ser intencionalmente manipulado tanto por um indivíduo como pela classe dominante ou mesmo pelo Estado, na busca de objetivos próprios. Por isso o espaço é o ponto fundamental da organização da sociedade, uma vez que nele situa-se o sentido da reprodução de um conjunto formado por diversos elementos: espaços educativos, de produção, de ócio, de cotidianidade, de ideologias e de valores culturais, que podem ser articulados e desarticulados.

No Assentamento Taquaral, temos um exemplo de espaço ao mesmo tempo articulado e desarticulado. A forma como foi planejada, a disposição engendrada para os lotes de produção e para os lotes de moradia nas agrovilas, partindo do poder do Estado, sem a participação das famílias que nele foram instaladas, mostra a articulação do espaço partindo do poder do Estado. Porém, isto não significa dizer que esse poder sempre seja aceito. No caso do Taquaral, ele passou por uma desarticulação no momento em que os assentados

construíram um novo espaço no lote de produção, recusando aquele projetado nas agrovilas.

Outro suporte que nos pareceu fundamental para conseguirmos chegar mais próximo do entendimento da situação do Taquaral, foi o referencial teórico de identidade. A identidade é, na vida cotidiana, como indicado por Pena (1992), um referencial que serve para a percepção do social e do próprio indivíduo, uma idéia ou uma noção que permite perceber o mundo e apreendê-lo como dotado de sentido. Apreendemos a identidade não como algo posto e imutável, mas como um processo que se constrói de forma dinâmica e dialética, sendo, ao mesmo tempo, individual e social. Ao interagirem nos grupos, os indivíduos articulam uma inter-relação entre a identidade individual e a identidade social. Concordamos com Alonso de Andrade quando ela assevera que a identidade do indivíduo é um “constructo, que ao longo da vida se reveste cumulativamente de várias facetas identitárias e até contraditórias entre si, mas que mantêm certa organização e coerência” (1997, p. 2).

Refletir sobre a construção da identidade dos homens e das mulheres hoje assentados no Taquaral, donos de uma longa história de migração e de busca por terra, é admitir que essa construção represente um processo complexo e que envolve os elementos indicados por Oliveira (1976) e Franco (1992), a saber: a memória das lutas passadas de cada um, as experiências vividas em grupo e as tradições históricas e culturais.

Falar da identidade dos assentados pressupõe definir quem são eles. Concebemo-nos como *campesinos*, ou seja, portadores de elementos que constituem a forma de vida camponesa,¹⁰ mesmo que tenhamos observado mudanças na concepção tradicional. São famílias que atualmente desenvolvem em seus lotes a produção de subsistência e para a venda do excedente. Na busca por terra, acalentaram o sonho de conquistar um quinhão para nele poderem construir um espaço de articulação entre vida e trabalho.

Mesmo com as dificuldades que conheceremos adiante, hoje os assentados dispõem de lotes de terra que cultivam empregando sua força de trabalho, em contraposição ao período em que viviam do assalariamento e do arrendamento, ou mesmo ao tempo da exclusão,¹¹ da beira da estrada, do

10 Diversas são as teses que mostram que o sitiante de nossos dias é um camponês. Podemos aqui citar os trabalhos de Ellen e Klaas Woortmann (1997), Farias (2002), entre outros. Para Wanderley (1999), o pequeno agricultor que se encontra inserido na chamada agricultura familiar seria a continuidade, com algumas mudanças na forma de produzir e viver, do camponês de antigamente.

11 Ao longo do presente trabalho, empregamos o termo exclusão, usado na concepção de Martins, que traduz privação, pobreza, enfim, “privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação do bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança” (1997, p. 18). O problema da exclusão nasce, segundo Martins, com a sociedade capitalista que desenraíza, exclui,

barraco, quando precisavam “comprar de tudo”. Porém, no novo espaço de assentamento, convivem com as dificuldades relativas à forma de produzir, enfrentando especialmente o difícil caminho para os financiamentos, criando estratégias diversas na construção de seus próprios projetos.

A estrutura do trabalho

Tendo em vista a preocupação de entender as diferentes expressões da recusa em face do projeto do Estado para o Projeto de Assentamento Taquaral com base na memória dos assentados e partindo dos conceitos de espaço e de identidade, organizamos nosso trabalho em quatro capítulos. No Capítulo I, lançamos um breve olhar sobre a estrutura fundiária no estado de Mato Grosso do Sul, atentando para a composição rural e para as ações direcionadas para as mudanças. Analisamos também a estrutura fundiária do município de Corumbá, local onde se encontra instalado o Assentamento Taquaral, objeto de nosso estudo. Ainda no Capítulo I, procuramos mostrar o processo de implantação do Assentamento Taquaral, analisando a forma como o Estado estruturou o assentamento e a ação das famílias diante do modelo proposto.

No Capítulo II, acompanhamos a trajetória das famílias assentadas no Taquaral, verificando sua caminhada até a chegada à terra. É comum encontrarmos no Taquaral famílias que saíram do sul do Brasil e seguiram em direção ao Paraguai, com o objetivo de conseguirem ampliar a área que possuíam no estado de origem ou mesmo tornarem-se possuidores de um quinhão de terra. Também há pessoas que migraram de estados nordestinos em direção ao Paraná, para trabalharem na lavoura do café, e de lá, com a decadência da cafeicultura, também seguiram para o Paraguai, em busca de soluções para sua exclusão, retornando ao Brasil em meados da década de 1980, quando as políticas sinalizavam para a reforma agrária. Entre as 394 famílias do Taquaral, 89 são naturais de Corumbá e as demais oriundas de outras regiões e estados brasileiros.

O Capítulo III foi construído a partir do olhar dos assentados sobre a estrutura implantada pelo Estado no Taquaral, especialmente em relação às agrovilas, que foram os espaços a princípio pensados pelo Estado para o Taquaral, em contraste com aqueles idealizados pelos assentados. Analisaremos os fatores que moveram as famílias a escolher morar nos lotes de produção e

“empurra as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade”, para depois “incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (1997, p. 32).

não nos previamente designados pelos agentes do Estado para a moradia nas agrovilas, tentando descobrir se isso foi motivado pela organização associativa ou por uma prática regida pelo modo de vida anterior ao assentamento definitivo.

No Capítulo IV, buscamos analisar como são construídos os diferentes projetos dos assentados. Durante a pesquisa de campo, percebemos na fala de parte dos assentados, certa frustração com relação às terras do Taquaral, uma vez que nelas eles não produzem da forma como esperavam. Em alguns relatos, é perceptível o descontentamento, especialmente por parte daquelas famílias que se encontram localizadas em faixas onde as terras são impróprias para o desenvolvimento de atividades agrícolas, fato que faz com que estejam voltados para fora do Taquaral, uma vez que acalentam ainda o desejo de um lugar onde haja terra de boa qualidade. Já outros, embora explicitem a contradição entre o projeto inicial e as terras em que foram assentados, mostram a construção de condições de permanência, numa reelaboração de seus projetos de vida, o que vem resultando em novos projetos e na redefinição de suas práticas. Ainda no Capítulo IV, discutimos a participação das mulheres na formação do novo lugar, em virtude de terem sido elas as agentes diretas da luta pela permanência da família no acampamento e nos primeiros anos do assentamento em Corumbá.

CAPÍTULO I

O Espaço Rural Sul-Mato-Grossense e a Construção do Taquaral: Um Breve Olhar

A gente está aqui hoje por causa das circunstâncias da maioria do povo aqui do Taquaral, que quase todos têm a mesma trajetória. No meu caso, especificamente, a gente morava na região de Dourados, e como muita gente que aqui está hoje, lá a gente era arrendatário. Mesmo aqueles que estão aqui hoje e vêm de outras regiões e de outros estados, a gente vê a história deles mais ou menos parecida. Então, com o começo da mecanização na região em que a gente morava, os proprietários das terras começaram a expulsar de suas terras muitos arrendatários. Começaram a expulsar aqueles que não tinham terra, como a gente. Foi assim que fomos ficando sem alternativas. Chegou em um ponto do estrangulamento, que o pessoal que trabalhava na lavoura, na agricultura, foi ficando sem espaço. Como a gente não gostava de morar na cidade, a gente procurou se organizar na luta para tentar conquistar um pedaço de terra. Foi assim que a gente chegou aqui no Taquaral (HERMENEGILDO. 59 anos. Assentado no Taquaral).

CAPÍTULO I

O Espaço Rural Sul-Mato-Grossense e a Construção do Taquaral: Um Breve Olhar

Neste capítulo, refletimos sobre até que ponto ocorreu uma reordenação dos espaços, por meio dos assentamentos, no estado de Mato Grosso do Sul. Apresentamos ainda uma visão de conjunto da área que compõe nossa pesquisa, mostrando, mesmo que brevemente, como se deu a formação do Taquaral, que representa a construção de um novo espaço, partindo das políticas de assentamento.

As mudanças no espaço agrário de Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul tem sua economia baseada na pecuária, como a atividade mais tradicional, e como estrutura fundiária predominante o latifúndio, herança do modelo implantado pelos seus colonizadores quando do avanço, no século XIX e início do século XX, da frente de colonização em direção às áreas ainda não ocupadas da região Centro-Oeste. Os colonizadores buscavam agrupar nas novas terras grandes áreas para o desenvolvimento da criação de gado, ou mesmo agrupar enormes extensões onde se encontravam ervais nativos, como foi o caso da Companhia Matte Larangeira,¹² que buscou, no sul do estado, demarcar seus espaços e assegurar o domínio das novas áreas.¹³

Com o objetivo primordial de formar núcleos rurais e urbanos, na década de 1940, pelo decreto-lei nº 5.941, de 28/12/1943, o governo de Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola de Dourados, na região sul do então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Com essa criação, pretendeu povoar a faixa de fronteira do sul do estado,¹⁴ distribuindo lotes

12 Farias (2002) nos mostra que a Companhia Matte Larangeira dominou a região sul do então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, por meio século (1890 a 1940), e durante esse período solidificou um poder econômico e político que lhe dava condições de participar das decisões do próprio Estado, configurando-se até mesmo como um poder paralelo dentro do Estado.

13 O apoio dado pelo Estado à Companhia Matte Larangeira se deu como forma de assegurar as fronteiras nacionais, definidas no pós Guerra do Paraguai (FARIAS, 2002).

14 Essa ação deu continuidade à política iniciada na década de 1920, que era a de dominar a fronteira e

para os agricultores, dando início ao processo de exploração da agricultura, especialmente da agricultura familiar, e da formação de pastagens na área. A Colônia Agrícola de Dourados passou a receber colonos, principalmente nordestinos (que haviam migrado do Nordeste em virtude da seca ocorrida em 1958), que com seu trabalho resolveram o problema da mão-de-obra na região e promoveram “um aumento rápido da produção de alimentos na região, uma vez que as pequenas propriedades familiares se caracterizavam pelo plantio de gêneros de subsistência (arroz, feijão, milho, mandioca) e a criação de animais e aves de abate” (SOUZA, 1992, p. 16).¹⁵

A região sul de Mato Grosso do Sul é considerada um lugar onde o solo é fértil e favorável ao desenvolvimento de atividades voltadas ao setor agrícola. É nela que ainda hoje se encontra localizado o maior número de pequenas propriedades desenvolvendo a agricultura familiar, resultando na convivência entre a grande propriedade tecnificada, produtora de soja, milho e criação de gado, e a pequena propriedade, com suas formas rudimentares de produção, que procura diversificar suas atividades.

Um novo impulso colonizador foi retomado nas décadas de 1950 e de 1960, quando o estado recebeu novas frentes de colonização que propiciaram o surgimento de diversas cidades e a abertura de estradas. Durante aquele período, praticou-se especialmente a “agricultura de toco”,¹⁶ objetivando abrir novas áreas, que se destinavam à expansão da agricultura.

A década de 1970 é tida como o marco em que se deu o grande impulso colonizador, quando fazendeiros e granjeiros, vistos como os “colonos modelo”,¹⁷ oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, especialmente dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, dirigiram-se a Mato Grosso, a fim de trabalhar com culturas mecanizadas no plantio de cereais, como a soja e o

promover um desarmamento de coronéis e bandidos que faziam daquela região uma terra de bandoleiros (CORRÊA, 1995). No entanto, Marin (2001) evidencia que a ação do Estado era também cultural, uma vez que tinha como objetivo demarcar a nacionalidade: quem era o brasileiro e quem era o “outro” (paraguaio, boliviano). Conforme o autor, a fronteira seca, tanto com o Paraguai como com a Bolívia, permitia um livre trânsito entre os países, tanto de gostos, de música, de experiências, tornando as fronteiras móveis e incertas e de difícil delimitação. Isso fazia com que houvesse uma indefinição na identidade nacional brasileira.

15 Souza ressalta o fato da criação da Colônia Agrícola de Dourados ter sido uma medida populista do governo de Getúlio Vargas visando descomprimir a “pressão popular dos Estados mais pobres (e onde a reivindicação dos trabalhadores rurais pela terra era maior) e criar condições, em outras regiões, para o crescimento ordenado do capital no campo”. (1992, p. 17).

16 “Agricultura de toco” é uma expressão usada por Tavares dos Santos (1991) para explicar a tecnologia rudimentar empregada durante a colonização de novas áreas agrícolas nas regiões de cerrados e de Mata Atlântica. As empresas colonizadoras apostaram na força do homem como o elemento que daria o pontapé inicial no processo de abertura de novas áreas.

17 O “colono modelo” é definido por Tavares dos Santos (1991) como aquele indivíduo tecnicamente moderno e politicamente conformista, símbolo de um grupo social que o poder desejava ter como portador de uma ordem moderna nas novas terras.

milho. Essa fase da colonização do estado se diferencia das anteriores pelo fato de a clientela envolvida no processo já ser possuidora de vasta tradição agrícola, com conhecimentos no manejo de culturas, além da familiaridade com o crédito agrícola, melhor instrução e infra-estrutura (máquinas e instrumentos) necessária para o desenvolvimento rural. Esses colonos deixaram seus estados de origem em decorrência da alta valorização das terras e buscaram Mato Grosso, atraídos pelos preços mais vantajosos e pelas facilidades na obtenção de linhas de crédito junto aos bancos. No novo lugar, puderam adquirir, a preços baixos, enormes extensões de terras, além de beneficiarem-se das vantagens nos financiamentos bancários e de outros estímulos fornecidos pelo Estado. Essa situação nos remete aos estudos de Palmeira (1994) quando observa que na década de 1970, a agricultura tornou-se um grande negócio, já que passou a ser financiada pelo Estado, via burocracia do INCRA,¹⁸ o que facilitava a regularização de áreas e criava facilidades para a compra de outras, oferecendo subsídios para tal.

Em relação a essa situação, Tarsitano (1991) afirma que a redefinição da política agrícola brasileira iniciada em meados da década de 1960 e intensificada na década de 1970, favoreceu a expansão da fronteira agrícola amparada em subsídios e crédito. Na agricultura mato-grossense, segundo a autora, vários programas específicos foram implantados com a finalidade de modernizar e dinamizar a produção agropecuária, criando assim dois processos de desenvolvimento caminhando em paralelo: a produção intensiva e a produção extensiva. A produção intensiva, voltada para atividades agrícolas, formou-se em virtude do uso crescente de adubos e defensivos químicos, máquinas e equipamentos modernos, mostrando com isso um elevado grau de mecanização e tecnificação, como foi e ainda é o exemplo da produção da soja em Mato Grosso do Sul e que se estendeu, na década de 1980, ao estado de Mato Grosso. O outro processo – o extensivo – evidenciou a expansão de grandes empreendimentos, como a pecuária extensiva, desenvolvida tanto em Mato Grosso como em Mato Grosso do Sul.

Durante a década de 1970, no então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, deu-se a expropriação de pequenos proprietários já instalados, que desenvolviam a agricultura de subsistência. Com a instalação e a expansão do novo explorador, aumentou na região seu poder econômico e político sobre

18 Palmeira (1994) usa a expressão “burocracia segmentada” para definir uma situação que se instalou dentro do INCRA na década de 1970. Naquela época ocorreu o uso da máquina do Estado, via funcionários do INCRA, que desenvolviam atividades dentro desse órgão, mas mantinham escritórios particulares, trabalhando com o objetivo de transformar interesses públicos em interesses privados, usando a burocracia do Estado para valorizar terras de particulares cujo objetivo era conseguir incentivos fiscais.

os demais produtores, especialmente os posseiros e os pequenos produtores, que se viram cada vez mais pressionados para deixar a posse de suas terras e acabaram sendo forçados a vender suas propriedades aos novos colonizadores, buscando o Paraguai como alternativa (PEREIRA, 1997). Isso provocou um aumento da concentração fundiária; a agricultura passou a ganhar no estado, características de monocultura, baseada principalmente nas grandes lavouras de soja; houve também o alargamento das áreas destinadas à criação de gado, levando à mobilidade espacial de segmentos da população rural que não conseguiram ser absorvidos pelo novo processo.

Essa situação nos leva a refletir com Martins (1991), quando observa, com base nas reflexões de Marx, que o desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro estabeleceu duas faces combinadas: a expropriação e a exploração dos trabalhadores. A expropriação, conforme assevera o autor, foi a característica essencial para o processo de crescimento do capitalismo e da reprodução do capital, sendo a base para a exploração dos trabalhadores. Leiamos como Martins define essa combinação:

... O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos de seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedade do capitalista. Para que isso ocorra, é necessário separar o trabalhador de seus instrumentos de trabalho; para evitar que o trabalhador trabalhe para si, isto é, para evitar que deixe de trabalhar para o capitalista (1991, p. 50).

Essa separação, em que o trabalhador perde sua propriedade e seus instrumentos de trabalho, propicia o aparecimento da expropriação, primeiro passo para a instauração do capitalismo no campo. A expropriação do trabalhador criou os elementos necessários para que ocorresse a outra face do processo de reprodução capitalista, ou seja, a exploração do trabalhador, uma vez que este já não possuía os instrumentos de trabalho e tinha que vender sua força de trabalho.

Em Mato Grosso do Sul, conforme os dados do IBGE apresentados adiante, vemos que as décadas de 1960 e 1970, quando se deu a expansão das grandes lavouras e das áreas destinadas às pastagens, intensificando-se na década de 1980, com a modernização da agricultura, as relações de expropriação e de exploração passam a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores que viviam na região sul-mato-grossense. As famílias que hoje se encontram assentadas

no Taquaral foram envolvidas por esse processo, o que as levou a ingressarem na luta por terra como forma de fugir da expropriação a que haviam sido lançadas.¹⁹

O fato é que a criação de gado em Mato Grosso do Sul surgiu como o elemento que, na conceituação de Graziano da Silva (1982), representa a garantia do fechamento da fronteira agrícola. O desenvolvimento de tal atividade privilegia o grande empreendimento, baseado no uso improdutivo e especulativo da terra, sem uma função social, e mostrou ser, segundo o autor, uma forma de garantir as terras e destiná-las a uma “reserva de valor”, além de ser um meio de acesso a outras formas de riqueza a elas associadas. “Não é a ocupação efetiva do solo no sentido de fazê-lo produzir, mas sim, uma ‘ocupação pela pecuária’ com a finalidade precípua de garantir a propriedade privada daquela terra” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 117). Demarcou-se a área, garantiu-se a posse da propriedade, mesmo que a mantendo improdutiva, e instalou-se a criação de gado, que funcionou como uma forma para demonstrar a ocupação efetiva da propriedade e com isso foi possível vendê-la quando alcançou maior valor no mercado imobiliário. Por isso observamos que as afirmações de Martins (1991) podem ser aplicadas à forma como ocorreu a colonização em Mato Grosso do Sul: deu-se a apropriação da terra pelo capital com o objetivo único de especulação, transformando a terra em terra de negócios e não em terra de trabalho.

Além desses fatores, outros foram criados pelo Estado em nome do desenvolvimento das novas áreas, destinados a beneficiar os grandes grupos colonizadores, como foram os diversos programas de impulso ao desenvolvimento de Mato Grosso durante a década de 1970, dentre os quais o Programa de Desenvolvimento do Pantanal Mato-grossense (PRODEPAN) e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PÓLO-CENTRO), que motivaram o aprimoramento e o incremento das imensas lavouras de cereais e dos extensos latifúndios destinados à criação de gado de corte.

Essa forma de ocupação, seja pela atividade intensiva da agricultura, seja pela atividade extensiva da pecuária, preencheu os chamados “espaços vazios” (pelo capital), até então ocupados pelas tribos indígenas existentes em Mato Grosso do Sul. Segundo dados do IBGE (maio de 2000), o estado ocupa o segundo lugar em população indígena do Brasil. Possui 45 aldeias, localizadas em 27 municípios, sendo elas habitadas por uma população de

19 Em nosso trabalho faremos uso dos conceitos de expropriação e de expulsão, vistos sob a ótica de Martins, como os elementos necessários para a instauração das relações capitalistas no campo brasileiro. Bergamasco, D’Aquino e Ferrante (1990) corroboram esse pensamento, vendo a expulsão com significado não somente de expropriação da terra, mas também da identidade do trabalhador.

44.705 indígenas, que têm visto suas reservas ficarem cada vez menores, em virtude do avanço da propriedade privada, o que diminuiu não só os seus espaços produtivos, reservados à sobrevivência, mas também seu espaço social, interferindo em seu modo de vida.

Foi durante o impulso desenvolvimentista que aconteceu ao final da década de 1970, a divisão do então estado de Mato Grosso em duas unidades político-administrativas: o Mato Grosso, ao norte, e o Mato Grosso do Sul, ao sul. O estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, e foi instalado em 1º de janeiro de 1979, com uma área de 358.158,7 quilômetros quadrados, o que representa 22% da Região Centro-Oeste e 4% do território nacional. Atualmente encontra-se dividido em 77 municípios e tem como capital Campo Grande. Conta com uma população de 2.075.275 habitantes, dos quais 1.744.404 residem na zona urbana e 330.871 encontram-se localizados na zona rural (cf. IBGE – Censo Demográfico de 2000). Do total de seus 35,8 milhões de hectares, 1,4 milhões são utilizados para agricultura; 15,7 milhões com pastagens plantadas e 6,0 milhões com pastagens naturais, estas encontradas principalmente na área pantaneira; 5,6 milhões com matas naturais; 181 mil com mata plantada e 403 mil com área produtiva, mas não utilizada (cf. IBGE – Censo Agropecuário de 1995).

Pelos dados do IBGE, percebemos que a área destinada às pastagens plantadas para a criação de gado vêm crescendo e se somarmos às pastagens naturais, também usadas com a pecuária, formam a base para um dos setores da economia de maior expressão, mostrando que essa atividade não somente foi a principal quando do início da colonização, mas mantém-se ainda em nossos dias. Ao analisarmos os números referentes à área aberta durante o período que vai de 1985 a 1995, notamos um aumento dessa área. Em 1985 a área aberta em Mato Grosso do Sul era de 15.281.042 hectares, passando para 17.814.849 hectares em 1995, o que representa um incremento de 2,5 milhões de hectares. Durante o período referido, a agricultura conheceu uma redução de sua área cultivada, passando de 1.902.970 hectares em 1985, para 1.383.711 hectares em 1995, ao contrário da área de pastagens plantadas, que cresceu 3,6 milhões de hectares entre 1985 e 1995, fato indicador de que o incremento da área destinou-se à atividade pecuária.

Importa lembrar que no item pastagens naturais, parte delas se encontra localizada na região pantaneira, que envolve, entre outros, os municípios de Corumbá, Aquidauana e Miranda. Nesta região, parte das terras permanece alagada durante um período do ano, tornando parte da área pantaneira imprópria para o desenvolvimento de atividades agrícolas, sendo

utilizada com a criação de gado no período em que as águas se encontram com menor volume.

Confrontando os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 1975 com os de 1995, observamos que, na estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul, aconteceu uma reestruturação da propriedade. Não entanto, não ocorreu a redução da concentração de terras, mas, ao contrário, movendo-se na direção da extinção das propriedades com área menor de 10 hectares em favor do crescimento daquelas com área entre 100 a menos de 1.000 hectares e 1.000 a 10.000 ha.

Analisando a área dos estabelecimentos com menos de 10 hectares, notamos que entre os anos de 1975 e 1995 houve uma redução da área, passando de 119,1 mil para 40 mil hectares.

Quanto ao grupo de estabelecimentos com área de 10 a menos de 100 hectares, permaneceu sem grandes mudanças, diferentemente do grupo, com área de 100 a 1.000 hectares. Neste tivemos um aumento considerável de sua área, passando de cerca de 3,5 milhões de hectares em 1975, para quase 6 milhões de hectares em 1995.

Já o grupo com área de 1.000 a 10.000 hectares também teve aumento de sua área. Em 1975 ocupava uma área de quase 13 milhões de hectares, aumentando, em 1995, para 16,7 milhões de hectares.

No grupo constituído de estabelecimentos com 10.000 hectares ou mais, notamos uma redistribuição, que resultou na queda de sua área média. Em 1975 controlavam 40% da área, mas em 1995 esse número passou para 24,5%.

Percebemos então que em Mato Grosso do Sul, num prazo de vinte anos, tivemos um aumento dos estabelecimentos com área de 100 a 1.000 hectares (cresceu 2,5 milhões de hectares) e de 1.000 a 10.000 hectares (aumentou 3,7 milhões de hectares). Isso ocorreu em virtude do decréscimo das propriedades com menos de 10 hectares (diminuiu 79 mil hectares), e também dos estabelecimentos acima de 10.000 hectares (diminuiu 3,9 milhões de hectares). Isso evidencia que o encolhimento dos estabelecimentos com áreas acima de 10.000 hectares, representou um incremento nos estabelecimentos de 100 a 10.000 hectares.

Esse fato é visível quando analisamos a produção do estado no período que compreende os anos de 1985 a 1995: a pecuária, centrada na criação de gado de corte, tem se mostrado como a atividade de maior crescimento, com um vasto rebanho de 19,8 milhões de cabeças, tendo crescido 4,8 milhões de cabeças entre os anos de 1985 e 1995. Desse rebanho, 96,4% são destinados a

corde. A produção de leite se restringe a apenas 9,99 mil de estabelecimentos, com uma produção de 385,5 milhões de litros de leite. Além da pecuária, destaca-se a criação de galináceos, que teve um incremento de quase 292%, passando de 2,8 milhões de aves em 1985, para 11 milhões em 1995. Isso foi motivado, entre outros fatores, pelas facilidades para a obtenção de matéria-prima no estado (cf. IBGE, Censo Agropecuário de 1995). Da mesma forma, registrou-se um aumento no período de 27% na criação de suínos. Dessas três atividades, a pecuária de corte foi a que mostrou maior desempenho, sendo a que menos necessita de pessoal para seu desenvolvimento. Como as criações são extensivas, poucos são os trabalhadores utilizados na atividade, ao contrário da criação de galináceos, que tem ocupado a mão-de-obra de pequenos proprietários. A partir do sistema de integração desenvolvido por diversas indústrias estabelecidas no estado, dentre elas a Frangosul, ocorreu a agregação de pequenos produtores a esse modelo, contribuindo para a diversificação das pequenas propriedades.

Examinando os números fornecidos pelo IBGE, Censo Agropecuário de 1995, entre os diversos produtos cultivados, três apresentaram destaque: a cana-de-açúcar, que teve ampliação da área cultivada para o uso das usinas de álcool e de açúcar; o milho, que também ocupa vasta área, e a mandioca, utilizada normalmente para a produção de fécula, advindo daí o crescimento da área utilizada para essa cultura. No caso de produtos como o feijão, o arroz e mesmo o algodão (muito produzidos no estado em outros tempos), estes apresentaram elevados índices de redução em suas áreas de plantio. A soja, que é o produto de grãos de maior expressão, mostrou um declínio, fato que, segundo os dados apontados pelo IBGE, deu-se em decorrência da política agrícola do governo federal, introduzida na década de 1990, com a eliminação de vantagens e de subsídios especiais para as zonas de fronteira; ainda assim apresenta-se como o produto mais cultivado no estado. Percebemos que o incremento agrícola ocorreu exatamente naqueles produtos eminentemente comerciais, voltados para o mercado externo, como o caso do milho, da cana e mesmo da soja, embora esta última tenha evidenciado queda da área cultivada, apesar de continuar a ser o produto de maior vigor agrícola.

Os produtos minerais também conferem distinção a Mato Grosso do Sul, graças às reservas de ferro encontradas na região de Corumbá, no Maciço Urucum. Tais produtos são exportados para países europeus e asiáticos. A atividade voltada ao turismo, especialmente na região de Corumbá, explorando as belezas oferecidas pelo Pantanal, considerado santuário ecológico, tem sido

impulsionada, ganhando destaque na economia do estado e fazendo com que muitos “ecoturistas” desejem conhecer os recantos de Mato Grosso do Sul.

Quanto ao pessoal ocupado em atividades agrícolas nos estabelecimentos de Mato Grosso do Sul, os dados apresentados pelos últimos censos agropecuários (1985 e 1995) mostram que houve uma redução de 20% nesse número, passando de 254 mil para 203 mil pessoas ocupadas. Essa queda se deve, em parte, à redução das áreas de plantio, mas também ao intenso processo de modernização da agricultura, especialmente nas lavouras de milho e soja, reduzindo o pessoal ocupado e ampliando a utilização de máquinas em cada propriedade, especialmente as grandes propriedades que desenvolvem o cultivo da soja e do milho. Queiroz (1998) já chamava a atenção para essa situação em Mato Grosso do Sul, mostrando que existia, em 1985, um trator para cada 8,1 pessoas, ultrapassando o estado de São Paulo, que registrava um trator para cada 8,5 pessoas, e o Rio Grande do Sul, que apresentava um trator para cada 12,7 pessoas, evidenciando que no estado a modernização ocorreu de forma rápida. Isso não significa dizer que atualmente todas as propriedades disponham de meios tecnológicos; ao contrário, é possível encontrarmos a grande maioria das pequenas propriedades produzindo com baixa ou nenhuma tecnologia, mostrando que existe uma convivência entre o processo de produção moderno e o processo rudimentar. Acreditamos, e os assentados do Taquaral nos mostraram em seus relatos, que a modernização da agricultura contribuiu para aumentar o número de acampamentos de sem-terra e sem-trabalho, de famílias excluídas no estado, buscando solução para sua situação em projetos de reforma agrária. Por ter sido essa a realidade vivenciada por parte das famílias do Taquaral, retomaremos a discussão com mais detalhes no Capítulo II.

A criação do novo estado não implicou em mudanças em sua estrutura fundiária, pois ela se manteve organizada a partir da grande propriedade. Se tomarmos por base o período que vai do ano de 1979 a 1985, que compreende a implantação do estado de Mato Grosso do Sul até a criação do Programa Nacional de Reforma Agrária, alguns poucos projetos de colonização foram criados, e o foram mais com o intuito de solucionar situações de famílias excluídas de áreas onde se implantaram usinas hidrelétricas. Esse quadro só ganhou outra dimensão em meados dos anos 1990, quando se intensificaram as políticas de divisão de terras, motivadas pelas pressões dos movimentos sociais organizados.

O movimento dos trabalhadores para a implantação de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul

Ao analisar a organização dos trabalhadores em Mato Grosso do Sul ao longo dos tempos, notamos que a primeira organização de trabalhadores rurais sem-terra que evidenciou a concentração da propriedade no estado surgiu em 1979. Naquela época, 250 famílias de arrendatários buscaram a Justiça contra os proprietários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, localizadas no município de Naviraí, para poderem permanecer nas áreas por mais três anos (FABRINI, 1995). Naquele período era muito comum a prática de fazendeiros, donos de grandes propriedades, contratarem no sistema de arrendamento trabalhadores para que efetuassem a derrubada da mata e cercassem as fazendas, tornando a área apta para o plantio do capim que formaria as pastagens para a criação de gado, demarcando limites por meio do gado. No sistema de arrendamento, os trabalhadores cultivavam a terra, entre as linhas do plantio de grama, até o momento em que toda a área estivesse com as pastagens efetivamente prontas para o gado. A maioria dos contratos era firmada com um período de no máximo três anos de duração, e findo o contrato de arrendamento, cessava o compromisso do fazendeiro com os trabalhadores e estes teriam que migrar para outras fazendas, a fim de reiniciar o mesmo processo de trabalho. Essa situação foi vivida por parte das famílias do Taquaral no período que antecedeu a luta por terra, como veremos em outro ponto deste trabalho.

No caso do conflito entre arrendatários e proprietários em Naviraí, a Justiça deu ganho de causa aos primeiros e isso intensificou os conflitos, culminando, em 1982, com o assassinato do advogado dos arrendatários, uma morte ocorrida por questões fundiárias. Bittar (1997) mostra que do ano de 1980 até o fim da década de 1990, 1.400 pessoas foram assassinadas em Mato Grosso do Sul, por questões de terra.

Ainda em maio de 1981, no governo de Pedro Pedrossian, um grupo de pequenos arrendatários ocupou a Fazenda Baunilha, no município de Itaquiraí, e lá permaneceu até que em 1982 houve a transferência para outra área. Foi ainda em novembro de 1981 que aconteceu a primeira reunião do Movimento dos Sem Terra no estado. Desse encontro surgiram os primeiros documentos em nome do Movimento dos Sem Terra – MST, formando-se as primeiras comissões municipais e, em seguida, a Comissão Estadual (SPRANDEL, 1992).

É importante salientar que, quando surgiu em nível nacional o MST como movimento de organização de trabalhadores, já havia em Mato Grosso

do Sul a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada, no estado, segundo Farias (1997), em 1978, mais especificamente na Diocese de Dourados, dedicando-se a desenvolver discussões e reflexões com as populações do meio rural acerca dos problemas sociais que as envolviam. A partir de 1989, a CPT se distanciou do movimento de luta pela terra na questão de ocupações e passou a voltar suas ações junto aos trabalhadores, a fim de lhes garantir apoio para a organização dos assentamentos já existentes. O papel de organizar as ocupações de terras foi então assumido pelo MST (FARIAS, 1997).

Em 1982 foi eleito pelo PMDB em Mato Grosso do Sul, num governo de oposição ao anterior, o governador Wilson Barbosa Martins. Durante sua campanha eleitoral apresentou propostas voltadas a atender aos excluídos do processo agrícola, representando uma grande esperança para os trabalhadores sem-terra, mas que acabou por não se concretizarem. Isso fez com que em 1983, tivesse início a organização para a ocupação de áreas, como foram os casos das áreas da Gleba Santa Idalina, em Ivinhema, e Itasul, em Itaquiraí. Essa organização culminou com a ocupação, em abril de 1984, em pleno ferver das “Diretas Já”, da Gleba Santa Idalina, área pertencente à Sociedade de Melhoramentos e Colonização – SOMECO, no município de Ivinhema (FABRINI, 1995). Dessa ocupação participaram mais de mil famílias de trabalhadores dos municípios do sul do estado, além das famílias que retornavam de uma experiência na agricultura do Paraguai. Um mês depois da ocupação, resistindo às inúmeras pressões dos policiais e do estado, as famílias foram despejadas da área que denominaram Gleba Santa Idalina e colocadas provisoriamente na Vila São Pedro, próximo à cidade de Dourados (CORTÊZ, 1986).

A área da antiga Gleba Santa Idalina, um dos maiores assentamentos do estado e um dos poucos que possui solo favorável à agricultura e água fácil de ser conseguida por meio da perfuração manual de poços, acabou por ser desapropriada em 1986. A finalidade foi assentar quase 800 famílias que retornavam do Paraguai, motivadas pela abertura política que sinalizava para o Projeto de Reforma Agrária. Em sua segunda ocupação, que culminou com a desapropriação, passou a chamar-se Novo Horizonte e hoje se encontra na condição de município, com o nome de Novo Horizonte do Sul.

O Novo Horizonte foi criado para atender, em sua maioria, a famílias de brasiguaios que retornavam ao Brasil, via município de Mundo Novo, que faz divisa com o Paraguai. Esse foi o período em que se deu um grande enfrentamento de produtores com o poder público, especialmente os brasiguaios, porque estes passaram a atribuir ao Estado a culpa pela expulsão que

sofreram do espaço rural brasileiro, o que os obrigou a procurar, nas décadas de 1960 e de 1970, o espaço agrícola do Paraguai. De lá, em razão do insucesso e das perseguições sofridas pelo fato de serem estrangeiros, retornaram ao Brasil na década de 1980 e vivenciaram novamente uma situação de marginalização social. O conflito não aconteceu somente com o poder público, mas também entre os próprios trabalhadores sem-terra. Isso porque com o retorno de um grande número de brasiguaios, o INCRA, cumprindo determinações estaduais de amenizar o número de acampamentos no estado e evitar a concentração de brasiguaios, passou a privilegiar o assentamento desses trabalhadores nos projetos que vinham sendo implantados, como foi o caso do Novo Horizonte, que contemplou aquelas que detinham o documento chamado *permissão*.²⁰ O documento era um visto de permanência concedido pelo consulado paraguaio aos brasileiros que haviam migrado para o Paraguai em busca de melhores condições de vida. Com o retorno ao Brasil, esse documento funcionava como um passaporte para conseguir um lote em assentamento. Esse fato levou as famílias que moravam próximas à fronteira com o Paraguai e que também se encontravam excluídas do processo agrícola brasileiro, a atravessarem, em busca do documento *permissão* e assim conseguirem ser, mais facilmente, beneficiadas pela política agrícola brasileira daquele momento (SPRANDEL, 1992).

A ocupação das terras da SOMECO, que foi uma das primeiras ocupações em Mato Grosso do Sul, acabou por desencadear a ocupação de outras áreas nos municípios de Itaquiraí, Naviraí, Mundo Novo, dentre outros. Essa ocupação ganhou destaque na imprensa estadual e tornou evidente não só as contradições existentes em face da injusta distribuição de terras no estado, como também trouxeram à cena a questão da posse da terra, retida pelos grandes latifundiários, detentores do controle político e agrário em Mato Grosso do Sul (FABRINI, 1995).

Durante algumas décadas a sociedade sul-mato-grossense assistiu a um casamento bem-arranjado, uma espécie de dobradinha entre as grandes oligarquias, que controlavam não só as extensas áreas destinadas à criação de gado, mas também o poder político no estado. Na década de 1980, estabeleceu-se uma disputa entre Pedro Pedrossian (PTB), que contara com o prestígio de Filinto Müller (PSD), que o apoiara quando de sua eleição como governador de Mato Grosso em 1965, e Wilson Barbosa Martins (PMDB), correligionário de Fernando Corrêa da Costa (UDN). Segundo Bittar (1997), na história de Mato Grosso, mais especificamente no período de 1946 a 1964, os grandes chefes políticos do estado eram Filinto Müller e Fernando Corrêa da Costa.

20 A respeito da história dos brasiguaios, são importantes os estudos de Wagner (1990).

Com a divisão política, em 1977, sendo criadas duas unidades políticas, a sociedade sul-mato-grossense assistiu à continuidade do domínio pelos grandes chefes políticos, agora representados pelos herdeiros Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins, reeditando a antiga rivalidade e mostrando que o estado não surgia com um modelo novo, não estando totalmente “apartado do norte”, continuando a hegemonia estabelecida no pós-64 (BITTAR, 1997, p. 328).

Foi nessa emergência de lutas que surgiram os mais diversos movimentos sociais no estado, questionando a estrutura agrária vigente, pressionando e exigindo o início do processo de divisão de terras. A divisão foi iniciada como uma forma de acalmar os ânimos dos movimentos organizados e também para atender à implantação do Projeto Nacional de Reforma Agrária. Assim, em meados da década de 1980, Mato Grosso do Sul se lançava, ainda de forma tímida, como a maioria dos estados brasileiros, na reforma de sua estrutura agrária. Havia a necessidade de reassentar famílias que perderam suas áreas quando da criação de usinas hidrelétricas e encontravam-se acampadas em Mato Grosso do Sul, e aliado a isso, havia os brasiguaios que retornavam ao Brasil, além dos arrendatários que foram expulsos do campo. Foram criados então os assentamentos Sucuriú, em Costa Rica; Urucum e Tamarineiro I, em Corumbá; Retirada da Laguna, em Guia Lopes, todos constituídos para abrigar especialmente 875 famílias de ribeirinhos, desalojados de suas propriedades quando da construção da Usina de Itaipu, localizada no estado do Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, a partir de meados da década de 1980, o Estado iniciou o primeiro Programa Regional de Reforma Agrária (PRRA) e essa intervenção se deu especialmente pelas pressões dos movimentos sociais organizados. Assim, as primeiras desapropriações de áreas destinadas à instalação de projetos de reforma agrária serviram mais como “válvula de escape” (expressão de GRAZIANO DA SILVA, 1982) para as tensões sociais que se estabeleceram nos acampamentos.

O descuido, propiciado pelo caráter emergencial dos primeiros projetos implantados, teve como resultado o insucesso agrícola, fazendo com que as pessoas beneficiadas nessas áreas se voltassem para atividades ligadas à pecuária, uma maneira possível para sobreviver no lote. A substituição da lavoura pela pecuária em lotes de assentamento trouxe à tona um novo problema – o tamanho dos lotes. Os lotes dos projetos possuem, em geral, uma área média de 18 hectares, tamanho que não atende à criação de gado, que exige um espaço maior para seu pleno desenvolvimento, considerada a tradição de pecuária extensiva existente na região. Essa é a realidade de diversos assentamentos de

Mato Grosso do Sul, especialmente o assentamento objeto de nosso estudo, o Taquaral. Lá, como veremos no Capítulo IV, o Estado dividiu os lotes planejando que suas terras fossem ocupadas com lavoura, com a produção de alimentos, mas como são terras sem vocação agrícola, acabaram servindo para a pecuária. Porém, essa mudança nos deixa o seguinte questionamento: como fica a tradição do produtor?

Atualmente os assentamentos criados em Mato Grosso do Sul, decorrentes de medidas voltadas para políticas de reforma agrária, chegam a um total de 158,²¹ sendo que destes, 150 foram criados pelo governo federal por intermédio do INCRA²² e oito foram implantados pelo governo estadual. A implantação desses projetos representou o assentamento de 26.123 famílias de pequenos produtores sem-terra e resultou no aproveitamento de 606.478,5426 hectares, que representam 1,7% da área do estado, com pequenas propriedades que desenvolvem a agricultura familiar. Os municípios do estado que concentram o maior número de projetos são os municípios de Sidrolândia, onde foram instalados nove projetos; Itaquiraí e Rio Brillante com oito cada um; Nioaque com sete; Corumbá com seis e Ponta Porã com cinco, mostrando que os assentamentos encontram-se localizados ao longo de toda a área do estado, estando o maior número deles concentrado no sul, em virtude da melhor qualidade das terras, além de ser o lugar onde ainda se encontram áreas improdutivas.

Nesse contexto de implantação de assentamentos por meio de desapropriação e da divisão de terras, o município de Corumbá se destaca, já que nele foram instalados diversos assentamentos. Por ser o município onde se encontra implantado o assentamento Taquaral, objeto de nosso estudo, e para entender como lá ocorreu a divisão de terras, buscamos, a seguir, levantar dados que demonstrem a realidade agrária da região.

21 Dados do mês de setembro de 2002.

22 Alguns assentamentos criados em Mato Grosso do Sul no período de 1999 a 2002, sob o governo de Zeca do PT, contaram, para sua desapropriação, com recursos tanto do governo federal como do governo estadual. A desapropriação da Fazenda Itamarati, que deu origem ao assentamento Itamarati, localizado no município de Ponta Porã, onde foram assentadas 1.143 famílias, em uma área de 25.508.000 hectares, foi um exemplo dessa parceria. Pela área foi pago a seu antigo dono, Olacyr de Moraes, a quantia de 25.100 milhões de reais. Naquele assentamento, conforme o projeto do IDATERRA, instituto que presta assistência técnica, não será recortado lotes individuais. As famílias deverão trabalhar de forma coletiva, o que as exclui de uma efetiva participação nas decisões de como desejam organizar o espaço conquistado.

Corumbá e a formação de assentamentos no santuário do latifúndio

O município de Corumbá está situado no coração do pantanal sul-mato-grossense, numa área considerada santuário ecológico pela sua diversidade na flora e na fauna. Nele encontramos diversos nichos ecológicos nos quais proliferam variados tipos de vegetações que propiciam a formação de uma flora especial, que vai desde as florestas, os campos de cerrado, os campos de gramíneas, até as extensas áreas alagadas que formam ilhotas de vegetação.

Os primórdios do atual município de Corumbá, localizado às margens do Rio Paraguai datam de 21 de setembro de 1778, sendo o município de Corumbá criado em 5 de julho de 1850, quando foi desmembrado de Cuiabá, no então Mato Grosso. Distante 418 quilômetros da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande faz divisa com a Bolívia e com o Paraguai. O município de Ladário, que é considerado parte de Corumbá em virtude de sua pequena extensão, é seu vizinho brasileiro mais próximo, estando geograficamente bastante isolado do restante do território brasileiro, o que justifica a escolha do nome do município – Corumbá – que em língua tupi-guarani significa lugar de cascalho, isolado, distante. Foi palco de conflitos ao longo de sua história, principalmente aquele de 1865, na guerra com o Paraguai, quando foi ocupada pelas tropas de Solano Lopes, que pretendiam anexar aquela área ao Paraguai (ITO, 2000). Corumbá também foi importante entreposto comercial no século XIX e no início do XX. Era pelo Rio Paraguai que a vida econômica de

Corumbá ganhava importância, ligando o município ao continente europeu e a países como Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.²³

Por meio dessas viagens, estabeleceu-se um intercâmbio de culturas que se acentuou com a instalação do Exército e da Marinha brasileira em Corumbá. Toda essa gama de influências é perceptível na linguagem, na música e nos costumes em geral. É freqüente ouvir nas casas os sons românticos da guarânia, das rasqueadas e da polca paraguaia, vindas do Paraguai. No linguajar da população há uma mistura de elementos locais com expressões usadas por cariocas e nordestinos. Essa influência ocorreu em decorrência do constante

23 Ito (2000) nos mostra que a cidade de Corumbá, até a construção, em 1914, da Ferrovia Noroeste do Brasil, hoje desativada, que ligava Corumbá a Bauru, mantinha um isolamento em relação a outros Estados do Brasil, em virtude das distâncias existentes. A autora nos conta que para realizar o percurso Corumbá-Rio de Janeiro, os corumbaenses levavam 30 dias. Com a ferrovia, passou a serem necessários dois dias e meio. Antes da ferrovia, o Rio Paraguai servia como principal caminho para o deslocamento de pessoas e produtos. As companhias de navegação ofereciam linhas que ligavam Corumbá a diversos pontos do Mato Grosso do Sul e de outros países.

deslocamento de militares originários do estado do Rio de Janeiro e de estados nordestinos para Corumbá, a fim de cumprirem seu tempo de serviço nas unidades do Exército ou da Marinha brasileira lá estabelecidas.

Com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no começo do século XX, ligando Corumbá a Bauru, no interior de São Paulo, Corumbá perdeu importância como centro econômico internacional. A partir desse período parte do comércio realizado pelo sistema fluvial foi substituído pela ferrovia e, mais tarde, pelas rodovias. Atualmente, o transporte fluvial está sendo retomado, em virtude da necessidade de baratear os custos dos transportes.

Ainda hoje é possível admirar a bela arquitetura do século XIX, presente nas construções situadas na parte antiga da cidade, onde se encontra o Porto Geral, que era o lugar de maior expressão econômica e social até o começo do século XX. Hoje o Porto Geral já não guarda mais o esplendor de um entreposto comercial; trata-se de um local onde se verifica o movimento de turistas do mundo inteiro, buscando conhecer as belezas do Pantanal.

Os barcos de longas distâncias foram substituídos por barcos mais modernos, destinados a viagens ecológicas ou a pescarias nos limites da área pantaneira, ou por chalanas que se destinam a atender os habitantes das diversas colônias, como as Colônias São Domingos e Castelo, localizadas no coração do Pantanal. Essas colônias se mantêm isoladas da vida urbana, em razão da grande distância que as separa da cidade e também pelas dificuldades de transporte. As águas dos rios que formam o Pantanal é o único caminho que os moradores delas podem usar para se deslocarem até a cidade. Além do transporte fluvial pela bacia do rio Paraguai, o município conta com uma malha rodoviária, com estradas municipais, estaduais e federais. Conta também com um aeroporto que recebe vôos nacionais.

O município de Corumbá possui uma área de 65.165,8 quilômetros quadrados e uma população de 95.704 habitantes, estando 86.153 concentrados na área urbana e 9.551 na área rural (cf. IBGE – dados do Censo Demográfico de 2000). É importante ressaltar que anualmente a cidade recebe um novo contingente de pessoas, especialmente aquelas ligadas à unidade do Exército e da Marinha brasileira, trocando, constantemente, parte das pessoas residentes no município.

Durante o ano, parte da área do município de Corumbá passa por variações. Há porções mais elevadas, onde se encontram implantados os assentamentos e que permanecem secas durante o ano todo. Há também as porções intermediárias, que se apresentam secas durante a maior parte do ano e alagadas em alguns meses. Por fim, existem as áreas mais baixas, aquelas onde

as águas persistem mesmo durante o período de seca na região, formando as numerosas lagoas do Pantanal. O clima predominante na região varia de sub-úmido a semi-árido e apresenta índices efetivos de umidade variando de 0 a 20, com precipitação pluviométrica anual entre 1.200 a 1.500 mm, com excedente hídrico anual de 100 a 400 mm durante dois meses e deficiência hídrica de 650 a 750 mm durante seis meses (dados fornecidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – Unidade de Corumbá). Daí ser o clima da região instável para a produção agrícola, visto que as chuvas irregulares acabam por comprometer o bom desenvolvimento das culturas. Durante os meses de outubro a março, as águas dos rios do município extravasam, alagando extensas áreas que normalmente são ocupadas com criação de gado.

A estrutura fundiária de Corumbá encontra-se assim organizada: 521 propriedades acima de 1.000 hectares, 226 até 1.000 hectares e 1.925 propriedades até 250 hectares. Destas últimas, 1.165 compõem os seis assentamentos instalados no município durante o período de 1984 a 1996 (INCRA – Corumbá).

Segundo Pereira (1997), a concentração da propriedade na parte alta do município ocorreu no início do século XX, quando empresas agropecuárias ligadas ao capital estrangeiro se estabeleceram na região em busca de condições naturais mais vantajosas; com poucos investimentos, as grandes propriedades se estruturaram para a criação de gado de forma extensiva. Corumbá passou a ter como principal atividade econômica a pecuária extensiva de gado de corte, o que, pelas condições naturais favoráveis, tem colocado o município como o principal produtor do estado.

Essa atividade, segundo Bittar (1997), acaba por gerar um aspecto poético, encobrendo o lado excludente e transformando o boi em paisagem a ser admirada, com seus numerosos rebanhos brancos contrastantes com o verde das grandes fazendas. O que ocorre, por via da pecuária, é a produção extensiva, sendo esta uma tendência marcante no campo sul-mato-grossense, estabelecendo econômica e politicamente, durante décadas, o domínio dos pecuaristas no estado. É justamente aí que reside o lado excludente que observa Bittar, que estabelece um imenso contra-senso no desenvolvimento do estado: de um lado, temos o branco admirável do boi, e de outro, as lonas negras que servem de abrigo para famílias inteiras nos acampamentos.

Bittar enxerga os latifundiários como uma classe em si, e que se tornou uma classe para si, visto que “ela não apenas domina economicamente como passa a exercer o controle político de um estado que nasce, em grande parte, para atender aos seus objetivos” (1997, p. 290). Com base nessa consideração,

entendemos o porquê, ao longo da história de Mato Grosso do Sul, de ter sido ela a detentora constante do poder.

Além da pecuária, nas primeiras décadas do século XX, houve o desenvolvimento das atividades ligadas à siderurgia, e foi exatamente nessa fase que a família Chama, antiga proprietária dos assentamentos Taquaral, Tamarineiro I, Tamarineiro II e Paiolzinho, se instalou em Corumbá, comprou terras e passou a desenvolver a siderurgia naquelas localizadas na parte alta do município.

Para efetuar o desmate quando da abertura das áreas em Corumbá, os Chama utilizaram a mão-de-obra oriunda de estados nordestinos,²⁴ usando a intermediação do “gato”, que se dirigia ao Nordeste e recrutava os trabalhadores, trazendo-os em caminhões pau-de-arara até São Paulo e de lá prosseguindo de trem até Corumbá.

Com o encerramento das atividades ligadas à siderurgia, em meados da década de 1970, a família Chama voltou-se para as atividades ligadas à pecuária, mais como uma necessidade de demarcar a posse de suas áreas, pois, pela forma que demarcou seu domínio, não detinha o título de posse de boa parte delas.

Ainda hoje em Corumbá grande parte da área do município encontra-se nas mãos de poucos proprietários, em virtude de dois elementos básicos: de um lado, existe a força da natureza, que inviabiliza o uso completo da área do município durante parte do ano, em virtude das cheias dos rios; de outro lado, encontra-se a ocupação, especialmente de terras públicas, que se deu quando da instalação do município. Essa forma de produção, tendo a pecuária como principal atividade, demonstrou ser a melhor alternativa para aquelas áreas onde acontecem as cheias.

Esse fato deixa-nos um questionamento: se nessa área pantaneira, onde está localizado o município, lugar consagrado pela exuberância de sua fauna e sua flora, existiria a possibilidade do desenvolvimento de atividades agrícolas, visto que essa atividade necessita de insumos e defensivos que acabam interferindo no equilíbrio da natureza local. Quando da implantação do Assentamento Taquaral, muito dessa discussão foi levantada, o que levou a Justiça a embargar a instalação do assentamento pelo período de um ano e deliberar pela retirada das famílias que foram transferidas do assentamento

24 Existem entre os assentados do Taquaral ex-possesores que foram contratados no Nordeste e migraram para trabalhar na derrubada da mata nas terras dos Chama, vivendo a situação de empregados da família. Após a família abandonar as atividades nessas áreas, os empregados permaneceram nelas como posseiros, sendo beneficiados com lotes quando da desapropriação da área para a implantação do Assentamento Taquaral.

provisório, o Santo Inácio, para a área do Taquaral. Arrefecida a discussão, a Justiça deu ganho de causa ao INCRA, liberando-o para a implantação do assentamento, permitindo a instalação e a transferência das famílias.

Com a implantação de assentamentos rurais na década de 1980 na região de Corumbá, ocorreu a formação de pequenos lotes, assentando famílias de sem-terra, que pelas diferenças na qualidade de solo e intempéries climáticas, como veremos no Capítulo IV, passaram a explorar de diferentes formas a agricultura familiar na região. Nos assentamentos Mato Grande, Urucum e parte da área do Tamarineiro II e da área do Taquaral, por existir solo com características favoráveis ao desenvolvimento de atividades agrícolas, as famílias puderam cultivar produtos como arroz, milho e feijão. Já nos assentamentos Tamarineiro I, Paiolzinho e a outra parte da área do Taquaral e do Tamarineiro II, locais não propícios ao cultivo de produtos, depois de uma tentativa, ocorreu a mudança de atividade e também a desistência de seus lotes por aquelas famílias que desejavam trabalhar apenas com a agricultura.

Atualmente o município de Corumbá conta com seis assentamentos de reforma agrária, criados entre os anos de 1984 e 1997, oriundos de desapropriações, totalizando a reintegração de 1.165 famílias ao processo produtivo agrícola, sendo o quarto município do estado que mais efetuou a divisão de terras e o assentamento de famílias.²⁵

Decorrente de políticas de reforma agrária, o primeiro dos seis assentamentos implantados na região de Corumbá, ainda anterior ao processo de implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, foi o Assentamento Tamarineiro, criado pela resolução nº142, de 3/7/1984, em uma área de 3.812,1735 hectares, beneficiando 134 famílias,²⁶ sendo 39 famílias de ex-arrendatários provenientes da área de conflito no município de Naviraí, das fazendas a que já nos referimos, Jequitibá e Entre-Rios, e, as demais famílias, constituídas por antigos posseiros que se encontravam instaladas na área do Tamarineiro e do atual Taquaral.

Esse assentamento foi possível a partir da doação da área pela antiga proprietária – a família Chama – sem que nela ocorresse luta pela terra. A doação tinha como objetivo prioritário assentar os posseiros que se encontravam

25 Os dados quantitativos aqui apresentados, concernentes ao número de assentamentos e de assentados nos Projetos de Corumbá, foram obtidos por meio de informações coletadas no INCRA e que, juntamente com aquelas fornecidas pelo IDATERRA, somadas ao nosso conhecimento anterior, possibilitaram realizar a caracterização da estrutura dos assentamentos.

26 É importante esclarecer que, em todos os assentamentos do município, as famílias titulares de lotes não representam o total de residentes na área. É comum, no lote dos titulares, encontrarmos moradias de famílias agregadas que fazem parte da relação de parentesco do proprietário.

instalados em propriedades da família, mas implantado em local onde o solo não é propício à prática da agricultura.

O assentamento conta com a seguinte infra-estrutura: duas escolas de alvenaria com ensino fundamental; um salão para atividades comunitárias; um armazém para guardar produtos; abastecimento de energia elétrica em praticamente todo o projeto; rede de água em grande parte dos lotes. Porém esta se encontra, já faz alguns anos, sem funcionamento, em virtude da falta de manutenção e pela pequena vazão dos poços semi-artesianos para atenderem à demanda dos assentados.

No Tamarineiro, em face da dificuldade em trabalhar a agricultura em solo não favorável, os assentados cultivam pequenas áreas com os mais diversos produtos básicos, destinados à subsistência da família e à venda do excedente.

A criação de gado leiteiro representa a atividade preponderante dos assentados, que assim vendem o leite ou seus derivados, assegurando, sua permanência no lote. A proximidade com a Bolívia, país que faz divisa com o assentamento propicia oportunidades para que membros das famílias insiram-se no assalariamento naquele país, sendo essa mais uma das formas encontradas para conseguirem permanecer no lote.

Pela proximidade com a cidade de Corumbá, localizada a 12 quilômetros, muitas são as ofertas recebidas pelos assentados para a venda de seus lotes, principalmente de comerciantes urbanos que buscam sítios de lazer. Como existe uma situação desfavorável para a produção, algumas famílias têm vendido seus lotes.

O segundo assentamento criado em Corumbá foi o Projeto Urucum, implantado em 1986, pela resolução nº 001, de 8/1/1986, ocupando uma área de 1.987,07 hectares e estabelecendo 87 famílias, sendo que destas, 58 são oriundas da região sul do estado, onde foram desapropriadas de áreas ocupadas pelas águas da Usina de Itaipu, por ocasião da construção da hidrelétrica.

A infra-estrutura do assentamento encontra-se assim distribuída: duas escolas em alvenaria, com ensino fundamental; um armazém para guardar produtos; rede de energia em praticamente todas as propriedades e abastecimento de água em parte do assentamento. O abastecimento de água nos assentamentos de Corumbá representa um dos mais sérios problemas e tem inviabilizado a diversificação produtiva das propriedades.

Em seguida, em 1987, foi implantado o terceiro assentamento, o Mato Grande, criado pelo decreto nº 92.621, de 13/7/1987, em uma área de 1.332 hectares, estabelecendo 50 famílias em lotes que giram em torno de 25 hectares cada. Desse total de famílias, oito já eram posseiras na própria área, 16 foram

cadastradas pelo INCRA na região de Corumbá e 26 foram selecionadas em outras regiões do estado, especialmente dos acampamentos dos municípios de Mundo Novo, Eldorado e Naviraí.

Para beneficiar todas as unidades domésticas, foram instalados quatro poços semi-artesianos, com rede de distribuição de água em praticamente todas as parcelas. Essa rede foi construída pelos assentados, em forma de mutirão, utilizando recursos próprios e os do governo do estado. Pelo mesmo processo comunitário, somado ao pagamento de prestação de serviços, os assentados realizaram a instalação da rede de energia elétrica e construíram o centro comunitário, formado por duas escolas (com ensino fundamental), um posto de saúde, um armazém para cereais e uma igreja.

O Mato Grande apresenta uma situação econômica confortável em relação aos demais assentamentos do município, uma vez que conta com boa infra-estrutura e solo propício para o desenvolvimento da agricultura, consolidando produtivamente o projeto.

No ano de 1989, por meio da resolução nº 044, de 20.12.1989, foi instalado o Assentamento Taquaral, em uma área de 10.426,85 hectares, assentando 394 famílias, sendo que destas, 89 são naturais da região de Corumbá e as demais tiveram passagem pelo Assentamento Provisório Santo Inácio, denominado mais tarde de Assentamento Marcos Freire. Localizado próximo à capital do estado, o Marcos Freire, como mostramos em um outro momento deste Capítulo, foi criado pelo governo estadual na década de 1980, com a finalidade de reunir, provisoriamente, até a implantação dos assentamentos definitivos, o contingente de sem-terra acampados ao longo das rodovias de Mato Grosso do Sul.

Pelo fato de o Assentamento Taquaral ser o objeto de nosso estudo, adiante desenvolveremos uma apresentação detalhada de como se encontra estruturado e o modo de vida dos parceiros que lá vivem.

Em 1996 ocorreu a implantação do quinto assentamento em Corumbá, o Assentamento Tamarineiro II, criado pela resolução nº SR-16/117, de 15/12/1995, em uma área de 10.621,0775 hectares, pertencente à família Chama, que não possuía documentos legais que comprovassem a posse da área. Nele foram assentadas 431 famílias em lotes com média de 16 hectares cada. A história desse assentamento apresenta características diferentes dos outros, por ter sido o único assentamento do município onde as famílias travaram luta pela área, o que culminou com a desapropriação. Ocuparam por diversas vezes a área, sendo sempre despejadas, até que passados quatro anos de disputas com sucessivas ocupações e despejos, deu-se a desapropriação.

O Tamarineiro II é formado por um pequeno número de famílias vindas de outros municípios do estado e por uma maioria de famílias resultantes dos assentamentos instalados no município, por parentes das famílias que foram beneficiadas com lotes nos Assentamentos Taquaral, Tamarineiro, Mato Grande e Urucum. Estas se encontravam morando como agregados à espera de novas desapropriações, ou filhos de parceiros que, em razão do pequeno tamanho dos lotes ou por terem constituído família após o assentamento dos pais, passaram a reivindicar terra para tornarem-se eles próprios titulares de lotes.

Na luta pela terra do Tamarineiro II, as famílias contaram especialmente com o apoio do MST, sendo o único assentamento do município onde existe a atuação desse movimento. Os demais assentamentos contaram apenas, em seus primeiros anos de instalação, com o apoio da CPT. Sua infra-estrutura está organizada da seguinte forma: quatro escolas com ensino fundamental; abastecimento de água em parte dos lotes; energia elétrica em todas as propriedades e um centro comunitário para a reunião das famílias.

O Assentamento Paiolzinho foi o sexto assentamento instalado em Corumbá, beneficiando 72 famílias, em uma área de 1.196,7523 hectares, que pode ser considerada como um prolongamento da área do Tamarineiro II, também pertencente à família Chama. Foi desapropriada pela Resolução SR-10/009, de 11/3/1996. Nele foram beneficiadas, em lotes com média de 16 hectares, 14 famílias procedentes dos municípios de Tacuru e de Itaquiraí e 58 famílias de Corumbá, também remanescentes dos assentamentos já instalados. Conta atualmente com duas escolas com ensino fundamental, energia elétrica em todos os lotes e água em parte deles.

Em todos os assentamentos existe a organização dos assentados em associações, mas isso não significa dizer que todos eles se encontram ligados a essas organizações; ao contrário, é pequeno o número de parceiros de cada projeto que faz parte das associações, evidenciando que essa organização, em muitos assentamentos, não surgiu fruto das necessidades dos parceiros, mas como imposição do governo para por meio dela efetuar o repasse de recursos, atendendo unicamente aos associados. Atualmente o Estado vem desvinculando das associações os benefícios para os assentamentos, fato que libera os assentados da necessidade de pertencerem a elas somente com o objetivo de conseguir algum benefício.

Assentamento Taquaral: o novo lugar

A área do Taquaral ao ser definida pelo INCRA como área que poderia servir para a reforma agrária, passou por um levantamento, sendo considerados itens que assegurassem sua viabilidade econômica: qualidade do solo; área para reserva florestal (exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA); demarcação e tamanho dos lotes; local para a implantação das agrovilas onde seriam instaladas as moradias; demarcação para abertura de estradas vicinais; local para construção de escolas, posto de saúde e centro comunitário; local para construção de poços artesianos e de rede de energia elétrica. Também foram definidas as áreas comunitárias destinadas aos assentamentos provisórios das famílias beneficiadas, até que fosse concretizada a estrutura planejada.

A infra-estrutura foi projetada pelo INCRA, por ocasião do levantamento dos recursos naturais da área definida para a instalação das famílias. No entanto, essa infra-estrutura não foi efetivada conforme o planejado. Isto levou as famílias instaladas, especialmente nos lotes de produção, a se unirem para reivindicar o direito aos benefícios básicos, como água, estradas e financiamentos bancários, o que lhes permitiria adquirir um mínimo de instrumentos e estrutura para viverem em seus lotes e trabalharem com a lavoura.

O Assentamento Taquaral encontra-se localizado a 12 quilômetros da sede do município de Corumbá,²⁷ tendo sido criado a partir da desapropriação de uma área devoluta, por intermédio do decreto nº 92.621, com emissão e posse em 4/5/89, sendo o projeto instalado por meio da portaria nº 576, de 13/7/89. Possui uma área de 1.332 hectares, dividida em 394 parcelas,²⁸ possibilitando a reintegração de 394 famílias titulares de lotes²⁹ ao processo produtivo agrícola. Desse total de famílias, 89 foram cadastradas pelo INCRA na região de Corumbá e 305 foram selecionadas em outras regiões do estado, especialmente no antigo acampamento Santo Inácio, atual Assentamento Marcos Freire, local que reuniu provisoriamente, na década de 1980, os acampamentos existentes nos diversos municípios sul-mato-grossenses.

27 Esse percurso compreende a distância existente entre a entrada principal do assentamento e o centro urbano. No entanto, se considerarmos o lugar onde estão localizadas as famílias que ocupam os lotes pertencentes à área da agrovila I, teremos uma distância maior, de 25 quilômetros entre os lotes e a sede do município.

28 Parcela é a denominação que utilizamos para designar lotes em assentamentos rurais.

29 É importante esclarecermos que em todos os assentamentos do município, as famílias titulares de lotes não representam o total de residentes na área. Conforme dados da pesquisa de campo, vimos que é comum nos lotes dos titulares encontrar moradias de famílias agregadas, que fazem parte da relação de parentesco do proprietário.

A desapropriação da área para a implantação do Assentamento Taquaral para fins de reforma agrária não se deu pelo exercício da pressão de famílias sem-terra que reivindicavam aquela área, mas surgiu de uma negociação entre o INCRA e a família Chama, antiga proprietária da área. Como já dissemos, a área do Taquaral é uma das tantas áreas do município de Corumbá que pertenciam àquela família, que por não possuir documentos que comprovassem a posse efetiva das terras do Taquaral foi indenizada pelo INCRA somente no valor das benfeitorias existentes e não pelo valor da terra.

A desapropriação foi motivada pela necessidade do Estado resolver o problema das mais de 800 famílias sem-terra que se encontravam instaladas provisoriamente no acampamento Santo Inácio, à espera de serem beneficiadas com lotes definitivos. O Santo Inácio foi criado pelo governo estadual para reunir os muitos acampamentos de sem-terra que haviam se instalado sucessivamente nas praças de diversas cidades do estado, “limpando”, com essa ação, as cidades.

A criação do Taquaral resolveu a situação de parte das famílias que se encontrava em situação provisória no Santo Inácio e também possibilitou a demarcação em lotes da área do Santo Inácio, que deixou de ser uma área provisória, originando o assentamento Marcos Freire. A gestação do Taquaral deveu-se, então, a uma negociação entre o INCRA e os proprietários da área, não havendo luta entre as famílias sem-terra e os donos das terras do Taquaral. Contudo, isto não significa dizer que elas não estivessem expostas à luta que normalmente acontece para a conquista da terra. As famílias que para lá foram transferidas vieram de um longo período de acampamento, ocupando outras áreas do estado, especialmente aquelas localizadas mais ao sul, onde as terras são mais propícias ao desenvolvimento de atividades agrícolas, sendo sempre delas despejadas.

Mesmo não tendo ocorrido luta para a desapropriação das terras do Taquaral, houve diversos atropelos que fizeram com que vivenciassem a situação de despejo na área. Isto aconteceu no momento em que elas se encontravam demarcando o espaço de moradia temporária, de forma coletiva, até que o Ministério Público de Mato Grosso do Sul liberasse a área para assentamento e o INCRA efetuasse todo o processo de desapropriação da área e demarcação dos lotes, bem como implantasse parte da infra-estrutura necessária. A situação de despejo ocorreu logo após a tomada de posse da área pelo INCRA, em junho de 1989, quando uma comissão de membros das famílias que se encontravam provisoriamente acampadas no Santo Inácio estiveram em Corumbá, na área do Taquaral, por sugestão do INCRA, para fins de averiguação da qualidade do solo

e da viabilidade econômica do Taquaral.³⁰ Essa comissão permaneceu na futura área do assentamento durante 15 dias e nesse período vivenciou as primeiras pressões efetuadas pelo Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul para que abandonassem o local. Esse Ministério, por meio do então Curador do Meio Ambiente, Orlamar Teixeira Gregório, e do Procurador da República no estado, Luiz Stefanini, impetrou, no dia 4 de julho de 1989, uma ação pública contra a instalação do Assentamento Taquaral, por entenderem que aquela área deveria ser destinada para a preservação ambiental. A implantação de mais um assentamento estaria ferindo o Código Florestal e a própria Constituição Federal, considerando que o Pantanal é um patrimônio nacional e área de preservação permanente, onde é proibida qualquer atividade econômica.

O Ministério Público tornava o município de Corumbá um lugar de total preservação ambiental, por estar localizado no coração do Pantanal, lugar onde se encontra todo um exuberante complexo de flora e fauna. O desenvolvimento de atividades agrícolas, que se apresentavam como uma novidade para a região, visto que até então a pecuária fora o carro chefe de sua economia, poderia comprometer o ciclo de vida desse complexo. Os defensivos que normalmente são utilizados no desenvolvimento das plantações poderiam causar um desequilíbrio no meio ambiente. O Procurador e o Curador do Meio Ambiente exigiam o RIMA – Relatório de Impacto no Meio Ambiente – e o EIA – Estudo de Impacto Ambiental – das áreas do Taquaral e de Piraputangas, que eram as áreas que estavam, naquele momento, sendo negociadas pelo INCRA em Corumbá. Eram áreas destinadas à implantação de assentamentos. Exigiam esses estudos para que mediante seus resultados, pudessem avaliar a viabilidade ou não de assentamentos naquelas áreas.

Em meio à polêmica sobre a implantação de assentamentos em Corumbá, o INCRA, contrariando as exigências do Ministério Público, decidiu pela transferência, no dia 6 de julho de 1989, de 305 trabalhadores, que representavam as famílias que seriam beneficiadas com terras no Taquaral, para que eles construíssem os barracos para depois transferir os demais membros de suas famílias. Na chegada a Corumbá, apesar das pressões, os trabalhadores puderam dar início à construção dos barracos. No entanto, no dia 20 de julho de 1989, a Justiça Federal deu ganho de causa ao Ministério Público de Mato Grosso do Sul e solicitou às polícias federal e militar a retirada dos trabalhadores da área do Taquaral. Essa ação foi suspensa no dia 23 de

30 Utilizamos, para reconstruir o período da instalação das famílias em lotes definitivos no Assentamento Taquaral, os depoimentos de famílias assentadas e informações colhidas junto a membros da CPT e da antiga EMPAER que participaram daquele processo, e associado a isso, nosso conhecimento anterior, em virtude de termos vivenciado o momento da desapropriação e da transferência das famílias para o Taquaral.

julho de 1989, mediante recurso apresentado pelo INCRA, sendo esse recurso indeferido no dia 27 de julho. Assim, o despejo foi efetivado em 2 de agosto de 1989. Os trabalhadores oriundos do Santo Inácio foram devolvidos para lá, e as 45 famílias originárias do município de Corumbá foram transferidas para um campo de futebol localizado na cidade.

Em resposta a essa decisão judicial, no dia 3 de agosto de 1989 os trabalhadores que seriam assentados no Taquaral demonstraram seu descontentamento, realizando uma caminhada, iniciando-a na entrada da capital do estado, Campo Grande, indo até a Governadoria Estadual, perfazendo um percurso de 22 quilômetros.

Após essa manifestação, a área do Taquaral foi entregue novamente aos cuidados do INCRA; a partir daí, as famílias que estavam no Santo Inácio tiveram a promessa de transferência para a área do Taquaral. Sua transferência foi efetuada em três etapas: a primeira ocorreu ao final do mês de setembro, a segunda, no início do mês de novembro, e a terceira, ao final da última quinzena do mês de novembro de 1989.

Em face da longa distância, cerca de 400 quilômetros que separava Corumbá e o lugar onde as famílias encontravam-se acampadas, o Santo Inácio, o INCRA decidiu transferi-las por meio do transporte ferroviário, que na ocasião fazia o percurso Corumbá–Bauru, o que barateou o traslado, custeado pelo INCRA. Usando esse meio de transporte, além de transportar a mudança, foi possível carregar também os animais que cada família possuía.

Na chegada a Corumbá, as famílias acamparam em área coletiva do Taquaral até a entrega dos lotes definitivos. Essa situação perdurou por dois longos anos e as expôs a uma série de dificuldades de sobrevivência: durante aquele período, puderam plantar somente pequenas roças em áreas coletivas, mas, por exigência do IBAMA, sem derrubar árvores, o que resultava numa produção que não atendia a todas as necessidades de sustento das famílias, tornando a fome um dos grandes problemas enfrentados no acampamento de Corumbá. Mesmo as notas publicadas nos jornais, que a princípio mostravam o lado negativo da criação de assentamentos no município, passaram a divulgar notícias que mostravam a situação de penúria das famílias instaladas em área coletiva no Taquaral.

Naquele momento, o atendimento que o estado fornecia era pouco, somente distribuindo às famílias cestas de alimentos, fornecidas de forma irregular. No trecho a seguir, extraído do jornal *Diário da Manhã*, observamos a justificativa dada pelo Superintendente do INCRA em Mato Grosso do Sul, Alberto Manna, para essa falta de atendimento, como uma maneira encontrada

para fazer com que aqueles trabalhadores tomassem conta de suas próprias vidas, sem ficar à espera da ajuda do Estado: “não podemos viver num sistema de paternalismo. Os assentados devem procurar meios de subsistência, já que a terra lhes foi concedida” (11 jan. 1990, p. 1).

Essa posição do Superintendente do INCRA, de atribuir às famílias a função de auto-sustentação sem haver condições para isso, nem ao menos a entrega dos lotes para a provisão do sustento necessário, foi adotada desde o momento em que aquele órgão transferiu as famílias do Santo Inácio para Corumbá. Observando um trecho de notícia publicado pelo *Diário de Corumbá* quatro meses após a chegada das famílias a Corumbá, momento em que se intensificou a série de dificuldades vividas no acampamento, o Superintendente Alberto Manna assim definiu sua ação: “O governo não pode ser paternalista todas as vezes que o assentado abrir a boca pedindo comida. Foram os próprios assentados que pediram para fazer transferência para o Taquaral, mesmo sem condições mínimas de moradia e alimentação” (8 dez. 1989, p. 1).

Como veremos adiante, essa transferência não foi uma escolha, mas apresentou-se, naquele momento, como a única alternativa para os sem-terra saírem da condição de acampados, passando a buscar no Taquaral a situação de detentores de um lote de terras. No entanto, vendo-se novamente na condição de acampados, na área que a princípio havia sido demarcada pelo INCRA, as famílias sentiram-se aprisionadas, pois naquele espaço somente podiam plantar pequenas roças em lugares determinados, mas sem derrubar árvores. O assentado Zezé expressa o sentimento de sentir-se aprisionado na terra prometida, quando esperava já estar em um lugar definitivo vivendo de forma independente, não mais dependendo das escassas cestas de alimentos do Estado:

O começo aqui no Taquaral foi difícil porque quando nós chegamos aqui, o INCRA colocou a gente numa espécie de prisão porque nós não podíamos derrubar nem uma árvore. Aqui a gente tinha que ficar embaixo de barraco de lona e não tinha água potável e o que era pior, o INCRA, por causa do meio ambiente, não deixava a gente plantar. Eles queriam que nós ficássemos só embaixo de lona. Só que a gente foi fazendo umas roças nos pés dos morros, meio escondidas. A gente não fazia roça assim perto das estradas, mas só lá nos fundos, perto dos morros. Então quem olhava da estrada achava que só tinha mato, mas lá nos fundos a gente já tinha começado a abrir e plantar umas roças. Assim, quando a Justiça vinha fazer a vistoria, ela não via que nós estávamos fazendo roça na área. Nós plantamos milho, feijão e com isso dava para tirar um pouco para o sustento e matar um pouco a fome (ZEZÉ. 39 anos. Entrevista realizada em janeiro de 2000).

O período de acampamento em Corumbá foi longo, em razão do impasse que se criara entre o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, que lutava pela não instalação de assentamentos em Corumbá, e o INCRA, que via na área do Taquaral a maneira para minimizar a situação existente no Santo Inácio. Esse impasse fez com que o período de acampamento se estendesse além do previsto, contrariando as promessas de que as famílias receberiam os lotes definitivos logo após sua transferência para aquele município. Com isso, as famílias que estavam acampadas à espera de lotes em área coletiva tiveram que encontrar estratégias para poder produzir algum alimento e viabilizar um pouco do sustento para a família. No entanto, percebemos na fala de Zezé que para poderem trabalhar e produzir, era necessário fazê-lo secretamente, como se a ação de trabalhar a terra representasse um crime. Essa situação de indefinição fez com que as famílias iniciassem sucessivas manifestações na cidade de Corumbá, para, por meio dessas ações, tentarem mudar o quadro de miséria que diariamente enfrentavam.

Os atos realizados pelas famílias acabaram por mudar a aparente imagem harmoniosa da cidade de Corumbá, uma vez que passaram a realizar manifestações em frente ao INCRA e também à prefeitura, mostrando a necessidade de solução para a situação de inconstância a que estavam submetidas. As manifestações estabeleceram um clima de inquietação e acentuaram a não aceitação das famílias pela comunidade local, que já no momento de sua chegada demonstrara pouca receptividade. A partir dos atos dos acampados, a comunidade corumbaense passou a vê-los como pessoas desordeiras, prontas a quebrar as normas sociais; o comércio fechava as portas; os programas populares veiculados por meio das rádios locais as classificavam como desordeiras que desestruturavam a organização vigente no município. Esse foi o início de um período de tensão, que se acentuaria no assentamento definitivo, entre as famílias que estavam acampadas em busca de um quinhão de terra, para dele prover suas sobrevivências, e a comunidade corumbaense, temerosa que a aparente harmonia e tranquilidade da ordem urbana fossem transgredidas com a instalação dos assentamentos.

A partir de então, como não vislumbravam o período de entrega dos lotes para poder obter seu sustento, as famílias tiveram que buscar outras formas de garantir sua sobrevivência, o que acabou criando novas situações de vida, como, por exemplo, o assalariamento das mulheres, como veremos no Capítulo IV, foi o carro chefe para a permanência no acampamento em Corumbá, e com ele se estabeleceu uma nova estrutura familiar, uma vez que até então, em períodos de dificuldades, era sempre o homem aquele que primeiro saía para buscar

prover a sobrevivência. A mulher sempre lutou pelo sustento da família, mas sempre em conjunto, acompanhando o homem. Em Corumbá essa situação mudou, porque a mulher se tornou uma assalariada individual e assumiu o papel de provedora da família. Como o município tem como principal atividade econômica a pecuária, foi difícil o assalariamento dos homens, visto que essa atividade absorve uma pequena quantidade de mão-de-obra. Como a mulher teve facilidade em se inserir no assalariamento doméstico urbano, coube ao homem assumir as atividades da casa e o cuidado das crianças, mudando um quadro tradicional, alicerçado em tarefas desempenhadas exclusivamente pela mulher e pelas filhas maiores.

Nosso primeiro contato com as famílias do Taquaral ocorreu no acampamento, algumas semanas após a chegada das famílias provenientes do Santo Inácio e no dia seguinte a uma forte chuva na área do acampamento. A chuva provocara inundações em muitas das barracas de lona, fato que estabeleceu certa angústia no local, por terem perdido parte de seus escassos utensílios domésticos, além de sacas de arroz que haviam colhido no antigo acampamento, o Santo Inácio, onde plantavam em área coletiva. Esse alimento representava o sustento para os meses que acreditavam teriam que permanecer acampadas no Taquaral à espera do lote definitivo. No entanto, não foi suficiente, uma vez que ficaram acampadas além do prazo previamente estipulado pelo INCRA. A tristeza que vimos, em face da situação vivida, misturada à esperança pelo fato de estarem em um acampamento que lhes parecia ser o último, leva-nos, a cada vez que pensamos nas famílias do Taquaral, a rememorar a imagem daquela primeira vez em que lá estivemos. Era um dia de pouco sol, mas com um ar quente e abafado, típico da região de Corumbá, que normalmente possui temperaturas elevadas durante praticamente o ano todo. As fortes chuvas que caíram durante a noite tornaram a terra pegajosa, dificultando até o caminhar, uma vez que o barro colava nos sapatos e os tornava pesados. O acampamento das famílias nos pareceu uma enorme cidade de lona preta, da qual era impossível enxergar os limites finais. A cor escura das lonas, associada às inúmeras poças de água barrenta formadas pela chuva, davam um ar cinza e triste ao lugar. Vimos crianças brincando nas poças de água, alheias às grandes preocupações dos adultos com o novo lugar. Os homens e mulheres encontravam-se reunidos em pequenos grupos, formados antes mesmo da chegada ao Taquaral; na instalação dos barracos no novo acampamento, haviam respeitado a procedência de cada família, não desfazendo assim os grupos iniciais.

Num primeiro olhar, assustou-nos o número de famílias e de pessoas que seriam assentadas no Taquaral, em virtude de estarmos acostumados a

ver em outros assentamentos do município um menor número de famílias instaladas, como no Mato Grande, com 50 famílias, e no Urucum, com 89, realidades diferentes do Taquaral, onde seriam assentadas 394 famílias. Apesar das dificuldades ocorridas em sua chegada, enfrentando as fortes chuvas e a instabilidade por terem que permanecer novamente na situação de acampadas, percebemos naquelas pessoas um entusiasmo pela possibilidade de serem finalmente assentados em um lote de terra.

Passado o período do acampamento em área coletiva, que perdurou por dois anos, aconteceu em 20 de setembro de 1991, o sorteio dos lotes definitivos. Naquele momento, o INCRA somente implantara uma pequena parte da infra-estrutura planejada para o assentamento. Eram poucas as estradas vicinais, não permitindo o acesso a uma grande parte dos lotes de produção. Da mesma forma, era quase inexistente o abastecimento de água na maior parte da área do projeto, existindo somente um antigo poço artesiano, recuperado pelo INCRA, e que estava localizado na área onde as famílias permaneceram acampadas. No restante da área, o abastecimento deveria ser feito pelo INCRA ou viabilizado pelas próprias famílias. Dessa maneira, as famílias, para providenciarem o transporte de água para suas residências, passaram a fazer uso do carro de boi e da própria força física, meios ainda hoje usados por aquelas que não foram atendidas pela rede.

Como o projeto previa a instalação de três agrovilas, localizadas ao longo da área e que chegaram a ser demarcadas e sua área reservada para uma posterior estruturação, o INCRA, no ato da entrega dos lotes de produção, passou a insistir para que as famílias se estabelecessem nos lotes de moradia nas agrovilas, mesmo não tendo ainda instalado qualquer infra-estrutura nelas; nem a mata existente nas ruas demarcadas, que davam acesso aos lotes de moradia nas agrovilas, fora retirada. Ainda assim o INCRA alegava que seria mais fácil realizar sua infra-estrutura com as famílias ocupando as áreas das agrovilas. Um dos argumentos usados para exercer pressão sobre elas foi propagar as dificuldades no fornecimento de água, que era e ainda é, o grande problema em discussão no assentamento. Naquela ocasião, o INCRA prometeu o fornecimento de água, por intermédio de caminhão pipa, somente para aqueles parceleiros que estivessem localizados nas agrovilas ou em lotes de produção próximos às estradas existentes, não havendo interesse em atender àqueles que decidissem ocupar os lotes de produção localizados distantes delas. Essa atitude fez com que as famílias acatassem o projeto das agrovilas, uma vez que seu assentimento era a condição para o assentamento. No entanto, como veremos no Capítulo III, o que se deu foi uma imposição para a aceitação desse modelo,

uma vez que o INCRA, desde o princípio, apresentou um projeto pronto e teve a preocupação de divulgá-lo largamente, enfatizando os pontos negativos caso ele não fosse aceito. As próprias lideranças das famílias, que eram aquelas que participavam e tinham poderes de representar a vontade do grupo todo, acabaram por apresentar opiniões opostas: parte dos representantes acreditava que diante das inúmeras dificuldades listadas pelos técnicos do INCRA, o modelo das agrovilas acabaria sendo a melhor alternativa para solucionar os problemas no Taquaral; a outra parte relutava em aceitar tal modelo, uma vez que ele contrariava o desejo da maioria das famílias, que era o de ocupar o lote de produção e não o lote de moradia na agrovila.

O fato é que as famílias, por meio de seus representantes, acabaram por aceitar as agrovilas. No entanto, o que se verifica é que foi uma aceitação funcional, isto é, uma mera estratégia para acabar com a discussão em pauta, sobre a forma como deveria ser estruturado o projeto. Naquele momento, a discussão atrasava o encaminhamento de todo o processo de definição e de divisão da área. A aceitação pelo sistema de agrovilas, como veremos no Capítulo III, provocou o encerramento dessa etapa do processo e acelerou o andamento da divisão da área em lotes, permitindo que as famílias fossem mais rapidamente atendidas. Foi uma aceitação como forma de negação, com o objetivo de fazer com que o processo caminhasse e não com o intuito de realmente acatar o projeto do Estado. As famílias aceitaram as agrovilas certas de que, no ato da entrega dos lotes, retomariam seus próprios desejos, ou seja, iriam morar no lote de produção.

Essa atitude das famílias nos leva ao pensamento de Medeiros e Esterici (1994) quando afirmam que, se por um lado a dominação do Estado se faz presente nos assentamentos, por outro, não ocorre uma total passividade por parte dos assentados diante da fixação de regras que parecem estranhas ao grupo. Isto acaba por engendrar uma relação tensa entre os trabalhadores e os mediadores. Essa reflexão se insere no caso do Taquaral, onde a recusa pelas agrovilas demonstra que os homens e as mulheres daquele assentamento não estavam passivos diante do poder que o Estado exercia para dimensionar o espaço do assentamento; ao usarem estratégias de concordância, acabaram por criar situações favoráveis para implantarem, no ato da entrega dos lotes, o modelo que desejavam – cada família poderia construir seu próprio espaço no lote de produção. Observamos, então, nessa forma de resistência, a estreita relação de que nos fala Lefebvre (1976), existente entre o espaço vivido e a prática social de um grupo. Por se tratar do espaço vivido, jamais ele será um espaço neutro, estando carregado de um conjunto de problemas que fazem

parte do vivido desse grupo, com freqüência relacionados aos demandantes do espaço. Como o espaço normalmente é construído, quer pelo Estado, quer por um grupo de pessoas, ou ainda por ambos, esse poder, que a princípio é exercido pelo Estado, no Taquaral foi transgredido pelo grupo de assentados a partir da criação de estratégias para a construção do espaço idealizado.

Concordarmos com Neves (1997) quando, em suas reflexões, denuncia que os documentos que tratam do modelo de assentamento vivenciado hoje, mostram um ligeiro conhecimento sobre o que é um assentamento. Antes de refletir sobre os sujeitos que nele irá inseridos, o Estado procura pôr em destaque questões que impedem que a realidade apareça. Observamos que não basta que discutamos o assentamento partindo de projetos batizados unicamente pelas propostas que o Estado considera ideais, pois as histórias de vida das famílias podem gerar conflitos e resultar no insucesso dos pequenos lotes. Por isso concordamos com Medeiros e Esterci quando afirmam que tratar de assentamentos implica “falar das experiências contidas nas trajetórias de seus personagens e ali atualizadas. Experiências que não podem ser reduzidas às lutas políticas” (1994, p. 21).

Neves fala da necessidade de o assentamento ser visto como uma unidade onde se estabelece a construção de um novo modo de vida, baseado em relações de poder que levam a situação de mudanças que nem sempre são as desejadas pelas famílias beneficiadas. Essas relações de poder equivalem à participação em situações de mudanças desejadas, necessárias ou impostas. Segundo esta autora, “nem sempre os atores constituídos como assentados foram incorporados no exercício de expressão da vontade política; mas por serem atingidos por medidas cuja única alternativa é mudar ou redefinir visões de mundo” (1999, p. 4).

A realidade do Taquaral nos mostra que no interior dos assentamentos se constroem diferentes projetos – do Estado e dos assentados – e nem sempre o projeto do Estado pode ser entendido como o projeto dos assentados. Nesse novo espaço, são estabelecidas novas condições de vida, de infra-estrutura, o que, por vezes, leva os assentados a entrarem em confronto com o poder público, em decorrência das diferenças das características vividas anteriormente ou das idealizadas pelos assentados.

Por isso, para Ferrante (1999), o programa de assentamento idealizado pelo Estado freqüentemente não corresponde ao que é posto em prática, porque não atende às necessidades dos assentados. O que interessa ao Estado é elaborar e legitimar as intenções que visam “modelar, domesticar, enraizar o assentado” (NEVES, 1997, p. 71).

No Taquaral, passada a fase de acampamento e com a entrega dos lotes, estabeleceu-se uma nova situação de organização. Dias após a entrega pelo INCRA, as famílias organizaram, em pequenas carroças, seus pertences, a fim de mudarem para o lote de produção. A cidade de lona preta, formando quase que uma única casa, ganhava agora espaços vazios. Eram famílias que, no entusiasmo de ocupar seus lotes de produção, mudavam-se para os lotes sem se importar com a falta de estrutura, estando uma parte deles ocupados por mata e outra, por uma espécie de pastagem, em virtude da mata dessa área ter sido retirada pela família Chama, a antiga proprietária, quando ainda desenvolvia atividades ligadas à siderurgia. O carvão era a matéria-prima necessária para esse tipo de atividade.

No processo de ocupação do lote de produção, as famílias se preocuparam em desmatar primeiramente o espaço que utilizariam para a construção da moradia e depois iniciaram o cultivo do lote.

A partir do sorteio do lote, o movimento de pessoas na área do projeto passou a ser intenso: homens e mulheres trabalhando na abertura de espaços na mata ou nas áreas de pastagens e assim formando caminhos que levavam aos lotes de produção, ou construindo seus novos barracos. Em meio a isso, ouvíamos o barulho das carroças circulando com as mudanças e o som das motosserras na mata, derrubando árvores que cederiam espaço para as moradias. Apesar das dificuldades em locomoverem-se do acampamento até os lotes de produção, em virtude de o INCRA não haver ainda construído estradas que levassem a todos os lugares do assentamento, vislumbrávamos no semblante das pessoas o contentamento por terem finalmente conseguido o seu lugar. Em poucas semanas da entrega dos lotes pelo INCRA, grandes clareiras se formaram no acampamento de lona preta, uma vez que parte das famílias já ocupava os lotes de produção. Permaneceu na antiga cidade de lona aquelas que foram contempladas com lotes localizados na área da agrovila I, lugar que em período de chuvas tem a terra encharcada pelas águas, dificultando a construção de moradias. Quando assumiram a área sorteada, tiveram como única alternativa a ocupação dos lotes de moradia na agrovila I, local que é mais elevado se comparado aos lotes de produção que pertencem àquela área e que por isso oferece melhores condições para os assentados estabelecerem suas residências. Ocuparam os lotes de moradia na agrovila I durante os primeiros anos de instalação do assentamento, criando, nos anos seguintes, estratégias para estabelecerem suas moradias nos lotes de produção. Na agrovila I, como veremos no Capítulo III, encontram-se hoje instaladas apenas seis famílias, e nas agrovilas II e III não há qualquer família instalada.

Com a mudança para o lote de produção, uma série de dificuldades logo se fez sentir não só na vida de cada parceleiro, mas também nas ações das instituições responsáveis pelo assentamento. Naquela ocasião, a mobilização das famílias tomou novamente contornos de movimento, uma vez que para mudar o quadro de dificuldades enfrentadas diariamente, passaram a usar como estratégia de luta as passeatas e as tomadas de prédios públicos.

Assim, os anos de 1990, 1991 e 1992 foram marcados pela realização de inúmeras manifestações. Nelas os trabalhadores do Taquaral mostravam os problemas com a falta de água, de estradas, de atendimento à saúde, de liberação de verbas e de transporte, reivindicando condições para que ao menos as mulheres pudessem deslocar-se diariamente do assentamento para o centro urbano e continuar no trabalho assalariado na cidade. Mesmo com o lote, como veremos no Capítulo IV, a mulher teve que manter seu trabalho, para que por meio dele a família pudesse permanecer no assentamento.

As manifestações realizadas pelas famílias, que contavam com o apoio da CPT, direcionavam-se para a tomada do prédio do INCRA, ação realizada por três vezes, buscando com isso reivindicar a construção de estradas para poderem chegar a seus lotes e neles trabalharem, e água para o uso doméstico. A tomada, por duas vezes, do prédio da agência do Banco do Brasil serviu para demonstrarem seu descontentamento quanto à falta de liberação de verbas para dar início às atividades no lote de produção. A prefeitura também foi ocupada, como forma de pressionar o poder público municipal. Inúmeras também foram as mobilizações junto às empresas de ônibus, para que regularizassem as linhas e os horários de atendimento. Como as estradas do assentamento eram de difícil acesso, as empresas de ônibus contratadas para fazer aquele percurso não tinham interesse em atender de forma regular àquela comunidade. Ocorreram também dois “panelaços”, quando as famílias mostraram, no bater de panelas vazias, a fome reinante, em razão da falta de condições de produção.

Esses atos fizeram com que o Taquaral acabasse sendo visto como o assentamento com maior organização de trabalhadores e por isso mesmo, maior poder de reivindicação. Como era o assentamento do município de Corumbá que contava com maior número de famílias beneficiadas com lotes, em cada manifestação era grande o contingente de homens, mulheres e crianças que desnudavam, no espaço urbano, as diferenças sociais existentes. Em todas as manifestações as mulheres apresentavam-se como a principal liderança, havendo o reconhecimento por elas próprias de seu poder de decisão e de organização dos movimentos, bem como na mobilização das famílias, além da manutenção da luta até que suas reivindicações fossem atendidas.

CAPÍTULO II

Os Novos Personagens do Taquaral e Suas Trajetórias: A Construção da Identidade do Assentado na Luta pela Terra

Eu nasci e morei nos primeiros anos de minha vida no estado do Sergipe, lá com meus pais. Daí, meus pais resolveram vir embora para São Paulo e lá moramos cinco anos e de lá mudamos para o estado de Mato Grosso, no ano de 62. Em 62 mesmo, eu conheci esse rapaz, ali (companheiro que estava sentado a seu lado), casamos e já estamos com 37 anos de casados. Casamos, enfrentando a luta junto, sempre na roça, na lavoura, trabalhando para os outros. Depois de muitos anos nessa luta, iniciou-se a reforma agrária e a gente decidiu entrar na reforma agrária. Nessa época nós morávamos no município de Deodópolis, na Lagoa Bonita (MS), e ali enfrentamos a luta para ter um pedaço de terra. Nós ficamos uns tempos lá acampados, primeiro no município de Jateí acampados, de lá viemos para Santo Inácio e de Santo Inácio viemos para Corumbá. Já está com 10 anos que nós moramos aqui em Corumbá. Aqui é difícil, para produzir se tem que lutar e lutar muito, mas mesmo assim estamos felizes porque estamos na nossa terra e com os filhos criados. Temos um filho casado que mora aqui junto no nosso lote. Temos três filhas que trabalham na cidade e dois outros solteiros que moram aqui junto com a gente. Nós temos seis filhos, eu fui mãe de sete, mas Deus levou uma e eu fiquei com seis filhos (ANA. 58 anos. Assentada no Taquaral).

CAPÍTULO II

Os Novos Personagens do Taquaral e Suas Trajetórias: A Construção da Identidade do assentado na Luta pela Terra

Neste capítulo mostramos quem são os assentados do Taquaral. Para isso, apresentamos algumas informações relativas às suas trajetórias até chegarem ao Taquaral, verificando de que forma esse percurso interferiu na não aceitação do projeto do Estado e das contradições que foram criadas no momento do assentamento. Em seguida, observamos como os assentados se organizaram no novo lugar.

O percurso trilhado pelas famílias assentadas no Taquaral

As histórias dos trabalhadores do Taquaral demonstram que trilharam diferentes caminhos, porém muito parecidos, uma vez que na maioria delas percebemos a ligação com a terra, até chegarem ao assentamento definitivo. Isso nos faz refletir com base nas observações apresentadas por D'Aquino (1994b) em seu estudo na Fazenda Reunidas, situada no interior de São Paulo. Nela, observa que é impossível pensar os assentados como um conjunto homogêneo, em virtude de cada família possuir uma história de vida diferente. Ao ouvirmos as histórias das famílias do Taquaral, comprovamos a assertiva de D'Aquino, uma vez que diferentes são os caminhos e diversas são as histórias, ainda que haja um elo a unir a maioria delas: a terra.

Ao observarmos as histórias das famílias do Taquaral, podemos estabelecer três grandes grupos: um constituído daquelas famílias que trabalhavam em Mato Grosso do Sul, quer na condição de arrendatários, formando fazendas, especialmente com pastagens, quer plantando em sistema de parceria e que, com o esgotamento dessa atividade e a modernização da agricultura, foram lançadas no processo de expulsão do meio rural; ou ainda trabalhando como bóias-frias, vivendo a situação da inconstância de trabalho. Há também aqueles que ao constituírem família, em razão da pequena propriedade paterna e da

grande composição familiar, migraram, a fim de tentarem ser, eles próprios, donos de um pedaço de chão.

Um segundo grupo é formado por famílias que fugiram da seca no Nordeste ou do Sul do Brasil, para o Paraná, em busca de trabalho nas lavouras de café. Com a decadência dessa atividade, migraram para o Paraguai, retornando ao Brasil em meados da década de 1980. São os chamados brasiguaios.³¹

O terceiro grupo constitui-se por famílias que viviam de trabalhos em fazendas de gado ou eram posseiros em áreas da própria região de Corumbá.

Considerando as diferentes/iguais histórias que compõem a vida de cada assentado, a melhor forma de entendermos os caminhos que cada um trilhou é deixar que eles falem sobre suas trajetórias. Começamos mostrando as histórias do grupo I, daquelas famílias que viveram a situação do arrendamento e do trabalho como bóias-frias:

Meu nome é Otaviano. Eu nasci no estado de Pernambuco, mas saí de lá muito jovem ainda e aos 14 anos eu já estava no estado de São Paulo. Quando eu cheguei a São Paulo, eu fui trabalhar de peão e trabalhei assim durante muitos anos e aí, depois eu arrumei uma família. Depois que eu arrumei essa família, nós mudamos para Bataguassu, no estado de Mato Grosso, que quando eu mudei para o Mato Grosso, ainda não existia o estado de Mato Grosso do Sul, porque ainda não tinha dividido o Mato Grosso. Em Bataguassu, eu fiquei trabalhando novamente como peão, até surgir esses acampamentos. Quando surgiram esses acampamentos do programa de reforma agrária, eu fui acampar, porque eu pensei que só assim eu deixaria de trabalhar para os outros e poderia ter o meu pedaço de terra. Nesse acampamento em Bataguassu, a gente permaneceu dois anos acampados lá e depois eles (INCRA) transferiram a gente para o acampamento de Santo Inácio. Lá no Santo Inácio, nós ficamos mais dois anos acampados. Naquela época, todos os acampamentos que existiam no Mato Grosso do Sul, foram todos centralizados no acampamento de Santo Inácio. Eu sei que eram 12 acampamentos que existiam no Mato Grosso do Sul e foram todos esses 12 centralizados no Santo Inácio para depois serem distribuídos. Do Santo Inácio, essas famílias foram distribuídas de acordo com o beneficiamento de terras que o INCRA ia fazendo. Teve famílias que foram para o Assentamento de Casa Verde, outras para o Manjolinho e o restante veio para o Taquaral. Nós viemos aqui para Corumbá (OTAVIANO. 72 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

As histórias desses homens e mulheres, hoje assentados no Taquaral, são as histórias de muitos outros assentados, portadores de uma longa trajetória mudando de um lugar para outro até a conquista da terra. Nelas surgem as

31 A esse respeito ver Wagner (1990).

imagens de um processo de expulsão da terra e de busca por uma existência digna, podendo trabalhar e viver da terra. É o sonho de conquistar um lugar que fosse aquele que sempre desejaram. A decisão de lutar pela terra nos mostra que na vida desses assentados esse “lugar” sempre foi a referência, o centro de atração de todo esse caminhar.

Na história de Otaviano, integrante do que denominamos de grupo I, notamos que no momento em que ele decidiu se organizar em acampamentos para a conquista de terra própria, já se encontrava fixado em Mato Grosso do Sul. Porém a maioria dos integrantes do grupo I não é originária desse estado, vinda de um longo período de migração até chegarem a Mato Grosso do Sul. São pessoas que saíram do Nordeste, do Sul e do Sudeste. Percebemos que o período de acampamento no Santo Inácio foi o espaço aglutinador de diversos acampamentos por onde passou a maior parte das famílias hoje assentadas no Taquaral. Até o acampamento, a vida desses assentados estava voltada, quer para trabalhos na condição de bóias-frias, quer como arrendatários, ou ainda como assalariados temporários. Eram nordestinos, paulistas, paraenses e sul-mato-grossenses que viviam na incerteza do trabalho na terra em Mato Grosso do Sul. Esse período, caracterizado por vários autores como sendo de acumulação primitiva do capital, por meio da abertura de terras para o plantio de pastos, começava a apresentar um declínio. Era o final do ciclo.

No sistema de arrendamento, usado para abertura das terras e sua incorporação ao processo produtivo, as famílias viviam a constante instabilidade, uma vez que trabalhando em terras arrendadas havia a necessidade de migrarem de um lugar para outro, de uma fazenda para outra. Os contratos eram firmados por três anos e se davam visando primeiro ao desmate da área, depois ao plantio do pasto e uma vez formada a pastagem, findava o contrato, o que os obrigava a recomeçarem o mesmo processo em uma outra fazenda. Essa situação ocasionava uma inconstância não só de trabalho, mas também do lugar onde a família morava.

Tal situação agravou-se ainda mais em Mato Grosso do Sul na década de 1980, quando já não mais havia grande quantidade de terras a serem abertas para a formação de pasto. Nesse período deu-se também o crescimento no processo de modernização do campo,³² expulsando não somente arrendatários, como também bóias-frias e assalariados. No Capítulo I, pudemos observar

32 No trabalho de Martins (1993), vemos que esse período foi caracterizado por uma modernização conservadora no campo brasileiro, em que as grandes propriedades passaram a dedicar-se à atividade agropecuária, que ocupava um menor número de trabalhadores, deixando de trabalhar com o plantio de lavouras de gêneros alimentícios. Mato Grosso do Sul, como vimos no Capítulo I, conforme os dados fornecidos pelo IBGE, acompanhou o processo, com a ampliação das lavouras de milho, soja, cana, além do incremento na atividade pecuária.

nos dados fornecidos pelo IBGE o crescimento tecnológico em substituição ao trabalho do homem. Nos últimos censos agropecuários, realizados entre os anos de 1985 e 1995, notamos que houve uma redução de 20% no número de pessoas ocupadas no desenvolvimento de atividades agrícolas em estabelecimentos de Mato Grosso do Sul. Por isso concordamos com Carvalho (1980) quando explica que a intensificação do processo de migração dos expulsos da terra acontece em razão da perda do acesso à terra, ocasião em que o trabalhador se vê obrigado a procurar outros espaços, inserindo-se, por vezes, no assalariamento urbano.

Esses fatores de exploração, de instabilidade e mesmo de expulsão no trabalho de arrendatários ou de bóias-frias levaram as famílias que compõem o grupo I a se organizarem em movimentos sociais para reivindicar terra. Inicialmente, no ano de 1985, formaram acampamentos nas diversas cidades da região da grande Dourados, como Jateí, Fátima do Sul, Glória de Dourados e outras, sendo que ao final daquele ano, todos os acampamentos dessa região foram reunidos em um único, localizado próximo ao terminal rodoviário de Dourados, onde as famílias permaneceram por aproximadamente um ano.

Desse acampamento, foram transferidas para o Santo Inácio, onde continuaram na condição de acampados por mais de dois anos, sendo dali enviadas para o Taquaral. Assim, na história das 305 famílias que vieram de fora de Corumbá, as migrações e os acampamentos foram uma constante. Ao ouvirmos a história de Francisco percebemos que durante o processo de rememorar e contar sua história, ele próprio acabou se assustando com o percurso que trilhou até chegar ao Taquaral:

Olha, a nossa vida é muito engraçada, não é? Se a gente pensar bem, fica até assustado. Eu disse a você que eu vim do Ceará para Dourados e de lá para o Santo Inácio, para depois vir parar aqui em Corumbá. Veja hoje onde nós estamos. Nós podemos falar que hoje nós estamos aqui perto dessas baías, do Pantanal e da Bolívia. À vista de onde nós viemos, nós andamos foi bastante. Hoje estamos morando vizinho à Bolívia, que se você vai naquela estrada ali, você coloca um pé no Brasil e outro na Bolívia. Para quem veio do Ceará, veio lá do Brejo Santo, e começar a meditar onde estamos hoje, e por todos os lugares onde passamos até chegar aqui, não dá nem para acreditar que passamos isso tudo, não é Ilda (companheira dele)? A gente vê que tudo é coisa da vida. (FRANCISCO. 58 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

As reflexões de Francisco nos mostram que no ato de lembrar todo o processo migratório que ele, juntamente com sua família, percorreu, todos os elementos são relevantes na constituição de sua história – o longo caminho

percorrido é o centro de suas análises. Ele saiu do Ceará, na região Nordeste do Brasil, e acabou por fixar-se na região Centro-Oeste, quase na Bolívia, muito distante de seu lugar de origem. Nesse percurso, muitos foram os tropeços que enfrentou.

Ao falarem de suas vidas e de todo o percurso trilhado até chegarem ao Taquaral, homens e mulheres percebiam que muito da história vivida fora esquecida e lamentavam por não conseguir lembrar de todos os acontecimentos. Por isso deram importância ao nosso trabalho, uma vez que acreditavam estarmos arquivando suas histórias. Alzira fala do desejo de ela própria escrever sua história:

... a gente acaba não lembrando de tudo que a gente viveu e que pode ser importante falar. O bom é se a gente tivesse um livro e todo dia ia lá e escrevia um pouco, assim a gente ia escrevendo a nossa história. Outro dia eu falei aqui em casa que eu iria fazer um livro da minha vida e os meus filhos acharam graça. Eles falaram que eu não iria lembrar de todas as coisas que a gente viveu. Só que a gente lembra sim, é só ter tempo para fazer isso. Foram tantas coisas que nós vivemos, que as outras pessoas nem sabem o que se tem que passar para conseguir terra. É bom até os outros saberem (ALZIRA. 45 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

O desejo de Alzira nos leva a refletir com as observações de Thomson et al. quando dizem que a história oral, “recupera histórias não conhecidas e capacita as pessoas a fazerem suas próprias histórias” (1996, p. 66). No entanto, o uso da história oral, ou de outro tipo de fonte de pesquisa, mesmo a escrita, para a construção de documentos não é um processo simples; é uma prática que envolve um cuidado todo especial no tratamento que o pesquisador deve dispensar à apreensão e à análise dos dados coletados. Na pesquisa oral, é preciso ficar atento aos relatos de diferentes pessoas de um mesmo grupo, estabelecendo o que há de comum entre eles, como forma de assegurar uma maior aproximação da realidade, para que assim se possam estabelecer pontos de contato entre a memória individual e a memória coletiva (THOMSON et al., 1996). Isto não significa dizer que a fonte oral não seja confiável. A esse respeito, Pollak (1992) observa que se a memória é socialmente construída, a documentação também o é. A crítica, então, deve ser aplicada a todos os tipos de fonte, uma vez que a fonte oral é comparável à fonte escrita.

Na vontade de Alzira, desejando resgatar suas recordações percebemos os elementos expressados por Le Ven et al. (1994, p. 217): o ver e o ser visto. Com esse processo, Alzira nos mostra que é possível tornar-se conhecido e reconhecido por sua própria história. É isso que torna rico o processo de

pesquisa com uso da história oral, uma vez que lidamos com informantes vivos que relatam suas histórias. No momento em que ouvimos suas histórias temos, portanto, o fazer da história, que se dá pela interação das pessoas envolvidas (LE VEN et al., 1994).

A história de Alzira, de Francisco e de outras tantas famílias hoje assentadas no Taquaral é a história dos expropriados, daqueles que socialmente se encontram marginalizados, e que, como assevera D'Aquino (1997a), buscam, por meio da obtenção da terra, construir uma vida melhor. Vejamos como a autora enxerga a história dos assentados:

Esses trabalhadores, unidos pelo ideal de volta à terra, provenientes de múltiplos lugares, desenraizados, não traziam na memória os mesmos sons, as mesmas lembranças de lugares, cheiros e gentes. A história de migração é uma história de muitos laços rompidos com o “lugar”, os vizinhos, os sons e cheiros familiares, a casa materna e implica até na impossibilidade de peregrinação aos lugares sagrados, aos caminhos, aos percursos da trajetória da alma. Uma vez desenraizados, percorrem um imenso caminho em busca de alternativas para reconstruir suas vidas (D'AQUINO, 1997a, p. 30).

D'Aquino percebe os assentamentos como formas que possibilitam a reintegração de trabalhadores a um espaço sonhado, especialmente para aqueles trabalhadores e trabalhadoras que sempre viveram da terra, sendo ela um lugar de trabalho e de moradia. Nessa busca, conforme a autora, a terra se apresenta como o projeto que desempenha papel preponderante na vida de cada um. Daí concordarmos com ela quando assevera que os assentamentos surgem como um “novo lugar”, um lugar tido como seu, o “nosso lugar”, e que é um lugar de reconstrução da vida e da identidade dos assentados.

No assentamento, temos que considerar a história de organização familiar de cada um e o conjunto das relações que envolvem cada indivíduo. Para os trabalhadores da terra, ter um lote onde poderão morar e prover sua sobrevivência está associado à história, à cultura, à identidade de cada indivíduo. Como a identidade é decorrente do modo de vida e dos bens simbólicos que o indivíduo consome ou eventualmente produz (PENA, 1992), o lote de terra aparece, para os expropriados do processo agrícola brasileiro, como elemento que possibilita novamente sua ligação com a terra e é a partir dela que sua identidade passa a ser recriada. Para esses trabalhadores, os assentamentos apresentam-se como espaços de retorno, de cidadania e do lugar da reconstrução da vida, uma vez que neles se estabelecem condições que propiciam a construção de um novo modo de vida no espaço rural. O lote é o ponto de chegada, mas não de parada, como nos fala Borges:

... a terra é um ponto de chegada, mas não um ponto de parada, de finalização. É chegada de alguém que dela partiu e que a ela está voltando; alguém que é o mesmo e já não é o mesmo de quando partiu, porquanto viveu novas relações, novas experiências, individuais e sociais, avançou na sua história, descobriu-se gente, fez-se gente, fez-se sujeito na sua rebeldia e na sua busca de ser; ser que pensa e que fala, e que na sua fala revela o seu pensar que se torna ação – ação que transforma a si próprio, transformando o seu próprio mundo, o mundo dos outros, a história. Identidade se fazendo e se transformando; identidade metamorfose, enriquecendo a identidade inicial, o seu próprio ser. Identidade se fazendo em uma nova etapa que se inicia no assentamento, na posse dos lotes que cabem a cada um, na nova condição de assentado, dono da sua terra, que entretanto só será realmente sua se souber e der conta de transformá-la, pelo seu trabalho, naquilo com que sempre sonhou – terra para plantar, para colher, criar os filhos e, sobretudo, para viver a plenitude de ser humano que ele é (BORGES 1997, p. 171).

Às diversas histórias dos trabalhadores que compõem o grupo I, que são histórias de expulsão do espaço rural brasileiro e evidenciam as diversas situações que levaram cada família a buscar sua integração na luta por terra dentro do Programa de Reforma Agrária, somam-se aquelas tentativas de inclusão no espaço rural do Paraguai. A busca por novas fronteiras agrícolas, mesmo que fora do território brasileiro, enfatizadas pelos integrantes do que chamamos de grupo II, os brasiguaios, traz à tona na história dos assentados um desejo central – terra para trabalhar, terra para viver. Vejamos como a vida no Paraguai é contada:

Pois é, nós chegamos aqui no Taquaral há mais ou menos 10 anos. A gente veio rodando. Eu nasci no Rio Grande do Sul, passamos para o estado do Paraná, fomos criados praticamente no Paraná, e como lá a gente não tinha uma propriedade nossa, a gente optou para ir para o Paraguai. A gente tinha uma influência com o Paraguai e mudamos para lá no ano de 1971 e naquela época, nos primeiros três anos, foi difícil a vida, porque lá era mata, não tinha comércio, não tinha assistência, trabalhávamos por conta própria. Depois, lá pelo ano de 1975, começou lá a ser implantada a lavoura de soja e desenvolvemos bem com essa cultura. A gente estava ganhando bem e estava levando uma vida até boa, só que você sabe, sempre é um país estranho. Aí, quando chegou a época de 1980 a 1983, começamos a ser perseguidos, porque a gente queria desenvolver, melhorar a situação da gente lá no Paraguai, queria produzir mais. Os brasileiros que produziam mais, eles começaram a explorar muito e foi indo que chegou uma época que muito brasileiro que lá morava já há bastante tempo, começaram a mudar, a voltar para o Brasil. Saiu primeiro um pessoal do Paraguai para um assentamento no Brasil, o assentamento Novo

Horizonte. Nessa época a gente não quis acompanhar, tentou suportar a barra da exploração que nós vínhamos sofrendo. Mas, quando foi o ano seguinte, não teve jeito, a gente se sentiu sozinho no país, porque todos os brasileiros já vinham saindo de lá porque não tinha mais aquele conforto que tínhamos nos anos anteriores no país. O Paraguai tinha um solo bom, quase o mesmo do Paraná. Era um solo bom, águas boas, produzia bem e a gente tinha até esperança de um dia vir a ser Brasil. Era a maior esperança ser lá um dia Brasil, porque era bem perto da fronteira. Lá a gente possuía uma propriedade boa. Era muito brasileiro que tinha lá, mais ou menos 80% eram de brasileiros na área onde a gente estava. Ai, depois, com a troca de governo, o pessoal brasileiro começou a ser explorado e a se cansar com aquilo e começou a se mudar de lá. Então nós acabamos ficando isolados, sozinhos lá e você sabe, uma andorinha só não fica no mato, tem que tentar voar também. Foi então quando a gente decidiu vir ao Brasil, para ver se adquiria uma terra aqui. (VIRGÍLIO. 50 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

Quando analisamos a história de Virgílio, vislumbramos, por suas semelhanças, a história das demais famílias que integram o grupo II, daquelas que buscaram alternativas de sobrevivência no Paraguai; ela aparece dividida em diversas etapas migratórias, conhecendo um longo percurso em acampamentos: num primeiro momento, houve a saída dos estados de origem, com predominância de pessoas oriundas de estados do Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, para trabalharem nas lavouras de café no estado do Paraná. Num segundo momento, nas décadas de 1960 e 1970, diante da decadência da lavoura de café e também da modernização do campo brasileiro, migraram para o Paraguai, em busca de alternativas para resolver as dificuldades enfrentadas na agricultura brasileira, procurando, naquele país, a possibilidade de se tornarem donas de um pedaço de terra e assim viverem da agricultura. Na década de 1980, motivadas pela abertura política e pela criação do Projeto de Reforma Agrária, as famílias retornaram ao Brasil e passaram a formar acampamentos, primeiramente no município de Mundo Novo, onde permaneceram durante algumas semanas e de lá transferidas pelo INCRA para o município de Eldorado, onde havia melhor receptividade do poder público municipal para com as famílias de sem-terra. Permaneceram naquele município por mais um ano e meio, sendo então instaladas, por aproximadamente dois anos, no Projeto Provisório de Santo Inácio, hoje Marcos Freire, localizado próximo a Campo Grande. Finalmente, em 1988, já no Projeto de Assentamento Taquaral, ocuparam novamente a situação de acampados, em área comunitária do projeto, por um período de dois anos, até que o INCRA efetivasse a demarcação, divisão e entrega dos lotes individuais, o que aconteceu em 1990. Somando todo o trajeto de acampamento, contando a partir do momento em

que decidiram voltar ao Brasil e lutar por terra no estado de Mato Grosso do Sul, temos seis anos de indecisões e de exclusão em que muitas famílias, como disse Virgílio, estiveram *rodando* de um lugar a outro. Mato Grosso do Sul, por estar localizado na linha divisória com o Paraguai, fazendo fronteira seca com aquele país, e também por contar com um grande número de propriedades improdutivas, foi escolhido pelos chamados brasiguaios como porta principal para o retorno ao Brasil e à luta por terra.

Sprandel observa que o retorno dos brasiguaios, a partir de 1985, configurou-se mais como um conflito de terras num território definido por eles como nacional; em seu retorno ao Brasil, os brasiguaios passaram a fazer pressão sobre o território brasileiro e não sobre um imóvel rural específico, o que os diferenciou do conjunto de mobilizações por terra, instalado naquele momento.

O mesmo Sprandel nos mostra que o próprio Movimento dos Sem Terra do estado do Mato Grosso do Sul propôs, em carta enviada em 1986 ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, que os brasiguaios fossem assentados em projetos específicos, fora do Plano Regional de Reforma Agrária/MS, alegando que o número de famílias era bem superior ao que o Programa previa atender.

A utilização da identidade de brasiguaios foi, para Sprandel, uma bandeira de luta que o grupo utilizou para reivindicar um tratamento especial junto aos órgãos fundiários brasileiros. No entanto, a autora adverte que essa diferenciação não chegou a configurar-se em rompimento com os demais sem-terra, uma vez que as mobilizações e as ocupações de prédios públicos eram feitas em conjunto.

Na história de Virgílio, integrante da segunda leva de famílias que saiu do Paraguai e retornou ao território brasileiro, via município de Mundo Novo, história que também é a de muitos outros brasiguaios, observamos um duplo processo de expulsão: no Brasil foram expropriados pelo processo de modernização da agricultura; no Paraguai foram expulsos por sua condição de estrangeiros. Lá eram explorados na comercialização de seus produtos, discriminados por serem estrangeiros e brasileiros, além de sofrerem repressões das autoridades paraguaias.

Wagner (1990) apresenta um outro motivo que fez com que os brasiguaios retornassem ao Brasil: as pressões dos camponeses paraguaios por suas antigas terras. Aqueles camponeses que na década de 1960, quando se iniciou o processo de migração de brasileiros para terras paraguaias, com o estímulo dos governos paraguaio e brasileiro, foram expropriados de suas terras,

retornavam a elas e começavam a invadi-las. Como a maioria dos brasileiros lá instalados não possuía documentos que comprovassem a posse das terras, ficaram sem a proteção das autoridades daquele país. Aliado a isso, Wagner observa que ocorreu também a pressão dos grandes proprietários brasileiros que lá residiam, sobre os pequenos e médios produtores, para que estes últimos vendessem suas terras. Por isso concordarmos com a observação de Sprandel quando afirma que o Paraguai, pensado como uma solução possível para a expropriação e a exploração que sofriam no Brasil, acabou se transformando num pesadelo para muitas das famílias.

Ao lembrar a vida no Paraguai, Virgílio demonstra tristeza por ter deixado um lugar com terras boas e que pela proximidade com o Brasil e pela convivência com muitos outros brasileiros, formara no imaginário de seus cotidianos imagens de um lugar que mais parecia uma extensão do território brasileiro. Essa imagem de transposição de um território para outro somente era abalada quando sofriam opressões exercidas por pessoas do Paraguai, especialmente as autoridades (SPRANDEL, 1992). Era nesse momento que se lembravam de que aquele não era o Brasil. Na fala de Virgílio notamos certa tristeza por ter sido obrigado a retornar, pelo fato de no Paraguai ele ter trabalhado incansavelmente, com o objetivo de construir um lugar onde tivesse condições para viver com sua família: desmatou a área, construiu casa, cultivou lavouras e produziu boas colheitas, enfim, abriu a área e todo esse trabalho não valeu nada no momento de deixar o país. Precisou vender sua propriedade pelo preço que lhe ofereciam sem poder agregar o valor de seu trabalho, deixando para trás todo o investimento realizado. Por isso o recomeço no Brasil ter sido repleto de dificuldades, uma vez que ao deixarem o Paraguai, pouco puderam trazer, ficando descapitalizadas para reiniciar a luta no Brasil.

Diferentemente dos brasiguaios instalados em outros assentamentos do estado, especialmente daqueles que foram assentados no assentamento Novo Horizonte, apresentados por Sprandel (1992), que usam a identidade de brasiguaios, percebemos que os assentados no Taquaral não usam essa identidade e nem falam muito sobre o tempo de vida no Paraguai. Durante as conversas que mantivemos com os assentados do Taquaral, daqueles que viveram no Paraguai durante um período de suas vidas, poucos foram os que espontaneamente falaram sobre o tempo vivido naquele país. A grande maioria falou do Paraguai quando comparava os lotes que ocupam hoje no Taquaral, com as terras que possuíam naquele país, tidas como de boa qualidade, contrastando com a ocupada atualmente.

Observamos que a trajetória dessas famílias, que buscaram primeiro o estado do Paraná e depois migraram para o Paraguai, teve início por intermédio de convites feitos por membros ou conhecidos da família já residentes naqueles locais. Essa migração também se deu em virtude da escassez de terra para o grande número de membros da família, como é o exemplo daquelas famílias provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ou da fuga da seca, o caso daquelas vindas do Nordeste. Com a mudança para o Paraná, a maioria tornou-se arrendatária, diferentemente do Paraguai, onde grande parte assumiu a condição de proprietária. Assim, a decisão de partir para o Paraguai surgiu como possibilidade de acesso a terras agricultáveis, com solos férteis e com melhores facilidades de compra, na medida em que lá eram praticados preços mais baixos do que no Brasil. Além disso, ao migrarem para terras paraguaias, localizadas próximas ao Brasil, os brasiguaios mantinham a facilidade de deslocamento e de contato diário com pessoas provenientes do Brasil. Graças à migração de muitas famílias brasileiras para o Paraguai, formaram-se localidades constituídas quase que exclusivamente por brasileiros, construindo-se assim uma rede de vizinhança unida pela nacionalidade (SPRANDEL, 1992). Virgílio nos mostra como essa rede de vizinhança formava laços para que permanecessem em um país que não era o deles. Quando as famílias brasiguaias iniciaram o retorno ao Brasil, diversas localidades no Paraguai ficaram praticamente desertas, em virtude do deslocamento de um grande número de famílias de uma mesma localidade. Isso gerou receio entre aquelas que lá permaneceram, temerosas por ficarem isoladas, sozinhas em um país estrangeiro. Como resultado, houve o retorno de um novo grupo, como foi o caso de Virgílio, em busca de sua terra natal, pois como ele próprio disse “uma andorinha só não fica no mato, tem que tentar voar também”. Permanecer no Paraguai sem a rede de vizinhança poderia deixá-los à mercê de maior exploração.

Nas histórias das famílias do Taquaral, daquelas que viveram a experiência de trabalhar a terra no Paraná e no Paraguai, percebemos que o Paraná é tido como o lugar ideal, não só para as pessoas originárias daquele estado, mas também para aquelas oriundas do Rio Grande do Sul ou de estados nordestinos. Elas pensam o Paraná, e por vezes o Paraguai, como lugares onde o clima e a terra são bons, tanto para viver como para produzir. São lugares de terra vermelha, ideais para cultivar, não pegajosa como é a do Taquaral. As chuvas são regulares e a temperatura não é tão elevada como a de Corumbá, o que garante boas colheitas. Suas histórias se cruzam em diversos momentos, quer no Paraguai, onde a maioria dos brasiguaios residia, e mais tarde no Santo Inácio, lugar de passagem obrigatório para as 305 famílias de fora de

Corumbá, e por último no Taquaral, na condição de detentores de pequenos lotes de terras.

Por outro lado, quando nos ocupamos em desvelar a história das 89 famílias do grupo III, aquelas originárias da própria região de Corumbá, observamos que não há o longo processo de migração percebido nas famílias dos grupos I e II. Não passaram por migrações constantes, porém, foram alvo do processo de exclusão social. São pessoas que desenvolviam atividades ligadas às fazendas de criação de gado da região ou que trabalhavam como diaristas em propriedades localizadas na Bolívia, que pela sua proximidade com o Brasil, possibilitava e ainda hoje possibilita oportunidades, em tempos de dificuldades de trabalho em solo brasileiro. Temos também aqueles que eram posseiros na área do Taquaral e que com a desapropriação, receberam lotes. Esses últimos são, em sua maioria, provenientes de estados nordestinos que chegaram a Corumbá para trabalhar na construção da ferrovia Noroeste do Brasil (hoje desativada), que ligava Corumbá a Bauru, ou ainda pela via do recrutamento que a família Chama realizou, no início do século XX, naqueles estados, de pessoas para trabalharem no desmate de suas áreas em Corumbá. Com o término da construção da estrada e também com a decadência das atividades desenvolvidas pela siderurgia, esses trabalhadores passaram à condição de posseiros na área que deu origem ao Taquaral.

As histórias dos assentados do Taquaral nos mostram o trilhar de diferentes caminhos, porém muito semelhantes nos desejos de seus personagens, refletidos em terra para poder plantar e dela viver. Por isso concordamos com D'Aquino quando observa que “diversos são os caminhos que conduzem os homens e mulheres na luta por terra. Por detrás dessas diferenciações, a aspiração por terra como local de moradia e meio de subsistência parece ser o elemento unificador” (1994b, p. 188).

Suas histórias são expressões de sua identidade enquanto trabalhadores da terra, uma vez que no ato de rememorar-las apresentam a mudança de espaços, daquele onde viviam como empregados, passando pela incerteza dos acampamentos, chegando ao lugar onde estão hoje, na condição de detentores de um lote de terra, vivendo no assentamento. Assim concordamos com Lucena (1994, p. 226) quando afirma que os lugares na memória das pessoas vacilam tanto quanto o tempo, fazendo-nos tropeçar em lugares remotos e lugares presentes, estabelecendo um vaivém entre tempos diferentes e lugares distintos.

Os assentados estabelecem o que indica Lucena (1994), uma relação entre o olhar para trás, evidenciando antigas lembranças, e a situação presente. Nesse rememorar, a terra é o centro, o pólo de integração entre passado e

presente. Vem à tona um conjunto de objetos revividos, todos ligados à terra: a casa, o poço de água, o galpão, a roça e especialmente a terra de boa qualidade para as atividades agrícolas; a terra é sempre mostrada como o centro desse conjunto. Por isso em suas histórias, os assentados estabelecem esse vaivém de que nos fala Lucena, quando apresentam o tempo em que ainda não detinham a posse de um lote de terra e trabalhavam como arrendatários ou empregados em diferentes lugares, dentre eles, o Paraná e o Paraguai. Esses são tidos como lugares com terra de boa qualidade, contrastando, com sua situação no assentamento Taquaral, onde ocupam a posição de pequenos proprietários de lotes, mas em lotes de qualidade não muito propícia para as atividades agrícolas. Leiamos o depoimento de uma assentada:

Aqui no Taquaral é bom, porque a gente é proprietário dessa terra. Só que a terra, ela não é boa para plantio. Não sei, é uma terra diferente daquela que a gente conhecia. No Paraná a gente sempre trabalhou em lugar com terra boa, que tudo que a gente plantava dava em abundância. Quando nós mudamos para o Paraguai, lá também era boa. Lá era uma terra vermelha, parecida com aquela do Paraná. A gente cavava um poço nela e com três metros já conseguia água. Nessa terra branca aqui do Taquaral, a gente cava 15, 20 metros e nada de água. Essa terra daqui é muito diferente do que a gente esperava (OLINDA. 44 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

Todas as histórias nos mostram um processo de busca por um lugar onde sejam construtores não só do espaço, mas também do modo como desejam viver. Esse processo é reconstruído pela fala, mostrando as marcas desse período. São marcas que se fazem presentes não apenas na memória de cada um, mas também no corpo, evidenciando todo um processo de luta pela terra e que veio acompanhado de outros fatores, como a discriminação sofrida no meio urbano, nas cidades onde acamparam, sendo vistos como vagabundos e desordeiros. Somadas a isso, há as agressões perpetradas pelo poder público, por meio da ação da polícia, aos inúmeros despejos aos quais foram submetidos durante todo o processo de acampamento. Portanto, o período do acampamento foi também um período de marginalização na vida dos sem-terra. A luta pela sobrevivência culminava com o enfrentamento da discriminação, especialmente aquela sofrida por parte da comunidade urbana nas diversas cidades onde se instalaram os acampamentos, em lugares tidos como impróprios, como o foram vários acampamentos em praças centrais de cidades de Mato Grosso do Sul, buscando especialmente desnudar as diferenças sociais e a situação de exclusão em que viviam. Naquele momento passaram a ser vistos como pessoas desordeiras e preguiçosas e não como pessoas que se

encontravam marginalizadas econômica, social e politicamente, lutando por seus direitos. Muitas foram as falas que retratam esse período. Vejamos uma delas:

É uma luta muito grande a luta para conquistar terra. A gente escuta tudo quanto é coisas. Quando nós chegamos aqui em Corumbá, mesmos sendo trabalhadores, nós fomos massacrados pelas autoridades que diziam que nós éramos uns vagabundos. Só que hoje, você aqui me entrevistando e você vê a minha roça de milho, você vê as minhas criações, você vê a minha casinha. Então, quer dizer que eu estou mostrando que nessa situação, eu não era vagabundo. Você chega aqui hoje para me entrevistar e você vê que nós não somos uns mendigos como o próprio prefeito, quando nós chegamos aqui, falou que de mendigo já bastava o que ele tinha aqui nas ruas de Corumbá. Nós hoje estamos aqui provando para ele que nós éramos trabalhadores e estávamos atrás de nosso objetivo, que era a terra (JOÃO. 66 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

Na fala de João, notamos o processo de discriminação pelo qual passam os trabalhadores e as trabalhadoras no momento em que iniciam a luta por terra. Foi preciso ter coragem para ir morar nos acampamentos e deixar de lado os poucos projetos pessoais que mantinham e ainda vencer a vergonha por estarem acampados e mostrar que nada possuíam. Na chegada a Corumbá, no assentamento definitivo, sofreram nova discriminação, sendo vistos como intrusos em uma comunidade que não aceitava a divisão de terras para a formação de assentamentos de famílias.

A convivência entre a comunidade do assentamento e a comunidade da cidade de Corumbá foi sendo modificada a partir do momento em que as famílias passaram a produzir e a vender seus produtos, especialmente nas feiras livres da cidade de Corumbá. Isso propiciou oportunidades para a população urbana conhecer o que é um assentamento rural e qual o objetivo das famílias que nele se encontram instaladas. O fato de as famílias do Taquaral contribuírem com a economia do município, quer vendendo os produtos cultivados, quer consumindo produtos do comércio urbano, tem favorecido mudanças no conceito inicial.

No estudo que realizamos anteriormente (cf. MENEGAT, 1998, p. 124), com famílias de dois assentamentos de Corumbá, dentre elas, famílias do Taquaral, observamos que os assentados associam a discriminação com a desvalorização social, ambas percebidas como elementos de exclusão que não atingem unicamente as famílias sem-terra, aquelas que lutam por terra, mas se estende a todo pequeno trabalhador rural, àquele que vive no campo. Essa

exclusão é vista como parte integrante da estrutura social existente, que atribui pouca importância a quem vive no campo.

As marcas de uma difícil trajetória

No percurso trilhado pelas famílias do Taquaral no corpo e na memória, muitas cicatrizes se acumularam. Hoje essas cicatrizes expõem as dificuldades de um período no qual o viver era incerto, havendo como única certeza o desejo de um pedaço de chão para nele poderem viver tranquilos.

Durante o processo de rememoração de sua história, Antonio, assentado no Taquaral, evidenciou o fato de as cicatrizes presentes em seu corpo serem percebidas como documentos que podem confirmar a história que estava a contar. Ao falar sobre a saída do Paraguai e o processo de retorno ao Brasil, motivado pela possibilidade de conquistar um pedaço de chão em seu país de origem, ele nos mostra as cicatrizes que traz no corpo, expondo-as como provas da história que nos contava:

A senhora está vendo essa cicatriz grande aqui (mostra uma cicatriz em seu braço)? Essa eu ganhei quando a polícia despejou o nosso acampamento lá da praça do município de Mundo Novo, que foi o primeiro lugar que nós acampamos quando voltamos do Paraguai. Nós acampamos na praça, e o prefeito não gostou e mandou que a polícia expulsasse a gente de lá. Aquele foi um despejo com muitos soldados do exército, que eu sei que a gente nem teve tempo de fazer nada. Quando a gente viu, já estava sendo jogado em cima do caminhão, jogado feito boi. Eu sei que nem vi quando eu cortei o braço, porque eles chegaram e já foram quebrando os barracos, obrigando todo mundo a subir naquele caminhão. Era tanto soldado com arma grande, dando borrachada na gente que ninguém teve tempo nem para ajuntar as tralhas da gente. Eu sei que era mulher gritando, criança chorando e homem, dona, homem sem poder fazer nada. Nem dor eu senti desse meu corte e olha que foi um corte até bem fundo, porque chegou de ficar essa cicatriz grande. Bom, pelo menos hoje ela não me deixa mentir sobre a nossa luta para chegar nessa terra daqui. Foi uma luta que começou muito antes da gente vir aqui para Corumbá, que se a gente contar, muitos não vão acreditar que a gente passou por tudo. É capaz das pessoas acharem que a gente está mentindo. Por isso que a gente conta as coisas que a gente lembra mais, mas tem muita coisa que a gente não lembra porque esquece. Também tem outras coisas que a gente não gosta nem de lembrar, porque foi tanto sofrimento que só quem estava nos acampamentos é que sabe o que se passa (ANTONIO. 52 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

A fala de Antonio nos remete às reflexões de Clastres quando nos diz que “as sociedades sem escrita escrevem no corpo suas leis. Imprimem suas marcas no corpo porque o corpo é uma memória: espaço-tempo... As cicatrizes do corpo seriam as escrituras sobre o corpo” (1990, p. 58).

Diferentemente das sociedades ágrafas, Antonio não inscreveu as cicatrizes que carrega em seu corpo como uma forma de guardar as leis, uma vez que as leis de nosso tempo são leis escritas. Suas cicatrizes são marcas de uma sociedade estruturada em classes sociais, em que o predomínio de uma classe sobre a outra acaba por marcar, de forma autoritária, aquela classe que se encontra distante do poder, marginalizando-a socialmente. As cicatrizes desse assentado servem como ele mesmo diz, para não o deixar mentir, como um documento que confirma sua fala. São marcas que estarão presentes no espaço-tempo, evidenciando a força do Estado em relação a um movimento social que busca mudanças no espaço agrário brasileiro. Um movimento que contestava, e ainda hoje contesta, a estrutura existente, solidificada na desigualdade social e na marginalização de parte da sociedade.

A história dos assentados do Taquaral mostra um processo migratório carregado de marcas no corpo e na memória. O tempo desse processo é lembrado e contado por eles com as cores do presente, como uma forma de construir um percurso histórico no qual possam comparar a vida anterior ao assentamento com a situação em que se encontram atualmente. Ao fazerem isso, dão ênfase às suas lutas, apresentando um passado coberto de dificuldades, mas também marcado pela coragem da resistência.

Os acontecimentos vividos durante o período dos acampamentos ainda estão bem vivos na memória de muitos assentados, sendo por vezes externados e em outras situações escondidos, como nos fala Antonio, por trazerem tristes lembranças. Houve momentos em que nossos entrevistados fizeram do silêncio suas respostas. Por isso consideramos que num processo de pesquisa em que se busca ouvir as trajetórias de um grupo, para assim poder entender a organização desse grupo no pós-assentamento, muito da identidade do criador da história se faz presente. O *indizível* de que nos fala Queiroz (1987) ganha forma e expressa uma situação vivida. Os relatos encerram emoções diversas, dentre elas, o choro das mulheres ao falarem dos momentos difíceis vividos durante os anos em que estiveram *perambulando* de acampamento em acampamento, ou o esfregar nervoso das mãos, pelos homens, a maneira encontrada para disfarçar ou afastar as lembranças que borbulhavam e mesmo os sorrisos soltos, tentando esconder o desconforto por rememorar situações difíceis.

Farias considera o silêncio como um complemento do que está sendo dito. Vejamos o que a autora observa a esse respeito:

O silêncio também compõe essa relação, não como negação do dito, mas, ao contrário, dando sentido ao não-dito, definindo o que pode/não pode, deve/não deve, ser dito. Ele próprio é carregado de sentido, de acordo com a diversidade da própria conjuntura ideológica no qual é produzido: silêncio determinado pela opressão, violência, dominação; silêncio como opção de resistência, enfrentamento, oposição (FARIAS, 1997, p. 34).

Para Pollak (1989), as zonas de silêncio que compõem a memória não são necessariamente esquecimentos, mas fatores de resistência de indivíduos e de grupos que se encontram dominados socialmente. Pollak observa que o silêncio pode ocorrer em virtude de uma situação de angústia sentida pelo indivíduo, por não encontrar uma escuta para o que quer dizer, pelo medo de ser punido pelo dito ou pelo receio de se expor a malentendidos. Por isso concordamos com Orlandi quando nos diz que o silêncio não é vazio, “mesmo do ponto de vista da percepção: nós o sentimos, ele está lá” (FARIAS, 1997, p. 47).

Martins chama-nos a atenção para a importância do silêncio, sendo ele um importante elemento de análise nas pesquisas com pessoas inseridas no meio rural, uma vez que é parte integrante da história dessas pessoas. Vejamos o que o autor nos recomenda:

A questão da pesquisa não se resolve, simplesmente, com uma certa sofisticação de técnicas, que funcionam bem, às vezes, num bairro da periferia ou num estudo sobre empresários. No campo, o pesquisador se defronta com uma linguagem de silêncio. Com o tempo, apreende a conviver com essa população e descobre o que significa o seu silêncio. É uma forma de linguagem e um meio de luta. É preciso uma paciência enorme para ouvir esse silêncio. E ele fala mais do que qualquer outra coisa. Às vezes, numa situação de entrevista, o entrevistado é capaz de ficar longo tempo calado. As poucas palavras, intercaladas por pausas e acompanhadas por muitos gestos, colocam o pesquisador diante da ampla riqueza dessa fala dupla, que oculta e revela e, com isso, situa quem fala e, também, quem ouve (MARTINS, 1993, p. 33).

Santo Agostinho (1999) refere-se a essas zonas de não-ditos como a maneira encontrada pelas pessoas para afastarem da memória as lembranças que desejam esquecer e compara a memória a um grande palácio, cheio de compartimentos, dentre os quais somente visitamos aqueles que mais nos agradam, evitando os salões que trazem lembranças que não desejamos rememorar. Isto não significa que houve um esquecimento de parte do vivido, mas representa uma forma de

evitar trazer à tona lembranças que incomodam. O esquecimento não acontece, mesmo com aqueles fatos que consideramos inconfessáveis; o que fazemos é escondê-los em cavidades secretíssimas de nossa memória e por isso mesmo não pensamos neles. Só os arrancamos desse lugar quando alguém nos adverte sobre eles, sendo então trazidos à luz pela lembrança.

Na história das famílias do Taquaral, muitas das lembranças inconfessáveis ou escondidas se fazem presentes na memória, como na fala de Antonio, ao relatar os anos de acampamento e as cicatrizes que carrega como resultado do processo de luta.

Essa lembrança nos leva a acompanhar as reflexões de Bom Meihy (1994) quando observa que a memória não é só um depósito onde ficam arquivadas as lembranças, uma vez que ao narrá-las o indivíduo acaba por estabelecer uma relação entre a memória e a visão de mundo que possui, projetando mais do que meras lembranças. Ao reconstruí-las, os assentados acabam atribuindo-lhes dimensões grupais, uma vez que fazem parte de uma memória que é coletiva. São lembranças de um tempo de exclusão social e violência, marcadas pelo total desrespeito para com um grupo que lutava por um pedaço de terra.

Nas histórias de cada assentado, notamos que o processo de serem levados pelo INCRA de um acampamento para outro foi outro ponto de angústia. A cada transferência, tinham a esperança de que seria a última, mas ela acabava sempre sendo mais uma, gerando assim o desespero e a desesperança no seio das famílias, pela longa situação de indefinição e pela destruição dos poucos pertences que ainda preservavam após a longa caminhada em busca de terra. O assentamento em Corumbá foi visto como o lugar onde poderiam finalmente conquistar um lote, mas estava longe de ser o lugar que desejavam, como veremos nos Capítulos III e IV. Eis um relato a esse respeito:

Olha, eu vou te falar uma coisa: eu não queria vir aqui para esse lugar, que quando eu cheguei aqui, eu tive vontade de sair correndo, mas correr para onde se nem dinheiro eu tinha para pagar a passagem de volta e também não tinha para onde ir? Eu queria era ter ficado lá no Santo Inácio, porque lá eu dava aula, tinha um salário e a gente plantava, mas meu marido quis vir para cá porque falaram que aqui a terra era melhor para a agricultura. Eu sei que o dia da nossa chegada aqui em Corumbá, eu nunca vou esquecer, era um final de tarde e o tempo prometia que ia chover bastante. Quando o INCRA carregou nossa mudança da estação ferroviária aqui para o assentamento, que num caminhão veio várias mudanças, quando esse caminhão desceu a mudança da gente aqui, eu sei que ficou um monte de coisas da gente e dos outros, todas amontoadas. Aí, como já estava na boca da noite, na hora da janta, o meu filho pequeno começou a chorar e era de fome e como a gente tinha trazido alguns sacos de

arroz, que a gente tinha produzido lá no acampamento de Santo Inácio, eu fui então procurar as minhas panelas para cozinhar um pouco de arroz para as crianças, enquanto os homens armavam os paus para estender as lonas nos barracos. Eu sei que era tanta coisa nessa pilha da mudança que eu procurava as panelas e não achava. Aí eu fui achando outras coisas, achei a minha máquina de costura e vi que ela tinha sido quebrada, achei o fogão com o esmalte meio riscado, mas eu não achava as panelas. O pior era que vinha formando um tempo feio que prometia chuva. Para completar, tinha também um bando de mosquito que atacava a gente, que só era criança chorando e eu ali até meio cega, no meio daquele monte de entulho da gente. Eu sei que chegou uma hora que eu fiquei tão desesperada que eu sentei no monte e peguei uma caixa de fósforos e a vontade que eu tive foi de tacar fogo em tudo aquilo, terminar logo com o pouco de resto das nossas coisas. Até o motorista do caminhão ficou com pena de meu desespero e veio falar: “o dona, não faça isso”. Eu sei que deu um desespero que eu nem gosto de lembrar. Hoje, com todo o sofrimento, gostamos daqui e até já acostumamos. Se as terras fossem boas seria um paraíso (SELMA. 31 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

A fala de Selma é a reconstrução viva da história de cada um e do grupo, mostrando as dificuldades ocasionadas pelos sucessivos recomeços, estes poucas vezes uma opção das famílias, apresentando-se como situações impostas pelo Estado, pela condição de demandantes da terra. A transferência para a área do Taquaral também foi um recomeço, num lugar que não era o lugar desejado, aquele com o qual haviam sonhado e lutado por ele. Não era um lugar que pudesse justificar os longos anos passados na difícil condição de acampados. Isso fez surgir no seio de algumas famílias, como vemos na fala de Selma, o desejo de fugir daquela situação e buscar qualquer lugar que lhes propiciasse melhores condições. Na história de alguns assentados, a chegada ao Taquaral foi vista como um final de estrada, uma estrada de mão única, onde somente uma via se apresentava: ficar e aceitar o novo lugar, recolhendo o que restara e tentando recomeçar, traçando novos projetos. Porém, no decorrer do processo, a água salobra foi ficando boa e gostosa.

Os acampamentos: espaços de solidariedade e esperança de uma vida melhor

O período de acampamento, que foi longo para a maioria das famílias, não se constituiu apenas de momentos difíceis. Os momentos difíceis, de “sofrimento”, como os assentados dizem, ganham ênfase em suas histórias, mas a eles somam-se as imagens dos acampamentos como locais de solidariedade,

onde podiam estabelecer uma relação com o outro, ter espaço e tempo para conhecer o outro, não apenas o vizinho de barraco, mas também aqueles que moravam na última rua do acampamento. Por maior que fosse o número de pessoas que faziam parte da vida nos acampamentos, cada um conhecia a história do outro, uma vez que parentes, vizinhos e compadres estavam ali, reunidos, reivindicando terra, o que acabou por estabelecer uma rede de solidariedade que, por vezes, estendeu-se ao assentamento. Durante a pesquisa de campo, observamos essa rede de conhecimento do outro, especialmente no momento em que nos dirigíamos para pedir informações sobre pessoas que desejávamos contactar. Mesmo que a pessoa procurada estivesse distante do lugar onde pedíamos informações, nossos informantes sabiam dizer quem ela era e a qual grupo pertencia.

Essa realidade nos leva a refletir com Wanderley (1999) quando fala a respeito da sociabilidade que se forma na sociedade rural portadora da cultura camponesa. A autora enxerga que nessa coletividade existe uma sociabilidade específica, o que a torna uma “sociedade de interconhecimento” (a expressão é de WANDERLEY), na qual cada membro da coletividade conhece não somente os demais membros, mas também suas personalidades. Na sociedade do interconhecimento, os laços de sociabilidade ultrapassam os familiares e de parentesco e se estendem à vizinhança.

A rede de sociabilidade que se estabeleceu no Taquaral permaneceu nas lembranças das pessoas que viveram o longo período de acampamento, os tempos difíceis, quando a incerteza do amanhã era a companheira constante, fortalecendo-se com a reunião, no Santo Inácio, de todos os acampamentos existentes no estado. Naquele acampamento foram mantidos próximos, por iniciativa das famílias, os grupos de origem, que representavam as cidades onde o grupo havia se formado, fortalecendo as redes de origem, de vizinhança, ou ainda redes de parentesco existentes entre as famílias acampadas.

O período de acampamento no Santo Inácio e depois no Taquaral, quando ainda estavam à espera dos lotes, foi contado como um momento da criação de alternativas e de solidariedade para dividir o pouco que cada um possuía; as famílias plantavam coletivamente e também tinham tempo para longas conversas, para participarem de reuniões, de passeatas, de greves, tudo girando em torno de um projeto comum: a conquista de terra própria. Eis, na fala de Jacira, como ela percebeu o tempo de acampamento:

Eu sei dizer que até foi um tempo gostoso, quando a gente morava todos juntos no acampamento, antes de pegar os lotes, porque assim a comunidade era uma só. O nosso grupo de Dourados ficava todo junto, a igreja era uma só. A

noite juntava muita gente na igreja. Depois que todos pegaram seus lotes, ficou um pouco difícil porque ficava muito longe uns dos outros. Tem colegas que a gente passa meses sem se ver. Tem outras que a gente encontra no ônibus. Tem a comadre Raimunda, que hoje eu vejo pouco e durante o período de acampamento, a gente sempre morou pertinho, que eu até sou madrinha de três filhos dela. A gente se gosta muito, mas hoje a gente está separada, morando longe e acaba se vendo pouco. Ontem mesmo eu vi a filha dela, que na época dos acampamentos era pequenininha e hoje está uma moça. Nós passamos às vezes quatro meses sem se ver, e saber que a gente tomou tanto café junto, participou de reunião da CPT, de cursos de leite (aproveitamento do leite na fabricação de queijo, requeijão e outros) e agora cada qual está em um canto do assentamento. Como nós gostávamos de tomar esse café juntas depois do almoço e hoje praticamente a gente só se encontra nos pontos de ônibus lá na cidade. Foi muito tempo vivendo perto, que quando a gente se separa a gente acaba sentindo falta. Ela ia fazer cigarro para fumar lá em casa e agora a gente se vê muito pouco (JACIRA, 54 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

Esse relato comprova uma realidade apresentada por D’Aquino (1994a) que, ao analisar o processo de luta por terra, percebeu que todos os demandantes, no momento que antecede ao assentamento definitivo, quando ainda se encontram na luta por terra, eles se põem como iguais, pelo fato de seu projeto ser comum a todos. Essa condição é ultrapassada a partir da vida cotidiana no assentamento definitivo. Segundo a autora, a luta pelo querer a terra estabelece um patamar de indivíduos com o mesmo projeto, mas que muda nas fases do assentamento, quando pode ocorrer certo estranhamento com a terra. No momento do acampamento, a luta é uma só – a conquista da terra –, daí estarem na condição de *iguais*, que é ultrapassada no assentamento definitivo, quando afloram as diferenças, e a necessidade de os indivíduos trabalharem os lotes, o que faz com que se isolem, cada qual em seu pedaço de terra, abandonando a luta coletiva e a organização que mantinham até então, enfraqueça. Associado a isso, há todo um processo de mudanças no novo lugar, provocado pelo próprio Estado, quando organiza os assentamentos objetivando respostas econômicas. Quando isso acontece, são implantados assentamentos com modelos que não refletem a identidade dos trabalhadores que neles vivem. No caso do Taquaral, como vimos, os anos de organização e de luta por melhores condições de vida se estenderam durante os primeiros anos do assentamento definitivo. Não havia infra-estrutura que pudesse viabilizar a vida, o que dificultava a circulação das pessoas para chegar aos lotes e desenvolver trabalhos que permitissem produzir alguma coisa nos lotes destinados para tal fim. A rede de solidariedade criada durante os anos de acampamento não foi, no entanto, suficiente para mudar o

quadro de dificuldades que se apresentaram no Taquaral, em razão da ausência da infra-estrutura prometida pelo Estado.

Acreditamos que nesse momento, no Taquaral, tenha ocorrido o desencantamento de que nos fala Abramovay (1994). O assentamento definitivo representou a consolidação de um novo tempo, acalentado com o tempo de novas experiências, mas com ele veio também o desencantamento, em virtude das dificuldades pela falta de infra-estrutura. A rotina da produção, do trabalho árduo, da busca de recursos, da desigualdade estabelecida pela sociedade capitalista, das leis do mercado, são alguns fatores que, segundo Abramovay, caracterizam o desencantamento. No Taquaral eles se fizeram presentes não só na conquista da terra, mas também em uma nova luta, a luta pela permanência na terra. No Capítulo IV veremos que as famílias, para permanecerem no Taquaral, tiveram que se adaptar a uma nova forma de produção, deixando o cultivo agrícola que era a atividade até então desenvolvida pela maioria delas, para trabalhar com a pecuária. Daí entendermos que a permanência das famílias nos lotes significou uma nova e dura conquista e uma nova desconstrução/reconstrução de sua identidade e cultura.

No longo percurso trilhado pelos assentados do Taquaral, a terra sempre foi o referente central da vida deles, mesmo quando a possibilidade de tornarem-se donos de um pedaço de chão lhes parecia muito remota. O trabalho como parceiros, trabalhadores rurais, bóias-frias e arrendatários não lhes oportunizara condições para que pudessem concretizar o desejo de serem donos de um quinhão de terra. O projeto de Reforma Agrária mostrou-se então como o caminho para que ocorresse essa conquista.

Na luta pela conquista da terra, encontra-se associado um outro significado, aquele de não dever favores a ninguém para chegar até o momento da obtenção de seu pedaço de chão. Mesmo agradecendo aos governantes, mostram que este foi resultado de suas próprias conquistas, por meio do investimento de suas próprias lutas. Por isso percebemos que a terra conquistada, para esses trabalhadores e essas trabalhadoras, tem um sabor de recompensa por seus esforços ou, como dizem, por seus “sofrimentos”. Nessa perspectiva, a terra não é vista como um presente, uma benesse concedida pelo governo às famílias. Ao contrário, ela expressa, antes de tudo, o resultado de suas próprias lutas e não um favor do poder público em prol das famílias sem-terra. Eis como essa conquista é percebida:

Nessa nossa caminhada, foram muitas vezes que a mulher e os filhos davam conselhos, diziam “vamos largar disso porque isso não adianta, porque isso a gente está vendo que nunca vai conseguir um pedaço de terra”. Mas eu, quando

eu parti para a luta, foi três propostas que eu falei: **morte, vida ou terra**. Essa era a minha proposta. Então, acabou bem, porque nem foi morte, mas foi vida e terra. Eu tinha aquela certeza que um dia a gente conseguiria. Aqui tem muita gente que diz que o governo é que deu essa terra para a gente. Não, não foi isso, quem deu essa terra aqui para nós foi o nosso Deus e o nosso suor. O governo não dá nada para ninguém. Sem a nossa luta, nós não tínhamos chegado à terra, porque sem lutar a gente não adquire nada. É igual a você mesma, você mesma está lutando para chegar a um ponto certo de seu estudo. Você deve estar fazendo sacrifício, passando por dificuldades em sua vida. Mas todo mundo tem o seu objetivo e eu acredito que agora o nosso sofrimento parou, porque o que estava mais difícil para a gente era uma morada melhor e agora já estamos de casa nova. Agora estamos aqui e vamos ficar até o Senhor resolver buscar a gente, porque para comer e beber eu acho que aqui já atingimos (JOÃO. 66 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

O fato é que hoje, ao ocuparem a condição de donos de um pedaço de terra, mesmo não sendo terras muito favoráveis ao cultivo agrícola, estão na posição com que tanto sonhavam e que lhes parecia muito distante e remota quando ainda trabalhavam em diversas propriedades alheias como bóias-frias e assalariados.

A organização associativa das trabalhadoras e dos trabalhadores

Passado o primeiro momento, de um início repleto de dificuldades no acampamento e que se acentuaram no assentamento definitivo nos lotes do Taquaral, as famílias tentaram organizar suas vidas, convivendo com toda a ordem de empecilhos que se apresentavam por ainda não haver a infraestrutura planejada pelo INCRA. As dificuldades enfrentadas inicialmente levaram as famílias a criarem uma organização que até ao Estado causava receio, o que é perceptível nas atitudes tomadas pelas secretarias estaduais com relação às associações. No Taquaral não havia, como ainda não há, uma organização ligada ao MST, mas existia e ainda hoje se mantém, uma forte influência da CPT, representada especialmente pelo Padre Pascoal, tido como um agente organizador e sustentador das mais diversas necessidades do grupo de famílias, principalmente daquelas que vieram do Santo Inácio. Hoje, entre os seis assentamentos do município de Corumbá, somente em um deles, no Assentamento Tamarineiro II, há uma organização dos trabalhadores que parte da filosofia do MST; nos demais, toda a organização foi decorrente da atuação da CPT. Foi a influência da CPT que fez surgir no Taquaral uma organização

associativa diferente da costumeira, observada nos outros assentamentos de Corumbá. Desde o princípio do assentamento, os assentados organizaram-se em associações, sendo inicialmente criadas duas: a Associação de Produtores do Assentamento Taquaral (APATE), criada em maio de 1991, e a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Taquaral, surgida em junho de 1991.

A APATE contava com a influência da CPT e apresentava um maior número de associados, tendo sido criada já com 256, sendo composta basicamente pelas famílias vindas de fora da região de Corumbá. Essa associação mantinha um estatuto elaborado pelos próprios associados, desvinculado do estatuto pronto oferecido pelo Estado e que fora aceito, sem questionamentos, pelas associações dos outros assentamentos.

Ao elaborar um estatuto, que é a peça que legitima a autonomia de um grupo organizado, a partir dos desejos da base da associação, ou seja, os próprios assentados, a APATE estabeleceu certa autonomia em relação aos mediadores. Além disso, a APATE mantinha um sistema de organização e de representação diferente das demais associações (calçadas no modelo fornecido pelo Estado), já que não contava com um presidente, mas com um Conselho de dirigentes que se responsabilizava pela representação dos associados, sendo seus membros substituídos anualmente.

A outra associação, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Taquaral, seguia os moldes tradicionais das demais associações da região, adotando o estatuto e a filosofia criada pelo Estado; contava com 80 associados, sendo a maioria deles da região de Corumbá.

A forma de organização do Taquaral foi criada partindo da rede de vizinhança e mesmo de compadrio que se formara quando da constituição do acampamento, estando as famílias originárias de Corumbá ligadas a uma associação e aquelas famílias vindas de outros lugares agrupadas em outra associação. No entanto, essa divisão não representou uma ruptura entre os dois grupos, mantendo a rede de solidariedade que se estabelecera nos acampamentos. As famílias vindas do acampamento Santo Inácio trouxeram consigo toda uma rede de solidariedade, que se construíra e solidificara-se em virtude do longo período, uma média de seis anos, em que estiveram acampadas. Durante esse tempo, desenvolveram trabalhos de forma coletiva, participaram de reuniões freqüentes com membros da CPT e da EMPAER, e de inúmeras mobilizações e passeatas. Já entre as famílias originárias de Corumbá, também havia uma rede que as envolvia, porém, com laços menos solidificados, em razão do pouco tempo que permaneceram acampadas. O acampamento ocorreu quatro meses

antes da chegada das 305 famílias vindas de fora, pouco tempo se comparado àquele praticado pelas famílias do Santo Inácio, há muitos anos na luta pela terra. Vejamos como Humberto de Mello Pereira, técnico agrícola da EMPAER de Corumbá e atualmente respondendo pela diretoria de desenvolvimento rural e abastecimento do IDATERRA em Campo Grande, percebe a formação do processo de organização dos trabalhadores do Taquaral em associações:

A associação desse pessoal que veio de fora, ela tinha uma atuação muito grande, era extremamente politizada, organizada através de coordenadores e não centralizava os trabalhos na figura de um presidente. Mas no Taquaral formaram-se duas associações, uma das famílias que vieram de fora, que era a maior associação, e a outra incentivada pelos órgãos do Estado. O órgão que mais dava incentivo para essa outra associação era o TERRASUL. A maioria dos recursos que vinha para o Taquaral, lembro-me que em um dos projetos vieram dois tratores para o Taquaral, e os dois foram entregues para a associação ligada ao TERRASUL. Para os associados ligados à APATE, do pessoal que vinha de fora e que tinham ligações com a CPT, a eles não foi entregue nenhum trator. A partir daí se percebeu que o Estado tinha um interesse, que era o de desmobilizar esse povo, que havia se organizado sem o auxílio do Estado e que estava plenamente consciente de seu papel no assentamento. Com isso acabou sendo colocado produtor contra produtor, porque na medida em que se tem uma associação que tem estrutura, mas não tem condições de oferecer nada em termos de serviços aos assentados, o Estado acaba fortalecendo a outra, que tem condições a partir da ajuda que ela recebe do próprio Estado. Na APATE havia a idéia de que através da organização eles conseguiriam superar a maior parte dos problemas existentes. Porém, veio uma espécie de rolo compressor a partir do momento em que o governo não reconhecia essa entidade como uma representante da comunidade do Assentamento Taquaral. A outra associação, que foi criada sem o mínimo de representatividade, porque contava com 80 associados, contra quase trezentos da APATE, conseguia trazer todos os recursos, era sementes, tratores, crédito, e isso tudo inviabilizou a APATE. Ela foi colocada como uma associação ligada ao PT, ao MST e à CPT, e esse governo, que eram um governo de direita, usou isso para massacrar a organização inicial do Taquaral (HUMBERTO. 34 anos. Entrevista realizada em janeiro de 2000).

É perceptível, como nos mostra Humberto, que no âmbito da luta por questões que atendessem a todos os assentados, ambas as associações lutavam por melhorias, como o abastecimento de água e a melhoria das estradas. No entanto, no âmbito da ação, a APATE era a que mais reivindicava e elaborava projetos, buscando melhorias para seus associados e para o assentamento, mas era também a associação que mais questionava as ações do Estado e contava com uma grande maioria de associados ligados a partidos de esquerda, num

momento em que o governo estadual representava a direita. O fato é que a APATE, por mais projetos que encaminhasse às secretarias estaduais, pouco conseguia de retorno a seus reclamos, enquanto a maioria dos projetos elaborados pela outra Associação eram aceitos.

A princípio isso gerou uma maior união entre os membros da APATE, no sentido de questionar a atitude do Estado. Porém, passados alguns meses e persistindo o contínuo desinteresse do Estado pelas reivindicações da APATE, parte de seus associados, que dependiam de verbas governamentais para impulsionar os trabalhos em seus lotes, desligaram-se da APATE e buscaram integrar-se à Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Taquaral. Ficou claro que interessava especialmente ao governo estadual, a instância que mais atendia ao assentamento com projetos de fomento, por intermédio de suas diversas secretarias, desestruturar uma organização que a princípio lhe parecera muito crítica. A APATE era a associação que o incomodava em virtude das pressões que seus associados exerciam para que se efetuassem a infra-estrutura necessária no Taquaral. No entanto, como revela o técnico Humberto, o “rolo compressor” do Estado surtiu efeito, colocando “produtor contra produtor”, e a APATE acabou perdendo força, uma vez que não era atendida em seus projetos, especialmente de implementos agrícolas suficientes para realizar os serviços de que os associados necessitavam – a abertura dos lotes para plantio. Ao Estado interessava impor seu modelo entre os assentados, esfacelando qualquer tipo de organização contrária, desconsiderando o saber fazer dos assentados, destruindo sonhos, projetos e grupos organizados. Acreditamos que essa violência contribuiu para a desorganização associativa que se seguiu.

A APATE passou a realizar projetos de menor envergadura, contando apenas com auxílio da CPT e as orientações de técnicos da EMPAER. As duas associações mantiveram suas atividades durante os três primeiros anos da implantação do assentamento. Ao final de 1994, foi extinta a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Taquaral e em seu lugar foi criada a AAUTAI – Associação de Agricultores da União Taquaral e Agrovila I, formada basicamente por assentados pertencentes à agrovila I. No ano de 1995, houve uma quase completa desorganização dos assentados, que acabaram paralisando parcialmente suas atividades associativas. Em janeiro de 1996, os associados da APATE resolveram extinguir essa associação e em seu lugar criaram uma nova associação, a AAUPRAT – Associação da União dos Agricultores do Projeto de Assentamento Taquaral. Essa atitude se deveu principalmente por uma necessidade estabelecida pelo Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), um programa de fomento criado

pelo governo federal, que logo em seu início somente beneficiava famílias que estivessem organizadas em grupo, realizando constantes atividades; daí o reaparecimento do sistema associativo no Taquaral, por representar o meio para viabilizar e atender às exigências do Estado. Apesar do impulso para essa reorganização ter se originado da necessidade imposta pelos mediadores, representou o elemento definidor e necessário para que os assentados fossem atendidos pelo novo projeto de fomento. Assim, a destruição da organização inicial, bem como a reorganização associativa no Taquaral, não aconteceu por vontade dos próprios parceiros, mas por exigências e ações concretas dos mediadores, no caso o Estado.

Com a retomada do sistema associativo, atualmente os assentados se encontram organizados em duas associações, a AAUTAI, criada em 1994, contando com 36 associados, e a AAUPRAT, criada em 1996, tendo 112 associados, ambas com um pequeno número de parceiros agregados a si se comparado ao número anterior e ao total de parceiros instalados no projeto. Como o Estado não mais exige que o assentado esteja ligado a uma associação para ser beneficiado com os recursos gerados por seus programas, os assentados sentiram-se livres dessa necessidade e isso provocou o esvaziamento dos quadros associativos. Aliado a isso, tem o fato de as associações não terem conseguido intervir mais efetivamente junto ao poder público para melhor estruturar o projeto, especialmente para a melhoria das estradas vicinais e a ampliação das linhas de crédito, o que tem levado ao descrédito com esse tipo de organização. Percebemos, ainda, que a fragilização na organização associativa se deve também ao que denominam como má administração e concentração do poder nas mãos das lideranças, especialmente do presidente. Daí percebermos em suas falas o saudosismo em relação à forma como estavam organizados com a APATE, que mantinha o poder nas mãos de uma comissão, sem a figura do presidente.

Mesmo existindo um afastamento do poder municipal no que diz respeito a atender a todas as solicitações feitas pelos assentados do Taquaral, notamos ser essa a via mais procurada e por vezes o caminho mais fácil para conseguirem encaminhar demandas que objetivam melhorias para o assentamento. Nesse sentido, Pinheiro (1999) chama a atenção para a proximidade que ocorre entre as associações dos assentamentos e o poder municipal, visto como o canal de articulação mais acessível para o encaminhamento das demandas das comunidades e dos movimentos sociais organizados. No entanto, o autor nos mostra que essa relação acaba tendo como referencial a troca de favores, relação da qual a prefeitura se apropria para firmar suas bases eleitorais nos assentamentos.

Por outro lado, observamos que foi por intermédio da organização dos trabalhadores que os parceiros do Taquaral conseguiram maiores recursos para o assentamento. Hoje as associações contam com os seguintes implementos agrícolas para atender aos seus associados: dois tratores, um arado, três grades, uma carreta e uma trilhadeira. Também foi a organização associativa que viabilizou a seguinte infra-estrutura para o assentamento: quatro poços artesianos, noventa quilômetros de energia elétrica, um posto telefônico, um posto de saúde e quatro escolas, sendo três de ensino fundamental e uma de ensino médio.

Ao lado das atividades diretamente ligadas ao trabalho com as associações, os assentados do Taquaral encontram-se organizados em grupos menores, independentes das associações, conhecidos como grupos da EMPAER, porque foram institucionalizados, já no início do assentamento, pelos técnicos da EMPAER, hoje IDATERRA. Esse agrupamento teve a finalidade de facilitar o atendimento técnico às famílias, passando a privilegiar o atendimento em grupo, numa tentativa de abranger todos os assentados. No Taquaral são 16 grupos compostos de 25 parceiros cada, organizados por assentados localizados em lotes de produção próximos uns dos outros, estabelecidos por redes de vizinhança. Em cada um dos grupos existe um líder, escolhido entre os membros, que tem como incumbência mobilizar os assentados quando de reuniões técnicas, além de representá-los junto às mais diversas instituições. A escolha do líder acontece de maneira informal: se no grupo existe algum assentado que se destaca na representatividade das famílias, normalmente esta é a pessoa indicada pelos demais membros, não havendo estatuto nem formalidade em todo o processo e nem um tempo de vigência para o cargo de líder de grupo. O que se percebe nessa escolha é a existência de uma forte influência do período em que as famílias estiveram acampadas, visto que normalmente a pessoa escolhida é aquela que se destacou como líder no período de acampamento.

O nome dos grupos, usado para identificar um conjunto de parcelas, segue a lógica indicada por Sprandel (1992), é outro elemento que expressa a manutenção da história vivida pelas famílias, uma vez que, essa opção reproduz diversas situações vividas pelos assentados. As denominações dos grupos encontram-se comumente relacionadas a diversos fatos, dentre eles: nomes das localidades de origem das famílias ou de lugares onde elas estiveram acampadas, acontecimentos do período de acampamento ou nomes de pessoas que se destacaram ou ainda se destacam na liderança do grupo. Há também os nomes de grupos que indicam a chegada a um novo lugar. Dentre eles temos o grupo do “Barro Preto”, assim nomeado em razão da cor da terra onde um

grupo de famílias permaneceu acampado à espera do assentamento definitivo, já no Taquaral. Outro grupo é o “Jatei”, que tem esse nome relacionado ao município de onde veio outro grupo de famílias. No entanto, isso não quer dizer que as famílias que integram o grupo “Jatei” sejam todas provenientes desse município. Outro grupo é o do “Zé Lima”, numa referência ao seu líder, José Lima, uma liderança expressiva desde o início das atividades do grupo. Há também o grupo “Treze”, que assim foi nomeado por ter sido o décimo terceiro grupo formado. O grupo “Caixa d’água” leva essa denominação em virtude de estar localizado onde, no princípio do acampamento, encontrava-se o único poço com reservatório de água. Observamos que todas as denominações têm um sentido aglutinador, porque expressam, por um lado, um pouco da trajetória das famílias do Taquaral, e por outro, indicam o lugar onde os assentados se encontram localizados. Porém, a denominação do grupo vai além de servir como indicação do lugar onde cada família se encontra assentada. Sempre que os assentados são questionados sobre onde residem, ao responderem, primeiro fazem uso do nome do grupo, utilizando poucas vezes o número de lote. Ao fazerem isso expressam toda uma rede que os identifica no Taquaral, uma vez que apresentando o grupo que pertencem não estão apenas apresentando o lugar onde residem, mas também quem são seus vizinhos e qual a condição do solo de seu lote, portanto, estão apresentando sua identidade, estão se identificando (SPRANDEL, 1992).

As reuniões desses grupos acontecem quando os técnicos do IDATERRA sentem a necessidade de esclarecer os assentados sobre questões ligadas ao manejo do solo, aos tratos culturais no plantio de produtos e aos cuidados com as criações, ou ainda, quando da necessidade de definição dos itens a serem financiados para cada parceleiro, na ocasião de liberação de verbas para os assentados. Para as reuniões, a casa do líder é um dos pontos mais usados, sendo ele o organizador, especialmente na divulgação dos assuntos das reuniões. Pertencer a um desses grupos dá ao assentado condições de ter acesso à assistência técnica, além de estabelecer uma rede de socialização e de valorização de sua condição de proprietário, pois os grupos constituem-se somente de titulares de lotes.

A assistência técnica e fomentos

O Taquaral recebe assistência do IDATERRA, que tem como metodologia atender ao produtor a partir de ações que sejam manifestadas

pelas famílias e não impostas pelos técnicos do Instituto. O problema é que o assentamento conta com um grande número de famílias para o pequeno número de técnicos para atendê-las, o que compromete até mesmo o atendimento de forma grupal. Em virtude da mudança de atividade produtiva no assentamento, iniciada pelos assentados e estimulada pelos mediadores, conforme veremos no Capítulo IV, as reuniões entre os assentados e esse Instituto têm diminuído e o próprio objetivo delas vem sendo outro. Anteriormente as orientações eram direcionadas ao plantio e aos tratos culturais da atividade agrícola, e hoje têm caráter de busca por soluções para a estrutura do Taquaral, especialmente no redimensionamento dos lotes.

Nos primeiros anos da instalação do Taquaral havia o atendimento do INCRA, com ações voltadas especialmente ao abastecimento de água. Hoje o INCRA somente acompanha as questões jurídicas dos lotes no assentamento. Havia também e ainda hoje é mantido, o atendimento da CPT, instituição que acompanhou as famílias em todo o processo migratório. No assentamento definitivo, a CPT passou a dar a sustentação às famílias, indo desde o fornecimento de sementes, a viabilização de financiamentos para aquelas que desejam adquirir máquinas agrícolas de forma coletiva, até a realização de cursos que visam oferecer alternativas no processamento de alimentos, na saúde preventiva e na organização de trabalhadores rurais.

Associada a essas atividades, a CPT desenvolve junto às famílias a implantação de diversos projetos, sempre ligados à melhoria da produção do lote, como o projeto da pecuária, que visa melhorar o plantel e a construção de instalações próprias para o manejo do gado, diminuindo assim a incidência de contaminações e melhorando a qualidade do leite. A CPT desenvolve também projetos voltados para a melhoria na criação de pequenos animais e o incentivo para o desenvolvimento de práticas ligadas ao cultivo orgânico e à diversificação da produção nas pequenas propriedades.

Dentre as ações da CPT, percebemos programas voltados para aquelas famílias que possuem filhos estudando em escolas agrícolas, objetivando a melhoria na forma de produzir da propriedade e assim estimular os filhos, ao completarem seus estudos, a retornarem aos lotes para neles aplicarem os conhecimentos obtidos ao longo do curso técnico.

Quanto ao IDATERRA, com a extinção da EMPAER e a criação desse novo Instituto, ocorreu a redução do quadro de funcionários, diminuindo o número de técnicos para o atendimento aos assentamentos. No ano de 2001, o escritório do IDATERRA em Corumbá contava com uma equipe de trabalho que compreendia um veterinário, um zootecnista, um agrônomo, dois técnicos

agrícolas e uma extensionista, para atender aos seis assentamentos existentes no município, nos quais se encontram mais de 1.000 famílias assentadas; além disso, essa equipe também devia prestar atendimento às famílias instaladas nas colônias localizadas no interior do Pantanal e ao assentamento 72, instalado no município de Ladário, vizinho a Corumbá, onde se encontram assentadas 85 famílias. Nessa situação, mesmo o atendimento de forma grupal fica comprometido, sendo mais um trabalho de “apagar fogo”, como os próprios técnicos denominam suas atuações nos assentamentos.

Para auxiliar no desenvolvimento de suas unidades produtivas, as famílias do Taquaral contaram e ainda hoje contam, com algumas linhas de crédito, oferecidas pelo governo federal. A primeira e mais antiga foi o PROCERA (extinto em 1999), com recursos que estavam destinados a financiar itens que iam desde o desmatamento, a aquisição de máquinas e equipamentos, até a construção de casas. Tratava-se de uma linha com juros de 12% ao ano, e o valor destinado para cada assentado era de 7.500 reais, que eram liberados mediante parcelas ao longo dos anos, de acordo com a definição da Comissão do PROCERA. Nessa linha, a forma de pagamento da dívida variava conforme o tipo de financiamento. Caso o assentado solicitasse a liberação de sua verba para o custeio, o pagamento da dívida era definido conforme o ciclo da cultura. Quando se tratava de investimento para culturas permanentes ou outros investimentos que permanecessem na propriedade ao longo dos anos, o assentado dispunha de mais tempo para quitar a dívida, podendo pagá-la em sete anos, com dois anos de carência e cinco para efetivar o pagamento. Os itens a serem financiados e as normas de pagamento para esse tipo de financiamento foram definidos pela Comissão do PROCERA, que era constituída por representantes dos assentados, técnicos do governo que prestavam serviços nas áreas de assentamentos e representantes das agências bancárias envolvidas com a liberação dos recursos. Foi com esse tipo de financiamento que muitos puderam dar início às atividades agrícolas em seus lotes. No entanto, como os recursos desse programa eram baixos, foram insuficientes para estruturação dos lotes e acúmulo de capital para começarem a caminhar com seus próprios recursos, como podemos perceber na fala de um assentado:

Aí eu te pergunto: o que você pode fazer em um lote quando você tem uma enxada e uma foíce? Você faz até muita coisa, porque foi assim que a gente começou aqui, que aqui minha família, ninguém tem medo de serviço não. Aqui nós desmatamos um pouco, plantamos umas rocinhas com milho, quiabo, mandioca, criamos galinhas, um porquinho, mas eu sei que com isso só dava

mal para comer, não sobrava nada e você tem que sobrar alguma coisa de sua produção porque você tem que comprar o que não produz no lote. Tem que comprar o açúcar, o café, a farinha e muitas outras coisas, mas comprar com o que se não sobra produção para vender? Acaba que come a produção toda. Planta só para comer. É aí que eu acho que o governo deveria olhar mais para isso. Não é dar dinheiro de graça porque de graça a gente não quer nada, mas dar uns financiamentos com juros mais baixos. O PROCERA foi um bom financiamento, que tinha juros mais baixos. Ele veio no tempo que a gente estava começando a abrir o lote. Com ele nós compramos uma vaca, fizemos cerca, desmatamos mais um pouco do lote. Só que eu acho que foi pouco aquele financiamento, deu só para pensar em começar a fazer alguma coisa no lote da gente e quando viu, já tinha acabado o dinheiro (PEDRO. 50 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

Parte dos assentados, ao iniciar suas atividades no lote, passou a investir todos os recursos do PROCERA na lavoura, mesmo não dispondo de um conhecimento mais apurado sobre a qualidade das terras do Taquaral e contando apenas com poucas orientações técnicas. Após anos de insistência e de pouco sucesso com a agricultura, muitos deles tiveram, em consequência das colheitas frustradas, seu nome incluído no cadastro de pessoas devedoras à instituição bancária.

Outra linha de crédito disponível para os assentados é o Fundo Constitucional de Financiamento para o Centro-Oeste (FCO), também gerenciado pelo Banco do Brasil, e que por seus juros maiores, se comparados aos do PROCERA, tem inviabilizado o acesso dos interessados.

Há ainda uma terceira linha de crédito, que faz parte do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), implantada pelo governo federal, e que visa dar apoio e sustentação ao cultivo por via da agricultura familiar. Essa linha está articulada na forma de parceria entre os governos federal, estadual e municipal e o pequeno produtor. Seus recursos destinavam-se, inicialmente, ao atendimento coletivo e não ao individual, como as outras linhas. É nesse ponto que se apoiavam as exigências do trabalho associativo, pois, para ser beneficiado, o produtor tinha que estar vinculado a uma associação. Hoje, no entanto, as exigências para utilizar os recursos do PRONAF diminuíram. Porém, para muitos assentados do Taquaral, essa é uma linha à qual boa parte deles não tem acesso, uma vez que, conforme informações colhidas junto ao Banco do Brasil, em setembro de 2001 havia 195 assentados que se encontravam com débitos referentes ao PROCERA. Isso vem impossibilitando o acesso a novos programas, como o PRONAF, o

que dificulta qualquer desejo de progredir apenas com os escassos recursos que conseguem gerar em suas propriedades.

Quanto ao tipo de solo, as terras do Taquaral apresentam qualidades regulares para o desenvolvimento de atividades agrícolas, fato que, associado às irregularidades climáticas da região, fez com que os assentados perdessem seus cultivos durante anos seguidos.

Motivados pelo fracasso com as atividades agrícolas, os assentados passaram a desenvolver a criação de gado leiteiro, mudando o estilo de vida desejado. Atualmente essa atividade representa a maior fonte de renda das propriedades, graças à demanda pelo produto no mercado de Corumbá. O fracasso com a agricultura tem sido o responsável pela desistência dos lotes por muitas das famílias. Ao observarmos os dados fornecidos pelo INCRA, quando comparamos o número de titulares de lotes quando da implantação do assentamento com aqueles que hoje se encontram nessa condição, verificamos que entre as 394 famílias que a princípio foram atendidas, 82 delas, que representam 20,8%, já venderam seus lotes e foram em busca de melhores alternativas em outros lugares. Aquelas que lá permanecem encontraram outras estratégias produtivas: o cultivo agrícola em menor escala e a pecuária de leite como atividade principal.

Quanto às residências dos assentados, como o Estado, no início do projeto, não ofereceu recursos para que as famílias efetuassem a construção de suas casas, aquelas que contavam com mata em seus lotes, puderam usar a madeira do próprio lote para suas construções, edificando casas, seguindo a velha sabedoria tradicional, de forma rústica, mas com certo conforto. Aquelas que nos lotes não possuíam mata, construíram a casa usando galhos de árvores, revestindo-os com barro, ou ainda construíram moradias usando lona preta.

Em virtude da área do Taquaral ser dividida entre terras impróprias para a agricultura e outra parte de melhor qualidade, é possível notar essa diferença especialmente na fachada das propriedades. Daí haver no projeto um marco divisório: na área onde o solo é mais propício ao desenvolvimento das atividades agrícolas, a própria organização dos arredores da casa apresenta melhores condições de habitação, sendo normalmente as construções de alvenaria, com toda a infra-estrutura e aprimorada graças à chegada da rede de energia. É comum encontrarmos nessas residências eletrodomésticos, como geladeira, *freezer*, televisor em cores, rádio, ventiladores, batedeira, liquidificador e antena parabólica.

Mesmo simples as casas possuem boa aparência, podendo-se encontrar ao seu redor: criações de animais (galinhas, porcos, patos e outros pequenos

animais), jardins, hortas e terreiro, normalmente limpo. Em algumas dessas áreas, existe uma segunda casa que foi o primeiro barraco, que é o que hoje guarda a memória. Está localizada bem próximo da principal e construída de forma mais rústica, com chão batido e serve unicamente como cozinha, separando o local destinado à realização das refeições daquele reservado ao repouso familiar e ao espaço para receber visitas. Nessa segunda edificação, normalmente há um fogão a lenha, feito de barro, algumas prateleiras de madeira, que servem para colocar as louças, ou armários velhos, peças que têm muitos anos de uso e parecem ter passado por muitas mudanças, o que se deduz do seu precário estado de conservação. A maioria das casas possui uma varanda, com bancos de madeira, algumas cadeiras e flores. Além da melhoria das edificações, algumas famílias conseguiram adquirir carros, mesmo que de modelos antigos.

No entanto, essa realidade contrasta com uma outra, com residências menos cuidadas, o que lhes dá um aspecto de abandono, normalmente situadas na área do assentamento onde o solo não é favorável ao cultivo agrícola. Os utensílios domésticos e a mobília igualmente reforçam essa aparência: além de muito simples e escassos, foram maltratados pelas inúmeras mudanças, o que resultou na danificação das peças. A troca de móveis quase não ocorre nessas residências, e os pisos são de chão batido, mostrando a diferença em relação à realidade encontrada naquelas áreas favorecidas com terras de melhor qualidade.

Ainda assim, observamos que mesmo em parte das residências mais simples e menos cuidadas, encontram-se famílias que demonstram, mesmo em face das mais diversas dificuldades enfrentadas diariamente, contentamento por ali estarem produzindo para a sobrevivência. Esse fato nos leva a refletir com Ferrante³³ quando recomenda aos pesquisadores que se encontram desenvolvendo estudos para a compreensão das mudanças no espaço rural, especialmente em assentamentos, para que tenham a preocupação de pensar primeiro o assentado e depois a forma como ele organiza seu lote, ou seja, que lancemos um primeiro olhar na história de vida de cada um, considerando a forma como vivia no momento anterior ao assentamento. A partir desse olhar estabelecer a relação com a vida atual. Poderemos concluir que por mais simples que seja a vida desse assentado no novo lugar, ainda assim podem ter ocorrido melhorias na sua qualidade de vida.

33 Esta reflexão da Profa. Dra. Vera Botta Ferrante compôs as considerações desenvolvidas por ela em conferência proferida no dia 01/10/1999, durante a disciplina “A questão agrária revisada”, oferecida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, *campus* de Araraquara.

Não podemos considerar o sucesso do assentado somente pelo viés econômico, uma vez que esse indicador não dá conta do vivido, mas reflete e reforça o binômio difundido pelo Estado, baseado unicamente no fator sucesso/insucesso dos assentados no novo lugar. Se analisarmos a forma como vivem por uma ótica externa sobre as unidades produtivas, considerando como medidores o tamanho da área cultivada no lote, sua produção e produtividade, condições técnicas e a forma como se encontra estruturada a infra-estrutura da moradia, acabaremos por concluir, de forma errônea, pelo insucesso dos pequenos lotes de assentamento. Porém, se considerarmos como as famílias viviam anteriormente, encontraremos mudanças positivas a partir do assentamento, mesmo que essas mudanças não sejam percebidas em um primeiro olhar, mesmo que elas não sejam suficientes para atender aos requisitos do projeto estatal. Por isso acreditarmos que devemos medir o sucesso dos assentados mediante a lógica indicada por Ferrante, estabelecendo mediações entre o que são hoje, depois de alguns anos de assentamento, com o que foram e o que eram no momento da chegada ao assentamento. Reside aí a importância da construção que fizemos na primeira parte desse Capítulo, reconstruindo as trajetórias das famílias assentadas, para assim realmente enxergar a forma como se encontram estruturados os lotes, hoje verdadeiros “sítios”, nos quais se combinam a casa, o quintal e o espaço produtivo.

Estudos, dentre eles destacamos o de Leite (1994), mostram que os assentamentos pensados a partir de dois únicos princípios – racionalidade e objetividade – acabam tornando-se lugares com um conjunto de famílias insatisfeitas com a forma como foram assentadas. Como o Estado não traz o assentado para a discussão, sempre lhe reservando o lugar do silêncio, conforme Neves (1997) nos indica, os dados negativos que por ventura possam aparecer no pós-assentamento são vistos como de culpa exclusiva dos assentados. Os beneficiados que não alcançam o sucesso esperado pelas instituições ligadas ao processo de assentamento, segundo Neves, passam a ser vistos como pessoas acomodadas. Esse insucesso é explicado pelo Estado em face de alguns defeitos apresentados pelos assentados, dentre eles: “desinteresse pela terra, analfabetismo, pauperização e falta de recurso mínimo para se integrar ao projeto, inexperiência na atividade agrícola, sedução pelas vantagens da vida urbana, esperteza pela transferência pela posse da terra e comercialização das benfeitorias etc.” (1997, p. 77).

No entanto, como nos mostra Leite (1994), o binômio “sucesso/insucesso” é um pensamento equivocado, usado para analisar o assentamento

mediante o viés político e que objetiva comprovar ou negar os resultados econômicos da reforma agrária.

Bavaresco (1999) afirma que esse binômio deveria contemplar outras variáveis além do econômico, para que assim se pudesse concluir, de forma mais completa, a viabilidade ou não do projeto. Indicadores como tamanho do lote, qualidade do solo, assistência técnica e acesso a linhas de créditos podem ser importantes fatores para uma boa produtividade nos assentamentos. Se analisarmos os assentamentos partindo exclusivamente do binômio sucesso/insucesso, estaremos, segundo Pacheco, diluindo a identidade de sujeitos políticos, sociais e econômicos em luta, como os “pobres do campo”, atribuindo-lhes significados como “falta de racionalidade, atraso, baixo desempenho econômico, pouca participação no PIB etc.” (1994, p. 214).

A nosso ver, o assentamento deve ser visto também como um lugar onde são resolvidos fatores de marginalização social de famílias, pois só para além do viés econômico pensaremos o assentado, que é o agente primordial do assentamento. Não é possível querer tornar as pequenas parcelas provenientes de projetos de reforma agrária imagem e semelhança das pequenas propriedades oriundas dos antigos projetos de colonização ou torná-las um modelo em miniatura da grande propriedade. Dessa forma, pensar o assentamento implica considerá-lo como um lugar com um modo de vida próprio, que por vezes foge às regras preestabelecidas e especialmente às leis de mercado em que se constroem alternativas que permitem manter relações diversas das existentes e até divergentes em relação às projetadas.

No Taquaral, foram criadas pelas famílias diversas alternativas de vida. É um projeto que tem carência tanto de água, o que leva os assentados a enfrentar sérios problemas com o abastecimento ao longo das linhas,³⁴ como de estradas vicinais, que constantemente estão em estado precário, o que dificulta o acesso a todos os pontos do Assentamento, especialmente no período das chuvas.

Essas dificuldades foram reveladas nas conversas que tivemos com os assentados. A possibilidade de falar sobre suas histórias e sobre a forma como vivem no Taquaral, levou-os a aproveitar o espaço de nossas conversas para falar também de suas necessidades, estabelecendo as reivindicações que se fazem mais prementes para a melhoria de suas vidas no assentamento. Naquele momento, ocorreu uma confusão entre o nosso trabalho como pesquisadora e a função que ocupáramos anteriormente, como funcionária da EMPAER; as

34 As linhas são equivalentes a ruas.

famílias vislumbravam que nosso estudo poderia resultar em benefícios para o assentamento.³⁵ A fala de Isabel retrata essa percepção:

Olha o mais que eu gostaria de falar não é tanto do meu trabalho e da minha vida aqui em casa, mas se pudesse pedir para melhorar alguma coisa aqui no assentamento, eu pediria para o governo, ou para outros órgãos do governo, para solucionarem o problema da água. Hoje já temos melhoras, a energia, por exemplo, que é bem vinda, que é uma coisa boa e não está faltando, mas o problema aqui está na questão da água e das estradas que estão ruins e esse problema está difícil de resolverem. Do resto eu estou satisfeita. Sempre o que eu tenho precisado assim da EMPAER, do INCRA, Sindicato, eu sempre fui bem atendida, mas quando se vai pedir para resolver o problema da água e das estradas, fica difícil porque fica aquele jogo de empurra. Você vai ao INCRA e eles dizem que é com o prefeito, você vai ao prefeito e o prefeito diz que é com o governo. Aí fica difícil (ISABEL. 36 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

Para tentar minimizar o problema com o abastecimento da água, no início de 1996, um grupo de assentados, aproximadamente 200 famílias, estimuladas por um técnico da EMPAER, que ao final daquele ano foi eleito vereador para um mandato de quatro anos, reelegendo-se em 2000 para mais um mandato, buscou, por meio de financiamento individual junto ao Banco do Brasil, recursos para construção de um poço semi-artesiano, com distribuição de água nas residências dos cooperados. Assim o poço foi viabilizado, mas como a vazão de água não seria suficiente para atender diariamente a todas as unidades cooperadas, instalou-se um sistema de rodízio para o abastecimento: a cada dia uma linha diferente é atendida; quando a linha A recebe água, a linha B não recebe, e assim sucessivamente. Para não terem problemas nos dias em que não são contempladas, as famílias mantêm um sistema de armazenamento em caixas ou tonéis.

Na tentativa de solucionar o problema da água no Taquaral, entre os anos de 1998 e 1999 o INCRA perfurou mais três poços artesianos, beneficiando com água outra parte das famílias. Graças a esse sistema, parte do total das 394 famílias do Taquaral está abastecida; aquela parte que ainda não se encontra atendida com a rede de água, supre suas necessidades, quer com carros pipa, fornecidos pela Prefeitura, quer recolhendo água dos córregos existentes na área,

35 Essa realidade foi percebida por Sarti em sua pesquisa junto a famílias estabelecidas na cidade de São Paulo. Leiamos, a esse respeito, a reflexão da autora: “[...] há momentos em que existe uma clara expectativa de que o pesquisador possa trazer melhorias ou benefícios para as vidas dessas pessoas, embora não seja essa a tônica do contato com a população local” (1996, p. 5).

ou ainda mediante a perfuração, de forma manual, de poços,³⁶ ou aparando água das chuvas e até percorrendo longas distâncias em busca de água.

No início do ano 2001, o IDATERRA, a Companhia de Águas de Corumbá e a Prefeitura do município elaboraram um projeto, que se encontra tramitando no INCRA, para a completa execução da rede de água no Taquaral, visando atender àquelas famílias que ainda não foram contempladas com a rede de águas e mesmo aquelas que recebem água em dias alternados.

O projeto visa atender diariamente com água, proveniente de poços artesianos, completando os já existentes, a todas as famílias do Taquaral e dos demais assentamentos instalados no município de Corumbá. São poucas também as instalações sanitárias (mictório e depósito de lixo), o que se explica principalmente pela dificuldade na manutenção das fossas abertas, sem a infiltração de água, e pelo desmoronamento do solo.

O Assentamento conta com transporte coletivo, pago pelos moradores, circulando em horários freqüentes, dois pela manhã e dois à tarde, realizando o percurso Corumbá-Taquaral-Corumbá, de aproximadamente 25 quilômetros. Essas linhas são utilizadas não só pelos moradores, mas também por pessoas que se dirigem ao assentamento, dentre elas, os professores que ensinam nas escolas do projeto. Esse transporte atende também as mulheres que diariamente se dirigem a Corumbá, quer para trabalharem nas casas como domésticas, quer para comercializarem os produtos de seus lotes nas feiras livres. Existe também o transporte interno, oferecido pela Prefeitura, para o traslado dos estudantes das agrovilas I e III para a agrovila II, onde funcionam as salas do ensino fundamental e médio.

36 Este sistema tem colocado em risco a vida dos parceleiros, uma vez que cavam poços com profundidade elevada, até atingirem a água, o que causa constantes desmoronamentos e aparecimento de gases venenosos.

Capítulo III

Desencantamento na Construção dos Diferentes Projetos no Novo Espaço de Assentamento: A Negociação do Espaço e a Geração da Recusa

Eu sou nordestino, nasci no estado do Ceará. De lá vim para o Mato Grosso, no ano de 66. Vim e fiquei trabalhando com a agricultura, na região de Dourados, lá no município de Fátima do Sul e de Taquarussu. Só em Taquarussu eu morei 10 anos, sempre tocando lavoura. Trabalhei na fazenda de um tal de Grandó e lá eu casei e criei minha família. Aí, de lá a gente foi para um arrendamento e nesse arrendamento, nós trabalhamos uns seis anos. Uns anos depois surgiu esses acampamentos e a gente veio para os acampamentos, porque já não mais existia terras assim para arrendamento. Aí a gente veio para o acampamento e ficamos acampados para conseguir arrumar uma área de terra para trabalhar, porque só através da terra é que a gente consegue criar a família. Se não tiver terra, é muito difícil viver para as pessoas como nós que tem como profissão a agricultura (JOSÉ LIMA. 50 anos. Assentado no Taquaral).

CAPÍTULO III

Desencantamento na Construção dos Diferentes Projetos no Novo Espaço de Assentamento: a Negociação do Espaço e a Gestão da Recusa

Neste capítulo, analisamos os diferentes projetos surgidos a partir da implantação do Taquaral: de um lado, o projeto dos assentados, tendo como proposta a formação de todo o complexo que envolve vida e trabalho nos lotes de produção, e de outro, o projeto do Estado, baseado em lotes de moradia nas agrovilas, tido como o espaço ideal para a construção das residências dos assentados.

A estrutura das agrovilas, segundo o Estado

O modelo de agrovilas para assentamentos de reforma agrária segue as orientações definidas pela instrução de nº 17-b, de 22/12/1980, publicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e que dispõe sobre o parcelamento de imóveis rurais. A referida instrução, na disposição preliminar nº 48, apontada na página oito, orienta o seguinte: “os loteamentos de espécie [assentamentos rurais] deverão estar localizados próximos a núcleos urbanos, que lhes sirvam de apoio, ou neles deverá estar prevista a formação de núcleos urbanos”. Essas orientações foram colocadas em prática em boa parte dos assentamentos criados a partir de meados da década de 1980. Com elas, o Estado evidenciava a preocupação em criar espaços nos quais as famílias não ficassem isoladas de núcleos urbanos, facilitando com isso a comercialização dos produtos que seriam produzidos e mesmo o atendimento às famílias. Caso não fosse possível estabelecer essa proximidade entre assentamentos e cidades, deveriam então ser criadas, no interior deles, as agrovilas, como forma de suprir as necessidades imediatas dos assentados.

As agrovilas foram espaços planejados pelo Estado para os assentamentos rurais, com uma nova infra-estrutura e organização das famílias, criadas com a meta primordial de diminuir os custos operacionais com os assentamentos.

Com elas, o Estado passou a instalar a infra-estrutura necessária (moradia das famílias, escolas, postos de saúde) apenas nos espaços dos lotes de moradia, não mais ao longo das linhas, onde se encontram os lotes de produção. Com as agrovilas, os assentados passaram a morar muito próximos uns dos outros, semelhantemente ao espaço urbano, num modelo que fez emergir discussões, tendo como resultado, em muitos assentamentos, a recusa pelas agrovilas. Isto fez com que o próprio Estado repensasse a forma da estrutura planejada para os assentamentos.

Como o Assentamento Taquaral, objeto de nosso estudo foi criado na década de 1990, momento em que o Estado utilizava para os assentamentos o modelo de agrovilas, este foi implantado, sendo um dos primeiros assentamentos com tal organização em Mato Grosso do Sul. A área que o INCRA reservou no Taquaral para a instalação das agrovilas, que receberia a infra-estrutura num momento posterior à instalação do projeto, foi criada, mas não chegou a ser instalada. Por isso tornou-se ociosa e recebendo um pequeno número de famílias, que, como veremos adiante, só se dirigiram aos espaços das agrovilas quando da entrega dos lotes de produção, em virtude das dificuldades existentes, por estarem localizados em lugares de difícil acesso. Hoje, no entanto, decorridos dez anos da instalação do Assentamento Taquaral, os lotes de produção são os que receberam a infra-estrutura possível para a moradia e para o trabalho, construída, em grande parte, pelos assentados com seus próprios recursos. O espaço das agrovilas ficou praticamente abandonado. Mesmo o pequeno número de famílias que a princípio optara por morar nas agrovilas, já não vive nelas, recorrendo a estratégias alternativas para a estruturação de seus lotes de produção. Isto mostra que as famílias assentadas tinham um projeto próprio, recusando o projeto do Estado, que, aliás, nunca o implantou efetivamente no Taquaral.

O modelo de agrovilas implantado no Taquaral visava também minimizar os problemas ocorridos em outros assentamentos instalados no município,³⁷ especialmente com o abastecimento de água.³⁸ Na área do município de Corumbá, existem dificuldades para a perfuração de poços no sistema manual, em virtude da existência de camadas rochosas no subsolo, sendo

37 Nos assentamentos Mato Grande, Tamarineiro I, Tamarineiro II e Paiolzinho, também instalados em Corumbá, encontramos, em cada um deles, a formação de um núcleo urbano, localizado na área central de cada assentamento e que serve para o desenvolvimento de um pequeno comércio, para o atendimento imediato das famílias, ou ainda, como lugar de encontro, de reuniões e mesmo atendimento à saúde da comunidade.

38 O assentamento Mato Grande é o único projeto instalado em Corumbá que não apresenta problemas com o abastecimento de água. Nele foram instalados, ao longo das linhas, dos lotes de produção, cinco poços.

os poços artesianos a alternativa viável. No entanto, em face do elevado custo para a instalação, torna-se inviável esse sistema para os assentados. Por isso, as agrovilas foram idealizadas pelo INCRA como o modelo que solucionaria o problema do Taquaral, uma vez que as famílias, morando próximas umas das outras, necessitariam de um menor número de poços instalados na forma artesiana.

Em todas as três agrovilas instaladas no Taquaral, há uma conjugação de diferentes espaços: existe o espaço destinado aos lotes de moradias, com tamanho em torno de quatro mil metros quadrados; há também outros lotes, na parte central de cada agrovila, denominados lotes comerciais, com tamanho de aproximadamente 420 metros, localizados muito próximos uns dos outros, formando uma espécie de vila, com características que se aproximam daquelas encontradas no meio urbano. Os lotes comerciais foram planejados pelo INCRA para a instalação de um pequeno comércio e podem ser ocupados tanto pelos parceiros como por seus filhos, ou ainda por pessoas que não possuem vínculos com o assentamento. Existe, ainda, em todas as três agrovilas, o projeto para a infra-estrutura destinada ao ensino, à saúde, ao lazer, ao armazenamento de produtos e aos cultos religiosos e um espaço reservado à preservação de uma área verde. No entanto, de todo esse projeto planejado pelo INCRA, pouco foi executado. Após 12 anos de distribuição dos lotes, as agrovilas possuem a seguinte infra-estrutura: na agrovila I, a segunda em extensão, ocupando uma área total de 77, 0599 hectares, onde se encontram lotes de produção com solos de difícil manejo, em razão de sua má qualidade, há: uma escola de alvenaria, construída com recursos da Prefeitura do município de Corumbá, onde se desenvolve o ensino de primeira a quarta série, duas igrejas, e em apenas seis dos 137 lotes de moradia encontramos famílias instaladas. Em dois, dos 15 lotes comerciais, há famílias residindo.

Logo após a entrega aos assentados dos lotes do Taquaral, no ano de 1990, a agrovila I recebeu parte significativa dos parceiros detentores de lotes de produção naquela área, que ocuparam os lotes de moradia na agrovila, em virtude de o INCRA manifestar, naquele momento, interesse em atender com água unicamente às famílias estabelecidas nas agrovilas, atitude justificada pela falta de condições. Como havia escassez de água em praticamente toda a área do assentamento, e os lotes de produção da agrovila I encharcavam no período de chuvas, dificultando a instalação dos assentados e o deslocamento a outros pontos do assentamento, problema que até hoje persiste, as famílias contempladas com lotes naquela área foram obrigadas a se mudar para os lotes de moradia na agrovila. Era um lugar mais elevado e desse modo asseguraram

o atendimento com a água. Esse benefício acabou não ocorrendo e, para serem atendidos pelo INCRA, tiveram que recorrer a passeatas na cidade e em frente daquele Instituto, como forma de pressioná-lo a fornecer a água de que necessitavam e efetuar a abertura de estradas.³⁹

No entanto, passados alguns anos, as famílias que se encontravam ocupando os lotes de moradia na agrovila I, ao menos parte delas, conseguiram trocar seus lotes por outros lotes nas áreas da agrovila II e da agrovila III. Isto foi possível em razão de o INCRA ter retomado parcelas que se encontravam em situação irregular naquelas áreas; outra parte das famílias vendeu seus lotes, deixando o Taquaral; há ainda aquelas que permaneceram na área da agrovila I, tendo mudado dos lotes de moradia na agrovila I para os lotes de produção, trabalhando hoje com a pecuária, atividade que lhes restou, mesmo tendo que, para isso, enfrentar uma série de dificuldades. Atualmente (setembro de 2001), nos lotes de moradia, encontram-se apenas seis famílias residindo.

É na agrovila II, a menor em área dentre as três implantadas no Taquaral, ocupando um total de 63, 1396 hectares, que observamos maior ocupação e mesmo um maior movimento de pessoas na área que compõe o espaço da agrovila. Nela foram instalados 82 lotes comerciais, estando 14 deles ocupados por residências das famílias,⁴⁰ em sua maioria filhos daqueles parceiros que estão situados em lotes de produção com terras de má qualidade, o que associado ao pequeno tamanho dos lotes e da família, dificultam a permanência dos filhos que constituem família. Buscam então o espaço da agrovila.

A agrovila II é vista pelos assentados como um núcleo central do Projeto, uma vez que é nela que acontecem as reuniões mais importantes, que envolvem todos os assentados, além das formaturas anuais, sendo ainda o local para a recepção das autoridades que visitam o assentamento. Encontramos nela a maior infra-estrutura educacional, sendo em número de três os prédios construídos pelo INCRA e pela Prefeitura de Corumbá para o funcionamento do ensino fundamental e do ensino secundário, reunindo uma importante parcela dos estudantes do Taquaral.

Há também na agrovila II: um centro de saúde, que na época de nossa pesquisa encontrava-se em fase final de construção; duas igrejas, instaladas em antigos lotes de moradia, doados pelos parceiros e não na área reservada pelo

39 No acervo da CPT, encontramos gravações em vídeos que mostram as dificuldades pelas quais passaram as famílias do Taquaral, especialmente aquelas beneficiadas com lotes na agrovila I, onde as dificuldades pareciam ser muito maiores do que aquelas existentes em outras áreas do Taquaral.

40 Os dados que doravante apresentamos, em relação à organização das agrovilas, refletem a realidade existente no Taquaral até o mês de dezembro de 2001.

INCRA para as instalações de centros de culto; um campo de futebol, em estado de abandono.

O maior movimento na agrovila II, se comparado às demais agrovilas, é explicado especialmente por ela estar localizada no centro do Taquaral, fato que facilita o deslocamento, no momento de reuniões, por exemplo, tanto dos parceiros que se encontram ocupando os lotes de produção na agrovila I quanto daqueles que vivem nos lotes de produção da agrovila III. No entanto, mesmo sendo a agrovila II a mais desenvolvida se considerada a estrutura física, não há famílias de parceiros ocupando os 122 lotes de moradia. Praticamente todos eles se encontram ainda no estágio em que o INCRA os entregou. Somente em dois deles observamos mudanças, ambos doados pelos proprietários para que neles fossem instaladas as sedes de duas igrejas.

Quanto à agrovila III, a maior do assentamento em área, ocupando 92, 2589 hectares, em sua infra-estrutura também não observamos grandes mudanças desde o período inicial, acompanhando o quadro apresentado pelas demais. Nela encontram-se instaladas uma escola, onde funciona o ensino de primeira a quarta série e duas igrejas, sendo que estas, como também ocorreu na agrovila II, estão localizadas em lotes de moradia doados pelos parceiros e não na área reservada pelo INCRA para a instalação das sedes destinadas à religião. Somente em um dos 13 lotes comerciais encontra-se instalado um filho de parceiro e em todos os 155 lotes de moradia não há famílias residindo.

A única diferença em relação às outras agrovilas é que nesta a Prefeitura de Corumbá efetuou o desmate nos lotes de moradia, em virtude de um acordo estabelecido entre os assentados e o governo municipal. Pelo termo desse acordo, firmado em 1998, os parceiros da agrovila III transferiram parte de sua área para a Prefeitura de Corumbá, para que ela a urbanizasse e lá instalasse uma indústria de fécula. Com o acordo, a área da agrovila III passaria pela seguinte mudança: cada parceiro cederia três mil dos quatro mil metros de que possuía em seu lote de moradia. Em troca, a Prefeitura se comprometia a instalar, no prazo de dois anos, a infra-estrutura básica nos pequenos lotes, ou seja, rede de água, de energia, efetuar a abertura de estradas e, especialmente, industrializar a área que recebeu dos assentados. No entanto, durante o período de nossa pesquisa, nada fora executado pela Prefeitura. O resultado disso foi o descontentamento dos parceiros com o não cumprimento do acordo, passando eles a reclamarem a área de volta, para tentar negociar com o governo estadual a instalação de uma escola com ensino técnico agropecuário. Esse desejo mostra-se como uma estratégia não só no encurtamento das distâncias para os estudantes, filhos de assentados, que se interessa por esse tipo de estudo

e que hoje precisam se deslocar para a capital do estado, Campo Grande, a 418 quilômetros de Corumbá. A ela está associada a tentativa de permanência no Taquaral, uma vez que junto com a escola poderia vir o desenvolvimento de pesquisas voltadas para viabilizar novas alternativas de produção para os lotes.

Nos lotes de moradia nas agrovilas temos o abandono, ao contrário do lote de produção que, como veremos na primeira parte do Capítulo IV, mesmo com toda espécie de dificuldade, especialmente aquelas referentes à qualidade dos solos e à falta de água, os assentados têm procurado organizar de forma adequada às suas necessidades de vida e de trabalho. O abandono reflete, por um lado, a falta de um diálogo entre o Estado e as famílias que foram assentadas, no momento da idealização da estrutura do projeto e, por outro, o absoluto descaso do Estado em cumprir a promessa, implícita no projeto, de instalar as agrovilas com todos os recursos previstos. Esse fato evidencia que o projeto das agrovilas idealizado pelo Estado era lindo no papel, mas nele esqueceram da vida, da rede de relações e das tradições de que os assentados eram portadores.

O olhar dos assentados sobre o projeto das agrovilas: a primeira contradição

Com a finalidade de discutir o projeto das agrovilas, ocorreram algumas reuniões entre o INCRA e os representantes das famílias nos anos de 1989 e de 1990, quando a estrutura do Taquaral estava sendo discutida. O problema é que essas parecem ter sido reuniões que visavam apenas validar um projeto já existente, uma vez que o INCRA já contava com um projeto definido. Nas reuniões, as famílias assinaram documentos onde manifestaram o aceite pelas agrovilas. O INCRA passou então a implantar o projeto que já planejara. O que se deu foi a elaboração de um projeto considerado ideal para a área do Taquaral e só depois ele foi trazido para a discussão, com o objetivo único de sua aprovação. Com ele, o INCRA buscava resolver problemas relacionados especialmente à inadequação dos espaços que desocupa para o assentamento de famílias. A exclusão de parte dos interessados do debate parece seguir a própria história da criação do Taquaral, quando o INCRA, conhecedor das condições desfavoráveis para a agricultura naquele lugar, ainda assim transferiu para lá pessoas que desejavam plantar a terra e dela retirar o sustento de que necessitavam. Colocou-as em um lugar onde não poderiam fazer o que desejavam. O projeto das agrovilas seguiu essa lógica, deixando de lado os

agentes principais, as famílias que lá se encontravam acampadas à espera dos lotes. O que ocorreu com o projeto das agrovilas foi uma espécie de pressão para a sua aceitação. Para que a aceitação fosse possível, desenvolveu-se um trabalho de persuasão junto às lideranças com a finalidade de convencê-las, para que propagassem entre os companheiros as vantagens de morar em um espaço como o das agrovilas. Ao final da discussão, os assentados não tiveram escolha, senão aceitar as agrovilas. Porém, no momento da entrega dos lotes, parte das lideranças e a grande maioria das famílias decidiram pelo lote de produção, abandonando o projeto do Estado. Havia uma divisão de opiniões entre as próprias lideranças, como podemos observar no relato de um dos líderes:

A idéia seria até boa, porque na proposta que eles lá do INCRA deram, é que nessas agrovilas nós teríamos água encanada, energia, escola, posto de saúde, até mesmo um clube de dança, estradas, uma pracinha e situações para dar condições à dona de casa de ter uma casa com água e às crianças ter escola perto da casa. A proposta até era boa, só que eu fui um dos que foram contra as agrovilas, porque minha mulher não é uma mulher de cidade. Ela gosta de criar galinha, criar porcos, mexer com horta, plantar e tudo mais. E quando eu disse para eles lá do INCRA que eu era contra as agrovilas, eles disseram para mim que eu era contra até a minha esposa, porque ela precisava de uma casinha com energia e água, porque na propriedade não iria chegar essas benfeitorias tão cedo, e nas agrovilas sim, porque era um compromisso do INCRA. Assim as crianças não precisariam andar muito para chegar até a escola. Aí, com essa conversa, decidiu-se pelas agrovilas, que só foram loteadas, não foi feita nenhuma estrutura. A escola só foi agora, depois de anos de assentamento, que veio fazer essas escolas ali e nunca ninguém que mudou para as agrovilas. Alguns mudaram para a agrovila lá em baixo, aquela agrovila I, mas mudaram para lá porque não tiveram outro jeito, porque os sítios deles, daquela área, são alagados e eles não tinham como morar no lote maior (JOSÉ LIMA. 50 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

Pela fala de José Lima, líder de um dos grupos de famílias na época da divisão do Taquaral, notamos como se encaminhou a discussão com as lideranças quando da decisão sobre a infra-estrutura do Taquaral. A forma como o Estado excluiu as famílias no momento da decisão de como seria a infra-estrutura do assentamento, demonstra o poder que ele detém e como o exerce sobre grupos marginalizados socialmente. O espaço do Taquaral deveria seguir as necessidades do Estado, que usou seu poder político na busca de uma solução para seus objetivos próprios. Isso demonstra que a divisão do espaço no Taquaral seguiu o que Lefebvre nos indica, uma apropriação e uma divisão

desigual que beneficiam a classe que está no poder. Não houve lá um espaço pensado, planejado e dividido em razão do assentamento definitivo de famílias, conforme suas necessidades e suas aspirações, mas sim um espaço articulado conforme as necessidades do Estado. Os assentados estavam vinculados, por sua necessidade em obter terra e como poderiam tomar decisões sobre a forma desejada para a divisão e infra-estrutura no Taquaral se o poder para fazer isso estava sob o controle total do Estado? Havia uma organização articulada dos trabalhadores, usada para fazer valer seus desejos, mas havia, antes de tudo, o projeto já planejado pelo INCRA. O resultado final foi que o poder do Estado se sobrepôs ao das famílias. Daí entendermos o fato do espaço ser elaborado e colocado em prática pela classe dominante, como nos indica Lefebvre. Eis como ele define o espaço:

O espaço não se pode dizer que seja um produto como outro qualquer, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, é o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda a produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. [...] O espaço constituiria, pois, uma espécie de esquema em um sentido dinâmico que seria comum nas atividades diversas, nos trabalhos divididos, na cotidianidade, nas artes e nos espaços criados pelos arquitetos e urbanistas. (1976, p. 34).

Conforme as reflexões de Lefebvre, vemos que o espaço é um instrumento político, no qual se situam diversos sentidos, como as ideologias, a produção e os valores culturais, podendo ser manipulado segundo os interesses da classe dominante e do Estado. Por constituir esses elementos, o espaço, segundo Lefebvre, pode tanto ser desarticulado e desunido, como também organizado e unido pelo poder. Isso é fato no Taquaral, uma vez que a divisão do espaço do assentamento partiu do interesse do Estado e não dos sujeitos que fariam uso do espaço, no caso, os assentados.

Diversos foram os recursos que cotidianamente o Estado utilizou para impor seu domínio sobre o espaço do Taquaral. Na fala de José Lima, vemos a forma de convencimento adotada pelo INCRA: a apelação em relação à família, com o uso de elementos voltados para a satisfação da mulher, como ter uma casa onde houvesse energia elétrica e abastecimento de água. No entanto, quando do recebimento do lote de produção, esses elementos não foram suficientes para garantir a substituição do projeto inicial da companheira de José Lima e de muitas outras mulheres e homens, desejosos de viver no lote de produção e não em lotes menores, e em associação à forma de vida nas cidades. Desejavam

reconstruir o estilo de vida de que eram portadores e, sobretudo, encontrar uma forma de viabilizar a ocupação do lote, sem a necessidade de trabalharem em outro espaço. Dedicando-se exclusivamente ao lote poderiam olhar, cuidar do que é seu: a casa, as plantações, as criações. Esse olhar tem sentido de cuidado, de domínio e, sobretudo, de conciliação entre o trabalho e a vida familiar no mesmo espaço. Isso fez com que no Taquaral ocorresse a desarticulação do espaço planejado pelo Estado. Porém, as famílias desconheciam o fato de que, nos lotes de produção, viveriam uma luta incansável para rearranjar aquele espaço, visando tornar suas terras produtivas, pois as terras, que a princípio pareciam boas, com poucos anos de uso mostraram-se inadequadas para a agricultura.

Em suas falas os assentados nos mostram que falar de um projeto como o das agrovilas, leva a tratar de outros tantos que ocorreram na construção do Taquaral. Trazem à cena o tripé de contradições que se fez presente na implantação do assentamento: o projeto arbitrário das agrovilas, a qualidade do solo e o tamanho dos lotes.

No que diz respeito ao tamanho dos lotes, a Agrária Engenharia e Consultoria, responsável pelo Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA – publicado pelo INCRA) sugeriu que no Taquaral fossem assentadas 328 famílias e não as 394 que foram instaladas. Orientou ainda para que a área dos lotes de produção, localizados na agrovila I, variasse entre 29 e 37 hectares, em virtude da má qualidade do solo, que nesse caso, seria ocupada com pecuária. No entanto, acabou prevalecendo a área média de 16 hectares.

O problema torna-se então mais delicado porque não se limita ao projeto das agrovilas, mas engloba, paralelamente, o todo da infra-estrutura do Taquaral. Daí percebermos que as opiniões contrárias entre os líderes eram motivadas pelas dificuldades que a área do assentamento apresentava. Havia quem defendesse as agrovilas, por temer que no Taquaral ocorresse o que já vinha acontecendo em outros assentamentos do município, como o Tamarineiro I e o Urucum, onde o abastecimento de água era fator de constante discussão. Por outro lado, havia os líderes que defendiam um projeto que não fugisse à forma como estavam habituados a viver. Como já demonstramos no Capítulo II, as famílias assentadas no Taquaral vinham de uma prática agrícola de outras regiões de Mato Grosso do Sul e mesmo de outros estados, e por isso nutriam o pensamento de que na terra, no lote de produção, poderiam conjugar vida e trabalho.

No cotidiano das famílias hoje assentadas no Taquaral, o desejo de conquistar um lote de terra foi construído com base na referência da família com

o espaço rural. A terra era vista e ainda hoje o é, como o lugar que possibilita a reprodução da família. Por isso a luta para sua conquista ter sido engendrada a partir das necessidades do grupo familiar e não dos desejos individuais de seus membros.

O modo de vida das famílias, diferente do projeto do Estado, gerou contradições que se iniciaram na própria desapropriação do Taquaral, culminando com a divisão do assentamento. Observamos que ao final de todo o processo de divisão do Taquaral, o Estado acabou por privilegiar primeiro o assentamento de famílias, sem haver uma preocupação maior de como seriam assentadas. Ao final de toda a discussão, as famílias, já cansadas dos anos de acampamento, concordaram com o tamanho dos lotes e também com as agrovilas, a maneira encontrada para encerrar a discussão e terem, enfim, o seu lugar. As agrovilas foram aceitas na organização do Taquaral, mas recusadas na organização de vida das famílias. Foram criadas pelo Estado, estão lá, mas constituem-se em espaços vazios. Percebemos assim que as formas como as famílias encontram-se organizadas hoje no Taquaral, tiveram suas origens no modo como nasceu aquele assentamento, levando-se em conta unicamente o projeto do Estado. Poderíamos até questionar o fato de as famílias terem aceitado, para o assentamento, uma estrutura que não as atendia, já que entre elas havia uma organização e uma luta de muitos anos. No entanto, quando analisamos suas histórias, notamos que não se tratou de falta de organização ou de passividade por parte delas, mas de cansaço, em virtude de anos de privações e do desejo de poder, enfim, construir cada qual o seu lugar.

As famílias desejavam um lugar, não mais importando a forma como seria esse lugar. Ao final de todo o processo de desapropriação de áreas e de implantação do Taquaral, mesmo durante o impasse das agrovilas, que estava impedindo a continuidade da divisão do Taquaral, as famílias não tiveram outra alternativa senão aceitar o projeto planejado pelo INCRA.

Contudo, da mesma forma que o INCRA usou subterfúgios para validar seu projeto, dando um formato democrático a uma proposta que não considerava a participação das famílias, submetendo-o à aprovação após sua elaboração, as famílias, diante de tal imposição, também lançaram mão de estratégias para, ao final, realizarem o projeto que planejaram para si. As estratégias residiram no aceite das agrovilas no momento da discussão, como forma de encerrar essa fase e assim acelerar o processo de divisão dos lotes, que estava parado, em virtude do embate entre os diferentes projetos. Porém, as famílias estavam conscientes de que no momento da entrega dos lotes de produção, elas passariam a conduzir o processo. O espaço das agrovilas foi

articulado pelo poder do Estado, mas acabou por ser recusado pelo modo de vida desejado pelas famílias. Elas não tiveram poder para mudar o projeto que previa lotes pequenos, inadequados para o que desejavam, no entanto, mostraram que o projeto deveria ser conduzido por elas e não criado pelo Estado. Deu-se então a desarticulação do espaço criado pelo Estado.

Se é no espaço que se produzem as ideologias, a cotidianidade e os valores culturais, como nos diz Lefebvre, temos então a aceitação ou não pelo espaço planejado pelo poder. No Taquaral, os valores culturais dos assentados parecem ter sido os elementos fundamentais para a desarticulação do espaço criado pelo Estado. Não se tratou, pois, de uma aceitação pacífica das agrovilas, mas de uma estratégia para a organização do espaço na forma como desejavam.

Diversas são as falas que nos relatam como elas vinham construindo seus projetos, elementos que serviram para movê-las na ocupação dos lotes de produção e não daqueles destinados à moradia nas agrovilas. Vejamos a fala de Isabel:

A maioria das famílias estava com muitos anos de uma vida oprimida, esperando por terra, vivendo debaixo de uma lona, esperando uma terra tão desejada para poderem trabalhar, para produzir. Então, eu acho que todos que foram para os lotes, foram porque queriam abrir o lote, queriam ter uma vaca, queria que o lote ficasse bonitinho. Ficar lá na agrovila em cima de um pedacinho de terra, seria ficar quase que na mesma situação de antes, na situação de acampado, e o lote ficaria abandonado. Eu mesma, no meu caso, eu fui desde o começo contra a agrovila, porque eu imaginava assim, que se você tem um sítio, você tem que estar dentro desse sítio. No meu caso aqui, nós levantamos às quatro horas da manhã para tirar o leite, você já pensou se eu morasse na agrovila? Eu teria que arrear uma carroça às três da manhã para chegar aqui às quatro horas, para tirar leite. E quantas vezes aconteceu da vaca estar para dar cria e a gente ter que acordar umas quantas vezes durante a noite para dar uma olhada. Se dá algum problema na hora do bezerro nascer, você está ali, em cima, vendo tudo para solucionar. Agora pensa, se eu estivesse morando na agrovila, eu acabava perdendo as criações. Eu acho que quem inventou esse projeto de agrovilas não pensou na necessidade de quem mora na roça. Nós, quando saiu o lote definitivo, viemos para o nosso lote, mesmo enfrentando a falta de água, de estradas, a falta de tudo. (ISABEL. 36 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

Condições para produzir e poder construir e cuidar do espaço desejado parece ter sido os elementos-chave que conduziram as famílias a tentar organizar todo o complexo de vida e de trabalho no lote de produção. Isabel não concebe uma outra organização para o homem que quer viver na e da terra,

senão aquela de ocupar um único lugar com o trabalho e com a organização da moradia. Foi isso que a levou, juntamente com outras famílias do Taquaral, a recusar o projeto elaborado pelo Estado. Ocorreu ali o que D’Incao e Roy nos mostram em seu estudo com assentados no interior do estado de São Paulo, onde a escolha pelos lotes de produção indica autonomia: “cada um se queria autônomo, livre em seu tempo e em seu esforço. Eles não queriam mais depender senão deles mesmo. E elaboravam a partir daí seus projetos” (1995, p. 28).

No Taquaral, as agrovilas representavam uma continuidade na forma de vida dos acampamentos, em virtude da proximidade das casas, sistema que as famílias desejavam ver extinto. Além disso, as agrovilas as deixariam a todo instante no meio do caminho, em dois espaços diferentes. Como ocupar dois espaços separados geograficamente se é preciso estar constantemente em ambos? Isabel nos conta que era preciso olhar pelo lote de produção no momento do plantio, da colheita e especialmente no cuidado com os animais domésticos, que são as alternativas de sobrevivência para muitas famílias, seja pela venda do leite, seja pelo consumo dos ovos e das carnes, o que mostrou ser uma das grandes preocupações na escolha do lote de produção. Esse olhar se estendia à necessidade de verificar se havia água suficiente e era preciso atender aos animais na hora do nascimento, o que seria impossível caso optassem pela moradia em agrovilas. Enfim, o lote de produção viabilizaria o “estar sempre olhando”, o “dar uma olhada” de que nos fala Isabel, que têm sentido de cuidado, de zelo, de necessidade essencial para quem mora na roça, senão “a pessoa não progride”.

O fato de os lotes de moradia estarem localizados distante dos lotes de produção inviabilizaria “qualquer olhada” mais atenta e isso acabaria refletindo no insucesso com as pequenas criações, que ficariam sem os cuidados mínimos necessários. E quanto ao tempo destinado ao deslocamento entre o lote de produção e o de moradia? As famílias teriam que usar parte do dia só para o deslocamento de um espaço a outro.

Compreendemos então o fato de as agrovilas serem vistas como espaços de não-trabalho, em virtude do pequeno tamanho dos lotes de moradia, que não permitem a associação de trabalho e de descanso. Caso optassem pelo lote de moradia nas agrovilas, como os assentados tratariam os bichos no horário dito de descanso se eles estariam nos lotes de produção? Como fabricar um cabo de enxada se a árvore estaria no outro espaço? Como consertar uma cerca, uma vez que tudo estaria separado? Essa separação, além de tomar-lhes tempo no deslocamento de um ponto a outro, atrasaria os pequenos serviços. Por

outro lado, estariam sempre cansados, em virtude da caminhada que teriam de empreender de um lote a outro, o que lhes consumiria um tempo de trabalho.

Há ainda um outro agravante: a separação do lugar de morar daquele de produzir criaria facilidades para as pessoas se tornarem acomodadas. Como pensar em deslocar-se de um lote a outro nos dias de chuva ou de muito calor, especialmente para aqueles que têm longas distâncias a percorrer entre o espaço da moradia na agrovila e o lote de produção? Vejamos o que pensa a esse respeito um representante daquelas famílias que ainda hoje residem no espaço das agrovilas:

Na verdade, morar aqui na agrovila, acabou que me atrapalhou bastante, porque se eu estivesse no lote, eu teria mais condições. Agora lá, no lote, tem até energia elétrica. Eu procuro trabalhar no lote, que fica uns dois quilômetros aqui da agrovila, mas eu vejo que mesmo tendo meu lote aqui perto, às vezes eu levanto assim meio tarde e aí eu penso que eu tenho ainda que ir até lá. Se eu estivesse morando nele, eu já estaria no lugar do trabalho para fazer alguma coisa (ZÉ CARLOS, 44 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

Na vida daquelas famílias que decidiram pelo lote de moradia na agrovila, percebemos que o fato de não associarem o lugar de trabalho ao lugar de moradia, acaba por atrapalhar o andamento das atividades no lote de produção. Zé Carlos apresenta este fato como um dos elementos que impedem a melhoria na organização de seu lote de produção. Entendemos então a decisão da maioria das famílias de mudarem, de construir suas moradias no lugar de trabalho, no lote de produção. Mesmo aquelas que a princípio, por falta de alternativas, ocuparam os lotes de moradia na agrovila I, acabaram encontrando estratégias para mudarem para o lote de produção. A agrovila I voltou a ficar vazia, havendo hoje somente seis famílias nela instaladas, tornando-se um local de pouca utilidade, onde poucos são os moradores. Nos lotes de moradia existe, como Zé Carlos conta, menos movimento que nos lotes de produção. Isso nos leva a concluir que o jeito de viver não se reduz unicamente a um poder externo às pessoas, que no Taquaral o Estado tentou impor, mas é construído com base em uma prática social.

O Estado tentou, no Taquaral, seguir a distribuição do espaço segundo normas que considera ideal para diminuir seus custos. Concordamos com Lefebvre quando afirma que o espaço depende de interesses divergentes e de grupos diversos, que acabam por unir ou desunir esse espaço. A classe dominante acaba dispendo de um duplo poder sobre o espaço, representado

pela propriedade privada do solo e pela propriedade da totalidade, ou seja, o conhecimento, a estratégia e a ação do Estado. Por isso há a concepção do espaço como algo abstrato e imediato. O espaço abstrato diz respeito àquele concebido, global e estratégico. Já o espaço imediato está voltado ao percebido, ao vivido, ao esmigalhado e ao vendido. Em ambos acontecem conflitos e contradições, que são inevitáveis e são visíveis em planos e em projetos de uma força poderosa no espaço, denominada por Lefebvre como os negociantes do espaço. Assim, a produção espacial está sob o comando de grupos particulares que dele se apropriam, a fim de explorá-lo e administrá-lo.

Por isso entendemos o questionamento de Isabel, quando observa que o projeto das agrovilas não refletia a realidade de quem sempre viveu no campo, daquelas famílias que planejavam viver na e da terra. As agrovilas foram espaços pensados pelo Estado, mas não idealizados pelas famílias. Daí sua recusa em aceitá-las, uma vez que era uma forma estranha àquela vivida no momento anterior ao assentamento, estranha à sua identidade.

O processo identitário que envolve as famílias assentadas no Taquaral encontra-se apoiado em um eixo que perpassa pela memória das lutas passadas de cada um, nas experiências vividas em grupo e nas tradições históricas e culturais de que são portadores. Daí a necessidade de pensarmos o indivíduo e sua relação com o outro, como observa Borges:

[...] trabalhar a identidade seria trabalhar, não só com aquilo que define a condição humana do trabalhador sem-terra, mas, sobretudo, com o elemento de sua própria capacidade de identificar-se como ser capaz de estabelecer relações, colocar nelas sua subjetividade e, interagindo com outras subjetividades, reagir a, ou reconstruir novas relações objetivas impostas pela sociedade em que vive (1997, p. 22).

Nesse exercício devemos considerar as homogeneidades e as diferenças:

Ao pensar identidade, não podemos, pois, pensar apenas em termos das homogeneidades, mas também em termos da distinção, da diferença que se expressa e que traduz a riqueza da experiência do ser humano. É do confronto com o alter que surge a consciência do ego, donde resulta que só poderemos trabalhar a identidade dentro de um contexto social em que se privilegie o homem na sua complexidade, enquanto individualidade e enquanto ser social, portanto, ser de relações (BORGES, 1997, p. 24).

Devemos considerar especialmente que a identidade se constrói por diferentes processos, “de graus maiores e menores de coesão interna, não

supondo uma homogeneidade; e é fruto também de processos concretos de enfrentamento, em que opositores vão sendo identificados e relações de alteridade estabelecidas” (FRANCO, 1992, p. 2). Ou ainda, seguir os antigos, porém ainda atuais ensinamentos de Rousseau: “para estudar o homem, importa que a vista alcance mais longe; impõe-se começar observando as diferenças para descobrir as propriedades” (1999, p. 253).

Nas análises das histórias das famílias assentadas no Taquaral, o processo que envolveu o percurso de cada uma até lá chegar é o elemento fundamental para a organização no pós-assentamento. A identidade daquelas famílias com a terra, com um modo de vida voltado para um espaço que conjuga vida e trabalho, mostrou ser o elemento definidor da escolha por viverem no lote de produção e não no lote de moradia nas agrovilas. Por isso entendemos que essa escolha está ligada à concepção de vida anterior. Daí a opção que fizemos por observar a história de cada família, reconhecendo a existência de uma completa relação entre memória e identidade, uma vez que, como nos aponta Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (1992, p. 204). Por isso concordamos com Chauí quando nos mostra que a memória confere sentido ao passado, estabelecendo uma relação com o tempo presente: “a memória não é um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado” (2001, p. 130).

Se a memória pode se constituir em fonte reveladora de um modo de vida passado, entendemos então a relação que as famílias fazem entre o modo como viviam com aquele que hoje desejam reproduzir no Taquaral. Ao estabelecermos uma associação entre memória e identidade, acreditamos contemplar a experiência vivida pelas famílias e assim melhor compreender sua recusa em relação às agrovilas, elucidando as contradições existentes no Taquaral entre a prática do Estado e os interesses dos assentados.

Descompassos entre o projeto dos assentados e projeto do Estado

Na problemática que se criou entre o projeto do Estado e o querer dos assentados no que concerne à moradia no lote de produção, após o assentamento definitivo, que aconteceu após um longo período em que as famílias estiveram *perambulando* de um lugar para outro, gradativamente nasceu o sentimento de pertencimento a um lugar. Lugar que desejavam ser definitivo, mesmo que

as terras do Taquaral não tivessem exatamente as características desejadas no momento em que se engajaram na luta por terra.

O espaço do Taquaral foi projetado pelo Estado, manipulado por ele, desde quando o criou de forma arbitrária. No entanto, segundo Lefebvre (1976), o espaço encontra-se ligado a uma prática social, sendo construído a partir do vivido. Desse modo, percebemos a recusa pelas agrovilas e a construção que as famílias efetuaram do espaço que desejavam, já que elas eram oriundas de uma prática agrícola onde viviam e produziam em um único espaço. No Taquaral esse foi o espaço que buscaram criar. As agrovilas foram criadas pelo Estado, sendo recusadas pelos assentados, permanecendo hoje como espaços esquecidos.

Para os assentados, a estrutura do Taquaral, deveria seguir o modelo tradicional da vida no campo, ou seja, estruturado em lotes de produção que são ao mesmo tempo de moradia, formando pequenos sítios localizados ao longo das estradas. No centro do assentamento haveria um núcleo comunitário para instalação das igrejas, escolas, posto de saúde e área de lazer. Esse núcleo serviria para reunir todas as famílias, não havendo a necessidade de outros locais de organização comunitária. Além disso, o núcleo abrigaria algumas casas comerciais para atender às necessidades imediatas dos assentados,⁴¹ o modelo que acabaram por construir na agrovila II, abandonando as demais. Esse desejo demonstra-nos que o espaço é construído com base em expressões culturais ligadas ao modo de vida camponês. No Taquaral deparamo-nos com elementos dessa cultura: a forma como a família desejava organizar suas vidas mostra traços desse modo, uma vez que a terra é vista como fonte de vida, de trabalho e de reprodução. Ansiavam por plantar, criar uma vaquinha⁴² para ter o leite para as crianças e o trabalho e a manutenção da terra continuada por intermédio dos filhos.

Dizemos que os assentados carregam consigo elementos que os caracterizam como camponeses por observarmos a associação entre o modo de vida tradicional que no Taquaral desejavam reproduzir, e as exigências de um novo modo, solicitando mudanças na produção e na produtividade e que os tornam submetidos ao Estado e ao mercado. No entanto, concordarmos

41 A forma de organização desejada pelos assentados do Taquaral reflete aquela mostrada por Queiroz (1973) e por Candido (1998), na qual existem os sítios e o convergir periódico para o núcleo central, onde se dá a sociabilidade das famílias.

42 Na concepção de Farias, a *vaquinha* é um termo simbólico, que representa o animal que fornece o alimento para as crianças e não um animal para garantir a acumulação capitalista. O uso do diminutivo mostra a intenção do sustento e não da ampliação do rebanho destinado a corte. “A ‘vaquinha’ está ligada ao assentado, ao pequeno agricultor, ao antigo camponês e o ‘gado’ está ligado ao fazendeiro, ao pecuarista” (2002, p. 181).

com Woortmann (1990) quando diz que o mercado pode até dominar os camponeses, mas ainda não consegue organizá-los. É o velho e o novo ou, como Farias (2002) assevera: o arcaico e o moderno sendo recriados pela memória das famílias na definição de seu projeto futuro.

Wanderley nos adverte que o camponês tradicional encontra-se recriado no que hoje chamamos de agricultor familiar moderno. É aquele que ao mesmo tempo em que é proprietário dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento. Vejamos como a autora expõe essa questão:

O campesinato, mesmo que tenha perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Pode-se identificar, portanto, em diversos países na atualidade, setores mais ou menos expressivos que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir quanto em sua vida social. (1999, p. 34).

Segundo Wanderley, o agricultor familiar moderno não rompeu totalmente com as formas anteriores de produção, fato que permite que se adapte mais facilmente às novas exigências da sociedade. Modificações na forma de produzir e na vida social são algumas dessas novas exigências do mercado atual, mas ainda existe uma continuidade na relação propriedade, trabalho e família. Por isso a autora observa que os novos personagens, os agricultores familiares modernos, são, na verdade, o resultado da continuidade do camponês tradicional modificado.

Klaas Woortmann (1990, p. 12) nos fala desses personagens como camponeses, aqueles que têm a terra como um patrimônio de família, onde se realiza o trabalho que constrói a família, não sendo, por isso, visto como uma “simples coisa ou mercadoria”. O trabalho, que segundo o autor, tem um valor ético, propicia o sentido de patrimônio. Os pequenos sítios não trazem o significado de terra de negócio, mas de sustento da família, que se realiza por meio do trabalho – é a construção da terra de trabalho. Por isso o sítio ser visto como “resultado do trabalho e o lugar do trabalho por excelência” (1990, p. 31).

No Taquaral, o que os define não é só o ideário camponês que trazem consigo, mas o que são hoje, como estão construindo seu estilo de vida. Para se manterem, os assentados do Taquaral enfrentam novos desafios: é comum encontrarmos hoje o assalariamento de membros da família, mas isso não representa segundo Wanderley, a desagregação da agricultura camponesa, mas, antes, é uma das estratégias para viabilizar a reprodução da família e assim criar condições de manutenção e de produção no lote de assentamento.

Isto faz parte do esforço do mundo camponês de que a autora fala, o desejo de “construir um território familiar, um lugar de vida e trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para gerações posteriores” (1999, p. 44-45). Fica então a seguinte questão: como encarar a concepção do lote, da produção e da vida gestada no assentamento? Pode ela expressar um agricultor familiar moderno ou o tradicional?

No cenário atual do Taquaral, vemos os desejos realizados com base no lote de produção. Isabel nos conta que, com o lote de produção, buscava maior liberdade de organização. Caso escolhesse as agrovilas, teria que enfrentar limites, quer para as criações, quer para o sossego das próprias pessoas, e isso tiraria a liberdade desejada. Os assentados não queriam apenas conquistar a terra, mas nela poder trabalhar e desenvolver seu projeto de vida da forma que almejavam, tendo em um único espaço tudo o que necessitavam. Por isso entendermos a observação de Sartre (1987, p. 177) quando nos diz que “o homem define-se pelo seu projeto”, e os projetos criados pelos assentados para o Taquaral foram construídos com as imagens do passado, de um estilo de vida que desejavam reproduzir naquele lugar. Para recriar esse estilo de vida, em virtude das condições do solo, precisaram readaptá-lo às condições do novo lugar. Daí o fato de observarmos que as agrovilas não faziam parte de seus projetos e os obrigariam a um novo aprendizado, uma vez que haveria os barulhos decorrentes da proximidade das casas e mesmo da criação de pequenos animais, que certamente ultrapassariam os limites de cada lote e interfeririam no sossego da vizinhança. Esse era um aprendizado que muitas famílias, que no Taquaral foram assentadas, não se dispuseram a enfrentar.

Foi o projeto voltado ao lote de produção que os levou, a partir da entrega dos lotes, a não ocuparem o lote de moradia na agrovila. Observamos que os lotes das agrovilas, para muitas famílias, estavam associados a lotes urbanos, sem espaço para hortas, animais domésticos e, especialmente, sem espaço para a tranquilidade típica de quem vive no meio rural. O mundo urbano, a forma de vida urbana, tendo como característica principal a proximidade entre as residências, é uma situação que repudiam e não querem para si.

D’Aquino (1997a) expõe esse desejo quando relata a realidade das famílias instaladas no Assentamento Reunidas, no interior do estado de São Paulo, que viam o lote de produção como um espaço de reprodução da família. Nele, o projeto de cada assentado volta-se à possibilidade de organização e construção do próprio lugar que ocupam para viver com a família, delimitando o espaço ocupado pela casa, pelo barracão, pela horta, pelo galinheiro e pelo estábulo. Acalentam também o sonho de reunir a família em um único

espaço, evitando o seu total desmembramento, mesmo que alguns membros tenham que se assalariar em tempos de pouco trabalho na propriedade ou de dificuldades com a produção.

Esse novo lugar representa a possibilidade de reconstruir a vida num processo organizado, representado pelo que D'Aquino nos indica como o conjunto complexo que envolve o espaço de relações com a terra mãe, estendendo diversos tipos de vínculo:

[...] envolve um conjunto complexo de relações, desde as da vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o capital. Todas elas marcam o lugar com vias de comunicação, casas, cercados para hortas e galinhas, espaço para os pomares e barracões para a maquinaria e armazenamento do produto, locais de uso coletivo como igreja, salões para festas, rezas e reuniões (1997a, p. 31).

Tavares dos Santos (1991) evidencia outros elementos responsáveis pela preferência dos assentados na construção da moradia no lote de produção. O autor mostra que evitando os espaços das agrovilas, os assentados estariam protegendo suas famílias e dificultando a saída dos filhos, assegurando assim a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento dos trabalhos no lote, risco que as agrovilas, por possuírem características de centro urbano, poderiam oferecer.

No Taquaral houve a instalação de três agrovilas, mas somente a agrovila II, localizada no centro do assentamento, funciona de modo aproximado a um núcleo central, enquanto nas agrovilas I e III não ocorre qualquer agrupamento de socialização, sendo vistos como espaços criados em demasia.

Os anos de acampamentos, residindo próximos uns dos outros, foram suficientes para que os assentados não desejassem novamente morar daquela forma no espaço definitivo de assentamento. Se no acampamento se estabeleceram laços de solidariedade, de ajuda mútua, em virtude de estarem na mesma condição de demandantes por terra, por outro lado, estabeleceram-se situações de desconforto entre as famílias, especialmente pela falta de privacidade, ocasionadas muitas vezes pela proximidade em que viviam.

As falas nos revelam a diferença entre o morar na cidade, que é como consideram o morar nas agrovilas, e o morar no espaço rural: são lugares com modos de vida diferentes. O movimento e o barulho são típicos do meio urbano e por ser interiorizados e reproduzidos pelas pessoas, acabam tornando-se parte do cotidiano dos moradores das cidades. No entanto, esse movimento é visto pelas pessoas oriundas do meio rural como um fator de desassossego e de desconforto; a tranquilidade e a paz estão no campo, naquele recanto em

que é preciso realizar uma longa caminhada para se chegar ao vizinho mais próximo, para se chegar à igreja, à venda e mesmo ao ponto de ônibus. Essa distância, por vezes longa, faz com que se estabeleça um isolamento entre os moradores, no entanto ela é vista como necessária para a tranquilidade de cada família na organização de seu lugar. Ele é o espaço de produção e de reprodução da família. Os quatro mil metros quadrados que compõem cada lote de moradia nas agrovilas do Taquaral não permitem que lá se estabeleça essa organização. Na agrovila os assentados teriam que cercar seus lotes, e os muros os aprisionariam, uma vez que demarcariam claramente os limites que deveriam ser utilizados pela família. Mas como controlar os ruídos que as pessoas e os animais produziram?

O novo lugar foi construído a partir da memória de outros espaços, e por isso carrega todos os elementos constitutivos da vida dessas pessoas: de suas histórias de luta pela permanência na terra, quando arrendatários; da expulsão da terra, quando da modernização da agricultura; da difícil vida nos acampamentos e da busca pela melhoria da terra no espaço de assentamento.

Acreditamos que as reflexões de Woortmann (1990) podem ser aplicadas à realidade do Taquaral, uma vez que o lote de produção, o sítio, é pensado sob três dimensões: comunidade e de parentesco, lugar de trabalho, e conjunto casa-quintal.

Em suas falas vemos que a conjugação de vida e de trabalho dentro de um mesmo espaço é uma característica da vida no campo, da vida de camponeses, o que a torna diferente daquela vivida no espaço urbano. No espaço urbano, parte significativa da população diariamente se desloca de suas residências para os locais de trabalho. As residências ganham significados de locais de descanso, fazendo com que haja uma separação entre local de trabalho e local de descanso, de vida. No espaço urbano há também pessoas sem ou com pouca ocupação, em virtude da falta de postos de trabalho para todas, ou mesmo por parte dessas pessoas não desejarem uma ocupação.

No espaço rural, ocorre uma associação entre trabalho e descanso em um único local. No meio rural dificilmente se fica sem trabalho, sempre há o que fazer, sendo o trabalho, por vezes, confundido com o lazer, ou o descanso com o trabalho. É o exemplo da pausa que se faz no trabalho com a roça após o almoço, momento que deveria ser de descanso, mas que acaba por ser utilizado com o que eles chamam de pequenos serviços: debulhar milho, cuidar de animais e outras pequenas tarefas que são tratadas como serviços e que são realizadas nos intervalos da lida com a roça.

D'Aquino, em estudo com olarias, observou a situação de trabalho ininterrupto para aqueles trabalhadores que moram no espaço das olarias, o que gera “uma situação em que o tempo e o espaço de vida e de trabalho se combinam e se misturam, criando situações extremamente favoráveis à exploração do trabalhador, via prolongamento de sua jornada” (1985, p. 218). Por isso a autora observa, nessa situação, que a morada passa a ser o cativeiro do trabalhador.

No caso do Taquaral, apesar de ocupados durante todo o tempo – seja de dia, com os trabalhos na roça e com os arredores da casa, continua à noite quando, por vezes, precisam cuidar de animais doentes, ou mesmo nos dias de comercialização de produtos nas feiras, momentos em que se dirigem ao centro urbano ainda na madrugada – não se observa nos trabalhadores essa sensação de cativeiro. Lá há um sentimento de liberdade, mesmo que uma difícil liberdade, em virtude das terras impróprias para o cultivo agrícola. É o assentado quem estabelece o que e quando fazer, em virtude de sua condição de detentor da posse da terra. Já não há mais o trabalhar para os outros, como acontece nas olarias estudadas por D'Aquino, o que lhes propicia maior liberdade sobre a organização de seu trabalho.

No Taquaral observamos a fusão e confusão entre espaços e tempo de trabalho. Existe uma espécie de entrelaçamento entre espaços público e privado, espaços de produção e de reprodução e mesmo de vida e de lazer. Por isso o trabalho ser o ponto fundamental na vida de cada parceleiro que deseja estruturar seu lote, tentando fazer com que a vida, difícil pela própria condição da terra, lhe dê possibilidades de poder viver dignamente no Taquaral. Lá ocorre o sentido que Woortmann (1990) evidencia – o trabalho com valor ético e moral. Por isso, observamos que o trabalho para os assentados não é apenas o elemento que propicia o sustento da família, mas também a “forma de provar à sociedade certos atributos morais. Tais atributos dizem respeito à honestidade, à honra e à disposição para o trabalho, valores esses que reforçam sua identidade” (RIBEIRO, 2000, p. 216). Ser trabalhador torna o assentado um homem honrado, portanto, merecedor da terra que conquistou para o sustento de sua família. O tamanho da área cultivada, a forma como é empregado o crédito recebido, o pagamento em dia dos financiamentos e especialmente o tempo de trabalho que cada assentado emprega em seu lote, são alguns dos fatores que o tornam ou não um trabalhador.

Farias observa que para os assentados o trabalho é “um dos impulsos para a operacionalização dos planos para o futuro, já que se trata de uma atividade consciente que poderá resolver situações que dificultam a reprodução familiar”

(2002, p. 257). É por meio dele que poderão concretizar o projeto familiar, que pressupõe, segundo a autora, a idéia de melhoria de vida. Nesse sentido, Ribeiro, considera o trabalho concebido dentro da lógica da família, uma vez que “é no grupo doméstico que seus elementos reconhecem seus lugares no mundo, criam suas identidades e constroem uma união de esforços no sentido da preservação do grupo” (2000, p. 20). O trabalho é, então, o elemento que viabiliza o projeto familiar.

Para essa melhoria de vida as famílias do Taquaral destinam todo o tempo de que dispõem para o trabalho. As conversas com os vizinhos são feitas por ocasião do trabalho na feira e mesmo durante o percurso para até lá chegarem. Como o meio de transporte mais usado é o ônibus, aproveitam esse tempo para colocarem a conversa em dia, para saber como estão seus vizinhos. Fora isto, existe o encontro nos cultos, que também servem de lazer, e mesmo as reuniões realizadas pelo IDATERRA e pela CPT, para a troca de informações relacionadas aos lotes e à vida no assentamento, que acabam sendo espaços de conversação. Daí entendermos a escolha pela morada no lote de produção. É nele que se dá o lugar do trabalho.

No Taquaral, a decisão de morarem no lote de produção não se deu no ato da entrega dos lotes; ela adveio de um modo de vida anterior ao assentamento e no dia do sorteio dos lotes, o pensamento da maioria das famílias estava voltado para a localização do lote de produção. Como a forma de entrega de cada lote do Taquaral foi determinada pelo INCRA mediante o sorteio dos lotes, quando cada candidato passou a ser o responsável por sua própria sorte, uma vez que teria que escolher “o papel” onde se encontrava inscrito o número do lote que ocuparia, houve, naquela ocasião, em cada participante daquele espetáculo, uma grande apreensão. Dependia deles próprios a sorte de serem contemplados ou não com um lote com terras de boa qualidade. Isto se deu em virtude de o INCRA ter desapropriado uma área onde parte das terras era imprópria para a agricultura. Os antigos sem-terra sabiam disso e o temor de cada um deles, no momento do sorteio, estava voltado para o fato de “pegarem o papel” de terras ruins. Leiamos um pouco da conversa que tivemos com Nego e Edite, quando demonstraram seus sentimentos no dia da decisão final, “o sorteio dos lotes”, que demarcou o espaço que cada demandante por terra deveria ocupar no Taquaral:

Nego — O pior dia para nós foi esse dia do sorteio. Eu, até a hora do sorteio, pelejei com toda a minha família para um deles ir lá tirar o bilhete com o número, mas ninguém quis fazer isso. Então fui eu. Quando eu peguei esse lote, eu não conhecia aqui, eu puxei o papelzinho com o número do lote que

seria meu, numerado com o número 167, e não sabia onde ficava localizado esse lote. Então eu peguei o número e já fui para já registrar no livro do INCRA, e ali eu fiquei mais ou menos sabendo que era um lote bom. Eu sei que toda a família ficou curiosa que na mesma hora que acabei de registrar já viemos ver onde ficava, porque a gente precisava saber onde iríamos morar e plantar, se eram terras boas e como era a água no lote. A agrovila era coisa do INCRA e ninguém lembrou daqueles lotes

Edite – Se eu contar a você que nós fomos ver onde ficava o lote da agrovila uns cinco anos depois, você nem vai acreditar. Só que a gente já tinha decidido que nós não iríamos morar nele, então não preocupamos em saber dele. (EDITE – 51 anos e NEGO – 68 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

O casal Edite e Nego expõe a situação vivida no dia da decisão final: nenhum dos membros da família queria ser o responsável pela retirada do papel que definiria para qual área do Taquaral iriam, encerrando assim o período de luta por terra. Depois de tantos anos de acampamento, a definição estava marcada por um simples número inscrito em um pedaço de papel. Mas como adivinhar qual deles era o mais apropriado? Essa foi a norma que o Estado criou para se eximir de qualquer responsabilidade quanto às terras com que cada demandante seria contemplado, uma vez que dependia dele próprio a sorte de “pegar” um lote ruim ou um bom. Esse tipo de metodologia, “o sorteio”, atropela as relações interpessoais e serve, segundo Farias (2002), como estratégia para esfacelar e dificultar a própria organização dos assentados a partir do momento em que são separados os grupos iniciais, aqueles que se formaram no período do acampamento ou mesmo antes, fruto de antigas relações familiares, de vizinhança ou de compadrio. Por isso entendemos que no Taquaral, o sorteio evidenciou o desrespeito manifesto pelos agentes do Estado em relação à rede de relações preexistente.

Os grupos de famílias que se formaram nos municípios de origem, mantidos no acampamento de Dourados e depois no acampamento Santo Inácio, acabaram, a partir do sorteio, sendo desfeitos, esparramando famílias que nutriam laços de solidariedade e mesmo de compadrio já durante longos anos. Depois do sorteio dos lotes, ficaram umas separadas das outras, em lugares diferentes do assentamento, o que inviabilizou qualquer iniciativa de trabalho coletivo no novo lugar. Os laços estabelecidos com os vizinhos pela convivência diária nos acampamentos, nos lotes definitivos, tiveram que ser reconstruídos com os novos vizinhos, sem respaldo em relações preexistentes. É o novo que começa na lama e na areia, calcado em um vazio de relações, em um tonel de esperança: os projetos dos assentados em contraste com o projeto do Estado.

O sorteio aleatório dos lotes criou situações de culpabilidade em cada candidato. No casal Edite e Nego, a decisão de “pegar o papel”, aquele onde estava “marcado” o número do lote, foi uma luta que teve que ser assumida pelo chefe da família. Logo ao retirar o papel com o número, sua primeira preocupação foi saber como seria o espaço desse lugar, sem ao mesmo se lembrar de que juridicamente estava anexado a ele, em outro espaço do Taquaral, um lote de moradia em uma das três agrovilas. Somente a localização do lote de produção parece ter sido a grande preocupação de cada candidato a um lote de terra. A preocupação do casal era saber “onde iríamos morar e plantar”. Era preciso saber onde estava localizado, como seriam suas terras, se nelas havia água, se lá existia mata e se ficava próximo a estradas, condições que propiciaria construir “a morada da vida” (expressão de HEREDIA, 1979).

Pode parecer que a preocupação em relação ao lote de produção estava voltada unicamente para a necessidade de cultivo, mas Edite e Nego nos contaram que ia além. Eles nos falaram de um único projeto, o morar e o produzir em um único espaço. O projeto das agrovilas era do INCRA, não pertencia a eles, não havia sido pensado, elaborado e desejado por eles, e por isso não fazia parte de suas preocupações. Eles queriam era saber do lugar onde fariam não somente as plantações, mas também onde viveriam. A preocupação era com o espaço onde poderiam reproduzir seus valores culturais; por isso, o desapego com relação ao espaço engendrado pelo Estado, que não surgira de um modo de vida, de um espaço vivido, mas fora articulado a partir das relações de poder que o Estado mantinha com as famílias que viveriam no Taquaral.

No momento da entrega dos lotes pelo INCRA, e mesmo anos depois, os assentados não manifestaram qualquer curiosidade em relação aos lotes de moradia nas agrovilas e nem mesmo qualquer preocupação pela inexistência de infra-estrutura nelas. É como se esses espaços não fizessem parte do assentamento, como se não lhes pertencessem, uma vez que não foram idealizados por eles. Hoje entre os assentados vêm ocorrendo uma discussão a respeito das agrovilas, com o intuito de repensar um espaço que se encontra improdutivo, mas ainda há famílias que nem mesmo sabem onde seu lote de moradia se encontra localizado.

O espaço do Taquaral não foi pensado na premissa indicada por Lefebvre, a partir do espaço vivido, uma vez que desconsiderou a história de vida das famílias, que vinham de uma prática agrícola. O Estado não ouviu as preocupações das famílias em relação a um projeto estranho a elas, como o das agrovilas, e nem mesmo considerou a qualidade das terras. Se o INCRA era

conhecedor, como observaremos pelas informações apresentadas no Capítulo IV, da qualidade do solo e dos fatores climáticos da região de Corumbá, ele deveria ter planejado a área do Taquaral com lotes maiores, onde as famílias assentadas pudessem ter condições favoráveis para desenvolver a criação de gado. A grande questão é: o que fazer em uma área de 12 hectares? Como plantar, criar gado, enfrentar a seca e a qualidade do solo em uma área tão pequena? Este é o grande questionamento dos assentados e daí o olhar que eles lançam sobre o espaço das agrovilas, vendo-o não como um lugar de morada, mas de terra parada, enquanto lotes de companheiros possuem uma área reduzida, sendo, por isso mesmo, de difícil organização, visto terem tido que mudar de atividade produtiva, ainda que em condições não muito favoráveis. O que fazer então com os lotes de moradia nas agrovilas? Essa área deveria ser repensada. No entanto, os assentados não desejam apenas a reestruturação do espaço das terras ociosas das agrovilas, mas querem também, como veremos adiante, um repensar sobre o tamanho de cada lote de produção, os quais consideram pequenos para a atividade que lhes restou no Taquaral: a pecuária.

Na discussão que se criou no Taquaral, mesmo sem instalar a infraestrutura planejada para as agrovilas, em virtude, entre outros fatores, da escassez de recursos para tal, o INCRA insistia para que as famílias optassem pelas agrovilas. Porém, essa pressão não foi suficiente para fazê-las recuar em face de seus projetos. O que ocorreu foi que os assentados, com seus próprios recursos, tomaram para si a função que deveria ser do Estado, de instalar a infra-estrutura básica nos lotes de produção. Como exemplo disso, temos o financiamento que fizeram para o abastecimento de água, ao qual já nos reportamos no Capítulo II, quando utilizaram parte dos recursos do PROCERA para estruturarem seus lotes, o que diminuiu ainda mais o valor destinado à produção de culturas. O mesmo procedimento foi adotado com parte da rede de energia; em suma, nos primeiros anos, a infra-estrutura efetuada nos lotes de produção foi construída graças aos assentados, com pouca participação do Estado.

Em face dessas ações, o INCRA percebeu que o projeto do Estado havia sido mal planejado, que os assentados estavam decididos a construir seu espaço no lote de produção. Isto fez com que as ações que hoje lá são desempenhadas pela Prefeitura de Corumbá e pelo governo estadual estejam voltadas para o atendimento ao longo das ruas do projeto. A perfuração de poços artesianos em toda a área do assentamento, estendendo o atendimento com água e energia elétrica para as famílias que ainda não haviam sido contempladas, foi uma das medidas tomadas. Da mesma forma, fez-se a abertura de algumas estradas vicinais, facilitando o deslocamento dos assentados.

No mesmo período, a Prefeitura de Corumbá viabilizou a melhoria nas instalações de ensino localizadas nas agrovilas, onde até então funcionavam escolas instaladas provisoriamente, com estruturas rústicas, de pau-a-pique, construídas pelos próprios assentados, e que foram substituídas pela estrutura em alvenaria.

Para as agrovilas restou a estrutura voltada à educação e à saúde, especialmente na agrovila II, que se encontra localizada no centro do assentamento, por isso o local escolhido para a instalação do posto de saúde. Quanto aos lotes de moradia nas agrovilas, neles não está sendo desenvolvida qualquer ação para que sejam ocupados.

No entanto, fica a seguinte questão: qual seria a decisão das famílias caso as agrovilas estivessem, no momento da entrega dos lotes, com toda a infra-estrutura planejada? As respostas que obtivemos dos assentados foram unânimes: ainda assim não se mudariam. O desejo da maioria deles era por lotes onde pudessem produzir e viver. O que demonstra que o espaço é apropriado segundo o conjunto de elementos necessários à reprodução das famílias, sendo construído a partir das necessidades, das funções e dos objetivos sociais que elas desejavam.

CAPÍTULO IV

Taquaral: Expressão de Recusa, de Encanto, de Desencanto e de Esperança

A minha história e de minha família é uma história sofrida. É também uma história um pouco grande, porque andamos muito nesse Brasil e quanto mais se anda, mais história se tem para contar. Para encurtar, eu vou contar um pouco dela. Eu nasci em Salinas, Minas Gerais, e vim de lá com 11 anos de idade, direto para o Paraná. Depois de alguns anos no Paraná, fomos para o Paraguai e lá ficamos uns sete anos. Lá dava bastante lavoura, que a terra era boa, só que não tinha preço os cereais e lá também não tínhamos direitos. Por isso que quando começou a reforma agrária no Brasil, a gente veio, para pegar terra. Aí começamos de acampamento em acampamento até a gente chegar no Taquaral: primeiro nós ficamos acampados uns anos em Eldorado, depois passamos mais uns anos no Santo Inácio e depois ficamos acampados mais uns anos aqui no Taquaral, esperando os lotes daqui. Viemos para os acampamentos pensando em pegar um pedacinho de terra para sobreviver, para ter condições de cada família criar os filhos, de dar a eles um estudo. Só que aqui, infelizmente, a coisa não está sendo fácil, mas também se vê que não está fácil em outros cantos. Então, temos que lutar e ver se melhoramos. (EDINA. 42 anos. Assentada no Taquaral).

CAPÍTULO IV

Taquaral: Expressão de Recusa, de Encanto, de Desencanto e de Esperança

Neste capítulo, num primeiro momento, observaremos como as famílias assentadas no Taquaral vivem e produzem no novo lugar e, num segundo momento, discutiremos a participação das mulheres na formação desse novo lugar, em virtude de terem sido elas um dos elos fundamentais da luta pela permanência da família no acampamento e nos primeiros anos do assentamento em Corumbá. Hoje, passada uma década da instalação do assentamento, o assalariamento e o trabalho nas feiras livres assumidos pelas mulheres, associado ao trabalho dos homens na produção, têm sido os elementos de manutenção das famílias nos lotes.

As muitas histórias que ouvimos durante o processo da pesquisa de campo permitiram-nos perceber no cotidiano das famílias do Taquaral a presença de sentimentos e de atitudes preponderantes para com o novo lugar: o contentamento, a desesperança e o reescrever o projeto inicial. O contentamento, expressado por aquelas famílias que foram assentadas em lotes com solo propício para o cultivo agrícola, ou por aquelas que já desenvolviam atividades ligadas à pecuária, ou seja, a atividade da cadeia produtiva que oferece maiores possibilidades para a permanência dos assentados nos lotes do Taquaral. Já a desesperança manifesta-se por uma grande parte das famílias lá assentadas, especialmente aquelas que são portadoras de tradição agrícola e que, ao serem assentadas na área, receberam terras de qualidade irregular para esse tipo de atividade, o que somado às adversidades climáticas, costumeiras na região, compromete o sucesso da atividade agrícola, fazendo com que se estabeleçam duas situações: o abandono do novo lugar ou a adoção de uma nova forma de produzir. Por último, se dá o ato de reescrever o projeto inicial, que parece ser a retomada dos projetos construídos na luta e na chegada, adaptando-os às reais condições do local. Discutiremos mais adiante a problemática referente a esses três elementos.

Procuramos entender as histórias dos assentados partindo de uma comparação entre o modo de vida daquelas famílias e os estudos técnicos

que se ocuparam em realizar um mapeamento da qualidade das terras do Taquaral, para assim podermos verificar onde residiriam os fatores do insucesso das famílias no novo espaço de assentamento. Temos como hipótese que no Taquaral ocorreram dois sérios erros, ou equívocos, que refletem na dificuldade de permanência: a área escolhida para o assentamento e o projeto das agrovilas.

O projeto do Estado para o Assentamento Taquaral e a inadequação das terras

Para pensar sobre os equívocos que ocorreram no Taquaral, analisemos o diagnóstico RIMA – Relatório de Impacto do Meio Ambiente, realizado pela Empresa de Consultoria Agrária Engenharia, no ano de 1990, em ocasião anterior à divisão da área em lotes.

O RIMA foi um estudo que buscou, entre outros fatores, observar o zoneamento de uso e as características do solo do assentamento e assim cumprir as exigências determinadas pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul que, como vimos no Capítulo II, decidiu que somente liberaria a área para nela serem instaladas famílias, mediante estudos que comprovassem a aptidão das terras para a atividade agrícola. Os resultados indicaram terras com qualidades regulares para tal atividade. Mesmo assim, o INCRA decidiu pela implantação do assentamento.

Conforme os dados do RIMA, observamos que a área total do assentamento é de 10.013,24 hectares. A área com qualidade regular para o desenvolvimento de atividades agrícolas no Taquaral compreende 6.067,37 hectares, representando 60,59% do total da área do projeto. Já a área para pastagens engloba 358,15 hectares, equivalendo a 3,58% do total da área, e a área de preservação para a flora e a fauna soma 3.587,72 hectares, o que representa 35,83% da área total do projeto. Desse modo, se somarmos a área recomendada para a atividade ligada à pecuária com aquela reservada à preservação ambiental, teremos 39,41% do total da área do projeto composta de solos que tecnicamente não são recomendados para o desenvolvimento de atividades ligadas ao cultivo de produtos agrícolas. Esses números representam parte expressiva da área do Taquaral, o que contrasta com a história das famílias lá assentadas, ligadas a essa atividade. Assim, parte dos assentados, dentre eles, os brasiguaios e os antigos arrendatários, que no momento anterior ao assentamento trabalhavam a terra com o uso de máquinas, podendo ser

classificados como produtores modernos, no Taquaral foram impedidos de produzir segundo seus conceitos de agricultura, o que ocasionou um retrocesso, na sua concepção, quanto ao modo de produzir. Contrasta ainda com a finalidade da reforma agrária, que defende que a base econômica das pequenas propriedades deve ser o cultivo agrícola.

Os indicadores apresentados no diagnóstico RIMA demonstram que mesmo nas áreas do Taquaral consideradas com aptidão regular para o desenvolvimento de atividades agrícolas, encontravam-se limitações, desde a deficiência e/ou excesso de águas, o impedimento à mecanização até a suscetibilidade à erosão. Por isso a orientação do RIMA para o manejo de solo com um nível tecnológico médio, aconselhando que as práticas agrícolas fossem realizadas à base de tração animal. Orientava ainda para a total restrição quanto às práticas agrícolas com aplicação de mecanização, especialmente a motomecanização. Essas limitações deveriam ser consideradas também para as áreas mais apropriadas para pastagens, uma vez que nelas, dependendo do uso do solo, poderiam ocorrer altos índices de erosão, com excesso e/ou falta de água em certos períodos do ano.

A preocupação do INCRA era desapropriar áreas para solucionar a superlotação do Santo Inácio, daí a sugestão, feita no mês de junho de 1989, para que uma comissão de membros das famílias acampadas fosse analisar a área do futuro projeto Taquaral em Corumbá. Essa comissão, desconhecendo as orientações do RIMA, aprovou as terras, especialmente porque naquele ano a média de chuvas fora satisfatória, fazendo com que a vegetação permanecesse verde em tempos de seca, renunciando um aspecto favorável à formação de pequenas propriedades. As poucas amostras de solo que os representantes dos sem-terra recolheram, sem o conhecimento das técnicas utilizadas para a retirada de amostragem de terra para análise laboratorial, apontaram para terras de boa qualidade. Por isso terem aceitado a transferência do Santo Inácio para o Taquaral, movidas pelo entusiasmo de serem finalmente assentadas e, o que era mais importante, em um lugar que, a princípio, pareceu-lhes ser bastante próspero, o que solucionaria o problema de indefinição de anos de acampamento.

A baixa aptidão agrícola das terras do Taquaral foi novamente apontada pelo estudo realizado por uma equipe de pesquisadores da EMBRAPA (VILA DA SILVA, 2000). Nele houve a preocupação em diagnosticar os meios físicos, biológicos e socioeconômicos do Maciço Urucum e adjacências, área do município de Corumbá onde se encontram instalados os seis assentamentos, dentre eles, o Taquaral. Os resultados desse estudo, corroborando aqueles já

diagnosticados pelo RIMA, classificaram a área do Maciço Urucum como uma área do município com baixo potencial agrícola.

Os resultados apresentados pelo RIMA, quando já no ano de 1990, antes mesmo da implantação do Assentamento Taquaral, alertava para a baixa aptidão das terras para a atividade agrícola, com predomínio de terras indicadas para preservação da flora e fauna, terras de pastagem e terras adequadas à agricultura tradicional. Isso significa dizer que são terras com características mais apropriadas para o desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária, quando tomados os devidos cuidados para a manutenção das pastagens, uma vez que mesmo com essa atividade, podem ocorrer índices de erosão do solo.

Os resultados desses estudos nos conduzem à assertiva de que houve falta de compromisso do Estado na busca de uma resolução definitiva do problema das 394 famílias que se encontravam acampadas à espera de terras. O Estado instalou famílias portadoras de histórias de vida voltadas ao trabalho com o cultivo da terra, com emprego de motomecanização, em uma área com terras impróprias para esse uso, levou-as ao fracasso junto à atividade com que se identificavam.

Observou-se, em consequência disso, uma rápida frustração com o novo lugar. Para uma grande parte das famílias assentadas, especialmente aquelas vindas de fora da região de Corumbá, as terras do Taquaral representaram a frustração de um sonho e não o término de um processo de luta por terra, uma vez que, no Taquaral, não conseguiram obter o que sempre buscaram – terra para plantar e para viver. Isso nos leva a perceber nas falas dos assentados a desesperança em relação ao assentamento.

Nessas condições, a distribuição de terra é percebida como algo que o governo faz sem o objetivo de solucionar o problema de expropriação de famílias da terra, mas visando unicamente minimizar a condição em que se encontram, ou ainda para resolver a situação dos acampamentos, em que as famílias acabam por pressionar o governo. Como já observamos no Capítulo I, muitos assentamentos foram implantados em áreas que não apresentam potencial favorável para nelas serem instaladas pequenas propriedades, a fim de atender ao reclamo de trabalhadores por um quinhão de terra de onde possam retirar o sustento de suas famílias, fugindo assim da situação de miserabilidade em que se encontram. O Taquaral, como vimos, seguiu esse padrão, uma vez que a ação do Estado foi a de buscar desapropriar áreas que juridicamente se encontravam em melhor situação para a desapropriação. Isso ocorreu não apenas com o Taquaral, mas também em outras áreas desapropriadas pelo INCRA em Mato Grosso do Sul, como nos assentamentos Casa Verde, localizado no

município de Nova Andradina, e Manjolinho, no município de Anastácio, criados para, juntamente com o Taquaral, desafogar a superlotação de famílias na área do Santo Inácio. Por isso observamos que o Taquaral não foi uma escolha para as famílias lá assentadas, porém, diante da desesperança acarretada pelos anos de acampamento enfrentados por elas, aquelas terras foram aceitas, já que não mais suportavam a falta de perspectivas quanto à desapropriação de terras de melhor qualidade, o que se comprova na explicação da “escolha” por parte dos assentados:

Na instalação do Taquaral, o INCRA teve sua culpa e os parceiros também tiveram culpa. Só que eu faço uma pergunta: a pessoa que hoje está necessitando de um pedaço de terra e está passando fome, passando necessidade em barraco de lona, se ela está oprimida com tantos problemas, por não ter assim a sua autonomia, a sua liberdade, então essa pessoa fatalmente acaba aceitando qualquer tipo de solo? Fatalmente essa pessoa vai pegar qualquer tipo de terra, independente se presta ou não, e em qualquer lugar que o governo oferecer. Não se tem muita escolha de poder dizer que se quer uma outra área. Essa outra área pode levar dez anos para ser liberada. Aqui tinha também a questão do tamanho da área, porque era uma área que pelo seu tamanho, resolveria quase 100% dos problemas do pessoal acampado, porque não deixaria excedente de famílias sem serem beneficiadas com lotes. A cidade era perto. Foi o que houve aqui, nessa influência do INCRA. Nós também tivemos nossa culpa, porque nós viemos para cá e olhamos o aspecto da terra, que parecia uma terra boa, só que não vimos a questão do clima e nem o tipo de solo, que se torna complicado em determinadas épocas, especialmente na época das chuvas. (JOSÉ COELHO. 46 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

Como a maioria dos assentados é portadora de uma história de vida voltada ao cultivo da terra, no início do assentamento, ansiosos por produzir, buscaram abrir as áreas de seus lotes fazendo uso de máquinas. Para isso, utilizaram o sistema associativo, viabilizando junto às secretarias do governo estadual recursos para a compra de alguns tratores. Da mesma forma, quando da liberação dos primeiros recursos do PROCERA, procuraram, com o aval da equipe técnica da EMPAER, que os atendia naquele período, investir a maior parte daqueles recursos em desmate mecanizado, para efetuar, de forma mais rápida, a abertura de seus lotes e formar suas lavouras.

Os técnicos e os assentados, mesmo que estes últimos em grau menor, eram conhecedores dos estudos que indicavam trabalhar a terra sem o uso de máquinas, mas utilizando a tração animal. Por contrariarem essa orientação, parte dos assentados precisa hoje aplicar em seus lotes técnicas voltadas para a correção da qualidade dos solos e também para o manejo, uma vez que

surgiram diversos problemas ocasionados especialmente pela erosão formada em virtude do manejo incorreto. Esse ônus, associado ao baixo poder aquisitivo para comprar insumos, inviabiliza o sucesso de boa parte dos lotes.

Ao receberem os lotes no Taquaral, as famílias passaram a trabalhar com o cultivo de produtos agrícolas como feijão, milho, mandioca e principalmente o algodão, que durante as duas primeiras safras propiciou bons resultados e ocupou a maior parte da área cultivada em cada lote. Era possível ver algodão até nos jardins das casas, que com o branco de seus capulhos transformava aquele tipo de cultura em um ornamento para as residências.

Os resultados das primeiras colheitas foram muito festejados e havia um sentimento de contentamento em relação ao novo lugar. Naquele momento, a paisagem dos lotes de produção no Taquaral formava uma verdadeira colcha de retalhos, uma vez que neles se desenhavam espaços ocupados com diferentes culturas, apresentando um encadeamento de tonalidades: era possível vislumbrar o verde das pequenas pastagens, combinado ao verde do milho, do feijão e da mandioca, ambos associados ao verde-escuro das reservas florestais. Contrastando com essa sucessão de tons esverdeados, encontrava-se a grande extensão das plantações de algodão, cultura que exibia os belos capulhos de flores brancas. Além disso, podia-se enxergar a formação de pequenos espaços para o plantio de pomares. No centro dessas atividades, ou mesmo próximo às estradas, havia as residências dos trabalhadores nos lotes de produção. Essa paisagem somente contrastava com os limites do assentamento, onde as terras, na sua grande maioria, eram utilizadas para a criação de gado.

Atualmente, não só, a paisagem externa ao assentamento mudou, mas também, e especialmente o seu interior. Nos limites do Taquaral foram instalados mais dois assentamentos: o Tamarineiro II e o Paiolzinho, mudando o retrato de “terra abandonada” antes existente. Já na paisagem interna do Assentamento, não é mais possível percebermos a colcha de diferentes tonalidades que se formara nos primeiros anos. O branco do algodão e os tons esverdeados do plantio dos diversos produtos agrícolas foram sendo substituídos pelo verde das pastagens, que apresenta uma bela tonalidade esverdeada nos curtos períodos de chuvas, contrastando com a paisagem amarelada, seca, dos longos períodos de estiagem.

Hoje, no Taquaral, apenas nos lotes de produção da agrovila III e em parte da agrovila II, ainda restam trechos da “colcha agrícola”, pois as terras nesses locais são de melhor qualidade, favoráveis à atividade agrícola. No restante da área do Taquaral há quase que uma única paisagem, composta basicamente por pastagem, cercando casas e substituindo as antigas lavouras.

Por vezes essa paisagem é substituída por pequenas roças, que pelo reduzido espaço ocupado na dimensão do lote, mais parece pequenos canteiros em meio ao grande espaço ocupado pelo pasto.

No Taquaral, ocorreu uma inversão nas atividades desenvolvidas pelas famílias nos lotes: nos primeiros anos do assentamento, a atividade que ocupava um espaço reduzido era a pecuária, desenvolvida para o consumo doméstico e para uma pequena venda do excedente. Hoje essa atividade tornou-se predominante, enquanto a agricultura teve sua área reduzida.

As dificuldades apareceram durante a terceira safra de algodão, produto preferido em virtude de seu superior valor de venda, se comparado aos demais produtos. A partir da terceira safra, as famílias começaram a perceber que as terras do Taquaral, bem como o clima da região, não eram como à primeira vista acreditavam ser, isto porque durante essa safra, no ano de 1993, a produtividade obtida foi baixa, em razão da estiagem. O custo da cultura do algodão também foi elevado, em virtude da necessidade de aplicação de uma maior quantidade de inseticidas durante o plantio, com o surgimento do bicudo, inseto que ao atacar essa cultura, causa sérios danos à produção, comprometendo praticamente toda a safra. Além disso, tornou-se difícil sua total eliminação, pelo fato de a praga permanecer no solo à espera do próximo plantio, quando novamente se manifesta. São esses os fatores que fazem com que no Taquaral se manifestem diferentes sentimentos e atitudes. Começamos analisando o sentimento de contentamento.

O contentamento com o novo lugar

As limitações, que estabelecem, entre outras situações, diferenças de produtividade da terra dentro de um mesmo assentamento, são percebidas principalmente nas histórias dos homens e das mulheres instalados no Taquaral. Por meio de suas falas é possível identificar a localização do lote de cada assentado. Aquele que mora na área com algumas características favoráveis ao cultivo agrícola, tem uma fala de agradecimento pela terra conquistada. Demonstra satisfação pelo lote que lhe possibilitou fixar-se na terra e ter o seu espaço. João expressa essa alegria:

Eu sou uma pessoa que não sei nem assinar o meu nome. Fui criado sem pai, sem mãe, mas a minha finalidade acabou sendo o mundo, que me ensinou muita coisa. Então, o que eu tenho que falar, é só olhar ao redor e você vê tudo que a gente já fez. Você vê roça e vacas. Está certo que nós temos os

compromissos para acertar, mas hoje dever hoje ao banco é normal. Então, eu quero falar na minha entrevista, que eu estou muito contente nesse lugar. Sem dúvida, aqui é uma terra difícil para a lavoura, porque tem ano que dá e tem ano que não dá nada, mas olha como está o meu lote. Está todo aberto, com lavoura, pasto formado, com umas 20 cabeças de gado, tem galinha, porco, pomar, horta. Já construímos até uma casa melhor. Já temos energia elétrica, água na casa duas vezes na semana, porque a força da água não dá vazão para ela vir todos os dias, que tem que atender às outras famílias, mas mesmo não sendo todos os dias, nós temos água encanada. Um exemplo é aqui, o lugar onde nós estamos sentados. Olha só onde nós estamos sentados para fazer essa entrevista? Estamos embaixo de uma árvore que foi plantada por nós depois que pegamos o lote. Hoje essa árvore que plantamos, ela já está fazendo sombra e uma sombra que dá até para refrescar um pouco o calor que está fazendo. É certo, aqui no Taquaral a lavoura é difícil, mas tem que enfrentar e tem ano que dá sorte de colher, quando chove, quando tem boa chuva, outro ano colhe pouco, mas tira o sustento com o leite, com um pouco da roça e assim vai. (JOÃO. 66 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

Na fala de João, percebemos que a terra ganha conotações de liberdade. O lote, mesmo que nele precisem enfrentar uma série de dificuldades, representa o lugar de onde pode tirar o sustento da família e ter a liberdade, configurada na possibilidade de trabalhar somente para si, tendo livre administração e a possibilidade de fazer o próprio horário. A partir do lote, ele é dono dos meios de produção, produzindo, por vezes, trabalho excedente, mesmo que de forma sazonal, para pessoas que ainda não se encontram na condição que ele conquistou. Para notarmos essas mudanças, basta que olhemos ao longo de seu lote. Nesse olhar vemos que se existem as dificuldades, existem também as conquistas: é a casa nova de alvenaria, ainda em estado semi-acabado, utensílios domésticos novos, os pastos formados, o gado nas pastagens, a roça de milho, a horta, cultivo de árvores frutíferas ao redor da casa, a instalação da energia elétrica, o abastecimento de água. Existem até as árvores ornamentais, que já servem para amenizar o calor na hora do descanso e muitas outras mudanças que fazem com que ele se sinta satisfeito.

O assentado João mostra que construiu no lote conquistado no Taquaral o espaço que desejava e pelo qual vinha lutando. Ele enumera, com orgulho, os feitos que realizou no lote, apontando-os como grandes conquistas, uma vez que foram efetuadas a partir do suor de seu rosto e de sua família, contando com alguma ajuda do governo, por meio do PROCERA. Relata também os novos empreendimentos que deseja desenvolver, a fim de tornar sua vida mais

confortável, mostrando que o lote que conquistou se constitui no espaço que pretende ocupar pelo resto de sua vida.

João nos mostra que o ciclo de luta pela terra foi concluído. Por isso entendemos que para esses assentados, o novo lugar apresenta-se como aquilo que Farias define como Terra Mater, “que ao dar de beber e de comer com sua generosidade, recompensa, finalmente, todos os sacrifícios vividos na luta pela terra na época do acampamento em tantos lugares” (2002, p. 269). No entanto, para percebermos as mudanças ocorridas na vida do assentado João e de sua família, foi preciso considerar o que Ferrante (1992) nos lembra: observar o modo de vida anterior ao assentamento, para, a partir dessa percepção, perceber as mudanças processadas no pós-assentamento. Se num primeiro olhar as mudanças no lote de João nos pareceu pequenas, ao ouvirmos suas histórias de migrante em busca de um pedaço de chão, vimos que foram grandes suas conquistas. São justamente elas as responsáveis por fazer com que ele e sua família tenham para si o Taquaral como o lugar definitivo, mesmo sendo um local em que as dificuldades, em termos de produção, são maiores. Por isso concordamos com Ferrante quando indica que é preciso ir para além dos números, uma vez que existe uma clivagem atravessada pela história, pela memória, pela subjetividade, e índices como produtividade não são suficientes para demonstrar o sucesso ou o insucesso no assentamento.

Nas conversas mantidas com os assentados que se encontram instalados na área do Taquaral que compreende a agrovila III e parte da agrovila II, observamos, de forma muito clara, a satisfação de terem encontrado o lugar definitivo para estruturarem suas vidas, considerando encerrado o longo processo migratório. Agora, projetam melhorias no espaço que ocupam, buscando fixar-se definitivamente na terra conquistada, criando condições para delimitarem a forma como desejam viver. Por isso o cuidado que os assentados demonstram com o lote de produção que ocupam, associando espaços de trabalho e espaços de vida.

O despontar do processo de desesperança: a segunda contradição

Se as famílias da agrovila III e de parte da agrovila II estão satisfeitas com os lotes conquistados, situação distinta é a daqueles assentados que se encontram instalados nas porções ruins do Taquaral, na área da agrovila I e na outra parte da agrovila II.

Durante a terceira safra, os assentados do Taquaral conheceram, de fato, como era o clima típico da região de Corumbá, que conta com longos períodos de estiagem durante o inverno e com chuvas irregulares no verão. Naquele período, contavam com pouca assistência técnica, em razão do elevado número de famílias instaladas nos diversos assentamentos de Corumbá e da pequena equipe técnica existente,⁴³ o que dificultava o atendimento a todas elas. Como agravante, os escassos e irregulares recursos advindos de fomentos do governo federal foram liberados em períodos que não coincidiam com o de plantio.

O desconhecimento inicial das condições climáticas foi um dos principais fatores de estranhamento para com o novo lugar, em virtude das diferenças em relação às regiões de origem das famílias: muitas provinham do Paraná, com passagem pelo Paraguai, ou mesmo da região sul de Mato Grosso do Sul, lugares diferentes se consideradas as propriedades do solo, as temperaturas e o regime de chuvas (regulares durante o ano todo). Por isso ocorreram perdas logo nas primeiras colheitas, uma vez que os assentados cultivavam seus produtos segundo as estações climáticas dos lugares originários, como nos fala Geraldo:

Tivemos muita perda da agricultura aqui, não é falando mal da agricultura, porque o que a gente faz, planta, se tivesse o controle do tempo, se o clima corresse bem, aqui dava para a gente colher. O que aconteceu é que levamos umas enganadas porque lá onde morávamos, nas Sete Quedas, se esperávamos a chuva de agosto para plantar feijão, ela vinha, colhia bem. Esperava a chuva de setembro para plantar a mandioca e ela vinha e chovia bem. Aqui não pode fazer o que se fazia lá, porque aqui nunca sabe como vai ser o clima. O ano passado choveu no mês de agosto e aí nós fizemos as terras, plantamos melão, melancia e no Natal já estávamos colhendo, já estava tudo maduro. Já deu para fazer um troco. Esse ano nós plantamos tarde, por causa do atraso das chuvas e por causa do atraso de um dia que tivemos em passar veneno nos melões, os insetos já chegaram e deram uma perda na produção. É interessante porque de um dia para o outro se acaba perdendo. Aqui está difícil, mas o que fazer, abaixo de Deus, a gente tem que ter o dinheiro para fazer a roça no tempo certo. Muitas vezes quando chega a hora do preparo da terra, não se tem o dinheiro para fazer ou para comprar as sementes. Às vezes, quando tem, não tem as chuvas para fazer a planta. A coisa vai nesse ritmo, mas não se pode perder a esperança. (GERALDO. 56 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

A análise desse assentado nos leva a refletir juntamente com Heredia (1979) quando afirma que o consumo familiar depende do sucesso da

43 Naquele período, a equipe técnica da EMPAER era formada por um veterinário, três técnicos agrícolas e duas extensionistas sociais, que prestavam assistência técnica a 675 famílias instaladas nos quatro assentamentos que foram implantados em Corumbá.

produção obtida na roça. O insucesso de um ano agrícola ameaça não apenas a reprodução doméstica, com a fome⁴⁴ manifestando-se, mas também o ano agrícola seguinte. Se não acontece a produção, não há alimento para a família e nem a reserva de sementes e de capital para o próximo plantio.

No caso de Geraldo, assistimos a seu dilema sobre o que fazer para melhorar. Para obter uma melhor produção, ele procurou plantar conforme o ciclo das chuvas do lugar onde anteriormente residia, mas perdeu, porque em Corumbá o ciclo é diferente. Procurou então plantar conforme o ciclo do novo lugar e logo que choveu, plantou melancia, melão. Colheu bem. A chuva veio no tempo certo. Ficou satisfeito. Viu seu trabalho metamorfoseado no resultado do produto colhido. No ano seguinte, no mesmo período do ano anterior, esperou a chuva e ela não veio no tempo certo. Quando veio, plantou, mas era fora da época adequada para o plantio, no período em que ocorre o ataque de insetos na produção e por isso não pôde ver o resultado de seu trabalho. No entanto, Geraldo nos adverte de que essa é uma característica do que ele chama de “agricultores fracos de assentamento”, que contam com os poucos recursos dos fomentos fornecidos pelo Estado, insuficientes para o pleno desenvolvimento dos lotes. Além disso, são recursos sazonais, nem sempre fornecidos nas épocas adequadas para o plantio. Geraldo nos conta que existem os planos, os projetos, os diversos pensamentos e os desejos de uma vida melhor, mas como concretizá-los se tudo depende de elementos que os assentados não controlam: terra de boa qualidade, chuvas regulares, investimentos financeiros?

Esses fatores fizeram com que a partir de 1994 se iniciasse um processo de desesperança por parte das famílias assentadas no Taquaral, que se intensificou nos anos de 1995 e 1996, em virtude das perdas consecutivas dos produtos cultivados. Essa desesperança culminou, para aqueles que investiram todos os recursos do PROCERA no cultivo de lavoura, com a escassez de novos programas de financiamentos e a conseqüente dificuldade em buscar novas formas de sobrevivência no Taquaral. O resultado foi o emergir de uma espécie de insatisfação com o novo lugar, o que podemos perceber em muitas das histórias:

Eu sempre trabalhei e sempre gostei de trabalhar com a lavoura, porque ela é a vida da gente. Eu fui do Paraná para o Paraguai com o objetivo da lavoura e voltei de lá para o Brasil com esse objetivo. Voltamos para morar no Brasil da gente, para morar na roça e assim acabamos no Taquaral. Aqui no primeiro ano de plantio, a coisa até que deslanchou, que parecia que o Taquaral iria ser tudo o

44 Segundo Heredia, a fome não implica na ausência total de alimentos, mas na ausência de determinados produtos considerados como base da dieta alimentar.

que as famílias queriam. Mas, sem demora, começaram a surgir as dificuldades. O pessoal começou a fazer lavoura porque a origem dos parceiros que aqui foram assentados era da lavoura e queriam produzir. Só que foi indo nessa insistência com a lavoura, e ela não dava o que a gente esperava. Então, o que tivemos que fazer foi começar a pensar em outra coisa que não mais a lavoura. Eu sei que foi uns cinco anos nessa tentativa com a lavoura. Nesses cinco anos, a turma daqui sofreu muito; tinha financiamentos, mas como a lavoura não dava, isso levou a turma a se endividar, porque a gente pegava os financiamentos e aplicava na lavoura e ela não dava certo. (VITOR. 46 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

A fala de Vitor, que também é a de muitos outros assentados instalados no Taquaral, mostra-nos que era desejo dos antigos sem-terra cultivarem a terra, para colher o necessário para viverem. A terra representa vida para eles. Daí haver trilhado um longo processo migratório, em busca de um pedaço de terra, de uma terra mãe, que recompensasse os sacrifícios vividos nos acampamentos.

Por isso a decisão de no Taquaral ocuparem o lote de produção e não o lote de moradia na agrovila, como forma de garantir as condições necessárias para nele reconstruírem um espaço vivido em outras localidades. No Paraguai e mesmo na situação em que eram arrendatários, quer no estado do Paraná ou em Mato Grosso do Sul, viviam sob condições em que a terra era o centro de trabalho e de vida, mesmo que naquele momento não detivessem o seu controle.

No entanto, as terras do Taquaral não apresentaram as características adequadas para seus projetos. Daí percebermos a segunda contradição: terras que não servem para a agricultura onde foram assentadas famílias de tradição agrícola, algumas modernas, impedidas de produzir conforme sua concepção de produção, tendo que refazer seus projetos iniciais e tornam-se pastores.

Assim, entendemos que as reflexões de Bergamasco, D'Aquino e Ferrante (1990) podem ser aplicadas à realidade das famílias do Taquaral: o viver na terra se mostra como um caminho tão ou mais difícil do que o caminho para entrar na terra, uma vez que é naquela etapa que surgem novos desafios. Se o assentamento definitivo foi, como mostramos no Capítulo I, longo e exaustivo, a chegada ao lote definitivo no Taquaral mostrou-se mais penoso, em razão da falta de água, de estradas, de financiamentos, de assistência técnica, de solo e de clima com condições favoráveis ao plantio. Além disso, havia o projeto das agrovilas, que não fazia parte dos desejos das famílias assentadas. Isso fez com que o processo de desesperança se intensificasse entre as famílias.

A desesperança nas terras do Taquaral: o assentamento na lama e na areia

Os assentados que se encontram instalados nas porções ruins do Taquaral, na área da agrovila I e parte da agrovila II, assistem tristemente à frustração de seus sonhos de autonomia e de muitos anos de luta, instalados em um lugar que não o idealizado e enredados em um processo de mudanças que afeta a vida da família em todas as dimensões. Nas histórias das mulheres e dos homens que moram em lotes sem boas condições de produção, evidencia-se o sentimento de traição do projeto de possuir uma terra boa que lhes dessem condições de produzir com fartura. O desabafo de Pedro retrata esse sentimento:

Eu vejo a nossa vida aqui no Taquaral em um estado crítico, porque nós entramos aqui no assentamento com a vontade de trabalhar, de produzir o básico e para a venda também, e isso não está acontecendo. Já vai para uns quatro anos que não conseguimos produzir nada na lavoura e só está produzindo em seu lote quem optou por gado. A terra não oferece condições por causa da seca. Só que o nosso intuito aqui era plantar e colher, mesmo que não conseguisse colher muito; colhendo pouco, todos já se davam por satisfeitos, mas nem esse pouco se está conseguindo. Eu, por exemplo, perdi muito dinheiro na lavoura. Ganhei no início porque as primeiras roças que fizemos foram roças boas, então o dinheiro que ganhamos aplicamos todo ele na lavoura, mas acabou se perdendo todo, porque a lavoura começou a fracassar, que hoje não dá nada. Isso acabou tirando o ânimo de plantar nessa área. Por isso que eu vejo a nossa situação como uma situação triste. O clima daqui é muito destemperado, não tem jeito, tanto que o Taquaral hoje está com uns 5% de produção de lavoura. E pensar que aqui atingiu mais de 80% de lavoura. Aqui para nós foi um sonho frustrado. (PEDRO. 50 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

Pedro nos mostra os elementos que fizeram emergir a desesperança para com o novo lugar e dentre eles, o plantar sem obter resultado é o ponto principal. Essa situação fez com que os assentados redefiniram suas práticas tradicionais, em razão do novo contexto de trabalho: tiveram que abandonar o sonho de plantar e aprender a trabalhar com a pecuária. Os lotes do Taquaral, que a princípio haviam sido projetados como terra de trabalho agrícola, em poucos anos de uso, passaram a ser terra de criação de gado. Nesse sentido, ocorreu o que Klaas e Ellen Woortmann indicam: “a terra, então, ‘não produziu o legume para o povo’, mas apenas ‘o capim para o gado dos homens’” (1997, p. 64). Os assentados procuraram com seus trabalhos “domar a terra” (expressão dos autores para a agricultura), mas isso não vem sendo possível no Taquaral, em virtude das adversidades que a natureza lá impôs. O solo sem condições

naturais próprias ao cultivo agrícola, associado à falta de chuvas regulares,⁴⁵ não propiciou a troca entre o homem e a natureza, em que o homem investe trabalho e em troca recebe a produção. Essa é a frustração que os assentados demonstram em relação a seus lotes no Taquaral, uma vez que desejavam plantar sementes, vê-las crescer e virar produtos, apresentando o resultado de seu trabalho. Hoje é necessário criar o gado, e de seu resultado, compram os bens que desejavam produzir. Isso, como veremos adiante, dará um novo sentido à terra.

Assim, se os assentados não conseguem domar a terra, moldá-la conforme suas necessidades, o seu projeto no novo lugar acaba por não ser totalmente concretizado, ao contrário daqueles que foram beneficiados com lotes de terras adequadas para atividades agrícolas, que demonstram contentamento por terem sido “abençoados por Deus”. É uma “sorte” que poucos no Taquaral puderam desfrutar. Acreditamos que essa forma de conceber assentamentos de reforma agrária, vendo-os como espaços conduzidos pela ajuda divina e pela sorte, deve-se ao modo como o Estado planeja os assentamentos, com descaso em relação às condições ou à inadequação das áreas desapropriadas e à estrutura oferecida no pós-assentamento. Não há um compromisso do Estado no que se refere à continuidade de ações, de recursos e de pessoal para apoiar os assentados.

Isto é fato no Taquaral, em que parte das famílias é privada, durante um período do ano do benefício da água, quer das chuvas, quer do abastecimento por meio de poços. No outro período, vêem-se sufocadas pelas águas das chuvas, tendo que “andar com lama até a canela”, mesmo no espaço da casa, transformando a lama em brinquedo para as crianças. São erros como estes, de assentar famílias em áreas sem vocação agrícola e que deveriam ser de reserva florestal, que impulsionam parte dessas famílias que estão no Taquaral, lugar inicialmente marcado pela esperança, a dele sair. São pessoas que tentaram mudar a situação de seus lotes por intermédio da aplicação de seu trabalho, mas obtiveram o insucesso.

As famílias detentoras de lotes na agrovila I não tiveram condições de fugir do poder que o Estado exerce sobre o espaço. Não desejavam o espaço das agrovilas, mas diante da impossibilidade inicial de ocuparem os lotes de produção naquela área, foram obrigadas a mudar, mesmo que temporariamente,

45 No ano de 2000 houve, em Corumbá, sete meses de estiagem, o que ocasionou perdas de lavouras e muitas queimadas. Já no ano de 2001, foram cinco meses de estiagem. Seguindo essa situação, o ano de 2002 apresentou mais um longo período de estiagem, não ocorrendo chuvas durante oito meses consecutivos. Durante esse período, houve chuviscos esparsos, não sendo suficientes para alterar o nível das águas e a umidade do solo.

para o lote de moradia na agrovila I. Lutaram por lotes de produção onde pudessem aplicar trabalho e ver o resultado recompensado com a produção, mas os lotes que receberam não apresentam vocação agrícola. Ficaram então duplamente submetidos ao espaço planejado pelo Estado, tanto nos lotes de moradia quanto nos lotes de produção. Como o Estado é o detentor do poder que permite a desapropriação de espaços em favor de famílias, estas, mesmo organizadas e exercendo pressões sobre as áreas, acabam, por vezes, tendo que se submeter. Foi o exemplo do Taquaral, onde o Estado criou o assentamento e instalou famílias sem a preocupação em relação ao tipo de solo e à história dos assentados.

Observamos que a construção de espaços em assentamentos se dá por meio de um jogo de forças, estando de um lado o projeto do Estado, que visa ao sucesso no novo lugar e, de outro, aquele vivido e desejado pelos assentados. Isso faz com que o assentamento seja entendido como um espaço conflituoso, um campo de lutas, como Farias o define:

O assentamento não é um espaço-tempo harmônico, como está implícito no projeto estatal, nele este espaço social não é entendido como sendo portador de uma temporalidade dinâmica e, sobretudo conflituosa. O Estado não entende as heterogeneidades de subjetividade e de projetos familiares se misturando e se conflitando no assentamento, por isso, apresenta uma visão linear e parâmetros de permanência na terra que estabelecem uma unidade de ações que se chocam com as múltiplas necessidades e anseios dos assentados. (2002, p. 166).

Para a autora, esse espaço-tempo do assentamento, construído de forma diferente e conflituosa, pode resultar no desencantamento com o novo lugar. Existem os planos-projetos familiares, mas existe também a ideologia racionalista e produtivista do Estado, que tenta impelir o assentado a alcançar uma produtividade que corresponda à demanda do mercado e ao projeto economicista do Estado em relação à reforma agrária. Ao planejar assentamentos objetivando o sucesso econômico, o Estado deixa de formular medidas que estejam voltadas às relações sociais que são construídas entre as famílias no novo espaço.

No Taquaral, o fato de parte das famílias terem sido assentadas em lotes cujas terras não produzem como aquelas onde trabalhavam na condição de arrendatários, criam uma contradição: a de possuírem a terra sem poder nela produzir e o fato de terem amargado anos de agruras nos acampamentos e no assentamento. Vado fala desse contra-senso:

Hoje, por um lado eu me sinto satisfeito por ter conseguido um lote, porque isso representa uma luta vencida, mas por outro lado, estou descontente porque essa daqui não era a terra que a gente sonhava conquistar, pela qual todos lutamos. Eu gostaria de encontrar um lugar onde eu pudesse plantar lavoura, que ele tivesse água, porque morar num lugar sem água é difícil. Aqui tem muita água na época que chove, que ela acaba alagando as casas de muitos, mas fora da época de chuvas, a seca aqui é grande, que não se tem água nem para beber e nem para dar aos animais. Lá onde nós vivíamos antes, era um lugar muito bom. Lá se tinha poço manual na porta da casa, e água era o que não faltava. Só que era um lugar que não era nosso, era dos outros. Lá nós tínhamos que pagar renda para trabalhar. Então, nessa situação, a gente vê que nossa vida sempre foi difícil porque, você veja, antes se vivia em um lugar que era bom, só que não era nosso, que tinha que pagar para ficar nele, e hoje vivemos no que é nosso, mas não estamos tendo condições de viver aqui. Isso aí me entristece porque nós viemos para cá foi para trabalhar na lavoura, não foi para criar gado, e hoje estamos tendo que deixar a lavoura de lado e passar a criar gado. Eu digo a você que não sei até quando vai dar para viver aqui. (VADO. 39 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

A fala de Vado nos remete àquela de João, quando analisa que a partir do assentamento sua vida mudou, uma vez que conseguiu um pedaço de terra de onde pode retirar sua sobrevivência. Mas a história de Vado também nos mostra outro caminho: antes do assentamento, ele necessitava arrendar terra para nela trabalhar e produzir; com o assentamento em Corumbá, ele se tornou um assentado, detentor da posse, mesmo que não definitiva de um lote, nele aplicando trabalho e não conseguindo sucesso. Se antes ele possuía a força de trabalho e não a terra, com o lote ele tem a terra, mas não pode nela aplicar sua força de trabalho. As terras de seu lote não servem para o cultivo agrícola, e pelo seu restrito tamanho, 11 hectares, não permitem empregá-la também para a pecuária. A terra por si só, como Ferrante (1992) diz, não lhe garantiu autonomia e liberdade.

No caso do assentado Vado, ficam evidentes a contradição e os limites inerentes à situação de dependência a que estão sujeitos os assentados. Se por um lado o assentamento lhes oportuniza a condição de se instalarem em um lote, por outro lado, vêem-se em uma situação de dependência em relação ao Estado, quer na escolha das terras, quer no processo produtivo.

A situação de insucesso no desenvolvimento da agricultura levou parte dos parceiros do Taquaral, como já mostramos, a vender seus lotes e a buscar novos lugares. Entre as 394 famílias assentadas, 82 delas, em maio de 2000, já haviam vendido o direito do lote de assentamento e mudado do Taquaral, buscando terras agricultáveis ou procurando se inserir nas cidades. O fracasso

da atividade agrícola no Taquaral gerou um novo problema não apenas para as famílias que mostram o descontentamento com o lugar, mas também para o Estado. Isso porque aquelas que deixaram o Taquaral partiram em busca de outras terras ou retornaram à condição de demandantes de terras, ou ainda encontram-se vivendo de empregos temporários nos centros urbanos, em virtude da pouca especialização que possuem. Esse fato é visto pelos assentados que ainda hoje se encontram no Taquaral, como uma nova forma de expulsão, processada não mais pela modernização da agricultura, que anteriormente os expulsou dos arrendamentos e das terras brasileiras, mas como fruto das ações do próprio Estado. Ele tinha como função resolver a situação de miserabilidade em que se encontravam as famílias no período que antecedeu a implantação do Taquaral. O Estado, ao criar assentamentos em áreas impróprias para o desenvolvimento de atividades agrícolas, instalando famílias que tinham como prática de trabalho e de vida o cultivo da terra, forçou-os a deixar o lote e a partir em busca de novas oportunidades de vida, no campo ou na cidade. Forçou-os por desconsiderar sua história de vida e sua experiência agrícola, assentando-os em terras pouco produtivas, improdutivas ou inadequadas, segundo seu próprio diagnóstico (RIMA e EMBRAPA). Não planejou a estruturação do Taquaral e nem mesmo criou medidas preventivas que pudessem minimizar os problemas apontados pelo RIMA em relação à qualidade do solo.

Por isso notamos que entre os membros das famílias que ainda permanecem no Taquaral, existe um descontentamento que por vezes ganha contornos de medo diante da expectativa de terem que retornar à luta pela terra. A fala do assentado Geraldo retrata muito bem a situação que se criou no Taquaral:

Eu estava observando nessa semana, porque a gente que mora aqui bem perto da entrada do projeto, e eu falei para os meus filhos, que eu estava triste com o que eu estava vendo aqui no assentamento, porque quando a gente veio para aqui era movimentado porque só via as pessoas entrar aqui e pensar em produzir. Hoje o que se vê é caminhão de mudança saindo daqui, que vão tentar a vida em outro lugar e às vezes acabam na cidade, porque não conseguem sucesso nesse outro lugar. Eu também não vou testemunhar se é certo o que as pessoas estão fazendo, mas isso não me agrada muito. Não me agrada muito porque quando acontece essas coisas é porque aconteceram coisas desagradáveis que fizeram mais uma família sair daqui. Eu acredito que é mais uma maneira de ser expulso, o lugar expulsou essas pessoas. Eu fico triste com essa situação porque as pessoas falam que estão indo embora porque não deu certo aqui. É por isso que eu digo que não estamos do jeito que queríamos. Se fosse para fazermos uma comparação do período que nós morávamos na fazenda para a situação de agora, lá na fazenda nós não tínhamos terra, mas estávamos melhores do que

hoje, pelo menos não tínhamos dívidas para pagar. Estávamos melhores do que hoje em objetos, não em terra, porque terra nós trabalhávamos no que era dos outros. Naquele tempo eu tinha bastante criações e o que eu plantava, eu colhia, e hoje eu estou sempre plantando e sempre perdendo a planta. (GERALDO. 50 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

Em suas análises, Geraldo coloca em evidência o processo de luta, o descontentamento com o novo lugar e a esperança de um dia melhorar sua condição. Ao contar sua história, Geraldo faz um balanço de sua vida e percebe que hoje, apesar de possuir terra, está mais pobre do que na condição anterior, trabalhando em terra arrendada. Isso porque a forma de medir o sucesso depende do que o assentado produz na roça e de outros bens necessários para o consumo familiar; quando não consegue a conjugação desses dois fatores, surgem as dificuldades, especialmente na alimentação diária. O número de cabeças de gado, de galinhas, de porcos são indicadores do sucesso da pequena propriedade, uma vez que compõem e são elementos necessários para a base de sustentação alimentar da família. São considerados bens complementares àqueles retirados da roça, formando o conjunto de bens necessários à reprodução familiar. A falta desses bens é um indicador de insucesso no lote. No entanto, em grande parte dos lotes do Taquaral, como veremos adiante, os animais (vacas, galinhas, porcos), bem como seus derivados, junto com o assalariamento feminino, fornecem a principal renda para as famílias, deixando de ser complementares à roça.

Geraldo possui hoje poucos desses bens, no entanto, é o dono da terra. É nesse momento que surgem os questionamentos voltados para a obtenção de uma explicação pela situação difícil em que a maioria das famílias vive: falhas propiciadas pelos mediadores, suas próprias falhas na administração do lote ou mesmo um castigo divino?

No final das contas, a conclusão a que Geraldo chega é a de que o trabalhador *desenraizado*, aquele que sempre trabalhou como assalariado, ao chegar ao assentamento definitivo desprovido de capital, passa a depender dos fomentos do Estado. Estes, em geral, são escassos e sazonais, obrigando o trabalhador a *ficar solto*, como se estivesse em *terra de areia*, alcançando muito pouco sucesso em seu empreendimento.

O insucesso e a falta de perspectivas fizeram com que os assentados refletissem sobre a situação vivida no Taquaral: passaram a olhar para seus lotes. Por meio desse olhar, perceberam que se encontram numa condição em que é difícil produzir. Mostram o contraste entre a alegria de possuir terra e o desânimo quanto às dificuldades de vida no Taquaral, não só no que se

refere à produção, mas também quanto à manutenção da união familiar. Como esperar que um filho queira continuar no espaço do lote se hoje o pai não consegue dele retirar todo o sustento da família? O lote é visto como patrimônio da família, mas a partir do momento em que o lote não cumpre a função esperada, a de garantir que se viva da produção, perde sua importância. Nessa situação a família tem perdas: os filhos migram para as cidades, a fim de estudarem e de lá poucos retornam. As mulheres, pela facilidade de inserção no trabalho doméstico urbano, acabam divididas em duas ocupações: parte do dia em trabalhos no assalariamento doméstico urbano e a outra parte, em trabalhos no lote. Isso gera diversos questionamentos, dentre eles, a percepção de viver na terra sem, no entanto, dela viver, situação contrária àquela inicialmente almejada.

Por isso a venda do lote é encarada como uma nova expulsão, pois os assentados lutaram para conseguir os lotes e quando deveriam receber condições para neles permanecerem, acabam conhecendo dificuldades relativas à qualidade do solo e às intempéries climáticas, fatores que os forçam a uma nova saída. Bergamasco, D'Aquino e Ferrante mostram o processo de expulsão da terra da seguinte maneira:

[...] a expulsão da terra pode ter como significado o trauma da expropriação da terra como meio de vida, como moradia, além da expropriação de sua própria identidade de trabalhador/morador da terra. O homem da roça transforma-se em homem urbano, cidadão da periferia, excluído dos direitos e dos benefícios que a urbanização poderia significar. [...] A “desconstrução” dessa identidade e a construção concomitante de uma nova, a de “cidadão urbano de segunda classe”, sem ter completado o seu desenraizamento, é ao mesmo tempo mais um elo do processo de expropriação do *saber*, do saber fazer, do saber olhar o céu em busca de sinais de chuva ou seca, do saber entender os astros, a lua, o tempo, do saber a época propícia para plantar, colher, do saber moer, bater no pilão, beneficiar, do saber usar e negociar os frutos de seu próprio trabalho. De trabalhador rural em terra própria ou de posse ainda que precária [...] o sujeito passa pelo drama de “desconstruir”/remontar sua identidade. (1990, p. 272-273).

Trabalhadores expropriados do assalariamento rural, do arrendamento, das terras do Paraguai, lutaram para na terra serem novamente inseridos, e no Taquaral tornaram-se assentados em lotes que pareciam definitivos, mas de lá, em virtude de não conseguirem meios para produzir, foram expropriados novamente. Deixam, mais uma vez, de ser o que Bergamasco, D'Aquino e Ferrante denominam como “homens da roça”, para tornarem-se “cidadãos de segunda classe”.

Os lotes até então ocupados por trabalhadores da terra, passam, em sua maioria, a pertencer a pessoas com vínculos urbanos, que os transformam em sítios de descanso semanal. As terras são ocupadas por pessoas que não lutaram por elas, no lugar daqueles que sofreram para conseguir um lote e tiveram que desistir na reta final. Daí a concepção negativa sobre aquele que compra lote, uma vez que ele não vivenciou o acampamento e não lutou pela terra. A terra tem valor monetário, mas principalmente sentimental, pois é vista, como já dissemos, como patrimônio e na condição de patrimônio, como bem de família e meio de obter seu sustento; o desejo maior é deixá-la para os filhos, perpetuando assim o valor de suas lutas. É a concepção campesina de que nos fala Woortmann (1990), de ver não somente a terra sendo repassada, mas também os investimentos aplicados na unidade de produção sendo transmitidos às gerações posteriores. A terra é vista como lugar de trabalho e de vida, e por essa razão lutam para sua manutenção.

Uma das situações encontradas no Taquaral é a de buscar a cidade como alternativa, criando uma condição contrária ao que ocorre na sociedade brasileira nas duas últimas décadas, em que pessoas do meio urbano migram para o espaço rural, numa espécie de “fuga”, na procura de uma qualidade de vida que a cidade já não oferece. Brandão teceu esta análise: “da cidade, onde se pode ser rico e dotado de poder, se ‘foge’, dado que a consequência da mistura do poder com a riqueza é também perigo, a violência, a desarmonia entre pessoas e as categorias sociais de pessoas... Do campo não se ‘foge’. Não há pessoas vendendo os sítios e ‘fugindo para cidade’. Para ele ‘se vai’ ” (1999, p. 35).

No caso dos assentados do Taquaral, a cidade não é uma escolha, uma decisão tomada livremente; ela é, antes de tudo, uma alternativa que pode amenizar as dificuldades em que parte das famílias se encontra. Deixar o Taquaral significa uma fuga, fugir em busca de um lugar melhor, mesmo que esse lugar seja a cidade, já que o campo, o lugar desejado, não lhes possibilitou condições para que nele permanecessem. Daí a fuga se transformar no que Borges (1997) define como busca, por almejarem um lugar melhor. A alternativa de vida é justamente o elo de significados que move as pessoas, seja das cidades, seja do campo. Os assentados que deixam o Taquaral buscam inicialmente outros lugares no meio rural e quando não são bem-sucedidos nessa nova inserção, migram para as cidades, como uma alternativa para a fome. Já as pessoas que compram lotes no assentamento, migrando da cidade para o campo, elas o fazem mais como uma alternativa para a melhoria na qualidade de vida. No entanto, essa população urbana traz consigo uma condição bastante diferenciada dos

assentados (já que vão para o campo numa situação econômica favorável), o que lhes permite trabalhar a terra com técnicas modernas, tendo como quase certo o sucesso na produção. É essa a lei do capital, que com seus movimentos, inclui e expulsa pessoas da terra, obrigando aquelas que não mais a possuem a peregrinar em busca de novas alternativas de vida. Quem não teve sucesso no lote é expulso, deve ir para outro espaço, indo para o trabalho de peão do trecho, vivendo da mendicância nas cidades, sendo lançado num processo itinerante, inseguro e excludente. Esta é a marca do capital: inclusão e exclusão de pessoas, de vida, de histórias, segundo suas próprias regras.

Esta é a realidade de parte das famílias do Taquaral; elas buscaram outros lugares no meio rural, mas parte delas acabou nas periferias de Corumbá ou retornou ao assentamento na condição de agregado de filhos ou de parentes que lá permaneceram.

Há que se acrescentar que o Estado trata o assentado que desiste do lote, seja por impossibilidade de produzir, seja em decorrência da qualidade da terra e das dificuldades de acesso aos meios para explorá-la, como “vagabundo”. Os meios de comunicação seguem esse epíteto, tachando-o também de “espertalhão”, que vive do expediente de obter terras nos assentamentos, para posteriormente vender seu direito a elas. O Estado estabelece um modelo de produtor, o que cria, entre os assentados, duas classificações: os trabalhadores e os acomodados. As empresas de orientação técnica e as agências financeiras reforçam essa compreensão a partir do momento em que impõem limites para a obtenção do crédito.

Com relação à grande maioria dos assentamentos instalados nas diversas regiões do Brasil, especialmente em parte daqueles instalados em Mato Grosso do Sul, é fato o descaso do governo, evidenciando o descompromisso do Estado em relação aos trabalhadores assentados. Ferrante põe em cena essa questão quando desenvolve a seguinte reflexão: “o Estado, ao transformar os assentados em beneficiários da terra, sem investir nela capital necessário, põe efetivamente em risco as perspectivas da produção e da produtividade” (1992, p. 540). Não basta que se instalem assentamentos, mas que junto a eles haja condições para que as famílias assentadas sobrevivam nos novos lugares.

Fincando raízes em terreno arenoso

No Taquaral, a permanência dos assentados nos lotes vem sendo possível pela conjugação de dois fatores: a reelaboração do projeto inicial e

a participação das mulheres, num esforço familiar conjunto, para valorizar o projeto de viver na terra.

O maior desejo das famílias assentadas no Taquaral era ter um lugar seguro para poderem deixar a vida de errância de um acampamento para outro, ficando raízes e deixando a incômoda dependência do Estado. Nesse contexto, reside a aceitação pelas terras do Taquaral, representando o fim da luta. Por isso, se existe a desesperança, existem também os novos projetos nos lotes do Taquaral. Em suas falas, os assentados evidenciam a insatisfação com os lotes e os antigos projetos, mas também revelam satisfação por estarem produzindo para a sobrevivência:

Olha, teve um momento que eu parei e pensei qual era o meu objetivo dentro do acampamento e até pensei em sair do acampamento e tentar encontrar um trabalho, porque já vinha de muitos anos de acampamento e não conseguia ver o final. Eu pensei isso quando o INCRA levou a gente para ver as terras do assentamento Casa Verde e Manjolinho, que eram assentamentos que estavam sendo abertos, e o INCRA estava oferecendo para a gente morar neles. Eu sei que quando visitamos esses assentamentos, eu pensei em desistir porque eram terras ruins, que era pura areia. Se você plantar um pé de capim numa terra dessas de areia, você só vai ver ele rodando com o vento, sem conseguir se fixar direito no solo. Então, nesse momento, eu até pensei em desistir, só que eu parei para pensar no que eu queria por estar acampado. Se eu saí do Paraguai por causa do estudo dos meus filhos e da exploração que a gente sofria lá, eu tinha então que pensar na minha vida ali naquele acampamento. Foi quando eu decidi ir para Rondônia e olhar como era lá. Em Rondônia, eu até achei um lugar bom, mas era muito mais difícil para o cultivo agrícola. Por isso que quando eu voltei de Rondônia, eu voltei decidido a continuar nos acampamentos até conseguir terra aqui no Mato Grosso do Sul. Teve também uma outra vez que eu pensei em desistir, já aqui no lote da gente, aqui no Taquaral, porque a minha finalidade, como também a de todos aqui, era de plantar, cultivar lavoura e aqui a lavoura não dá muito bem. Só que eu pensei muito e vi que não dá para desistir daqui. Por que não dá para desistir? Olha para o meu exemplo: hoje eu estou aqui contando para você que eu fui do Paraná para o Paraguai e lá no Paraguai, consegui terra e uma rica de uma terra que tudo dava, onde plantava lavoura e colhia bem. Tinha também água doce na porta da casa, só que lá nós não tínhamos direito algum. Foi nessa época que entramos para os acampamentos, para pegar uma terra no nosso Brasil, e a terra que conseguimos pegar foi essa aqui do Taquaral. Essa terra daqui não dá para plantar lavoura, mas se hoje deixarmos esse lote da gente, vamos ter que ir para acampamento novamente. Então, se eu fizer isso, eu vou passar a minha vida inteira contando o que eu tinha e já não tenho mais. Se hoje eu falo da minha vida no Paraguai e das terras de lá, amanhã você pode me encontrar em um acampamento e eu vou contar a história de quando eu tinha um lote no Taquaral. Então, não era isso que a

gente queria e não é isso que a gente quer. Nós não queremos contar a história do que tínhamos, mas do que conquistamos e ainda temos hoje. Por isso que eu não saio daqui, porque aqui eu tiro para o meu sustento e de toda a minha família. (VITOR. 46 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

Vitor conta que durante sua vida esteve em busca de um lugar no espaço rural. O longo e sucessivo processo migratório que empreendeu demonstra isso: vivia como arrendatário em terras do estado do Paraná e de lá migrou para terras no Paraguai. Do Paraguai, retornou ao Brasil, buscou lugares para construir o seu lugar: foi a Rondônia ver como eram as terras de lá e decidiu ingressar nos acampamentos em Mato Grosso do Sul, sendo por fim instalado no Taquaral. Esse processo demonstra que o homem que vive na terra e da terra precisa fincar raízes, construir uma história, especialmente aquela que expresse o resultado de suas lutas em busca de terra e de uma terra que lhe dê condições de vida. No entanto, para viabilizar o assentamento definitivo no Taquaral, as famílias precisaram podar as raízes e nesse processo, podaram um projeto precioso – trabalhar com a agricultura. Observamos então que a busca por um lugar, uma parada, uma terra, é o objetivo ainda nutrido pelas famílias assentadas no Taquaral. Não é qualquer terra que desejam, mas sim uma terra de trabalho.

Se a fala de Vitor expõe a necessidade de estruturar-se para poder ter uma história, ao mesmo tempo mostra que a caminhada ainda não cessou, que apenas parou temporariamente para poder vislumbrar uma saída. Por isso observamos que há, no Taquaral, famílias que hoje estão lá querendo partir. Eles vêem essas terras como ponto de chegada, mas não de parada, de finalização (cf. BORGES, 1997). Isto porque a imagem daqueles lugares onde plantavam em terras de boa qualidade, onde colhiam bem e dispunham de água suficiente para a reprodução, ainda está muito presente em nas lembranças e desejos.

O pensamento dos assentados reflete as análises feitas por Martins (1991). A terra não é vista como terra de negócio, mas como terra de trabalho, geradora de vida. O próprio ato de venda do lote pode ser justificado sob esse ângulo, uma vez que a venda se dá pelo desejo de busca por uma terra onde haja condições de cultivo agrícola. O que falta se materializar na vida dos assentados é a terra própria para agricultura. O lote que ocupam se opõe às características do trabalho familiar, por ser uma terra adequada à criação de gado, que exige pouca força de trabalho e, por outro lado, de tamanho pequeno para a pecuária. Assim, parte dos membros da família precisa se assalariar como estratégia para a permanência.

No Taquaral, podemos confirmar essa situação, quase que obrigatória, da subordinação da terra de roça, aquela fraca, inadequada ao plantio agrícola,

à terra de gado, alterando as estruturas de trabalho nos lotes. Para as famílias se manterem no assentamento, houve a necessidade dessa mudança de atividade produtiva. Contudo, essa terra de criação de gado assume um outro significado, uma vez que a produção do capim para o gado passou a ser a fonte de reprodução da família.

Lá não foi possível plantar o feijão, o arroz, o milho; então os assentados passaram a criar as vaquinhas de leite. Com a renda auferida na pecuária, por meio da venda do leite, do queijo, do requeijão e do doce de leite, compram o arroz, o feijão, o milho, enfim, boa parte do que precisam para a manutenção. O gado, ou melhor, as vaquinhas de leite representam o produto possível. Com elas não é possível enriquecer facilmente, como é a conotação que se dá aos grandes pecuaristas, mas possibilitam às famílias comprarem senão todos, mas parte dos bens de que necessitam para a reprodução, e assim vão se construindo as condições necessárias para a sobrevivência, mesmo que para uma difícil sobrevivência, criando novas relações e firmando raízes.

A reelaboração do projeto inicial como condição para o enraizamento

O fato de os assentados estarem reescrevendo o projeto inicial, como condição para permanecer nos lotes do Taquaral, é perceptível quando observamos a forma como eles vêm trabalhando as terras naquele assentamento. Os dados que obtivemos junto ao IDATERRA nos indicam que no ano de 2001 os produtos de maior expressão ocupavam a seguinte área: 250 hectares com plantio de milho, 350 hectares com plantio de mandioca e 100 hectares com plantio de feijão. Já a área ocupada pela pecuária era de 3.580 hectares, e o número de cabeças de gado chegava a 3.620, sendo uma média de nove cabeças por família. Nessa situação, vemos que dos 4.280 hectares trabalhados, 16,4% são ocupados com o cultivo de produtos agrícolas e 83,6% ocupados com a pecuária. Havia ainda, segundo o IDATERRA, o cultivo de outros produtos, como a cana, o napiê, a banana, a laranja e o mamão, ocupando uma pequena área, ainda não dimensionada, em cada propriedade. São produtos destinados à manutenção do gado, como o napiê e a cana, e para o consumo doméstico e venda do excedente, o caso da banana e do mamão.

Houve então para a permanência no Taquaral uma mudança no diálogo que mantinham com a terra: a escolha pela pecuária foi a saída. O espaço passou a ser ocupado de forma diferente dos primeiros anos. Logo que chegaram ao

Taquaral, mantinham uma relação metamorfoseada com a natureza, e dessa relação homem-natureza, formava-se constantemente uma nova paisagem nas terras: manejavam o solo, deixando-o em estado de nudez, para nele as sementes serem fecundadas; do solo coberto, germinavam as sementes, que vestiam a nudez da terra; quando adultas, apresentavam o resultado dessa relação, representada na produção. Hoje no Taquaral esse tipo de relação entre os assentados e a terra já não é mais possível. A terra ganhou uma vestimenta que é permanente: o pasto para a criação de gado. Não é mais possível ao homem todo o ano desnudar e fecundar a terra. É precisa mantê-la, vesti-la, tornando possível a criação de gado, e para tanto, novamente o espaço teve que ser redimensionado. A princípio foram planejados pelo Estado lotes onde ocorresse uma troca entre os homens e a terra, por via do cultivo agrícola, mas, com o insucesso dessa atividade, o projeto de cada assentado foi reelaborado, tendo sido o espaço produtivo repensado, e hoje até o espaço físico deve ser revisto como forma de enraizamento.

O que ocorreu no Taquaral foi o descaso do Estado, tanto no momento da desapropriação das áreas, inadequadas para o assentamento definitivo das famílias, quanto na falta de condições para que elas pudessem reverter sua situação de insucesso. Por isso ocorreu em relação às 82 famílias que abandonaram o Taquaral, o que Bavaresco (1999) indica: *uma inclusão temporária* dos excluídos, em virtude de no assentamento terem ocupado lotes com solo de baixa qualidade e com pouca disponibilidade de recursos. Por outro lado, em parte das famílias instaladas no Taquaral, percebemos, pela solidez das casas e pelos projetos que verbalizam, que há a nítida intenção de permanência.

Nas muitas conversas que mantivemos com mulheres e homens assentados no Taquaral, percebemos serem elas, fruto de reflexões e de desabafos e até mesmo de tentativas para encontrar um caminho capaz de tirá-los da situação em que se encontravam e ainda se encontram. É nesse momento que verbalizam o fato de estarem reescrevendo o projeto inicial, como condição para permanecer na terra. Se antes sonhavam em conquistar a terra, hoje sonham com formas para assegurar a permanência na terra. Mas como fazer para poderem mudar a situação em que vivem? O Estado deveria auxiliá-los, especialmente no encaminhamento de uma solução para a falta de água, uma vez que não é apenas a qualidade da terra e o clima irregular que dificultam o desenvolvimento dos lotes, mas especialmente a falta da água, elemento essencial para o encaminhamento tanto das atividades na roça como na criação de animais. Com o abastecimento regular de água, poderiam diversificar a produção, plantar horta, criar animais domésticos, ou mesmo

irrigar pequenas roças, o que oportunizaria condições para tornar seus lotes produtivos. Afirmamos a falta de compromisso do Estado em relação à implantação do Taquaral, tendo em vista diversos erros cometidos. O erro primordial, a instalação de um assentamento em área inadequada, poderia ser amenizado se fossem dadas condições para as famílias se estruturarem produtivamente. O não incremento das linhas de crédito foi outro erro: essas linhas possibilitariam aos assentados corrigir o solo, viabilizando a permanência das famílias na atividade que conheciam.

Apesar de todas as dificuldades, os assentados nos mostram que o homem que vive do trabalho na roça sempre tem esperança em dias melhores, sonha com a possibilidade de poder colher boas safras e com uma vida no campo onde reina a tranquilidade, num modo de vida com tempo e ritmo próprios, muito diferente daquele vivido nas cidades. Por isso afirmam que vontade, esperança e fé são os únicos elementos sob seu controle e que ainda tornam possível a vida de cada assentado no Taquaral. Fazem da esperança o elo para permanência, como se a “esperança fosse uma planta que cresce com a chuva” (ARIANO SUASSUNA, no livro *Auto da Compadecida*). Para permanecer, precisam reescrever o projeto inicial. No Taquaral, acreditamos ser exatamente a esperança de que um dia a situação mudará que ainda lá os mantém.

Talvez resida aí o desencantamento com o mundo da reforma agrária de que nos fala Abramovay (1994), pelo qual parte dos antigos sem-terra passa no pós-assentamento. Se durante o acampamento o grupo manteve uma organização para a conquista da terra e acalentou o sonho da posse de um pedaço de chão onde fosse possível produzir para criar a família, no pós-assentamento enfrentam-se inúmeras dificuldades, havendo a necessidade de lutar para garantir a permanência na terra.

Considerando o quadro que se apresenta, percebemos, e isto é inegável, as mudanças pelas quais atravessa a pequena propriedade, especialmente na forma de produzir, uma vez que para manter-se no atual espaço agrário brasileiro, é necessário que se efetuem mudanças em suas relações de produção. Para competir no mercado, é preciso a adoção de tecnologias e o desenvolvimento de atividades que lhe tragam condições mais vantajosas no que se refere aos preços e aos lucros.

Diante das dificuldades em produzir no Taquaral, os assentados vêm tentando encontrar novas formas que possam garantir melhorias na produção. Vislumbram três caminhos que acreditam possam resolver a situação das famílias: a diversificação agrícola nos lotes de produção que possuem solos próprios para o cultivo; a aplicação de técnicas que possibilitem produzir mesmo em tempos de

seca, como por exemplo, a irrigação; e por fim, o redimensionamento de todos os lotes da agrovila I e parte da agrovila II, de solo impróprio para a agricultura, ampliando a sua área e tornando-os próprios para o desenvolvimento da pecuária. A diversificação de culturas para aqueles lotes onde as terras possuem melhor classificação de produção aparece como uma das soluções. No entanto, essa tem sido uma prática utilizada por poucas famílias, uma vez que ainda é novidade em suas vidas. Havia uma preocupação nesse sentido por parte da antiga APATE, logo após a instalação do Taquaral, para que as famílias investissem na diversificação como seguridade produtiva, procurando assim garantir a colheita de algum produto. Naquele momento a associação, em conjunto com a CPT, promoveu cursos e encontros que visavam discutir a questão. Essas ações ainda se fazem sentir em alguns dos lotes do assentamento que possuem condições para as atividades agrícolas; mesmo não sendo muitos, representam o início das mudanças, visando à garantia de condições de permanência.

A implementação das técnicas modernas de produção poderia melhorar a forma como trabalham, sendo a irrigação o ponto central, vista como a alternativa que deixaria fértil uma área que hoje parece estéril. No entanto, esbarra-se em duas questões primordiais: a alta salinidade das águas do Taquaral, que segundo laudos da EMBRAPA (ver VILA DA SILVA, 2000), em virtude de serem salobras, com alta concentração de sódio e de magnésio, se usadas para a irrigação do solo, podem ocasionar sua contaminação. Os laudos recomendam seu uso apenas para a irrigação de plantas com tolerância aos sais e em solos sem deficiência de drenagem, caso contrário pode-se dificultar o processo de produção da terra. O segundo entrave está na descapitalização em que se encontram os assentados, aliada à impossibilidade de contraírem novos financiamentos juntos às instituições bancárias, por serem devedores de fomentos anteriores. Há ainda a falta de uma assistência técnica efetiva, que associada à desorganização associativa dos assentados, tem feito com que o desejo de irrigar o solo do assentamento fique cada vez mais distante. Uma assistência técnica efetiva é a alternativa viável para que os produtores pudessem definir melhor as estratégias de produção de cada lote, considerando as diferenças de solo dentro do mesmo assentamento. Atualmente o atendimento técnico é prestado pelo IDATERRA, que em virtude do pequeno número de técnicos lotados no escritório de Corumbá,⁴⁶ associado ao grande número de famílias

⁴⁶ A equipe técnica do IDATERRA, no mês de setembro de 2001, era composta por sete pessoas: um veterinário, um zootecnista, um agrônomo, três técnicos agrícolas e uma extensionista social. Essa equipe atendia aos seis assentamentos de Corumbá, com 1.054 famílias, mais o Assentamento 72, com 85 famílias, implantado em Ladário, município vizinho a Corumbá, além das colônias agrícolas localizadas no interior do Pantanal e outras pequenas propriedades localizadas próximas aos assentamentos.

assentadas atendidas pelos seis projetos instalados no município, compromete uma assistência efetiva, havendo mais um atendimento emergencial.

No entanto, sabemos que somente uma assistência efetiva, isolada da implementação de novos programas de fomento que possam viabilizar novas técnicas de produção, não resolveria a situação da produção nos lotes. Daí o atendimento técnico ser visto pelos assentados apenas como um dos elementos necessários ao desenvolvimento dos lotes de produção e não a solução para tudo. Para plantar, são necessárias terra boa e sementes. Para que a planta cresça e se desenvolva, ela precisa de cuidados, adubos e defensivos, possíveis quando os assentados obtêm lucros com suas plantações, uma vez que é a partir desses lucros que conseguem desenvolver um novo ciclo produtivo. Hoje, até mesmo a manutenção do que já possuem no lote está comprometida, em virtude da descapitalização em que se encontram.

Com o insucesso agrícola, os assentados do Taquaral precisaram aprender uma nova atividade: a pecuária. Porém, com ela veio uma problemática: como criar gado em lotes planejados somente para a atividade agrícola? Por isso o desejo do redimensionamento: eis a terceira alternativa para o Taquaral. Virgílio, um assentado que a princípio acreditava não ter nada para nos contar, quando começou a analisar seu cotidiano de trabalho no lote, muito nos falou sobre o que o incomodava no Taquaral: o fato de ter que mudar de atividade e com a mudança, o surgimento de um novo problema, ou seja, o tamanho dos lotes, inadequados para a nova atividade. Este parece ser o ponto marcante de suas análises:

Eu já falei para o pessoal da EMPAER e do INCRA que esse assentamento está mal administrado, porque essas parcelas que pertencem à agrovila I, poderia se pegar e de três parcelas fazer uma só, porque assim a pessoa que ficasse aqui influía para criar gado. Os lotes são muito pequenos para o gado. Você já pensou, você criar para o consumo e mais alguma coisa em cima de uma parcela de 12 hectares? Nem o gado leiteiro dá. Até que for ficar assim, nessa dificuldade de cada um só ter direito a uma parcela pequena como tem hoje, isso nunca vai ser solucionado, cada ano vai ser pior, porque não se produz lavoura e também não pode se desenvolver o gado por causa da área pequena. Se nós não tivéssemos a seca na região, estava bom, mas assim não adianta, porque você tem que plantar cana e um napiê, porque chega na época de agosto, setembro, não tem nada para dar para o gado. Tudo seca que desaparece. O pessoal aqui, eles vendem o leite para comprar o arroz. Então isso vai de mal a pior. Então você faça a base, vai chegar no final de ano e zero engoliu zero, não sobra nada. É um trabalho quase que igual a um assalariado, até pior, porque no final do ano se ele não tiver o leite, ele não tem o décimo terceiro salário. (VIRGÍLIO. 50 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

A fala de Virgílio expõe as dificuldades geradas a partir do momento em que o Estado projeta o espaço do assentamento sem considerar os fatores essenciais para que esse espaço propicie as condições necessárias à manutenção das famílias nele instaladas. Virgílio mostra que se adaptou à mudança de atividade, mas destaca as dificuldades enfrentadas nessa nova forma de produzir. O tamanho do lote é sua grande preocupação. O fato de poder, em virtude do pequeno tamanho da área que ocupa, enxergar seus limites com facilidade, o faz refletir sobre como poderá progredir em tal área. Por isso afirma que não basta produzir para sobreviver, é necessário também pensar em um projeto de vida para toda a família: a melhoria da casa, a possibilidade de pagar um lazer, ter acesso a bens de consumo e até possuir uma reserva para uma emergência.

O tamanho de 12 a 15 hectares não oferece condições favoráveis para que nele desenvolva seus projetos. Lá não consegue desenvolver a agricultura e nem a criação de gado, uma vez que além das pastagens normais, existe a necessidade do cultivo de pastagens para os períodos da seca (com a cana e o napiê). Os assentados prevêem que nessa condição não obterão sucesso também com a pecuária, uma vez que não conseguirão ampliar o número de cabeças de gado, em virtude da pequena área dos lotes. Hoje, o leite e seus derivados, como dissemos, são produtos que possibilitam às famílias comprarem o que desejavam produzir. No entanto, como a quantidade de leite que cada família produz diminui nos períodos de seca, seu rendimento também diminui, sendo insuficiente para suprir as necessidades. Como complemento, vende-se parte das criações. Percebemos então que zero como diz Virgílio, é a soma de todos os resultados que os assentados conseguem obter na luta diária.

Para reverter essa situação, os assentados estão realizando em conjunto com os técnicos do IDATERRA diversas reuniões, nas quais procuram discutir e criar propostas com o objetivo de encontrar alternativas para o espaço de seus lotes e para a atividade que hoje lá desenvolvem. Há o redimensionamento da área de cada lote, proposta já enviada pelos assentados por diversas vezes ao INCRA, visando diminuir o número de parcelas existentes na agrovila I e em parte daquelas localizadas na agrovila II. Unindo parcelas, o INCRA aumentaria o tamanho dos lotes e assim os viabilizaria para a criação de gado. Com base nessa proposta, as famílias que desejam trabalhar com a pecuária permaneceriam no Taquaral, e aquelas que almejam o cultivo da terra, seriam transferidas para outras áreas de assentamento, onde pudessem realizar seu desejo. É a busca de um projeto que viabilize a permanência e ofereça condições para produzirem para a manutenção da família na terra. Nesse desejo dos assentados percebemos estar a resposta para a indagação que fizemos no

Capítulo III, quando destacamos a dúvida de serem os assentados agricultores modernos ou tradicionais. A forma como organizam seus lotes e mesmo a busca por projetos que visem torná-los lugares com condições para manter a família, é uma concepção de agricultores tradicionais, que vêem a terra como patrimônio da família e, especialmente, lugar de vida e de trabalho. Daí a luta pela redivisão do espaço de seus lotes, no intuito de poderem viver deles.

Não há hoje, entre os assentados, a organização que observamos no início do assentamento, quando havia um entusiasmo pelo fato de serem finalmente assentados e também pela necessidade que tinham de buscarem a infra-estrutura básica. Atualmente a luta traz a marca da desesperança, o que justifica o não envolvimento de todas as famílias que lá estão, mas mesmo assim elas têm procurado discutir no coletivo do assentamento e com as instituições de apoio (IDATERRA e CPT), alternativas para a melhoria da situação em que se encontram.

O trabalho das mulheres: outro elo para a permanência no assentamento

No Taquaral as mulheres não estão inseridas em atividades exclusivas da unidade produtiva; elas atuam em espaços que abrangem desde os trabalhos com a casa, a roça, a comercialização de produtos nas feiras livres de Corumbá, bem como, no caso de precisão, no assalariamento doméstico urbano. Existem também aquelas que trabalham como professoras em escolas do projeto em parte do dia e na outra parte, desenvolvem trabalhos nos espaços da roça e da casa.

O trabalho assalariado feminino foi uma das primeiras formas encontradas para o provimento da sobrevivência das famílias desde a chegada a Corumbá até o assentamento definitivo. Como afirmamos no Capítulo II, foi um período de cerca de dois anos em que as famílias permaneceram acampadas em uma área coletiva à espera que o INCRA realizasse a divisão e a entrega dos lotes. Naquela ocasião, plantavam uma pequena área coletiva, mas os alimentos que produziam não atendiam às necessidades de cada família. Como a base econômica da região de Corumbá encontrava-se, e ainda se mantém voltada para a atividade da pecuária extensiva, que não oferece um grande número de empregos, tornara-se difícil para os homens inserirem-se no assalariamento. Nessa situação, coube às mulheres a inserção na atividade assalariada, assumindo o trabalho como empregadas domésticas no centro

urbano do município. Muitas mulheres diariamente saíam, e ainda hoje saem de casa, para trabalhar e assumir a responsabilidade do sustento da casa.

O trabalho assalariado em casa de famílias no centro urbano apresentou-se como uma nova experiência. Nova não como atividade de labor, uma vez que elas tiveram como primeiro aprendizado, ainda muito crianças, o trabalho doméstico, mas como forma de inserção no assalariamento individual, sem contar com a presença de seu companheiro nessa atividade. A permanência de parte das famílias nos lotes durante os primeiros anos, e mesmo hoje, já passados dez anos de assentados, vem sendo garantida pelo assalariamento das mulheres e isso dá ao trabalho assalariado delas, ares de um trabalho duradouro, visto como seguro. Aquele que deveria ser um trabalho sazonal só para tempos de dificuldade no lote, torna-se o trabalho principal, e o rendimento obtido com a produção no lote passa a ser visto como complemento.

Com essa inserção feminina no assalariamento, houve uma inversão dos papéis tradicionais, que colocavam o homem à frente do sustento da família. Até então, na vida da maioria das mulheres do Taquaral, nas situações de dificuldade, a iniciativa em buscar trabalho fora da propriedade partia do homem, para assumir os trabalhos de bóias-frias, arrendatários, diaristas, e nos quais as mulheres trabalhavam juntamente com o companheiro. Tiveram que aprender novas estratégias de trabalho, especialmente a de combinar o trabalho como assalariada com a condição de trabalhadora rural, conjugando duplas ou triplas jornadas de trabalho em espaços diferentes: a casa, a roça, a feira e o assalariamento doméstico.

Trabalhar fora representa atender às necessidades imediatas no sustento da família, mas o que se percebe nas falas das mulheres que desempenham trabalhos como assalariadas domésticas – e mesmo na fala daquelas que não desenvolvem tal atividade –, é que este é um trabalho considerado humilhante pela maioria delas. A mulher rural, por não possuir uma especialização em trabalhos que não sejam aqueles ligados à terra e à casa, acaba por ter o emprego doméstico como uma das únicas alternativas quando da busca pelo assalariamento urbano. Isso é visto de forma negativa, por considerá-lo como um trabalho que as coloca numa esfera social inferior à condição de trabalhadoras rurais.

Farias (1983), ao estudar o trabalho doméstico, verificou que as empregadas domésticas repudiam essa condição e mesmo a expressão “doméstica”, por sentirem-se estigmatizadas socialmente. A autora define o trabalho doméstico “como um não-trabalho (invisível), de valor nulo, porque

‘improdutivo’ (lógica capitalista), não monetarizado (obrigação, virtude), e, portanto, desvalorizado” (1983, p. 85).

O trabalhar para os outros, largando o que é seu, é visto pelas trabalhadoras do Taquaral como contradição, afinal, lutaram tanto para conseguir a terra e quando a conseguiram, tiveram que buscar trabalho em outro espaço. Percebemos que a identidade daquelas mulheres está mais ligada à roça, à condição de trabalhadoras rurais e não à de trabalhadoras assalariadas, ainda que estejam vivendo do trabalho assalariado.

Olinda relata que a realidade em que vive hoje, tendo o trabalho assalariado como fonte primeira de renda da unidade produtiva, a faz perceber cotidianamente a frustração do projeto de conquistar terra para dela poder viver e criar seus filhos:

A gente vai porque a situação obriga, mas o meu sonho era trabalhar a terra e ter de tudo com a terra, frutas, de tudo, mas aqui não deu para realizar esse sonho. Hoje nós estamos na terra e temos que trabalhar fora dela para poder comprar as coisas que precisamos. Isso eu não me conformo. (OLINDA, 44 anos. Entrevista gravada em fevereiro de 2000).

O trabalho assalariado foi o primeiro espaço por onde as mulheres se embrenharam no Taquaral, mas passado o primeiro momento de dificuldade, ao receberam seus lotes, esperavam poder produzir, trabalhar neles, sem a necessidade do trabalho assalariado. Algumas famílias realmente passaram a viver unicamente de sua produção na unidade, cultivando as áreas e vendendo os produtos advindos delas diretamente nas feiras livres da cidade de Corumbá, gerando assim o necessário para o desenvolvimento da unidade e para a manutenção de seus membros.

Na cidade de Corumbá existem espaços reservados para as feiras livres, que são locais organizados diariamente em ruas alternadas, onde produtores e comerciantes vendem diversos produtos, dentre eles, hortigranjeiros, vestuário, utensílios domésticos e demais artigos. As famílias do Taquaral aproveitam esse espaço para a venda de seus produtos, fazendo-se presentes especialmente às quartas-feiras e aos domingos, quando as feiras recebem um número maior de visitantes, o que oferece melhores possibilidades para as famílias negociarem seus produtos. Observamos que o principal produto comercializado é o leite e seus derivados (doce de leite, queijo e requeijão). Há também as famílias que, pelas condições favoráveis de solo em seus lotes, produzem e vendem outros produtos: alface, quiabo, maxixe, cebolinha, salsa, pimentão, cenoura, rúcula,

repolho, mamão, banana, manga, mandioca, milho e seus derivados, como pamonha, bolos e pães.

O trabalho de comercialização dos produtos é assumido em sua grande maioria pelas mulheres, e esse fato é explicado em virtude da feira ser vista como um espaço de trabalho leve, no qual se deve ter paciência. A mulher, pelos seus dotes tradicionais que a colocam como zelosa e paciente, desempenha melhor essa atividade. O fato é que não há leveza no trabalho com a feira, uma vez que para chegar até ela, a grande maioria das mulheres usa ônibus ou carroças como meio de transporte. Para isso, é necessário acordar cedo e transportar, contando com a ajuda dos filhos menores, as mercadorias da casa onde residem até a estrada, para dali seguir caminho para a cidade. Chegando à cidade, do ponto final onde o ônibus pára, as mulheres, para chegar até suas bancas, onde comercializam os produtos, têm a necessidade de carregar elas próprias os produtos.

No trabalho com a feira, as mulheres precisam ficar por longas horas em pé, expostas a um sol escaldante, típico da região de Corumbá, fato que tira qualquer leveza desse trabalho. Mesmo assim, a feira é o espaço de trabalho preferido pela grande maioria das mulheres do Taquaral. Para aquelas que residem nos lotes com algumas características favoráveis à produção, a feira tornou-se o novo espaço, o que as fez abandonar o trabalho doméstico urbano. Porém, essa não é a realidade vivenciada por todas as mulheres do Taquaral, especialmente aquelas que ocupam lotes de produção em lugares onde o solo não favorece o desenvolvimento da agricultura. O trabalho assalariado no meio urbano passou do plano temporário para o plano definitivo, tornando-se a principal fonte de renda familiar. Nesses casos, o assentamento passa a ser então o local de moradia e não de trabalho.

No entanto, aquelas mulheres que conseguiram libertar-se do trabalho doméstico assalariado não vivem um cotidiano mais tranquilo, somente com o trabalho na unidade produtiva. Elas precisam conjugar o trabalhar na feira, na casa e no lote, sendo que o trabalho na feira ocupa parte de sua jornada.

Não há leveza no trabalho com a feira, uma vez que para a venda é necessário separar, com antecedência, os produtos destinados à comercialização, processo que envolve todos os membros da família. Para isso, o dia se inicia muito antes do nascer do sol e tudo é muito cronometrado, para poderem dar conta de todo o trabalho.

Evidenciam-se ambigüidades no olhar das mulheres quanto ao trabalho fora da unidade produtiva. O trabalho na feira não é visto como um trabalho desmembrado da unidade produtiva, não representa uma atividade fora da

unidade, em virtude de estarem comercializando o que a família produz no lote. Existe um laço que une os trabalhos no lote e os trabalhos na feira, pois para que ocorra o trabalho na feira, é necessário primeiro o trabalho realizado no lote: ambos são parte da reprodução familiar. Na feira o produto vira mercadoria e realiza-se o lucro. Já o trabalho assalariado é considerado como um trabalho independente da unidade, sendo visto com certo desprezo, pois desqualifica a mulher dentro de sua identidade. Além disso, o espaço da feira propicia uma maior visibilidade para o trabalho feminino, uma vez que é esse o espaço que possibilita a elas condições para adquirirem o que desejam, sem ficar na dependência da aprovação do companheiro.

O trabalho das mulheres fora da unidade produtiva, especialmente nas feiras, passa a ser um elemento fundamental para sua própria visibilidade. É por meio dele que conseguem adquirir bens voltados para as necessidades da casa e mesmo da unidade produtiva. Observamos que a produção que os assentados retiram da roça, mesmo naqueles lotes com terras favoráveis à agricultura, não cobre todo o conjunto de bens necessários ao consumo familiar. O açúcar, o sal, o café, por exemplo, não são bens produzidos no lote, daí a necessidade da venda de produtos para a aquisição de outros. A compra de outros bens que não de subsistência, como sofás, eletrodomésticos e outros equipamentos, além do pagamento de financiamentos contraídos junto às instituições financeiras, são também conseguidos em virtude da venda da produção do lote nas feiras. É nessa situação que percebemos a estreita relação entre a produção do lote e a feira, sendo a segunda o espaço onde se materializa a primeira. Além disso, a feira é vista como o espaço que, de certa forma, demonstra publicamente o sucesso do trabalho por meio da produção apresentada, o resultado do trabalho que cobriu seu ciclo.

Ao mesmo tempo em que a feira é o retrato de quem produz em seus lotes, ela é tida também como o local do encontro, da atualização das conversas, do conhecimento de pessoas, enfim, é a expressão da sociabilidade, da quebra de rotina. Por vezes, o trabalho que envolve mulheres e homens na venda na feira livre dos produtos do lote, passa a ser confundido com lazer. Nele se dá o momento da descontração, já que na vida diária as mulheres destinam todo o tempo ao trabalho com o lote, com poucos momentos para a vida social, o que caracteriza o modo de vida do homem do campo, voltado mais para as responsabilidades e para a socialização dentro do círculo familiar. Entretanto, essa percepção de vida coletiva dentro dos limites da unidade produtiva não os impede de contar com a ajuda de vizinhos em tempos de precisão.

Assim, é no espaço da feira onde se realiza uma maior socialização entre as famílias que dela participam. Lá encontram os vizinhos do período de acampamento, que com o assentamento separaram-se; lá aparecem os técnicos do IDATERRA, que aproveitam para marcar reuniões com os assentados; lá os assentados discutem a situação de dificuldades na produção e na nova atividade que hoje desenvolvem no Taquaral, e até mesmo organizam-se para as questões coletivas. É também o lugar da visibilidade, do dar-se a conhecer, tornando-se pessoas reconhecidas no contexto social urbano como trabalhadoras e, portanto, merecedoras de confiança. O assentado que vende na feira mostra que está produzindo no assentamento, que é um trabalhador, e isso beneficia suas negociações com o comércio local.

É preciso considerar que a feira não envolve somente o trabalho da mulher, uma vez que para preparar os produtos que são comercializados, existe a necessidade do seu preparo com antecedência, sendo parte dele arrumado no dia anterior, atividade que envolve todos os membros da família.

O mesmo compartilhar de tarefas ocorre com os trabalhos no espaço da casa. Como a mulher passa grande parte do dia inserida seja na feira, seja no assalariamento urbano, há uma mudança na condução da casa. O trabalho na unidade doméstica é desempenhado por todos os membros da família, inclusive os homens, deixando de ser um trabalho exclusivamente feminino.

Amélia, agente da CPT que desenvolve ações junto às famílias do Taquaral, vê a inserção das mulheres em outros espaços para além da unidade produtiva, como o elemento que possibilitou mudanças no espaço privado. Vejamos como ela percebe a nova forma de relacionamento familiar:

Hoje, quando você conversa com os homens do Taquaral a respeito das mulheres, do trabalho que elas desenvolvem, tem homem que diz assim: “meu Deus, eu nunca imaginava que minha mulher ia fazer o que era para mim fazer”. Eles nunca imaginaram que iria inverter os papéis. Isso foi muito difícil no começo, esse inverter dos papéis, por causa da questão do machismo. Na área rural é bem forte isso, existe na sociedade como um todo, mas na área rural é mais forte. No início, às vezes a gente chegava na casa dos assentados e muitos estavam fazendo comida ou lavando louça e assim que a gente chegava, eles disfarçavam e largavam tudo. A gente via que aquela situação os incomodava, mas com o passar dos tempos, eles foram acostumando e até falando sobre o que faziam. Hoje muitos deles reconhecem que se não fosse pelas mulheres, eles tinham passado fome. Isso até foi bom porque os homens passaram a fazer as coisas, a dividir o trabalho da casa. (AMÉLIA, agente da CPT. 37 anos. Entrevista gravada em setembro de 2001).

Na análise que Amélia faz, vemos que a participação do homem em trabalhos com a casa, um espaço ocupado tradicionalmente pela mulher, deu-se a partir da vida no assentamento em Corumbá, em decorrência da nova inserção da mulher no mundo do trabalho. Hoje, por exigência dela e pelo fato de passar grande parte do dia fora da casa, o homem participa dos serviços domésticos mais essenciais, ou seja, cozinhando e lavando louças. A limpeza da casa e a lavagem das roupas ainda são quase que exclusivamente atividades desempenhadas pelas mulheres.

Os companheiros das mulheres assentadas são unânimes em afirmar que sem o trabalho feminino, a vida da família seria, desde o princípio, bem mais difícil no novo lugar, tal como nos relata José Antônio:

Hoje o leite está me ajudando a viver aqui e tem também o ganho de minha esposa, que ela é funcionária pública, e o rendimento dela ajuda um pouco. Ajuda um pouco não, ajuda é muito, que se não fosse ela, eu não teria condições de fazer essa casa, por exemplo. Muita coisa é feita com o salário dela. Aqui a gente ficou bastante tempo sem ter rendimento da lavoura, e era ela quem agüentava as pontas. (JOSÉ ANTÔNIO. 52 anos. Entrevista gravada em janeiro de 2000).

O fato de participarem do orçamento familiar e mesmo de serem provedoras, serve para reforçar sua participação no espaço das decisões, dando-lhes voz nos assuntos que são deliberados no cotidiano familiar. A forma de administrar o lote, os itens financiados e a compra de pequenos objetos, tudo passa também pelo consentimento feminino. Por isso concordamos com Carneiro e Teixeira (1995) quando afirmam que a inserção feminina na produção é o passe para que se processem mudanças sociais.

No entanto, se no Taquaral a mulher tem executado funções antes destinadas ou assumidas pelo homem, não observamos com essa mudança uma substituição de papéis que permita à mulher tomar decisões. Percebemos que no cotidiano da família, as decisões são previamente negociadas em conjunto com os membros que a compõem.

O trabalho assalariado feminino, associado ao trabalho nas feiras, representa uma fonte de renda que em tempos de dificuldades na lavoura e mesmo em períodos normais, mantém o sustento familiar.

O fato de ocupar diferentes postos de trabalho, com jornadas que têm hora para iniciar, mas não têm hora para terminar, fez com que as mulheres olhassem para sua condição não só dentro dos limites da unidade doméstica ou do trabalho, mas especialmente para sua importância na sociedade.

Exemplo disso é a participação ativa nas reuniões, seja com a CPT, seja com o IDATERRA ou com as agências financiadoras de fomentos.

No entanto, na seleção, o acesso de mulheres como candidatas a lotes de terra no programa de reforma agrária é mais complicado, pois enfrentam as marcas de gênero. São poucas as mulheres que ingressam na categoria de representantes de parcelas. Boa parte daquelas que hoje é titular de lotes, não ingressou, mas tornou-se titular em momento posterior ao assentamento. Dessa forma, a decisão da mulher em assumir a representação da parcela não se dá de forma negociada com o companheiro, mas surge como uma solução forçada para não perder a oportunidade de obter um lote, em face da impossibilidade do homem fazê-lo.

No conjunto dos lotes do Taquaral, 40 deles são representados legalmente por mulheres, o que representa 10,2% sob a administração feminina. O motivo de a mulher estar na condição de titular é explicado pelas seguintes situações: impedimento do companheiro em conseguir terras junto ao INCRA, por não dispor de documentos; ausência do companheiro na época do cadastramento; não correspondência da idade do homem em relação à faixa etária estabelecida pelo INCRA; falecimento do companheiro. Também encontramos mulheres que estavam acampadas com seus companheiros durante o período da inscrição da terra, mas que, com a separação do casal e a desistência do homem em permanecer durante esse processo, tornaram-se as representantes legais da parcela.

Vale destacar que essa condição das mulheres – ocupando a posição de titulares legais das unidades nos projetos de reforma agrária – é uma conquista muito recente. A Constituição de 1988, em seu Capítulo III, intitulado: “Da Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária”, Art. 189, Parágrafo Único, regulamentou a concessão do título de domínio de uso da terra em assentamentos de reforma agrária indistintamente ao homem ou à mulher, independentemente do estado civil de ambos. Foi a partir dessa Constituição que a mulher conquistou o direito de representar a propriedade e não mais permanecer na condição de “mulher de proprietário”. No entanto, apesar dessa modificação, o número de titulares mulheres nos assentamentos ainda é pequeno. Segundo Bergamasco e Ferrante (1998), os dados do Censo realizado em 1996 sobre assentamentos rurais, confirmam esse quadro. Entre os 159.778 entrevistados pelo Censo, 85,6% eram homens, que apareciam como representantes jurídicos das parcelas nos assentamentos. Isso, segundo as autoras, coloca as mulheres como sujeitos virtuais nos processos decisórios nos assentamentos, o que mostra que nossa sociedade ainda se encontra

comandada por uma dimensão patriarcal. A presença da mulher, conforme Ferrante (1998) tem importância no momento da seleção, só que na condição de elemento coadjuvante, necessário para facilitar a aceitação do candidato homem. O fato de o homem apresentar-se como um sujeito que constituiu uma família, que possui uma mulher e filhos, o coloca em melhores condições para ser selecionado.

Atualmente assistimos à legalização de algumas reivindicações das trabalhadoras rurais. A primeira delas ocorreu em 1993, com a inclusão do nome da mulher e dos filhos maiores de 14 anos na Nota Produtora, o que tornou visível a presença no lote desses membros da família e lhes assegurou os benefícios da Previdência. Até então esse benefício só era destinado a uma pessoa da família, que normalmente era o homem, ficando os demais membros sem poder comprovar seus trabalhos. A portaria assinada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, em março de 2001, ampliou a visibilidade da mulher no lote, uma vez que permitiu a ela o direito jurídico de ter o seu nome incluído, juntamente com o de seu companheiro, no título de posse da terra.

Esses fatores vêm fazendo com que o tradicional papel de “rainha do lar”, cuidadosa, paciente e zelosa unicamente para com sua família, esquecendo-se dela própria, seja modificado, acrescentando-se a esse papel aquele da figura atuante politicamente. Exemplo disso, foram as conquistas referentes à aposentaria da mulher rural aos 55 anos, o que era somente concedido ao homem, bem como o direito de ter seu nome incluso tanto nas notas de venda do lote quanto no documento de posse da terra.

A luta cotidiana para se manter no novo lugar, na permanência das famílias nos lotes do Taquaral, tem nas mulheres as grandes responsáveis, em dois sentidos: de um lado está o trabalho como assalariadas, pela facilidade de inserção nesse campo, embrenhando-se por um novo espaço assumindo, quando necessário, a responsabilidade pela manutenção da família. Por outro lado, são elas que apresentam um maior receio em deixar o Taquaral e irem em busca de lugares melhores. O fato de lá permanecerem, mesmo expressando descontentamento, é explicado pelo temor que sentem em reiniciarem uma nova busca por outros lugares. Elas apresentam exemplos de pessoas que partiram do Taquaral e acabaram tendo que retornar, já não mais na condição de assentados, mas sim de agregados, em virtude de não terem obtido sucesso em sua busca. Assim, acreditamos serem as mulheres os alicerces que mantêm boa parte das famílias no assentamento. Elas nos mostram que desejam um

lugar melhor, mas temem, se saírem do Taquaral, ter que recorrer à moradia na cidade, fato que poucas desejam.

Se hoje o lote representa a frustração do sonho acalentado, por outro lado tem a percepção de que uma saída do Taquaral estaria, além de retirar a importância dos anos de luta, colocando-as e as suas famílias novamente na situação de dificuldades de sobrevivência. Além disso, a saída do Taquaral faria com que o sofrimento pelo qual passaram, especialmente no período de acampamento, fosse esquecido.

Não obstante esse sentimento da saída representar o esquecimento de um tempo de luta em suas vidas, existe um outro sentimento manifestado pelas mulheres, que é o medo da perda de espaços de trabalho e de espaços sociais. Em Corumbá, as mulheres deixaram a vida privada e o trabalho como acompanhante do homem para tornarem-se elas próprias trabalhadoras individuais e mesmo comerciantes em feiras, que é um dos espaços que as coloca em evidência. A busca por um outro lugar poderia não mais propiciar essa condição favorável ao trabalho assalariado e à venda de produtos. Se hoje não estão satisfeitas com a condição de assalariadas, mesmo estando elas assentadas na terra, ao mesmo tempo, mostram que tem sido o trabalho assalariado, associado à sua atuação nas feiras, que lhes dá condições para a manutenção da família no assentamento. Por isso acreditam que, enquanto o lote lhes possibilitar condições de sobrevivência, mesmo que seja uma difícil sobrevivência, nele permanecerão.

Nessa luta constante, as mulheres e os homens que permanecem no Taquaral, que viveram no assentamento o dilema de sentimentos opostos: o contentamento e a desesperança, parte delas lá está, querendo dele partir, e outra parte encontra-se criando alternativas para o enraizamento. Para isso, reelaboram o projeto inicial: as mulheres embrenham-se no assalariamento e no trabalho nas feiras livres, os homens deixam de ser agricultores para ser pastores, e assim vão construindo um novo modo de vida. Na luta cotidiana, criam novas relações de sociabilidade e transformam a realidade em que vivem, tornando-se eles próprios novos sujeitos.

Os Múltiplos Olhares do Movimento da Vida na Construção do Taquaral

Neste trabalho, por meio da história oral, acompanhamos a trajetória das famílias instaladas no projeto de Assentamento Taquaral e os muitos olhares que lançam para a terra: na luta e na chegada, um olhar esperançoso; no assentamento, um olhar ansioso, substituído por um olhar de desânimo em face do lote recebido. Por isso, as contradições que foram sendo criadas, motivadas pelos diferentes projetos: o dos assentados e o do Estado.

Os dados da pesquisa de campo nos mostram que foi longa a trajetória trilhada pelas famílias até serem assentadas no Taquaral. Vieram de regiões diferentes, do Nordeste, do Sudeste e do Sul do Brasil, em busca de terra para nela plantar e viver. Migraram para o Paraguai, mas era no Brasil deles. Por isso terem empreendido a luta pela terra, enfrentando agruras e diversos tempos nos acampamentos. Neles se formaram laços de solidariedade, de insegurança e, especialmente, de rompimento com as antigas redes de relações, quer com a família, quer com os vizinhos e com os lugares de onde eram originários.

O tempo de acampamento foi longo, tendo sido o Santo Inácio o espaço aglutinador das famílias, e, de lá, o assentamento definitivo em Corumbá. O Taquaral foi visto como a alternativa que solucionaria o estado de acampamento, porém estava longe de ser o lugar que desejavam para a morada definitiva.

No Taquaral, o Estado criou as agrovilas como espaços idealizados para a moradia de famílias, sem considerar que eram contrárias àqueles que elas desejavam e isso gerou a primeira contradição. As famílias desejavam lotes de produção para plantar, mas era também neles que tencionavam construir suas moradias. Eram famílias camponesas que viam o lote de terra como espaço de morada e de trabalho.⁴⁷ As agrovilas eram estranhas, aproximavam-se do que procuravam se distanciar, do modo de vida urbano. Não queriam e não querem viver em espaços limitados, porque, quando pensam a vida no campo, pensam no espaço que será ocupado com a casa, com as plantações, com as vacas, com os porcos, com as galinhas e com a horta. Para aquele que sempre viveu na e da terra, é impossível pensar em espaços separados, pois, para ele, vida e trabalho são inseparáveis, possuem o mesmo significado. Para que um

47 Cf. Woortmann (1990).

subsista, deve existir o outro. Por isso as agrovilas foram criadas pelo Estado, mas abandonadas pelos assentados e hoje são espaços vazios, de terra parada e sem serventia.

Assim, enxergamos o assentamento como um campo de lutas e de permanente reconstrução dos projetos familiares,⁴⁸ estabelecendo diversos vínculos, em virtude de existirem diferentes imposições geradas pelo poder do Estado e também pelos desejos dos assentados. O Estado detém o poder de dividir o espaço conforme seus interesses e esse poder tem sido explícito, não só no Taquaral, mas também na grande maioria dos assentamentos instalados no território brasileiro, onde o espaço é pensado a partir do poder que ele exerce. No entanto, na última década, vimos a contestação desse poder por meio da organização dos movimentos sociais, que vêm tentando fazer valer o desejo das famílias beneficiadas com lotes.

A desarticulação no Taquaral do espaço projetado pelo Estado deu-se em razão do espaço ser social, como nos aponta Lefebvre, uma vez que se refere ao espaço vivido dos indivíduos. Ele é engendrado pelas relações estabelecidas entre os homens. Pelo fato de ser social, passa a ser, também, um instrumento político, podendo ser articulado e desarticulado. No Taquaral, o espaço foi articulado pelo Estado, segundo seus interesses, mas foi desarticulado pelas famílias assentadas, por não representar o espaço vivido.

Hoje, as famílias procuram recriar o espaço produtivo de seus lotes, reescrevendo seus projetos iniciais, numa tentativa de permanência, e assim vencerem uma outra contradição, a de terem sido assentadas em terras de lama e de areia, sem vocação para a agricultura, contrariando o modo de vida que estavam habituadas, uma vez que eram portadoras de tradição com o cultivo agrícola. No momento anterior ao assentamento, encontravam-se trabalhando como arrendatários na região sul de Mato Grosso do Sul e no Paraná, ou como detentoras de terras no Paraguai, lugares onde o tipo de solo e o clima são bem diferentes daqueles encontrados na região de Corumbá. No Taquaral, além de ser um lugar de solo impróprio para a agricultura, há constantes irregularidades climáticas e a água apresenta altas taxas de salinidade. Somado a isso, havia, e ainda há, outra questão, a das terras do Pantanal ser consideradas inadequadas, sob o ponto de vista ecológico, para a instalação de assentamentos de famílias, visto ser uma área de preservação ambiental, em virtude da variedade da fauna e da flora existente naquela região. O desenvolvimento da atividade agrícola pode interferir no ambiente natural e comprometer o ciclo de vida de plantas e de animais.

48 Cf. Farias (2002).

Em virtude das características da região de Corumbá, as famílias assentadas no Taquaral tiveram que abdicar do projeto que traziam: cultivar a terra e ver dela germinar os produtos de que necessitam para sua manutenção. Essa contradição, a de serem assentadas em um lugar que não lhes oferece condições para produzir da forma como desejavam, deixou-as, a princípio, sem rumo, pois pensavam em derrubar a mata, plantar, capinar e colher, ver o resultado do suor de seu trabalho representado no “ter de tudo: milho, arroz, feijão, mandioca, porcos, ovos, galinhas e não só vacas e leite”, no dizer de um assentado. Para permanecerem nos lotes, foi preciso lançar mão de estratégias outras, como, por exemplo, o assalariamento de membros da família, especialmente das mulheres, que passaram a assumir o trabalho assalariado em casas de famílias na cidade de Corumbá, aparecendo como a primeira forma encontrada para viabilizar o sustento das famílias. Porém, a principal estratégia está na mudança de atividade, tendo que passar da agricultura para a pecuária, e com isto, deixar de serem agricultores para se tornarem pastores.

O enfrentar dessas contingências levou parte das famílias a reiniciar a caminhada que as levou ao Taquaral; dele partiram em busca do sonho de uma terra com melhores condições. Dentre as 394 famílias iniciais, 312 delas permanecem no Taquaral e outras 82, por não se ajustarem às condições que lá encontraram, enveredaram por outros lugares. Aquelas que ficaram no Taquaral, se lá continuarão, só o tempo dirá. Tudo dependerá de sua organização e também de sua negociação com o Estado.

No processo de enraizamento no Taquaral, a grande maioria das famílias que fincaram raízes no solo, mesmo que arenoso, ainda que enfrentando cotidianamente uma série de dificuldades para trabalhar com a pecuária, e carregando em sua memória um estilo de vida voltado ao cultivo, vem procurando se enraizar. Enfrentam o difícil processo de adaptação a um lugar que não era o sonhado. Para isso, discutem alternativas com os técnicos do IDATERRA, tentando apreender códigos e práticas da nova atividade. Fazem do antigo projeto, o de trabalhar a terra por via do plantio agrícola, uma lembrança a ser guardada de antigos lugares que ocuparam, quando ainda não eram detentores da posse da terra. Procuram, dentro das novas condições, estruturarem-se na atividade que lhes restou, para, por meio dela, garantir a reprodução familiar. O desejo de aumentar a área de seus lotes e melhorar a estrutura de suas casas são exemplos que podem ser vistos como parte da vontade de permanência no novo lugar. Tentam fazer da terra imprópria para a atividade agrícola, própria para a criação de gado. Se não é possível produzir o feijão e o arroz de que necessitam, podem, em seus lotes, criar gado que lhes fornecerá o leite e dele

tirarão os meios para adquirir os bens de que necessitam para sua subsistência. Para tanto, recriam a rede de solidariedade e a organização que marcaram os acampamentos e os primeiros anos do assentamento definitivo. Essa rede, mesmo estando menos fortalecida, em virtude da separação das famílias nos lotes e da desesperança gerada pelo insucesso agrícola no novo lugar, vem sendo recriada pela necessidade de lutarem para o redimensionamento do espaço físico de seus lotes.

O cimento⁴⁹ que mantém as famílias no Taquaral é justamente a experiência anterior, que guardam em suas memórias, configurada no desejo de construir um lugar onde possam trabalhar e viver, criar os filhos, e fazer desse lugar a morada da vida. Por isso a formação de novos laços de solidariedade e a aceitação de uma nova experiência, a pecuária.

Às mulheres podemos atribuir parte da responsabilidade da permanência da família. Elas lutaram na fase do acampamento, depois no assentamento, embrenharam-se em espaços estranhos, como o trabalho assalariado em casas de famílias no meio urbano e mesmo na comercialização de produtos nas feiras livres, assumindo múltiplas jornadas de trabalho: a sua casa, a casa da patroa, a roça, a criação, a feira ou a preparação de produtos para a feira (queijos, doces). Isso implica em jornadas imbricadas⁵⁰ quando estão nos lotes, combinadas com as jornadas fora deles, no emprego doméstico ou na feira, sendo que, neste caso, ainda há uma continuidade do trabalho, ou seja, quando expõem e vendem seu produto, tornando-o mercadoria, as mulheres executam um trabalho cuja natureza é diferente, por ser de comercialização, mas que são a continuidade e finalização dele, porque vêem o produto tornar-se mercadoria e auferem, assim, rendimento. Da condição de membro da família no antigo trabalho como arrendatários, passaram, no Taquaral, à condição de assalariadas, de comerciantes, de donas de casa e de trabalhadoras da roça. Lá, tornaram-se trabalhadoras individuais, sem ter a seu lado a presença do companheiro, mas assumiram uma pesada carga de trabalho. Não estão satisfeitas com sua condição, embora vejam que o Taquaral hoje lhes garante o mínimo de que precisam. Lá elas têm o trabalho assalariado e a possibilidade da venda na feira, dos produtos que produzem no lote e com isso compram o café, o arroz, a mistura, roupas e, por vezes, sustentam a casa. Nessas jornadas, elas combinam a mulher que sai de casa para vender sua força de trabalho e seus produtos na feira, com a mulher tradicional, a que cuida, zela, lava, passa e usa seus saberes tradicionais para auferir renda.

49 Expressão de D'Aquino (1985).

50 Cf. D'Aquino (1985).

Se no Taquaral a maioria das famílias luta para melhorar seus lotes e sua condição de vida, é inegável que há famílias que estão voltadas para fora dele. São as que nutrem o desejo de conquistar uma terra que lhes oportunize as condições que hoje não possuem. Elas nos mostram que as antigas experiências estão vivas em suas memórias e isso, acreditamos, deve-se ao fato de o assentamento definitivo ter sido um espaço de abdicção do que mais valorizavam. Vivem o dilema de ficar no Taquaral, querendo dele partir.

A luta dos sujeitos ligados à terra, especialmente daqueles que dela foram expropriados, parece nunca acabar, sendo feita de uma sucessão de tempos. As famílias assentadas no Taquaral primeiro lutaram para vencer a expulsão a que foram submetidas e serem novamente inseridas na terra. Lutaram para conquistá-la e, quando a conquistaram, foi preciso organizar-se para reivindicar, junto ao Estado, a estrutura básica para poder começar a produzir. Hoje é necessário lutar por condições que garantam a reprodução familiar e a permanência, por isso a reelaboração dos antigos projetos.

O que ocorreu no novo lugar foi o fato de a cultura do outro, o assentado, em nenhum momento ter sido respeitada pelo Estado, quer no princípio, quando era necessário decidir qual seria a infra-estrutura do assentamento, quer no próprio momento da desapropriação e do assentamento das famílias. Isso porque o INCRA assentou famílias agricultoras em terras de pastagens, ou mesmo quando as dividiu em lotes com tamanho impróprio para o desenvolvimento da pecuária, conhecedor que era da qualidade das terras do Taquaral. No entanto, essa é uma prática do Estado, que exerce seu poder sobre o outro, o assentado, sem considerar o modo de vida do qual é portador. Esse outro é visto como um analfabeto que tem que ser tutelado. Todo o insucesso deve ser atribuído ao próprio assentado. É ele que não foi capaz de desenvolver-se dentro da estrutura que o Estado ofereceu.

O fato é que o Estado pouco oferece para que as famílias tenham condições para o enraizamento no novo lugar, a começar pelas linhas de crédito, sempre escassas, não possibilitando que o antigo sem-terra, desprovido dos recursos necessários para iniciar seu trabalho, obtenha os meios para se assentar na terra definitiva. Não basta desapropriar e assentar; é preciso também dar condições para que se possa produzir. Por isso entendemos que é necessário que o assentamento seja pensado pelo Estado tendo em vista a estrutura do projeto e os sujeitos nele inseridos. Os assentamentos não devem ser enquadrados na lógica estatal, sendo vistos unicamente pelo viés político, que busca comprovar ou negar os resultados econômicos da reforma agrária, tendo como princípios o sucesso e o insucesso, excluindo os assentados do debate em que deveriam

ser os atores principais. Se as famílias beneficiadas no novo lugar conseguirem nele, ao menos, garantir a subsistência de seus membros, isto já representa um ganho, uma vez que asseguram para os seus uma vida sem fome, portanto, mais digna. Assim, pensaremos o assentamento partindo da ótica do assentado, que traz, como principal aspiração, alimentar sua família e propiciar-lhe uma vida mais segura.

Entendemos que o projeto do Estado para os assentamentos não pode ser único: tem que ser pensado em cada assentamento, a partir das características da terra e da identidade dos sujeitos a assentar. Um projeto pronto, que sirva para todos os assentamentos do País, não respeita as particularidades ambientais e culturais, o que o inviabiliza. Por outro lado, a prática de assentar somente para dirimir conflitos, cria novos problemas que acabam por marcar a vida de inúmeras famílias assentadas em situação precária e em lotes inadequados.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentamentos. In: MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994. p. 313-320.

ALONSO DE ANDRADE, Maria Antonia. A identidade como representação e a representação da identidade. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE, João Pessoa, 1997.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. Trabalhadores rurais e luta pela terra no Nordeste. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 20. GT Processos Sociais Agrários, Caxambu, 1996.

BARONE, Luís Antonio. *Revolta, conquista e solidariedade: A economia moral dos trabalhadores rurais de três tempos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Estadual Júlio de Mesquita, Araraquara, 1996.

_____; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. *Perspectivas*, São Paulo, n. 17/18, p. 205-237, 1994/1995.

BAVARESCO, Pedro Antônio. Uma análise das condições socio econômicas das famílias do assentamento Annoni (fase IV no Rio Grande do Sul). In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: Realidade e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 251-309.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, 1997.

_____. A família nos assentamentos rurais: trajetórias e conquistas. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca R.; ALMEIDA, Joaquim Anécio. *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: UFSM, 1996. p. 75-91.

_____; NORDER, Luis A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, Benício Viero et al. (Orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: UNB, 1998. p. 171-204.

_____; D'AQUINO, Teresinha; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda viva do seu passado/presente. In: ANPOCS. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, p. 153-281, 1990.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído*. Tese (Doutorado em História)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 5, 1994.

BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra: Ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____; Sociologia. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra: Imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira em Joanópolis*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca R.; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: UFSM, 1996. p. 39-58.

_____. Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: Realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 219-249.

- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Mulher rural nos discursos dos mediadores. *Estudos: sociedade e agricultura – CPDA*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 45-57, 1995.
- CARVALHO, Izabel. *Migrantes: Êxodo forçado*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; LANIADO, Ruthy Nádia. Transição democrática, políticas públicas e movimentos sociais. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org.). *O Estado e as políticas públicas na transição democrática*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989. p. 108-133.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 12. ed., 4. impr. São Paulo: Ática, 2001.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- CORBUCCI, Regina Célia. Pequenas propriedades rurais: estrutura fundiária e integração. In: SCHMIDT, Benício Viero et al. (Orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: UNB, 1998. p. 281-306.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso, 1889-1943*. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.
- CORTEZ, Cácia. *A travessia do Rio dos Pássaros*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1986.
- D'AQUINO, Teresinha. *Trabalhadoras do barro: Oleiras e olheiras: um estudo de relações de gênero*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1985.
- _____. Do barro ao pó – Estado de tecnologia, processo de trabalho e saúde ocupacional nas olarias. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, p. 115-142, 1989/1990.
- _____. Trabalhadores assentados: identidade em construção. *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*, Marília, v. 1, n. 1, p. 109-131, 1991.

D'AQUINO, Teresinha. O “Laboratório de Campo” e os Bairros Rurais no Assentamento das Terras de Promissão/SP: os sujeitos, o movimento dos sem-terra e a construção de um novo modo de vida. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PIPSA, 17. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, p. 179-204, 1994a.

_____. Nas terras de Promissão: da luta à construção do “lugar”. *Retratos de assentamentos*, Araraquara, a. 1, n. 1, p. 175-247, 1994b.

_____. Globalização e exclusão. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO CÂMPUS DE MARÍLIA, 1. *Anais...* Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, p. 126-134, 1996.

_____. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento rural das Terras de Promissão/SP. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, n. 8, p. 29-50, 1997a.

_____. Reforma Agrária e cidadania em tempos de globalização. In: SIMPÓSIO MULTIDISCIPLINAR INTERNACIONAL – O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 1997. Marília: UNESP, 1997b.

_____. O olhar de Maria Isaura sobre o rural: tradição e mudança. In: KOSMINSKY, E. V. *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: Ensaio sobre a Sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília: UNESP/Marília Publicações/ FAPESP, 1999. p. 161-174.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque et al. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, 1997.

DELGADO, Guilherme Costa. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil. *Reforma Agrária – ABRA*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 5-35, 1994.

DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. Relatos orais: a participação dos sujeitos na pesquisa histórico-sociológica. São Paulo, *Cadernos CERU*, n. 5, série 2, p. 61-68, 1994.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. *Nós cidadãos: Autonomia e participação popular*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

EMPRESA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MATO GROSSO DO SUL – EMPAER, MA. *Plano de desenvolvimento rural* – Assentamento Taquaral. Corumbá, 1998.

FABRINI, João Edmilson. *A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: O caso Itaquiraí*. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1995.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperança e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1997.

_____. Assentamento Sul Bonito: os projetos familiares e a construção do novo lugar. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA, 20., 2000, Rio de Janeiro.

_____. *Assentamento Sul Bonito: As incertezas da travessia na luta pela terra*. Tese (Doutorado em Sociologia)– Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.

FARIAS, Zaíra Ary. *Domesticidade: “Cativeiro” feminino?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de uma pesquisa. In: MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994. p. 127-144.

_____. *A chama verde dos canaviais: (Uma história das lutas dos bóias frias)*. Tese (Livre-Docência)– Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1992.

_____. Assentamentos e agricultura regional: contrapontos e ambigüidades. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA, 14., 1998, Montreal, Canadá.

_____. Assentamentos rurais: sistemas de avaliação e metodologia de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 9., 1999, Porto Alegre.

_____ et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. *Retratos de assentamentos*, São Paulo, a. 1, n. 1, p. 73-155, 1994.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994. p. 29-47.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espacialização e territorialização da luta pela-terra: A formação do MST – movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FRANCO, Mariana Pantoja. *Xagu: de sem-terra a assentado (Um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

GARCIA Jr., Afrânio. Geração de renda, sua distribuição e trajetória diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO. In: ROMEIRO et al. (Orgs.). *Reforma agrária, produção, emprego e renda: O relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

GARCIA Jr., *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA Jr., Afrânio. *O Sul: Caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes: Fase, 1987.

HEREDIA, Beatriz Alásia de. *A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Otávio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Censo Agropecuário 1995, n. 23, Mato Grosso do Sul.

_____. Censo Demográfico 2000 (dados preliminares).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
– INCRA. *Instrução n. 17-b*. Brasília, 1980.

_____. *Estudo de impacto ambiental* – Imóvel Taquaral – Município de Corumbá. Campo Grande, 1990.

_____. *Relatório de impacto no meio ambiente* – Imóvel Taquaral – Município de Corumbá. Campo Grande, 1990.

_____. *Plano de Ação Área Especial de Mato Grosso do Sul*. v. II. Campo Grande, 2000.

_____. *Diagnóstico Área Especial de Mato Grosso do Sul*. v. I. Campo Grande, 2000.

ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá: O espaço da cidade através do tempo*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) *A agricultura familiar*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

LAVINAS, Lena. Produtoras rurais: a novidade dos anos 90. In: *Reforma Agrária – ABRA*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 4-9, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad: Espacio e politica*. Barcelona: Ed. Peninsula, 1976.

_____. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

_____. *La presencia y la ausencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEITE, Sérgio. Reforma agrária no Brasil: ontem e hoje. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 17-19, ago. 1995.

_____. Por uma economia política de reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura em assentamentos rurais paulistas (1984-1989). In: MEDEIROS, Leonides et al. (Orgs.) *Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994. p. 287-312.

LE VEN, Michel et al. História oral de vida: o instante da entrevista. In: VON SIMSON, O. R. de M. (Org.) *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Unicamp/ Centro de Memória/ABHO, 1997. p. 213-222.

LESBAUPIN, Ivo (Org.) *O desmonte da Nação: Balanço do governo FHC*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LUCENA, Célia. Tempo e espaço nas imagens das lembranças. In: VON SIMSON, O. R. de M. (Org.) *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Unicamp/ Centro de Memória/ABHO, 1997. p. 223-240.

MARIN, Jéri Roberto. Fronteiras e fronteiriços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no sul do Estado de Mato Grosso do Sul. *Fronteiras – Revista de História*, Campo Grande, v. 4/5, n. 7/9, p. 151-182, 2001.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola. *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, p. 7-82, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: A questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *O Cativo da terra*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Reforma agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Estudos: sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, n. 4, julho de 1995.

- MEDEIROS, Leonilde SÉrvolo de. ESTERCI, Neide. *Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar*. Introdução. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- MENDRAS, Henri et al. *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MENEGAT, Alzira Salete. *As novas-velhas inserções de trabalho nos assentamentos rurais: A situação das mulheres camponesas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.
- _____. As pesquisas qualitativas. *Revista Jurídica UNIGRAN*, Dourados, v. 1, n. 2, jul./dez., p. 120-135, 1999.
- _____. A situação das mulheres na sociedade brasileira. *Revista Jurídica UNIGRAN*, Dourados, v. 2, n. 3, jan./jun., p. 129-152, 2000.
- MOREIRA, Rui. *A formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Ática, 1991.
- MOURA, Maria Margarida. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.
- NAVARRO, Zander. Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras. In: ENCONTRO DA ANPOCS – GT Processos Sociais Agrários, 20., 1996, Caxambu.
- NEVES, Delma Pessanha. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. In: ENCONTRO DA ANPOCS – GT Estado e Agricultura, 21., 1987, Caxambu.
- _____. *Assentamento rural: Reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis*. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – A Sociologia para o século XXI, 19., 1999, Porto Alegre.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 203-220.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In: MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994. p. 49-65.

_____. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, set./dez. 1989.

PENA, Maura. *O que faz ser nordestino*. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, Humberto Mello. *A formação da pequena propriedade no pantanal sul-matogrossense: Os assentados e os sem-terra em Corumbá (1983-1996)*. Corumbá: CEUC/UFMS, 1997. (Mimeogr.)

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: Realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 329-355.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1973.

_____. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *Ciência e Cultura*, v. 39, n. 3, p. 278-286, mar. 1987.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Breve roteiro das transformações no campo sul-matogrossense entre 1970 e 1985. *Revista de Geografia da UFMS*, n. 8, p. 33-40, jul./dez., 1998.

REIS, Elisa Pereira. Políticas e políticas públicas na transição democrática. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org.). *O Estado e as políticas públicas na transição democrática*. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989. p. 90-133.

RIBEIRO, Hidelberto de Souza. *O imigrante e a cidade: Dilemas e conflitos*. Tese (Doutorado em Sociologia)– Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores, v. 1)

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. F. Oliveira Santos; Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores.)

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *Sartre: o existencialismo é um humanismo; a imaginação; questão de método*. Seleção de textos: José Américo Motta Pessanha. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1987. (Coleção Os Pensadores)

SILVA, Maria Aparecida Moraes. O trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais. *Perspectiva*, São Paulo, v. 6, p. 57-65, 1983.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, J. Gomes da. *A reforma agrária no Brasil: Frustração camponesa ou desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SILVA DIAS, Guilherme. Reforma agrária: uma nota sobre o local de negociação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, 1997.

SOUZA, Cláudio Freire de. *A terra e o homem: A luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1992.

_____. *Terra e poder em Mato Grosso do Sul: As alianças e os projetos de educação*. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 1997.

SPRANDEL, Marcia Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)– Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. O desenvolvimento da agricultura matogrossense: 1970/85. *Perspectivas*, São Paulo, v. 14, p. 113-140, 1991.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As novas terras como forma de dominação. *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, p. 67-81, 1991.

_____. *Matuchos: Exclusão e luta*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: _____ .(Org.). *Agricultura familiar: Realidade e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 107-145.

TEIXEIRA, Márcio Antonio. *As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: O exemplo da grande Dourados*. Tese (Doutorado)– Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, Alistair et al. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 65-91.

VELHO, Otávio Guilherme. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VILA DA SILVA, João dos Santos (Org.). *Zoneamento ambiental da borda oeste do Pantanal*: Maciço do Urucum e adjacências. Brasília: EMBRAPA, 2000.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios*: Homens sem Pátria. Petrópolis: Vozes, 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar*: Realidade e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 251-309.

_____; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra*: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/87. Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília: Hucitec/ UNB, 1995.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios de uma organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos rurais*: Uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994. p. 205-224.



TRIUNFAL
GRÁFICA & EDITORA

Diagramação, Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 03.002.566/0001-40